UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

MILTON MARCIAL MEQUE CORREIA

**Os Yao e o contexto da luta armada de independência nacional
de Moçambique (1964-1974)**

São Paulo

2017

MILTON MARCIAL MEQUE CORREIA

**Os Yao e o contexto da luta armada de independência nacional
de Moçambique (1964-1974)**

Versão Corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em História.

Área de Concentração: História Social

Orientadora:

Prof.^a Dra. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

C824y Correia, Milton Marcial Meque
Os Yao e o contexto da luta armada de
independência nacional de Moçambique (1964-1974) /
Milton Marcial Meque Correia ; orientadora Leila
Maria Gonçalves Leite Hernandez. - São Paulo, 2017.
291 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de História. Área de concentração:
História Social.

1. Yao. 2. FRELIMO. 3. Luta armada -
Independência Nacional de Moçambique. 4. Niassa. 5.
Estrada de Mataca. I. Hernandez, Leila Maria
Gonçalves Leite, orient. II. Título.

CORREIA, M. M. M. **Os Yao e o contexto da luta armada de independência nacional de Moçambique (1964-1974)**. 2017. 291 p. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em História.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Aos meus Pais, aos meus Irmãos e
muito em especial à Edina, à Danda e ao Dineho.

AGRADECIMENTOS

À Prof.^a Dra. Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez, por ter aceite o projeto e orientado o desenvolvimento da tese, pela dedicação na análise, correção e organização do trabalho.

À Direção da Universidade Pedagógica (Moçambique), ao Magnífico Reitor Prof. Dr. Rogério José Uthui e à Prof.^a Dra. Stela Mithá Duarte, por terem autorizado a me ausentar e desenvolver este trabalho.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio financeiro.

Aos funcionários da Universidade de São Paulo, do Arquivo Histórico de Moçambique, do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Militar (Lisboa), pelo atendimento dispensado às solicitações apresentadas.

Aos colegas moçambicanos (menção ao Sabil Mandala e ao Jorge Jairoce) e brasileiros (menção à Marta Jardim e ao Carlos), pelas conversas, recepção e amizade.

RESUMO

CORREIA, M. M. M. Os Yao e o contexto da luta armada de independência nacional de Moçambique (1964-1974). 2017. 291 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Nesta tese apresentamos a contribuição da população Yao no contexto da luta armada de independência de Moçambique que teve lugar de 25 de setembro de 1964 a 7 de setembro de 1974. Nesta luta os Yao integraram-se ao movimento armado dirigido pela FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBIQUE (FRELIMO), organização nacionalista moçambicana, contra o governo colonial português, tendo se destacado no desenvolvimento dos setores oriental e sul do Niassa e no que este governo designou de “Estrada de Mataca”. A participação Yao, documentada em fontes coloniais portuguesas, esteve diretamente ligada na importância geoestratégica que este corredor desempenhava ao interligar a Tanzânia, onde estava sediada a FRELIMO, as frentes militares do Niassa e o território do Malawi, pelo interior do Niassa, e os situou no interior do processo efetivo - político e militar - da disseminação do discurso nacionalista moçambicano. A análise da historiografia dos séculos XVIII, XIX e XX sobre os Yao permitiu observar a dinâmica do seu imaginário político que a despeito de suas experiências de poderio econômico e militar e de dominação administrativa portuguesa demonstraram sua integração (não isenta de tensões e contradições) na luta armada de independência nacional do país. A pesquisa se baseou na documentação consultada no Arquivo Histórico de Moçambique, em Maputo, no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e no Arquivo Histórico Militar, ambos em Lisboa.

Palavras-chave: Yao. FRELIMO. Luta armada de independência nacional de Moçambique. Niassa. “Estrada de Mataca”.

ABSTRACT

CORREIA, M. M. M. **The Yao and the context of the armed struggle for national independence of Mozambique (1964-1974)**. 2017. 291 p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

In this thesis, we present the contribution of the Yao population in the context of the armed struggle for independence of Mozambique that took place from September 25, 1964 to September 7, 1974. In this struggle, the Yao joined the armed movement led by the FRONT OF LIBERATION OF MOZAMBIQUE (FRELIMO), a Mozambican nationalist organization, against the Portuguese colonial government, having distinguished itself in the development of the eastern and southern sectors of Niassa and what this government has designated as the "Mataca Road". The Yao participation, documented in Portuguese colonial sources, was directly linked to the geostrategic importance that this corridor played in interconnecting Tanzania (where FRELIMO was based), the Niassa military fronts and the Malawian territory, through the interior of Niassa, which placed them within the effective process - political and military - of the dissemination of the Mozambican nationalist discourse. The analysis of the historiography of the eighteenth, nineteenth and twentieth centuries on the Yao made it possible to observe the dynamics of his political imagination which, despite his experiences of economic and military power and Portuguese administrative domination, demonstrated his integration (not free of tensions and contradictions) in Armed struggle of the country's national independence. The research was based on the documentation consulted in the Mozambican Historical Archive in Maputo, in the National Archive of the Torre do Tombo (ANTT) and in the Historical Military Archive, both in Lisbon.

Keywords: Yao. FRELIMO. National armed struggle of national independence of Mozambique. Niassa. "Mataca Road ".

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Área do estudo e da população Yao em Niassa (Moçambique)	15
Mapa 2 - Movimento das forças alemãs em Moçambique	113
Mapa 3 - Croqui dos dispositivos militares da FRELIMO no Niassa	171

LISTA DE SIGLAS

AHM – Arquivo Histórico de Moçambique
ANC – African National Congress
ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo
CLSTP – Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe
CONCP – Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas
COREMO – Conselho Revolucionário de Moçambique
CTN – Comando Territorial Norte
DGS – Direção Geral de Segurança
EALF – East African Liberation Force
EUA – Estados Unidos da América
FLCS – Frente de Libertação da Somália Francesa
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FRAIN – Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas
FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique
GRAE – Governo Revolucionário Angolano no Exílio
LIFEMO – Liga Feminina de Moçambique
MAC – Movimento Anticolonialista
MANU – Mozambique African National Union
MOLINACO – Movimento de Libertação Nacional das Comores
MPLA – Movimento Popular para a Libertação de Angola
NESAM – Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique
OUA – Organização da Unidade Africana
OSPAAAL – Organização da Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina
PAFMECSA – Pan-African Freedom Movement of East, Central and South Africa
PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado

RAU – República Árabe Unida

RFA – República Federal da Alemanha

RSA – República da África do Sul

SCCIA – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola

SCCIM – Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique

SWAPO – South West Africa People's Organization

TANU – Tanganyika African National Union

UDENAMO – União Democrática Nacional de Moçambique

UDI – Declaração Unilateral da Independência

UGEAN – União Geral dos Estudantes da África Negra

UNAMI – União Nacional Africana de Moçambique Independente

UNEMO – União Nacional dos Estudantes Moçambicanos

UNIP – United National Independent Party

UNITA – União Nacional de Independência Total de Angola

UPA – União do Povos de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZANU – Zimbabwe African National Union

ZAPU – Zimbabwe African People Union

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------------	-----------

CAPÍTULO 1

HISTORIOGRAFIA SOBRE OS YAO E O CAPITALISMO MERCANTI	46
---	-----------

1.1. Origem dos Yao	46
1.2. Os Yao e o Capitalismo Mercantil na África Sul-Oriental	49
1.2.1. Dinâmicas da Sociedade Yao	58
1.3. Expedições Coloniais e as Resistências Yao	69
1.3.1. Combate de Cuamba (23 de agosto de 1899)	77
1.3.2. Combate de Muembe (19 de outubro de 1899)	80
1.3.3. Fim da Resistência Militar Yao	83

CAPÍTULO 2

DA SUBMISSÃO YAO AO DISCURSO DE INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE	89
2.1. Os Yao e a I Guerra Mundial em Moçambique	89
2.1.1. Ultimato Alemão e o Ataque de Mazúua	92
2.1.2. Moçambique e as Tensões Militares na África Austral	97
2.1.3. Região Yao e a Invasão Alemã em Niassa	107
2.2. A FRELIMO e o Contexto das Independências em África	114
2.2.1. Da UDENAMO à FRELIMO	114

CAPÍTULO 3

A FRELIMO E A GEOPOLÍTICA DA ÁFRICA AUSTRAL	140
3.1. Unidade e Divisão na Descolonização da África	140
3.2. Belicismo e Tragédia na África Austral	152

CAPÍTULO 4

OS YAO E A LUTA ARMADA DE INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE	170
4.1. Os Casos de Maúa e Nungo	170
4.2. O Caso Angoni	180
4.3. Os “Jovens Niassas”	187
4.4 . Início da Luta Armada em Niassa	204

CAPÍTULO 5

DESENVOLVIMENTO DA LUTA ARMADA EM NIASSA	218
5.1. Expansão da Luta Armada	218
5.2. Os Yao e a “Estrada de Mataka”	236
5.3. Operações <i>Nó górdio, Brandura e Sumauma</i>	256
5.4. O Fim da Guerra em Moçambique	268
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	277
BIBLIOGRAFIA	281

INTRODUÇÃO

As primeiras referências sobre os Yao - também identificados como Ajaua -, nosso objeto de estudo, datam do segundo quartel do século XVIII, época em que foram descritos como um dos principais mercadores do interior da África Sul-Oriental, especificamente em relação ao comércio do marfim e ao tráfico de escravos na região ao norte do rio Zambeze - entre a Zâmbia e Moçambique - com os mercados europeus e árabo-suahili da costa do Oceano Índico.

Estudos desenvolvidos com base nos registros documentais do período dos séculos XVIII e XIX abordam essa dimensão econômica, analisando as causas internas próprias da sua sociedade e as implicações que nela desencadearam o contexto do capitalismo mercantil. Foi estudada a sua participação na rota do comércio do marfim e de escravos e estabelecida a sua relação com a origem das grandes transformações da sociedade Yao, caracterizadas pela formação dos Estados conhecidos na segunda metade do século XIX na região do Niassa em Moçambique.

Ocorre que esses estudos se confrontaram com a situação em que a historiografia sobre os Yao carece de registros sobre a época anterior à segunda metade do século XIX, no que diz respeito à região do Niassa, às formações e processos políticos desta população. Fontes documentais dos séculos XVIII e XIX (portuguesas na sua maioria) guardam dados sobre o período do final do século XVII até ao final do XIX, mencionando a presença de caravanas Yao nos mercados de Mossuril, Ibo e em Zanzibar e salientando sua importância no comércio do marfim e de escravos para o governo colonial português e para os mercadores franceses vindos das ilhas Madagáscar, Reuniões e Comores. Também se referem à agência dos Yao no comércio de tecidos, contas, armas, pólvora e produtos agrícolas. Existe ainda uma lacuna historiográfica que impõe que se faça uma recolha de fontes orais e arqueológicas, como a que sustenta a obra de Yohanna Barnabé Abdallah¹ publicada em 1919, cujo conteúdo reúne narrativas da tradição Yao de Moçambique.

Pouco antes, na segunda metade do século XIX surgiram as descrições feitas no decurso das primeiras expedições exploratórias ao interior da África Sul-Oriental - que encaminharam as

¹ ABDALLAH, Yohanna B. **The Yaos Chiikala Cha Wayao**. (Arranged, edited and translated by Meredith Sanderson). Second Edition. London: Frank Cass, 1973 [1919].

expedições militares de ocupação colonial portuguesa – e constataram o poderio político e militar das formações Yao situadas na região planáltica do Niassa, ladeada entre os rios Rovuma, ao norte, Lugenda a leste, Luambala ao sul e Lucheringo a oeste.

Para o desagrado das populações e autoridades Yao - o mesmo se diga em relação aos Macua, Nianja, Angoni do Niassa, com destaque para os Chefes Mataca, Metarica, Malingalira, Cuamba, Catur, Zafari, Cuirassia - seu poderio sociopolítico e a abnegação em defesa da soberania e independência política estiveram na origem das lutas com que confrontaram as colunas militares europeias, sobretudo luso-britânicas, acarretando as devastações e as mortes dos últimos anos do século XIX e da primeira década do século XX. Nesse breve período foi devastado o desenvolvimento material de uma sociedade de cuja história ainda conta com inúmeras lacunas de conhecimento e não poucas mistificações históricas.

Mais de meio século depois, no período em que teve lugar a luta armada em Niassa – de 25 de setembro de 1964 a 25 de abril de 1974 - a população Yao voltou a ser referenciada na região oriental do distrito do Niassa, na mesma localização que corresponde a que foi elaborada por Abdallah.

O processo de descolonização e nacionalização de Moçambique diferiu dos países vizinhos da Tanzânia (a norte) e Malawi (a noroeste) porque a sua independência foi conquistada após uma década de luta armada e nestes últimos, apesar de casos de violência com mortes e prisões dos líderes nacionalistas, a independência nacional ter resultado de negociações para uma transição governamental, envolvendo a Inglaterra (potência colonizadora) e as organizações nacionalistas designadamente a Tanganyika African National Union (TANU) e a Malawi Congress Party (MCP).

O fato do Tanganyika e do Malawi terem conquistado a independência em dezembro de 1961 e agosto de 1964, respectivamente, constituiu uma situação política contrastante para os Yao, bem como para outras populações do Niassa como os Nianja, Angoni e Macua. O discurso nacionalista e de independência nacional enfrentavam a repressão política que caracterizava o governo colonial português em Moçambique, contrastando com a sua incapacidade de impedir a circulação clandestina da informação e propaganda de independência nacional dos africanos compartilhada pelos Yao, Nianja, Angoni e Macua através das fronteiras ao norte e a oeste, permeáveis e porosas ao trânsito do movimento nacionalista africano.

Contudo, a proximidade da região Yao em relação à influência nacionalista vinda do Tanganyika e do Malawi não resultou na formação de organizações nacionalistas por lideranças Yao ou que estas tivessem participado na fundação de organizações semelhantes a Mozambique African National Union (MANU), no qual se destacaram membros provenientes de Cabo Delgado, a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), sobressaindo membros provenientes de Tete e de Manica e Sofala, e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), onde sobressaíram emigrantes moçambicanos provenientes de Manica e Sofala e do sul de Moçambique.

Apesar da importância de que se revestiram na história do Niassa do século XIX,³ se sobressaindo na luta contra a ocupação militar portuguesa em fins deste século - tanto pela via

³ No que se refere ao contexto do tráfico de escravos na África Oriental no período entre os séculos XV-XIX vale mencionar GERBEAU, Hubert; O tráfico escravagista no Oceano Índico: problemas postos ao historiador, pesquisas a efectuar. In: **O tráfico de escravos negros, séculos XV-XIX**. Lisboa: Ed. 70, 1979; CAMPBELL, Gwyn (ed.) **The Structure of Slavery in Indian Ocean, Africa and Asia**. Londres: Frank Cass, 2004; CAMPBELL, Gwyn (ed.) **Abolition and its Aftermath in Indian Ocean Africa and Asia**. Londres: Frank Cass, 2005; HARMS, R; FREAMON, B. K.; BLIGHT, D. W. (ed.) **Indian Ocean Slavery in the Age of Abolition**. New Haven: Yale University Press, 2013.

armada como por processos de negociação - mais do que se verificou em relação aos outros grupos populacionais desta região -, no que se refere ao contexto do nacionalismo moçambicano do período das décadas de 1960-1970 são em pequeno número os estudos que se debruçam em identificar e compreender os vários processos históricos dos Yao. Recentemente surgiram duas publicações que tratam da sua importância e de outras populações do Niassa na luta armada, nomeadamente *Memórias de um Guerrilheiro* (2009) e *A Luta de Libertação na Frente do Niassa* (2009).⁴

O livro *Memórias de um Guerrilheiro* (2009) é um testemunho do comandante José Moiane sobre a sua passagem como dirigente militar da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) na luta armada de libertação nacional em Niassa. Descreve as operações que comandou e narra os fatos que testemunhou de 1965 até ao ano de 1967, mencionando a importância da frente oriental do Niassa e do Chefe Mataka de Marrupa.

Por sua vez, *A Luta de Libertação na Frente do Niassa*, de David Ndegue (2009) aborda a luta armada de libertação nacional e destaca a contribuição das autoridades, professores e estudantes Nianja na constituição dos núcleos da FRELIMO em Cóbue, na Missão Anglicana de Messumba e em Vila Cabral (sede do governo colonial do Niassa). Registra a importância dos regedores Aidão Chitege e Mataka, do posto de Cóbue, e do Padre Paulo Litumbe da Missão Anglicana de Messumba e apresenta uma descrição baseada em várias entrevistas dos membros desses núcleos. Apresenta ainda o relato da participação dos entrevistados na preparação e nos ataques de 25 e 26 de setembro de 1964 contra a base naval de Metangula, a secretaria e a residência do chefe do posto administrativo de Cóbue. Sua descrição incide, portanto, sobre a região ocidental do Niassa onde se destacaram os Nianja durante a luta armada.

Esta pesquisa de doutoramento tem como objeto os Yao e situa sua contribuição no âmbito da luta armada de independência nacional desenvolvida pela FRELIMO no Niassa. Baseia-se em fontes documentais do governo português referentes a este contexto no Niassa e cobre os fatos registrados e o tratamento coordenado, político, administrativo e militar feito pelas autoridades portuguesas das circunscrições e concelhos, pelo governador do distrito do Niassa, pelos dirigentes dos Serviços da Centralização e Coordenação da Informação de Moçambique

⁴ MOIANE, José Phahlane. **Memórias de um guerrilheiro**. Maputo: King Ngungunhane Institute, 2ª edição, 2009; NDEGUE, David Francisco Xadrique. **A Luta de libertação na frente do Niassa**. Vol 1. Maputo: JV Editores, 2009.

(SCCIM), pelo governador-geral de Moçambique e por autoridades militares e civis portuguesas, sediados em Lisboa e em Lourenço Marques.

A pesquisa documental foi feita no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) e no Arquivo Histórico Militar, ambos em Lisboa. Incidiu sobre o período em que decorreu a luta armada de independência nacional em Niassa, a qual teve início com os ataques de 25 e 26 de setembro de 1964 e se prolongou até ao Acordo de Lusaka, assinado pela FRELIMO e pelo governo português a 7 de setembro de 1974, data em que foi declarado o cessar-fogo em Moçambique.

Consultamos também a documentação que se refere ao período anterior ao início da luta armada, importante pelo fato de ter-nos permitido observar que durante este período os Yao não foram o centro das preocupações políticas das autoridades portuguesas em Moçambique, ao contrário do que se verificava com os “jovens nianjas” de Cóbue, professores e estudantes associados com a Missão Anglicana de Messumba e outras missões cristãs do distrito. Desse período, salientamos os casos de Maúia (1959) e Nungo (1961) registrados na circunscrição de Marrupa, nos quais estiveram envolvidas as autoridades e populações Yao. A importância dos dois casos reside no fato de porem em causa a “passividade” das populações e autoridades Yao, tendo os autos das declarações revelado a disposição das mesmas em dialogar com o discurso nacionalista propagado a partir do Tanganyika e por Julius Nyerere.

O presente trabalho situa os Yao no contexto da luta armada de independência nacional de Moçambique, tendo em consideração a sua história de formação política durante a época do capitalismo mercantil do século XIX e de resistência contra a ocupação militar dos seus territórios e soberanias que antecederam a implantação do Estado colonial de Moçambique no século XX. Procuramos caracterizar a participação política dos Yao, destacando o papel que desempenharam nessa luta, tendo em vista apresentar uma compreensão do sentido que desenvolveram em relação ao discurso da libertação e independência nacional, sem descurar das tensões e contradições próprias das diferenças entre os discursos de soberania territorial das autoridades Yao e o discurso de libertação e independência nacional de Moçambique.

Nossa hipótese considera que a luta armada de independência nacional não foi apenas caracterizada por confrontações militares, nos quais os Yao e a FRELIMO enfrentaram o governo colonial português, mas foi também um contexto de interlocução discursiva e de formação de um

novo imaginário Yao que se orientou para a comunidade política nacional moçambicana, representada como novo discurso de libertação anticolonial que se projetou numa dimensão territorial e política mais ampla de soberania nacional no contexto de Estado nacional moçambicano.

A história das lutas armadas de independência nacional na África Austral e, em particular em Moçambique, mesmo sendo de reconhecida importância como processo sociopolítico e cultural, ainda é um tema repleto de questões em aberto. A historiografia ainda permanece dominada pelas narrativas das organizações nacionalistas que saíram vitoriosas e dirigiram os processos decisivos da constituição dos Estados nacionais africanos, como os volumes *Mozambique Revolution*⁵ publicados durante a luta armada pelo Departamento de Informação e Propaganda da FRELIMO. Contudo, pelas suas análises do processo político-militar que caracterizou a história da independência nacional do país destacam-se o *Uria Simango - Um homem, uma causa* (2003),⁶ *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação* (2009),⁷ *Vidas, lugares e tempos* (2010),⁸ *Participei, por isso testemunho* (2011),⁹ *Moçambique: o fim do império e o nascimento da nação* (2011),¹⁰ *Da UDENAMO à FRELIMO e à diplomacia moçambicana* (2012),¹¹ entre outros livros que veem constituindo a historiografia deste processo. Porém, escasseiam referências que especificamente tratem das histórias e processos regionais que marcaram a luta armada de independência nacional do país.

A abordagem detalhada e processual da luta armada de independência nacional em Moçambique permitirá que sejam observados os diversos fatos e a cronologia dos acontecimentos que caracterizaram e marcaram a sua história, importantes como memória coletiva da gênese político-militar do Estado nacional moçambicano. Uma memória coletiva permeada e tecida por tensões que se sobrepuseram aos maniqueísmos próprios das ideologias e que, após a independência do país, denunciaram os dualismos narrativos e políticos da historiografia oficial.

⁵ Órgão oficial da FRELIMO.

⁶ NCOMO, Barnabé L. *Uria Simango - Um homem, uma causa*. Edições Novafrica, Maputo, 2003.

⁷ CABAÇO, José Luís. *Moçambique: identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: UNESP, 2009.

⁸ CHISSANO, Joaquim Alberto. *Vidas, lugares e tempos*. Maputo: Texto Editores, 2010.

⁹ VIEIRA, Sérgio. *Participei, por isso testemunho*. Maputo: 2ª ed., Ndjira, 2011.

¹⁰ COUTO, Fernando Amado. *Moçambique: o fim do império e o nascimento da nação*. Edição revista e aumentada. Maputo: Ndjira, 1ª edição, 2011.

¹¹ NDELANA, Lopes Tembe. *Da UDENAMO à FRELIMO e à diplomacia moçambicana*. Maputo: Marimbique, março de 2012.

Outro aspecto importante de apresentar a história regional da luta armada reside no fato de visualizar os entrelaçamentos que nela se desenvolveram dentro do país. Mais do que o fato militar que lhe foi característico, a história regional da luta armada em Niassa apresentada no presente trabalho nos permite visualizar o processo efetivo de criação de corredores geopolíticos regionais (entre as regiões ou frentes político-militares em Moçambique) e inter-territoriais (ligando Moçambique, Tanzânia e Malawi), historicamente importantes por constituírem uma experiência contemporânea que pode servir as políticas regionais de desenvolvimento dos referidos países e da África Austral.

É neste quadro que se situa a importância deste trabalho sobre a contribuição das populações Yao na história da luta de independência nacional de Moçambique, permitindo que se observe o desenvolvimento político-militar da luta, a experiência fundamental do estabelecimento das bases político-culturais do Estado nacional no país e a importância geopolítica de Moçambique no processo da descolonização da África Austral.

Por sua vez, faz-se necessário registrar alguns aspectos da fundamentação teórica desta pesquisa. Nesta perspectiva, retomo Eduardo Mondlane e seu principal trabalho *Lutar por Moçambique*,¹² em que consagrou a essência do discurso nacionalista moçambicano. Ao evocar a tese da nacionalidade contemporânea moçambicana esta obra figura como um dos principais cânones da historiografia sobre a guerra de libertação e o nacionalismo em Moçambique. Publicado na altura em que o seu autor exercia o cargo de primeiro Presidente da FRELIMO, organização nacionalista moçambicana que dirigiu a luta armada pela independência do país, Mondlane afirmava que a experiência de “sofrimento em comum” diante do colonialismo português constituiu a base “psicológica” do nacionalismo moçambicano e da legitimidade política da luta armada pela independência nacional do país. Cito:

Como todo o nacionalismo africano, o moçambicano nasceu da experiência do colonialismo europeu. A fonte de unidade nacional é o sofrimento em comum durante os últimos cinquenta anos passados debaixo do domínio efectivo português. A afirmação nacionalista não nasceu duma comunidade estável, historicamente significando unidade cultural, económica, territorial e linguística. Em Moçambique, foi a dominação colonial que produziu a comunidade territorial e criou a base para uma coesão psicológica,

¹² MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

fundamentada na experiência da discriminação, exploração, trabalho forçado e outros aspectos do sistema colonial.¹³

A partir da década de 1980 Moçambique assistiu ao surgimento de publicações nacionais e estrangeiras que abordaram de forma crítica a narrativa da história contemporânea do país, expondo as ambivalências e ambiguidades do discurso nacionalista e revolucionário de libertação nacional e denunciando a essencialização da relação de causa-efeito entre o discurso de unidade e identidade nacional e as divisões sociais, políticas e militares no país.

Em 2013, J. P. Borges Coelho reconhecia que ainda era escassa¹⁴ a historiografia sobre a história da luta de libertação nacional do país, que se caracteriza pela prevalência da política sobre a história, denunciada no centralismo narrativo ou “monopólio” da história para efeitos de reprodução ideológica. O centralismo que a história oficial impunha ao ofício historiográfico nacional reiterava a coerência de uma narrativa orientada para a legitimação da autoridade política da FRELIMO ao longo dos tempos.

[...] on the one hand, the monopoly of explanations of the past held by Politics, and within it by Frelimo, the ruling party and single source of authority in the post-independence period; on the other hand, the centrality of a specific account of the liberation which, codified as a script, became an instrument to legitimise that authority and render it unquestionable.¹⁵

Em 1986 foi publicado em Maputo, Moçambique, o artigo *Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique*,¹⁶ de Aquino de Bragança e Jacques Depelchin, no qual os mesmos criticam o que chamaram de idealização da revolução socialista da FRELIMO após a independência, porque segundo os mesmos as críticas que vinham sendo feitas a esta organização estavam repletas de erros e reducionismos derivados de um essencialismo que via a FRELIMO e a sua história como um “texto inalterável”.¹⁷

¹³ MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977, p. 107.

¹⁴ COELHO, João Paulo Borges. Politics and Contemporary History in Mozambique: a set of epistemological notes. In: **Kronos** Vol.39 n° 1. Cape Town, January 2013, p. 20.

¹⁵ Ibid., p. 21.

¹⁶ BRAGANÇA, Aquino de e DEPELCHIN, Jacques. *Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique*. **Estudos Moçambicanos** (5, 6), Centro de Estudos Africanos, Maputo, 1986.

¹⁷ Ibid., p. 32.

Considerado um dos textos seminais¹⁸ da historiografia emergente em Moçambique, Bragança e Depelchin abordam justamente as contradições entre a teoria e a prática, associando-as ao processo histórico da libertação nacional do país. No texto, os autores formulam uma posição teórica em defesa do projeto de “reconstrução nacional” idealizado e levado a cabo pela FRELIMO, chamando atenção para as contemporizações que dinamizam a teoria e a prática revolucionárias, realçando a pertinência da auto-crítica ideológica que deve prevalecer entre a narrativa política e a história social. A pergunta que colocaram em pauta nessa altura continua atual: “Fazer a História da Frelimo corresponde a fazer a história de libertação nacional de Moçambique?”,¹⁹ que especificam nos seguintes termos: “[...] se produzir uma história da luta armada dirigida pela Frelimo permite, automaticamente, compreender a história global do processo ao nível do país.”²⁰

Bragança e Depelchin reconheciam a importância de uma crítica da história contemporânea que suplantasse a “problemática teleológica”²¹ da história; uma crítica que fosse para além da ideia, segundo a qual a conquista da independência do país - percebida como a prova da vitória da revolução levada a cabo pela FRELIMO durante a luta pela independência - era a prova em si mesma da *verdade histórica* da narrativa dominante no país. Porque para os referidos autores, essa era a razão pela qual se pensava que “[...] não há necessidade de colocar perguntas que ponham em dúvida esta questão.”²² Destacam que o erro das críticas lançadas à revolução socialista da FRELIMO estava no fato de não se “[...] analisar objetivamente o conteúdo, os limites e as contradições da vitória sem cair no reducionismo [...] que simplificam e, portanto, distorcem um processo complexo.”²³

Para estes autores, os críticos da FRELIMO não consideravam a flexibilidade política a que ela se sujeitara após a independência do país em 1975, resultando em uma idealização que tornava a FRELIMO e a sua história atemporais. A síntese crítica dos mesmos parece constar da seguinte afirmação:

¹⁸ ISRAEL, Paolo. A Loosening Grip: The Liberation Script in Mozambican History. **Kronos** Vol.39 n° 1. Cape Town, January 2013, p. 11.

¹⁹ BRAGANÇA, Aquino de e DEPELCHIN, Jacques. Da Idealização da Frelimo ... op.cit., p. 35.

²⁰ Ibid.

²¹ Ibid; p. 34.

²² Ibid.

²³ Ibid.

Fazer o balanço só a partir de 1975 introduz uma distorção que impede uma compreensão correcta do percurso e das transformações que afectaram a Frelimo na altura daquela transição histórica. Uma das implicações desta abordagem é que a Frelimo de 1975 é a mesma que a Frelimo das zonas semilibertadas e das zonas libertadas. [...]

Uma outra implicação, paralela, é que as contradições enfrentadas são mais ou menos as mesmas do que antes de 1975. E por isso não se estuda[m] as diferenças.²⁴

Os autores apontam que o vício da análise histórica sobre a situação do país, a despeito da mesma ter observado a “divergência entre a teoria e prática”²⁵ que afastava a FRELIMO das massas, impedia “uma análise revolucionária da sociedade moçambicana”²⁶ e, por conseguinte, que se enxergasse que “as dificuldades de enraizar uma ideologia revolucionária não podem ser compreendidas se são analisadas isoladamente das contradições e lutas da sociedade.”²⁷

Não estando isentos da influência ideológica da época, porquanto representavam a revolução socialista da FRELIMO na década de 1980, Bragança e Depelchin revelam uma ambivalência subjetiva, na medida em que reconhecem e advogam a importância de uma crítica histórica isenta, no mesmo momento em que afirmam a secundarização da crítica em relação à revolução socialista da FRELIMO que, pode-se entender do texto, seria a solução dos problemas enfrentados pelo país após a independência. Cito: “[...] aprofundar a crítica, se queremos fortalecer as fileiras dos que combatem por uma transformação socialista de Moçambique.”²⁸

Apesar da importância que atribuem à pretensa crítica histórica, o texto de Bragança e Depelchin é limitado por marcos ideológicos que o comprimem e o tornam ambíguo. Inadvertidamente, ao se referirem sobre a presença do “oportunismo de esquerda” e o “oportunismo de direita” no seio dos militantes da FRELIMO acabam, decerto, por denunciar os antagonismos de fundo que questionavam a ideologia e a legitimidade da revolução “socialista” em Moçambique: “O espírito de vitória é uma manifestação de oportunismo de esquerda. [...] O

²⁴ BRAGANÇA, Aquino de e DEPELCHIN, Jacques. Da Idealização da Frelimo ... op.cit., p. 42-43.

²⁵ Ibid., p. 46.

²⁶ Ibid; p. 45.

²⁷ Ibid; p. 46.

²⁸ Ibid., p. 32.

espírito de vitória é irmão gémeo do espírito de derrota, o oportunismo de esquerda é a outra face do oportunismo de direita.”²⁹

Pode-se compreender que Bragança e Depelchin chamam a atenção para a ambiguidade dos discursos revolucionários que frente a um dado contexto veem-se forçados a se tornar flexíveis no sentido de se adaptarem às novas situações sociais, políticas e económicas. Coelho observa que a FRELIMO deu conta da necessidade de se adaptar em termos ideológicos ao contexto neoliberal e multipartidário do país, mas ao se distanciar do seu discurso revolucionário “socialista” do tempo da luta armada revestiu a sua narrativa com o novo papel que lhe confere a autoridade de guardião da soberania nacional: “[...] it had to be flexible in order to permit adaptation to the ever changing context, and therefore to keep its capacity for responding in different circumstances [...]”.³⁰

Doravante, a historiografia moçambicana emergente na década de 1990 respalda o sentido seminal e paradigmático da crítica da narrativa e do discurso político feita por Bragança e Depelchin. Em 1996 foi publicado, também em Maputo, *Moçambique: etnicidades, nacionalismos e o estado: transição inacabada*³¹ que explora o contexto de abertura política que permite que a academia moçambicana exponha suas críticas e as tensões entre a história social e a narrativa política da história. A temática central analisada no livro é o processo de formação da identidade nacional. Em síntese, o livro afirma que a consagração formal e objetiva do território e do Estado-nação não cria *per si* a nação e identidade moçambicanas.

Sob a direção do historiador e sociólogo moçambicano Carlos Serra importantes livros de artigos foram publicados, designadamente *Novos combates pela mentalidade sociológica: sociologia política das relações de poder em Moçambique, seguido de desafios de uma medicina bernardiana* (1997);³² *Identidade, moçambicanidade e moçambicanização* (1998)³³; e *Combates*

²⁹ MACHEL, Samora. Estabelecer o Poder Popular. In: FRELIMO. **A nossa luta**. Maputo: Imprensa Nacional de Moçambique, p. 132. apud BRAGANÇA, Aquino de e DEPELCHIN, Jacques. Da Idealização da Frelimo ... op.cit. p. 50.

³⁰ COELHO, João Paulo Borges. Politics and Contemporary History in Mozambique: a set of epistemological notes. In: **Kronos** Vol.39 n° 1. Cape Town, January 2013, p. 39.

³¹ MAGODE, José (edr). **Moçambique: etnicidades, nacionalismo e o estado. Transição inacabada**. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais/Instituto Superior de Relações Internacionais, 1996.

³² SERRA, Carlos. **Novos combates pela mentalidade sociológica: sociologia política das relações de poder em Moçambique, seguido de desafios de uma medicina bernardiana**. Maputo: Livraria Universitária/UEM, 1997.

³³ SERRA, Carlos (dir.). **Identidade, moçambicanidade e moçambicanização**. Maputo: Livraria Universitária-UEM, 1998.

pela mentalidade sociológica (2003).³⁴ Em vários artigos que constam destas obras, académicos moçambicanos de diversas áreas disciplinares - da sociologia, filosofia, história e literatura, entre outras - defendem o carácter processual, relacional e dinâmico da identidade moçambicana, analisada como processo de moçambicanização. Na generalidade dos casos, a temática tem como eixo os antagonismos presentes no país entre história, política e identidade nacional, em relação aos quais os vários autores propõem o princípio analítico da interação entre diversas representações sociais existentes em Moçambique.³⁵

No que se refere à identidade moçambicana, o filósofo moçambicano Severino Ngoenha a define como herança psicológica relativa “à coragem e a valentia de muitos homens e mulheres que lutaram, que sacrificaram e dos quais muitos morreram pela nossa independência, pela nossa soberania, pela nossa liberdade”³⁶, e como uma visão filosófica do futuro destaca “um dever e uma tarefa: dever de conservar a liberdade e a soberania duramente conquistadas; tarefa de as consolidar e de as incrementar para as gerações futuras”.³⁷ E é nesta perspectiva teórica que o sociólogo Carlos Serra define o termo moçambicanização como

[...] um jogo de báscula intensamente simbólico e polissémico cuja consolidação dependerá, entre outros fenómenos, da capacidade que as elites políticas revelarem para evitar, por exemplo, as desigualdades económicas regionais. Quanto mais estas se mantiverem, maiores serão o peso, a intensidade e o potencial de corrosão a cargo dos processos etnicitários, muitas vezes de natureza anómica.³⁸

Porém, esse engajamento académico voltado para promover uma ruptura com a essencialização da história e do discurso colonial caracteriza um processo emergente no país. Um

³⁴ SERRA, Carlos. **Combates pela mentalidade sociológica**. Maputo: 2ª edição, Imprensa Universitária/UEM, Maio de 2003.

³⁵ SERRA, C. Prefácio. In: SERRA, Carlos (dir.). **Identidade, moçambicanidade...** op.cit., 1998; SERRA, C. Pluralidade e processualidade identitárias – para um paradigma da identificação contraditorial. In: Serra, Carlos (dir.). **Identidade, moçambicanidade...** op.cit., 1998; MACAMO, Elísio. A influência da religião na formação de identidades sociais no sul de Moçambique. In: SERRA, Carlos (dir.). **Identidade, moçambicanidade...** op.cit., 1998. ver também MACAMO, E. A nação moçambicana como comunidade de destino In: **Lusotopie**, 1996.

³⁶ NGOENHA, Severino E. Identidade moçambicana: já e ainda não. In: SERRA, Carlos (dir.). **Identidade, moçambicanidade** ...op.cit., 1998, p. 17.

³⁷ Ibid., p. 17.

³⁸ SERRA, Carlos. Pluralidade e processualidade identitárias - para um paradigma da identificação contraditorial. In: SERRA, Carlos (dir.). **Identidade, moçambicanidade e moçambicanização** ... op.cit., 1998, p. 181.

dos aspectos que merece mais atenção há-de ser o das “autoridades tradicionais”, uma das figuras indispensáveis quando pretendemos estudar entre outros, o tema das lutas anticoloniais.

Serra analisa o colonialismo português em Moçambique sob “duas instâncias”: o “colonialismo de gestão e o colonialismo de execução, o primeiro a cargo dos Brancos, o segundo dos Negros”.³⁹ Tomando o caso da Zambézia da década de 1950 para desmistificar as chamadas “autoridades tradicionais” africanas, questiona:

[...] como era possível a dois mil e tal Portugueses varões (mesmo que, por hipótese, se admitisse serem todos adultos e trabalhando para o Estado) colonizar mais de um milhão de pessoas, por mais bem armados que estivessem [...] e assegurar que 100 mil pessoas trabalhassem regularmente nas plantações?⁴⁰

A pergunta mostra-se reducionista da situação política a que as “autoridades tradicionais” se encontravam diante do colonialismo português. No lugar de mencionar as tensões, ambivalências, ambiguidades e as estratégias políticas adoptadas em tempos de violência colonial no meio rural pelos “nobres rurais”, termo utilizado por Serra quando se refere às “autoridades tradicionais”, a abordagem tende a essencializar este vocábulo, que por sinal é colonial. O sentido político que se confere às referidas “autoridades tradicionais” é o de colaboração e aceitação do colonialismo. Mas a história nos apresenta a situação ambivalente a que as ditas “autoridades tradicionais” foram sujeitas pelo Estado colonial, vendo diluída e manietada a sua posição de representantes políticos das populações.

À pergunta que formulou, Serra respondeu de seguinte modo:

[...] na teia de nobres rurais, de sipaios e de cabos de terra que «quadriculavam» literalmente o espaço colonizado e, por outro, nas centenas de amanuenses que enchiam as administrações e as chefias de posto. Eles **aceitavam**, regra geral, a tutela portuguesa, fossem quais fossem as diferenças sociológicas, as resistências, os desacordos, os motivos, etc., porque [...] nela tinham fé, porque a tinham como **legítima**.⁴¹

³⁹ SERRA, Carlos. **Combates pela mentalidade sociológica**. Maputo: 2ª edição, Imprensa Universitária, Maio 2003, p. 89.

⁴⁰ SERRA, Carlos. **Novos combates**... op.cit., 1997, p. 86-87.

⁴¹ Ibid; p. 87. (Negrito do autor)

Recentemente foram publicados livros importantes a respeito da história da luta de libertação nacional do país, tanto pelo relato e descrição dos fatos como pela abordagem crítica dos processos históricos e contradições políticas que caracterizaram essa luta.⁴² Apesar do conteúdo narrativo da vitória e heroísmo que alguns atribuem à sua organização política (a FRELIMO) na luta contra o imperialismo e o colonialismo português e também contra os chamados contrarrevolucionários, há os que mencionam a dialética da descolonização, sobretudo entre as lutas anticoloniais envolvendo as elites e representações políticas dos meios rurais e urbanos. Sobre este último aspecto, vale citar a observação feita por José Luís Cabaço:

À experiência de militância dos emigrados e refugiados, onde prevalecia a vivência rural, vêm juntar-se quadros familiarizados com a modernidade urbana: peri-urbanos, ‘letrados’, trabalhadores, estudantes, pequenos comerciantes, religiosos, intelectuais.

Foi rica, e não isenta de conflitos graves e violentos, a dialética que se criou entre os dois pólos de nacionalismo, a revolta rural e o protesto urbano.⁴³

Em sua tese de doutoramento sobre o processo identitário desencadeado pela FRELIMO durante a luta armada, sobretudo aquele iniciado nas zonas libertadas, Cabaço concluiu que a FRELIMO superestimou o potencial prescritivo e pedagógico da sua ideologia revolucionária e subestimou a dialética cultural do “tempo performativo” da formação identitária. Destacou ainda que a ideologia de transformação cultural revolucionária foi enviesada por um discurso de polarização análogo ao discurso dualista colonial, em que o racismo e a superioridade dos valores e interesses capitalistas do homem branco, europeu, colonizador foram ideologicamente utilizados no processo de dominação colonial.

Cabaço considera que os mecanismos de re-significação das “culturas ditas tradicionais” em relação à modernidade já estavam em curso no contexto colonial e critica a FRELIMO por não ter observado a importância deste processo no seu projeto revolucionário e, sobretudo, por

⁴² MOIANE, José Phahlane. **Memórias de um guerrilheiro**. Maputo: King Ngungunhane Institute, 2ª edição, 2009; NDEGUE, David Francisco Xadrique. **A Luta de libertação na frente do Niassa**. Vol 1. Maputo: JV Editores, 2009; CHISSANO, Joaquim Alberto. **Vidas, lugares e tempos**. Maputo: Texto Editores, 2010; COUTO, Fernando Amado. **Moçambique: o fim do império e o nascimento da nação**. Edição revista e aumentada. Maputo: Ndjira, 1ª edição, 2011; VIEIRA, Sérgio. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: 2ª ed., Ndjira, 2011; NDELANA, Lopes Tembe. **Da UDENAMO à FRELIMO e à diplomacia moçambicana**. Maputo: Marimbique, março de 2012.

⁴³ CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. (Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Antropologia). São Paulo, 2007, p. 393.

não ter valorizado o que chama de “espaços intersticiais” ou “janela que se abria sobre a apropriação de formas de ‘modernização’” no seio da sociedade rural. Além disso, destaca os condicionalismos derivados da “bipolaridade da guerra”, condicionalismos que promovem a emergência de identidades plurais:⁴⁴

A FRELIMO subestimou o fato que a ‘construção da unidade nacional’ se fazia em estreita interação, sempre conflitual, com *identidades já existentes*, as quais, na resistência cultural ao colonialismo, tinham desenvolvido mecanismos de defesa e iniciado processos de adequação de seus valores e de seus sistemas simbólicos ao diálogo com a ‘modernidade’. Condicionado pela bipolaridade da guerra, o movimento de libertação viu nos ‘espaços intersticiais’ [...] que se esboçavam no fim da ocupação estrangeira uma ‘contaminação’ colonial, e não uma janela que se abria sobre a apropriação de formas de ‘modernidade’.

A cultura da situação da guerra coexistia com a formação do Estado e este, por sua essência autoritária de comando, sugeria, em muitos, a analogia subconsciente com o modelo anterior (o Estado colonial, única entidade abstrata de comando que fazia parte do património de experiências dos ex-colonizados), permitindo que se desencadeassem em cada indivíduo (objecto de ‘transformação’) respostas ancoradas nas diferentes experiências de resistência à tutela estatal, reforçando, assim, referências da identidade de origem.⁴⁵

Vale mencionar também a publicação do livro *Em Torno dos Nacionalismos em África*⁴⁶ cujos artigos, todos eles sobre Moçambique, partilham abordagens críticas que apontam para a pluralidade dos nacionalismos, assim como propõem que se pense nas tensões decorrentes da formação dos Estados-nações constituídos na base de “concepções nacionalistas fechadas”.⁴⁷

Encarar os nacionalismos à luz de uma leitura teleológica e finalista da história leva a considerá-los como irreversíveis e como marcos de uma identidade única e imprescritível, tendencialmente excludente de outras identificações e lealdades dos indivíduos.⁴⁸

⁴⁴ CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: UNESP, 2009, p. 311.

⁴⁵ Ibid., p. 310-311. (Grifos do autor)

⁴⁶ NASCIMENTO, Augusto e Rocha, Aurélio (org.). **Em torno dos nacionalismos em África**. Maputo: Alcance, Janeiro de 2013.

⁴⁷ NASCIMENTO, Augusto. Dos nacionalismos às independências em África: ensaio de problematização de percursos políticos em África. In: NASCIMENTO, Augusto e Rocha, Aurélio (org.). **Em torno dos nacionalismos em África**. Maputo: Alcance, Janeiro de 2013, p. 16.

⁴⁸ Ibid; p. 16.

Significa dizer que se faz necessário identificar e compreender as contradições da guerra de libertação. Nesse sentido importa lembrar que durante a luta armada, a FRELIMO observou em Niassa que as autoridades e populações Yao e Nianja foram indispensáveis no processo da preparação e desencadeamento da luta armada e no estabelecimento das bases político-militares em torno das quais ficaram asseguradas as zonas libertadas. Registros dos SCCIM e da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) referentes ao Niassa reportaram o desenvolvimento de uma aliança que se estabeleceu entre a FRELIMO e os chefes Yao nos setores oriental e sul do Niassa, em atividades clandestinas de infiltração de efetivos e de material de guerra; de formação de milícias populares e em atividades de produção alimentar, sendo destacada a relevância da chamada “Estrada de Mataca”.

A 26 de dezembro de 1966, os SCCIM observaram que a FRELIMO vinha utilizando uma extensa faixa de infiltração com pontos iniciais diversos ao longo do rio Rovuma, ao norte do Niassa, designada “Estrada de Mataca”.⁴⁹ Pouco depois, em meados de 1967, autoridades portuguesas descreveram-na como sendo uma

[...] faixa com largura de cerca de 100km desde a foz do rio LUCHURINGO [Lucheringo] a CHAMBA, e 400km de profundidade que se estende desde o R Rovuma [rio Rovuma] ao limite norte do Distrito da Zambézia, através de MILEPA, FORTE MAZIUA, VALADIM, LITUNDE, REVIA e MUOCO.⁵⁰

Contanto que tenha sido observada a importância desse corredor Yao para a luta armada em Niassa contra o governo colonial português, a FRELIMO mencionou que existiam contradições entre si e os importantes Chefes Yao, nomeadamente Mataca, Metarica e Catur, derivadas das concepções de autoridade política, por ela designada de “feudal”:

Em Niassa, onde as estruturas feudais tinham sofrido menos a implantação administrativa colonial, os chefes feudais, como Mataca, M'tarica e Catur, pretendiam, pura e simplesmente, ampliar os seus domínios e reinar como senhores incontestados.⁵¹

⁴⁹ ANTT/SCCIM n° 1465: **Relatório datado de 26 de Dezembro de 1966** (com informações referentes à “Estrada de Mataca”).

⁵⁰ ANTT/SCCIM n° 1941_c0003. Ver Mapa 3 - Croqui dos dispositivos militares da FRELIMO no Niassa.

⁵¹ FRELIMO. **Documentos do 3º Congresso da FRELIMO**/Relatório do Comité Central ao 3º Congresso/O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular. Maputo: [S/D], p. 18.

Ao analisar esta contradição, Luís de Brito constatou que a sua compreensão é indissociável dos conflitos elitistas internos da própria FRELIMO que se repercutiram na relação com as estruturas sociopolíticas linhageiras nas zonas de guerra em Moçambique. Apontou que o conflito político-militar que se desencadeou após a independência do país, prolongando-se por mais de década e meia, teve sua gênese nesta contradição e na forma “revolucionária” - no caso, eivada de maniqueísmos - como a FRELIMO procurou resolvê-la.

Brito nota que esse modo “revolucionário” de lidar com as contradições políticas que lhe eram internas - desde a sua fundação em “frente unida” em junho de 1962 -, caracterizadas por representações sociopolíticas e anticoloniais derivadas de diferentes “trajetórias sociais e culturais”,⁵² foi assegurado pelos “contactos internacionais exclusivos”⁵³ com que a FRELIMO se impôs na direção da organização, da luta armada e nos processos de negociação política decisivos para a conquista da independência.

La rupture avec les élites lignagères s’accomplit non seulement par la marginalisation de ces hommes, mais par la négation de la réalité lignagère et ethnique de la société civile elle-même. La genèse de l’idéal réorganisation rapide du paysannat sur une base collective est certainement le produit direct de cette négation des rapports sociaux originaux au sein de la paysannerie, elle-même issue non seulement d’une lutte entre «révolutionnaires» et «réactionnaires» au sein de la direction du FRELIMO, mais entre groupes aux trajectoires sociales et culturelles opposées: assimilés, Métis e Blancs (fonctionnaires e étudiants) de villes et surtout du Sud, contre élites rurales et petits commerçants surtout septentrionaux. Les différences furent par ailleurs aggravées par des contacts internationaux conduits presque exclusivement par les premiers.⁵⁴

Desde a sua gênese, a FRELIMO se constituiu como uma formação sociopolítica heterogênea. Fundada por moçambicanos negros emigrantes e trabalhadores em Bulawayo e Salisbúria (na Rodésia do Sul, depois Rodésia, atual Zimbábue), e em Dar es Salaam (na Tanganyika), constituintes dos movimentos nacionalistas como a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), MANU e UNAMI, que antecederam e se fundiram na FRELIMO; e também por estudantes moçambicanos assimilados integrantes da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP), do Núcleo dos Estudantes Secundários

⁵² BRITO, Luis. Une relecture nécessaire: la genèse du parti-État FRELIMO. *Politique Africaine* 29, Mars 1988, p. 26.

⁵³ Ibid.

⁵⁴ Ibid.

Africanos de Moçambique (NESAM) e da União Nacional dos Estudantes Moçambicanos (UNEMO).

Essa pluralidade sociopolítica não condiz com asserções segundo as quais a FRELIMO teve uma gênese assimilacionista, que foi militarista⁵⁵, ou ainda situada nos limites do seu discurso “socialista” ou revolucionário. Ora, faz-se necessário considerar que o seu discurso revolucionário teve lugar com a fundação do Movimento Anticolonialista (MAC) e pouco mais tarde, da Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN), ambos de janeiro de 1960, e com a conferência constitutiva da CONCP, em abril de 1961⁵⁶ e que o desdobramento militar se desenvolveu por adoção da estratégia revolucionária africana, sobretudo sediada em Tanganyika. Quer dizer que, apesar de ter sido fundada para atuar como uma frente unida revolucionária, a FRELIMO contemplou resoluções que declaravam simultaneamente a possibilidade tanto da via da luta armada como de negociações políticas que evitassem o desencadeamento da violência nacionalista.

O enquadramento político da FRELIMO no movimento revolucionário das independências nacionais em África, ao qual a CONCP aderiu, e o papel que lhe coube desempenhar na geoestratégia da descolonização da África Austral constituíram uma das suas principais bases e importante força político-militar. De outra parte, em Tanganyika (mais tarde Tanzânia) convergiu o movimento revolucionário africano do qual fizeram parte os governos dos países do Grupo de Casablanca, nomeadamente Gana, Egipto, Guiné, Argélia, Mali, Marrocos, e do Pan-African Freedom Movement of East, Central and South Africa (PAFMECSA), do qual farão parte a própria Tanganyika, Zâmbia, Malawi, Quênia, Etiópia e Somália, entre outros.

Na data de sua fundação, a FRELIMO situou-se nesse quadro de heterogeneidade sociopolítica e de possibilidades, optando pelo desencadeamento da luta armada a 25 de setembro de 1964 como via para a conquista da independência nacional de Moçambique, demonstrando, assim, a recusa pela via da negociação por parte de Portugal.

Por outro lado, a determinação portuguesa em sustentar o que chamou guerra colonial, não pode ser separada da determinação dos regimes rodesiano e sul-africano de assegurar a

⁵⁵ CABAÇO, José Luís. **Moçambique**: identidade, colonialismo e libertação. São Paulo: UNESP, 2009, p. 319.

⁵⁶ ANDRADE, Mário Pinto de. As ordens do discurso do “Clamor Africano” continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário. In: **Estudos Moçambicanos** n° 7. Centro de Estudos Africanos – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1990, p. 22.

manutenção e a constituição das repúblicas governadas por regimes de minoria branca na África Austral, sendo este o plano militar de defesa denominado *Exercício Alcora*, datado de 1970.⁵⁷ A luta armada materializou a opção africana da violência militar para combater Portugal, Rodésia do Sul e África do Sul, sendo ela decisiva para a fundação da FRELIMO, em Dar-es-Salaam.

Por consequência, o discurso revolucionário da luta anti-imperialista, anti-capitalista e anti-colonialista articulado pela FRELIMO visava obter recursos materiais e apoio diplomático do bloco soviético e dos países da Organização da Solidariedade dos Povos da África, Ásia e América Latina (OSPAAAL). Esse discurso não foi endógeno à sociedade moçambicana, mas uma opção estratégica para a realização da luta armada e da independência nacional do país.

Ambivalências ideológicas caracterizaram as organizações nacionalistas independentistas das colônias portuguesas, embora sendo secundarizadas pela luta armada. Joaquim Chissano, dirigente histórico da FRELIMO, parece mencionar este aspecto ao abordar a acusação que Amílcar Cabral fez à UNEMO e à FRELIMO. Chissano conta que em conferência da União Geral dos Estudantes da África Negra (UGEAN) realizada em Rabat, no Marrocos, em 1963, Amílcar Cabral proferiu um “terrível discurso que consistiu num ataque acérrimo à UNEMO, acusando-a de trabalhar a soldo do imperialismo.”⁵⁸ Chissano afirma, inclusive, que Cabral atacava de forma insinuada a própria FRELIMO acusando-a de trabalhar com movimentos nacionalistas pró-imperialistas. Para Chissano, Amílcar Cabral e “alguns líderes” do Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) suspeitavam do Presidente da FRELIMO, Eduardo Mondlane, e de sua esposa Janet Mondlane, norte-americana, por não acreditarem “que alguém formado nos Estados Unidos da América e casado com uma americana pudesse não estar ideológica e estruturalmente ligado às instituições do poder daquele país.”⁵⁹

Ao mencionar este fato, Chissano se referia à importância que deveria ser atribuída à unidade política da luta pelas independências nacionais nas colônias portuguesas, sobretudo entre as organizações nacionalistas filiadas a CONCP, da qual também faziam parte a FRELIMO e o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). De outra parte, se

⁵⁷ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR: DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”; ROSA, Celso Braga, MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena. Memórias da guerra colonial: Alianças secretas e mapas imaginados. **VII Congresso Português de Sociologia**, 19 a 22 de junho de 2012. Universidade do Porto-Faculdade de Letras-Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, p. 9. Capturado a 27 de outubro de 2016.

⁵⁸ CHISSANO, Joaquim Alberto. **Vidas, lugares e tempos**. Maputo: Texto Editores, 2010, p. 369.

⁵⁹ Ibid., p. 368.

referia ao fato de que essas contradições caracterizaram o contexto em que as lutas políticas, - inclusive as formulações ideológicas da libertação e independência nacional - foram espaços e esferas de construção dialógica de influências (africanas, ocidentais e outras) coabitadas nos sujeitos, intelectuais e líderes políticos africanos; a interdependência de influências presente na história da África, pelo que nas análises históricas deve-se ressaltar a importância dos “espaços de construção de ideias e de esferas do debate intelectual que integram influências recíprocas e interdependências mútuas, com perspectivas e atores diversos.”⁶⁰

O discurso revolucionário da FRELIMO considerava como referência ideológica a definição de Vladimir Lenin,⁶¹ segundo a qual o imperialismo era o estágio monopolista do capitalismo e que a sua expansão financeira e econômica constituía a contradição fundamental que estabeleceu a anexação, dominação e opressão da liberdade nacional dos países colonizados. Nesta chave, afirmava que a tendência monopolista do capitalismo intensificaria os antagonismos entre dominação capitalista e liberdade nacional econômica, política e cultural, criando as condições materiais para a guerra de libertação e independência nacional.

Em 1970, a FRELIMO afirmava reconhecer, no surgimento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1917, a concretização da revolução socialista e da teoria revolucionária de Lenin, assumindo que este país constituiu uma base “material e moral sólida” que articulada às condições favoráveis garantiu o sucesso da revolução:

The October Socialist Revolution, by creating the first socialist state in the world, established the basis for the creation of the socialist camp. [...] created the conditions favourable for the success of the liberated struggles of the colonised peoples. There appeared in the world plane a solid material and moral rear base, which, by its very existence, neutralised a considerable part of the military and economic power of imperialism.⁶²

Em reunião do Comitê Central realizada de 9 a 14 de maio de 1970, a FRELIMO reiterou o compromisso de orientação ideológica assente na teoria revolucionária de Lenin, ao afirmar que

⁶⁰ HERNANDEZ, Leila Leite. Elites africanas, a circulação de ideias e o nacionalismo anticolonial. In: RIBEIRO, Alexandre, GEBARA, Alexander e BITTENCOURT, Marcelo (org.) **África passado e presente**: II encontro de estudos africanos da UFF [recurso eletrônico]. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2010, p. 146.

⁶¹ LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**: ensaio popular. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012, p. 163-164.

⁶² FRELIMO. **Mozambique Revolution**, nº 42. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Janeiro-Março 1970, p. 25.

a luta armada nacionalista era a resposta natural e proporcional das massas oprimidas da classe operária e camponesa contra a violência da burguesia capitalista e imperialista,⁶³ assumindo que a luta armada era a via para a conquista da independência nacional de Moçambique e a base da unidade ideológica que se concretizara na nova direção da organização após a crise de 1969.⁶⁴

Nessa reunião o Comitê Central afirmou que a unidade ideológica estabelecida na organização e que permitiu a eleição da “liderança verdadeiramente revolucionária”,⁶⁵ na qual Samora Machel foi investido ao cargo de Presidente da FRELIMO e Marcelino dos Santos ao cargo de Vice-Presidente, representou a vitória da linha revolucionária moçambicana contra a corrente que conspirava com o governo português e seus aliados imperialistas a via da negociação para a conquista de uma independência de fachada. Apontou ainda que a ambiguidade ideológica tinha sido a origem da contradição e divergência política que afetaram a FRELIMO desde a sua fundação a 25 de junho de 1962, em Dar es Salaam:

The Central Committee, taking up the orientation of its previous meeting of April 1969, analysed the origin of the contradictions in FRELIMO, which go as far back as the time of its creation. At that time the main contradiction was based on the difference of conception concerning the methods to achieve independence: some Mozambicans, looking at the example of other African countries idealised the realisation of independence in the halls of the UN, in talks, negotiations, which would have as their ultimate result the handing of independence by the Portuguese Government to FRELIMO in a solemn ceremony, with feasts and celebrations. When it became clear that that method had failed, and the recognition of the necessity of the armed struggle took a more concrete shape, those Mozambicans who were not psychologically prepared for an armed struggle (and who were the majority of the founding members of FRELIMO) deserted the organization.⁶⁶

De fato, a FRELIMO se manteve firme no aspecto central da luta armada e da unidade política entre os movimentos nacionalistas da África Austral, ciente do quadro estratégico que preconizava para enfrentar os regimes português, rodesiano e sul-africano; e que a formação de um governo revolucionário em Moçambique, em Angola, no Zimbábue ou na Namíbia desempenharia o papel de acelerar esse processo. Esta condição estratégica foi o fator

⁶³ FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 42. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Janeiro-Março 1970], p. 26.

⁶⁴ FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 43. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Abril-Junho de 1970, p. 7, 8.

⁶⁵ Ibid., p. 3.

⁶⁶ Ibid., p. 7-8.

preponderante que impôs limites a eventuais ambiguidades ideológicas na FRELIMO e que, por ocasião da tragédia de 1969 seria oportunamente utilizada para reiterar a determinação revolucionária da organização e o compromisso com o quadro estratégico para a descolonização da região. Porém, o discurso “socialista” foi flexível, em especial quando se observou a importância e a indispensável necessidade de salvaguardar a unidade política com as autoridades locais africanas que tinham influência junto das populações do interior do país.

Sem dúvida foi Samir Amin que avançou em relação a questão do desenvolvimento da luta de classes no âmbito da “dimensão mundial” – no “quadro do sistema mundial”- colocando no centro a natureza dos Estados nacionais que viriam a ser os representantes ou parte integrantes da contradição capitalista, porque o “Estado é o Estado dos monopólios”. Ainda que se intitulassem de Estados nacionais independentes, a sua ideologia e o discurso revolucionários não impediram que neles a “racionalidade do sistema permanece[sse] capitalista.”⁶⁷ A partir do momento em que os dirigentes dos movimentos “revolucionários” do tempo das lutas de libertação nacional se tornaram dirigentes dos Estados nacionais, se transformaram em burguesias acessórias das burguesias centrais, constituindo as duas – a burguesia da periferia e a burguesia do centro –, sistematicamente, a burguesia mundial capitalista: “A burguesia mundial é, primeiramente, a burguesia do centro e, acessoriamente, a da periferia, constituída na sua esteira.”⁶⁸

Enfim, com essa observação, pode-se dizer que se o discurso revolucionário foi ao ponto de tornar possível a queda dos Estados coloniais, contudo não logrou tornar o processo de descolonização com características capazes de levar os Estados nacionais a uma independência efetiva, isto é, não meramente formal.

Vista nestes termos, a ambivalência política, como procuramos destacar ao longo desta pesquisa foi um aspecto característico do processo de descolonização, situando o movimento independentista africano nos jogos de tensão interna entre a revolução armada (as chamadas lutas de libertação nacional) e a negociação política, situando os governos dos Estados independentes e as organizações nacionalistas entre o capitalismo e o socialismo e situando as comunidades africanas entre a proteção colonial e a libertação nacional. Importante é que essa ambivalência foi presidida pelo imaginário que opera como oposição discursiva à invenção de

⁶⁷ AMIN, Samir. **A dimensão mundial da luta de classes**. Porto: Publicações Escorpião, dezembro de 1975, p. 13, 14.

⁶⁸ Ibid; p. 14.

uma modernidade colonial⁶⁹ e à sua reinvenção pós-colonial e pós-moderna,⁷⁰ historicamente significando resistência e contradição, a tensão interna do sujeito e das culturas africanos ante o colonialismo e ao nacionalismo africano, sendo o imaginário o marco celebratório da vitalidade do sujeito e das culturas, ainda que sob uma condição interna ambivalente. Porque, segundo Bauman, a “ambivalência é o limite de poder dos poderosos. Pela mesma razão, é a liberdade daqueles que não têm poder.”⁷¹

Georges Gurvitch afirmou que a realidade social é intrinsecamente dialética por contemplar a interpenetração, tensões e o “combate” entre elementos de um mesmo conjunto social:⁷²

A dialética consiste, por um lado, em manifestar e, por outro, em enfatizar tensões, oposições, conflitos, lutas, contrários e contraditórios [...]. A dialética é a manifestação e a acentuação do fato de que elementos de um mesmo conjunto condicionam-se reciprocamente e de que [...] a maioria das manifestações conflitivas pode tanto interpenetrar-se em diferentes graus quanto combater-se com maior ou menor intensidade. Em resumo, a dialética desemboca em *uma infinidade de graus intermediários entre os termos opostos* [...].⁷³

A dialética também está no núcleo do pensamento de Georges Balandier que ao abordar a situação colonial se referiu à dialética complexa e sistêmica da colônia como “totalidade”, como “sociedade global”, situação em que a sociedade colonial e a sociedade colonizada desenvolvem relações entre si que “implicam tensões e conflitos”;⁷⁴ relações historicamente constituídas que respondem à “reciprocidade de perspectivas”.⁷⁵ A noção de situação colonial evoca a totalidade e a heterogeneidade na perspectiva metodológica e teórica da abordagem das relações entre a sociedade colonial e a sociedade colonizada e entre os grupos heterogêneos existentes na colônia:

⁶⁹ RANGER, Terence. The invention of tradition in colonial Africa. In: HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (edr.) **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

⁷⁰ APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: A África na filosofia da cultura**. Trad. Vera Ribeiro, Revisão da Tradução Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997, p. 208-212.

⁷¹ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999, p. 190.

⁷² GURVITCH, Georges. **Dialética e Sociologia**. Trad. de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1987, p. 173.

⁷³ Ibid; p. 30. Grifos do autor.

⁷⁴ BALANDIER, Georges. A Situação Colonial: Abordagem Teórica [1951]. Trad. Bruno Anselmi Matangrano. In: **Cadernos CERU/Centro de Estudos Rurais e Urbanos**. São Paulo: CERU/USP, série 2, v. 25, n° 1, Junho de 2014, p. 40.

⁷⁵ Ibid; p. 43.

Preferimos [...] considerar a situação colonial em seu conjunto e enquanto sistema; evocamos os elementos em função dos quais toda situação concreta pode ser descrita e compreendida, mostramos como estão ligados entre si e que toda a análise parcial é ao mesmo tempo unilateral. Esta *totalidade* questiona os ‘grupos’ que compõem a ‘sociedade global’ (a colônia) [...]; apreende-se em todos os níveis da realidade social. [...] a situação colonial se modifica profundamente e em um ritmo rápido. Isto impõe, portanto, que se a considere historicamente.⁷⁶

Em relação à situação colonial vale lembrar a descrição de Frantz Fanon sobre a condição interna do sujeito colonizado, situando-o como ideologicamente indeterminado, o que levou Robert Young a classificá-la como uma abordagem paradigmática, pela qual o considera como “o pai fundador da crítica colonial moderna.”⁷⁷ Young observou o fato de Fanon ter identificado a ambivalência subjetiva do homem colonizado, situado entre as duas zonas coloniais, o mundo do colono e o mundo do colonizado. Dessa forma, Young salienta a importância da resiliência dos sistemas culturais africanos que, apesar da violência racial do colonialismo, se mantiveram e se desenvolveram como referentes identitários da subjetividade.

É nesse aspecto da condição indeterminada do sujeito, assente sobre os sistemas culturais específicos, que importa considerar Fanon, tendo em vista que o sujeito colonizado se manifestou, não raro, dissonante em relação ao discurso da pacificação ou de proteção colonial, com uma pluralidade de respostas que incluíram a articulação e a negociação, além de movimentos de resistência quando se deparou com uma situação oportuna para reivindicar sua liberdade sociopolítica. Essa dissonância se revelou também em relação às ideologias libertárias, como a que foi propagada pelo movimento nacionalista africano. Nessa perspectiva procuramos situar os Yao e a sua subjetividade política no contexto da luta armada que teve lugar em Niassa.

A consideração da tensão interna do sujeito é um importante instrumental para compreendermos os Yao no contexto da luta armada, em particular, no que diz respeito ao discurso da independência nacional de Moçambique. Nesse caso, o mundo desejado pelo sujeito pode ser representado como sendo a nação concebida em relação ao discurso de libertação nacional, e a tensão interna como sendo ativada pela imaginação da comunidade política nacional. Teoricamente, o sujeito Yao poderia ser compreendido desde a situação interna que lhe

⁷⁶ BALANDIER, Georges. A Situação Colonial: Abordagem Teórica [1951]. Trad. Bruno Anselmi Matangrano. In: **Cadernos CERU/Centro de Estudos Rurais e Urbanos** ... op.cit., p. 55-56. Grifos do autor.

⁷⁷ YOUNG, Robert J. C. **Colonial Desire: Hybridity in Theory, Culture and Race**. London and New York: Routledge, 1995, p. 161.

coloca em tensão entre o discurso libertário voltado para o seu território de origem - o território de sua linhagem matrilinear - e o discurso de independência nacional voltado para o território mais amplo que é Moçambique.

Historicamente, esta tensão é importante por gerar um novo discurso do sujeito Yao que é a formação interna da identidade nacional moçambicana, resultante da dialética produzida nesta tensão e que não parece possível ser entendida como concretizada na adesão à FRELIMO, porque a adesão retira o sentido da dialética da unidade política. Por conseguinte, a identidade nacional do Yao forma-se pelo desejo suscitado pelos aspectos positivos dispostos no discurso de libertação e independência nacional. Não sendo uma identidade por simples adesão, a identidade nacional Yao foi presidida pela permanente tensão dialética entre o discurso linhageiro-matrilinear e o discurso de Estado nacional moçambicano que se constitui no imaginário político Yao como uma nova referência subjetiva. Essa dialética discursiva situa-se no centro da identidade nacional e mantém um Yao como sujeito de Moçambique como comunidade política imaginada, nos termos concebidos por Benedict Anderson:

[...] [a nação] é imaginada como uma *comunidade* porque, independentemente da desigualdade e da exploração efetivas que possam existir dentro dela, a nação sempre é concebida como uma profunda camaradagem horizontal. No fundo, foi essa fraternidade que tornou possível, nestes dois últimos séculos, que tantos milhões de pessoas tenham-se disposto não tanto a matar, mas sobretudo a morrer por essas criações imaginárias limitadas.⁷⁸

Essa condição discursiva que preside a subjetividade e a relação política dialógica e dialética seria, segundo Slavoj Žižek, o que explica o fato de, historicamente, o sujeito viver momentos de entre-ideologias, momentos de apreensão e de desapreensão; porque a ideologia é um constructo cujo artifício é a omissão das relações de poder subjacentes ao discurso, a arte de “*mentir sob o disfarce da verdade*.”⁷⁹; dado que, citando Žižek, “[...] *para ser eficaz, a lógica de legitimação da relação de dominação tem que permanecer oculta*.”⁸⁰ Nesse trânsito, o sujeito é movido pela experiência imaginária de libertação, um momento ideológico por excelência.

⁷⁸ ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: 2ª reimpressão, Companhia das Letras, 2011, p. 34. Grifo do autor.

⁷⁹ ŽIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In. ŽIZEK, Slavoj. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 14. Grifos do autor.

⁸⁰ Ibid; p. 14. Grifos do autor.

Segundo o mesmo autor, o sentido imaginário da experiência de libertação, o momento subjetivo entre-ideologias, pode ser compreendido como um “traço universal”:

Basta lembrar a desintegração do socialismo real: o socialismo era percebido como o império da opressão e da doutrinação ‘ideológicas’, enquanto a passagem para a democracia-capitalismo foi vivenciada como uma libertação dos grilhões da ideologia. Mas essa experiência de ‘libertação’ [...] não é ideológica por excelência? O que queremos dizer é que esse traço é *universal*: não há ideologia que não se afirme distinguindo-se de outra ‘mera ideologia’. O indivíduo submetido à ideologia nunca pode dizer, por si mesmo, ‘estou na ideologia’; ele sempre requer outro corpo de opiniões, para deste distinguir sua própria postura, ‘verdadeira’.⁸¹

As experiências imaginárias de libertação fazem parte da história dos povos, e dos Yao em particular; bem como do sentido da abstração e perscrutação das suas relações com os enunciados históricos e essencialmente ideológicos de liberdade, independência, igualdade, progresso e de proteção, entre outros, que não passam de valores mercadologicamente construídos – “organicamente gerados pelo próprio sistema de mercado e dialeticamente ligados a ele de maneira indissociável.”⁸² – e que nada têm de escolhas por parte dos sujeitos.

A historiografia sobre os Yao permite-nos visualizar que a história colocou-os em tensões dialéticas e ambivalentes nos contextos do capitalismo mercantil e do capitalismo monopolista desde a ocupação militar dos seus territórios linhageiros pela Companhia do Nyassa, entre fins do século XIX e início do século XX. Sua história de comércio do marfim e do escravo implicou no seu crescimento sociopolítico e em rivalidades com os grupos populacionais vizinhos como os Nianja, Macua e Angoni, os principais alvos de suas razias escravocratas. A histórica importância das caravanas Yao e da sua frequência nos “negócios da terra” em Mossuril e Ibo, referenciada pelas autoridades portuguesas da Ilha de Moçambique e do Ibo, foi o chamariz que atraiu a atenção dos governos português e inglês da Niassalândia que em fins do século XIX viram no seu engrandecimento e no da cidade de Muembe, em especial, sinônimo de riqueza e objeto de saque.

O significado que os Yao atribuíam à sua soberania foi demonstrado no heroísmo da sua luta contra as colunas militares de ocupação luso-britânicas que tornaram possível a negociação

⁸¹ ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 25. Grifos do autor.

⁸² JAMESON, Fredric. O pós-modernismo e o mercado. In: ZIZEK, Slavoj (Org.) **Um mapa da ideologia**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: 1996, p. 280.

para o término das hostilidades. O feito dos chefes Mataka e Malingalira em não ceder ao terror das armas europeias e o fato do primeiro ter escolhido o exílio ao invés da capitulação resultou na destruição de Muembe, do mesmo modo que a capitulação de Metarica e Catur não impediu que fossem submetidos à figura de auxiliares civis da administração colonial nas suas povoações.

A sua história de progresso e destruição, engrandecimento e conflito, não tão distante do período da luta armada que se desencadeou em Niassa a partir de setembro de 1964, constituiu um marco de significação e de representação que iludirá quem pense que os Yao viram no discurso de liberdade, independência e progresso propagado pelo movimento nacionalista uma evidência da libertação. Essa história dos Yao e o futuro anunciado pelo discurso de independência nacional constituíram uma tensão por não os reconhecerem por seu território ou por seu passado histórico, mas apenas pelo discurso com que se apresentaram em relação ao colonialismo português e ao nacionalismo da época da luta armada das décadas de 1960 e 1970.

De outra parte, também a identidade Yao é atravessada pela tensão histórica que os situa no tempo dos fatos, no caso, relativa ao tempo da luta armada de independência nacional de Moçambique. O fato da FRELIMO se referir aos chefes Yao como “chefes feudais” ou de pretenderem ser “senhores incontestados”,⁸³ ou mesmo pelo fato do governo colonial português ter reconhecido a importância da “Estrada de Mataka” em Niassa mostra como a identidade Yao se formou da tensão dialética entre o discurso linhageiro-matrilinear Yao e os discursos ideológicos coloniais e nacionalista da FRELIMO.

Ao definirmos os Yao temos em vista uma pluralidade de referências identitárias ou culturais por seus deslocamentos em diferentes temporalidades – o discurso de origem Yao e o discurso da libertação nacional – e espaços – o do território linhageiro-matrilinear e o do Estado nacional condicionando várias ambivalências históricas. O próprio fato dos sujeitos se encontrarem em situação de deslocamento por entre mais de uma identidade cultural é um problema subjetivo e teórico. A não observação da presença dessa situação interna nas populações e nos Estados nacionais resulta em um conjunto de equívocos teóricos como o de

⁸³ FRELIMO. **Documentos do 3º Congresso da FRELIMO**... op.cit. s/d, p. 18.

apreender os nacionalismos em África (e Ásia) como “formas modulares”⁸⁴ do nacionalismo ocidental, mais particularmente do eurocêntrico.

Ao se opor contra a racionalidade moderna ocidental que considera o imaginário nacional do mundo ex-colonial como um “perpétuo consumidor da modernidade” ocidental, Chatterjee incide sua análise sobre o que entende como sendo a dificuldade de se observar que é a diferença, não a identidade em relação às “formas modulares” de nacionalismo ocidentais, que preside os “resultados mais poderosos e criativos da imaginação nacionalista em Ásia e África”.⁸⁵ Para si a imaginação da nação foi sempre um domínio soberano independente do fato da comunidade em causa estar sob o domínio material do Estado colonial: “If the nation is an imagined community, then this is where it is brought into being. In this, its true and essential domain, the nation is already sovereign, even when the state is in the hands of the colonial power.”⁸⁶

Em relação a Moçambique nos lembramos de uma asserção que parece exemplar: “Moçambique não existe”.⁸⁷ O centralismo conceptual subjacente está na origem da classificação segundo a qual existem “nações indisputáveis”⁸⁸ e outras que pelo seu etnicismo não devem ser consideradas como nações. A omissão histórica contida nessa asserção sobre as identidades nacionais é enviesada por um discurso etnicista que negligencia o fato material ou “externo”, como disse Chatterjee, do figurino geopolítico dos Estados nacionais tal como se apresentam na atualidade. Por um lado, remete para o foro étnico os Estados nacionais pós-coloniais, como Cahen faz em relação a Moçambique, e não considera que a mesma hegemonia capitalista ocidental participou na constituição da geopolítica dos Estados nacionais ocidentais.

Para o historiador francês Cahen, Moçambique e os restantes países colonizados por Portugal em África não têm nação, em decorrência da heterogeneidade de “nações” (referindo-se às comunidades étnicas neles existentes). Para si, essa heterogeneidade provoca a cristalização de identidades “nacionais” (étnicas) que concorre para um futuro ou destino nacional inimaginável,

⁸⁴ CHATTERJEE, Partha. **The nation and its fragments**: Colonial and postcolonial histories. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1993, p. 5.

⁸⁵ Ibid. p. 5.

⁸⁶ Ibid. p. 6.

⁸⁷ CAHEN, Michel. Angola, Moçambique: que futuro para os crioulos? In: **InforAfrica Confidencial**, n° 63, Jul. 94.

⁸⁸ CAHEN, Michel. Anticolonialism & nationalism: deconstructing synonymy, investigating historical processes: notes on the heterogeneity of former African colonial Portuguese areas. In: MORIER-GENOUD, Eric. **Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique**. Leiden, Brill, 2012, p. 25.

agravado pela condição econômica periférica que os torna incapazes de garantirem o progresso, a condição para a formação do Estado-nação. Por conseguinte, retira o mérito histórico dos termos “movimento de libertação nacional”, “luta armada de libertação nacional” e “independência nacional” evocados pela FRELIMO, por considerar que o nacionalismo que deveria ser acentuado é o nacionalismo étnico ou etnicista, aquele que é dominado por um movimento social pluri-nacionalista (pluriétnico).⁸⁹

Presente em suas várias publicações, a tese de Cahen provocou reações diversas no seio da academia moçambicana. Vale mencionar a oposição feita pelo sociólogo moçambicano Elísio Macamo, para quem Moçambique é uma nação porque existe no país uma vontade e um consentimento de uma “comunidade de destino”:

Eduardo Mondlane tinha consciência da precariedade da noção nacionalista. Ele próprio reconheceu que a colonização portuguesa tinha criado o quadro dentro do qual o sentimento nacionalista se poderia desenvolver. A Frelimo entendeu-se como coalescente desse sentimento, como instrumento de projeção dessa comunidade imaginada que é hoje Moçambique.⁹⁰

Para Macamo, Moçambique existe como nação porque é uma vontade expressa na “interacção” afetiva, histórica, social e quotidiana entre a forma e conteúdo, entre a ideia ou “conceito” de Moçambique e as interações socioculturais existentes no território de Moçambique: “É na interacção do dia a dia que se constitui Moçambique.”⁹¹

No caso moçambicano, a omissão do mérito histórico das tensões dialéticas da libertação anticolonial esteve associado ao etnicismo do nacionalismo-revolucionário que pretendeu centralizar a libertação no discurso revolucionário. Este aspecto foi aflorado nas publicações que abordaram as divisões sociopolíticas que flagelaram o Estado nacional moçambicano. De forma geral, foi denunciada a fraca legitimidade política do Estado nacional como sendo consequência do centralismo partidário do Estado nacional.

⁸⁹ CAHEN, Michel. Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique, em particular. In: CASTELO, Cláudia et al. **Os outros da colonização**. Ensaio sobre o colonialismo tardio. Instituto de Ciências Sociais. Lisboa; CAHEN, Michel. Anticolonialism & nationalism: deconstructing synonymy, investigating historical processes ... op.cit., p. 25.

⁹⁰ MACAMO, Elísio. A nação moçambicana como comunidade de destino. **Lusotopie**, 1996, p. 359-360.

⁹¹ MACAMO, Elísio. A influência da religião na formação de identidades sociais no sul de Moçambique. In: SERRA, Carlos (dir.). **Identidade, moçambicanidade**... op.cit., 1998, p. 43.

Em 1994, os investigadores Abrahamsson e Nilsson⁹² afirmaram que o Estado nacional não era a única referência cultural em Moçambique e que a importância que as populações lhe davam poderia ser deslocada para a família, clã, etnia, podendo evoluir para a desintegração nacional, sempre que o Estado nacional revelasse dificuldades políticas de manter ativo e significativo seu discurso de progresso associado ao imaginário de libertação nacional.

De uma maneira simplificada, pode dizer-se que a legitimidade dum estado-nação, como forma de organização política, pode ter como base até que medida ele consegue garantir a sobrevivência da população a longo prazo e oferecer uma visão do futuro. Se o estado-nação não consegue atingir estes objectivos, as pessoas procuram outras formas de associação. A experiência mostra que em África, a primeira alternativa é a família, o clã, a etnicidade e as instituições da sociedade tradicional. Se não houver alternativas que possam atingir uma legitimidade rápida, o único resultado possível é a desintegração.⁹³

Os referidos autores consideravam que o discurso de progresso e de libertação do Estado nacional revolucionário moçambicano era afetado por escolhas políticas geradoras de oposições internas, resultando em divisões fratricidas no país, escolhas que tinham sido engendradas na época da luta armada e que davam menos importância às dialéticas da libertação anticoloniais.

O problema se desencadeia, sobretudo após a independência nacional quando as relações dialéticas são sobrepostas por certo maniqueísmo político e por um centralismo autoritário, embora subsumido pela adjetivação democrática, em nome do Estado revolucionário-socialista e de uma “modernização autoritária.”⁹⁴ A compreensão nacional das repercussões provocadas no país pelo autoritarismo imposto a uma sociedade sociocultural e política plural abriu espaço para que a crítica sobre a mesma fosse colocada como um problema desafiador, também na academia. A publicação do livro de artigos *Moçambique: etnicidades, nacionalismo e*

⁹² ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. **Ordem mundial futura e governação nacional em Moçambique**. Maputo: Padrigu e CEEI-ISRI, 1998, p. 37.

⁹³ ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. **Moçambique em Transição**: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. Trad. Dulce Leiria. 1ª ed. Maputo: Padrigu e CEEI-ISRI, Março 1994, p. 277.

⁹⁴ Cf. SUMICH, Jason. ‘An imaginary nation’ Nationalism, ideology & the Mozambican national elite. In: MORIER-GENOUD, Eric. **Sure Road?** Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique. Leiden, Brill, 2012; CAHEN, Michel. Anticolonialism & nationalism: Deconstructing Synonymy; Investigating Historical Processes. Notes on the Heterogeneity of Former African Colonial Portuguese Areas. In: MORIER-GENOUD, Eric. **Sure Road?** ... op.cit. 2012.

o estado. Transição inacabada (1996)⁹⁵ enfatiza a importância dessa pluralidade para o Estado nacional. Por seu turno, sem deixar de reconhecer a existência de fenômenos étnicos na sociedade moçambicana, alguns investigadores como Serra criticam a ênfase que acentua uma abordagem estática dos “grupos étnicos” e das “autoridades tradicionais”.

Carlos Serra argumenta que ao longo da história do país houve uma crescente fluidez sociocultural de grupos heterogêneos que explica que no contexto atual seja o Estado nacional, não a etnia e suas “autoridades tradicionais”, credíveis e legítimas.⁹⁶ Enfim, afirma que o fato de se abrir espaço a essa crítica na academia moçambicana marca “um debate que faltava fazer no nosso País hoje, fora do ‘politicamente correcto’ e das ilusões de transparência, numa modernidade na qual se põe, com crescente acuidade, o problema da identidade grupal e da relação com o Outro”.⁹⁷

A importância do estudo dos Yao na história da conquista da independência nacional de Moçambique demonstra que apesar da violência da ocupação militar, econômica e sociocultural, o aparelho administrativo colonial não suprimiu o sentido da libertação dos povos, manifesta sob a forma das tensões coloniais. Ranger refere que os africanos se apropriaram da forma de autoridade e progresso a si apresentados na disciplina e burocracia colonial ao verem neles elementos inovadores para os seus projetos de modernização política.⁹⁸ Reitero uma vez mais que contando que o simbolismo imperial reproduziria a colaboração africana, as administrações coloniais tiveram de reconhecer que a imaginação política dos africanos se sobrepôs às representações de colaboração e pacificação.

Enfim, a tensão dialética constitui a realidade social concreta que esteve na origem da invenção⁹⁹ dos simbolismos de progresso e de autoridade política observados no contexto dos Estados coloniais e que diluiu e tornou porosos os maniqueísmos e dualidades ideológicos que eventualmente caracterizaram o colonialismo e o processo da luta armada no Niassa, tornando

⁹⁵ MAGODE, José (edr). **Moçambique: etnicidades, nacionalismo e o estado. Transição inacabada**. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais/Instituto Superior de Relações Internacionais, 1996.

⁹⁶ SERRA, Carlos. **Novos combates pela mentalidade sociológica** ... op.cit., 1997; SERRA, Carlos. **Combates pela mentalidade sociológica** ... op.cit., Maio de 2003.

⁹⁷ SERRA, C. (dir.). **Identidade, moçambicanidade**... op.cit. 1998, p. 11.

⁹⁸ RANGER, Terence. The invention of tradition in colonial Africa. In: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (edr.) **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

⁹⁹ RANGER, Terence. The invention of tradition in colonial Africa. In: HOBBSAWM, Eric e RANGER, Terence (edr.) **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

possível no seio dos Yao a formação da imaginação da comunidade política nacional moçambicana.

Estas ideias atravessam os 5 capítulos desta tese. O primeiro capítulo - *Historiografia sobre os Yao e o Capitalismo Mercantil* - aborda a historiografia dos séculos XVIII e XIX, com a qual analisamos sua participação no contexto do capitalismo mercantil da região sul-oriental da África, procurando compreender as causas internas da sua sociedade que tornaram os Yao importantes na rota do comércio do marfim e no tráfico de escravos.

O segundo capítulo - *Da Submissão Yao ao Discurso de Independência de Moçambique* - trata das suas reações e iniciativas políticas no contexto da invasão e ocupação militar português que antecedeu ao processo de implantação do território colonial de Moçambique no século XX, destacando as formas de resistências anticoloniais e situando aos Yao no contexto de dominação colonial portuguesa estabelecida ao longo da primeira metade do século XX.

Por sua vez, o terceiro capítulo - *A FRELIMO e a Geopolítica da África Austral* - aborda as contradições ideológicas do movimento independentista em África e o seu desdobramento geopolítico na África Austral, sobretudo no que tange a Moçambique, Tanzânia e Malawi e suas implicações na luta armada desencadeada na área de estudo, nas décadas de 1960 e 1970.

Quanto ao quarto capítulo - *Os Yao e a Luta Armada de Independência em Moçambique* - apresenta a situação política em Niassa antes do início da luta armada e particulariza os Yao em um contexto caracterizado pelo surgimento do discurso de independência nacional na região.

Por último, o quinto capítulo - *Desenvolvimento da Luta Armada em Niassa* - apresenta o desenvolvimento da luta armada de independência nacional em Niassa e destaca a contribuição político-militar prestada pelos Yao, que a partir das suas povoações dos setores oriental e sul tiveram uma importante participação no que se chama de “Estrada de Mataka”, um corredor geoestratégico utilizado pela FRELIMO ligando a sua sede em Dar es Salaam e as frentes militares do Niassa e provavelmente do centro de Moçambique.

CAPÍTULO 1

HISTORIOGRAFIA SOBRE OS YAO E O CAPITALISMO MERCANTIL

1.1. Origem dos Yao

Não estão ainda esclarecidas as questões sobre a origem da população Yao de Moçambique. No livro que publicou em 1919 sobre a tradição oral Yao, Yohanna Abdallah defende que a população Yao teve uma origem diferente das outras populações que habitam a região do Niassa. Afirma que os Yao têm a sua origem nos montes *Yao* situando-os entre Muembe (a antiga capital do Estado do Mataca) e o rio Lucheringo, enquanto os Nguru¹⁰⁰ eram chamadas as populações que vivem na região do monte *Mangulu*, situado ao sul de Blantyre.¹⁰¹

Estudos feitos sobre os Yao referem que grupos populacionais da região do Niassa teriam adoptado a identidade Yao. J. C. Mitchell observou esse tipo de identificação preferencial na região ao sul do Malawi entre alguns grupos, dos quais se destaca os Nguru: “The Nguru also prefer to call themselves Yao”.¹⁰² Gerhard Liesegang observou na província do Niassa que algumas tradições orais Nianja mencionam que importantes chefes Yao tiveram um passado Marave e Nianja.¹⁰³ Referido também que alguns chefes Nianja adotaram a identidade Yao: “há régulos Nyanja que hoje são Ajauas: Catur, Mbagalila, Namanbo, Chizoma e Cumalimba.”¹⁰⁴

Edward Alpers localizou o núcleo original dos Yao no noroeste do atual território de Moçambique situado entre o rio Lucheringo, ao oeste, o rio Lugenda, a leste, o rio Luambala, ao sul, e o rio Rovuma ao norte: “The heart of Yao country lies in north-west Mozambique, bounded approximately by the Rivers Lucheringo to the west, Luambala to the south, Lugenda to the east,

¹⁰⁰ De 1983, consta a seguinte referência sobre a população Manguro, Nguru ou ainda Anguro: “Angurus [é] uma designação que os Maraves (Chewa) davam às populações que viviam a oriente do seu território. Há quem os considere Makwa-Lomwè que se distinguiriam dos restantes devido à influência da cultura Chewa.” YOHANNA, B. Abdallah. **Os Yao**. (Tradução do inglês, introdução e notas). Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique/Universidade Eduardo Mondlane, 1ª edição, 1983, Anexo I, Parte I.

¹⁰¹ ABDALLAH, Yohanna B. **The Yaos Chiikala Cha Wayao**. (Arranged, edited and translated by Meredith Sanderson). Second Edition. London: Frank Cass, 1973 [1919], p. 7 e p. 8.

¹⁰² MITCHELL, J. C. The Yao of Southern Nyasaland. In. COLSON, Elizabeth e GLUCKMAN, Max (ed.) **Seven Tribes of British Central Africa**. The Rhodes-Livingstone Institute/Manchester University Press, 1959 [1951], p. 297.

¹⁰³ LIESEGANG, Gerhard. **História do Niassa ca. 1600-1918**: Estados, política e economia no período precolonial e a conquista colonial. Maputo: [S/D] (mimeo).

¹⁰⁴ Paulo Litumbe citado por LIESEGANG, Gerhard. **História do Niassa** ... op.cit. (mimeo).

and Ruvuma to the north.”¹⁰⁵ De outra parte, contrariando Abdallah e considerando a descrição feita por Gaspar Bocarro¹⁰⁶ em 1616, Alpers sugere que Yao e Manguro (o mesmo que Nguru) seriam designações diferentes para um mesmo grupo:

Nevertheless, there is reason to believe that Manguro through which Bocarro passed in 1616 was inhabited by Yao.

[...]

So while the evidence is *less than conclusive*, the indications of the available source are that the Yao probably were the people who were known to Bocarro only as Manguro.¹⁰⁷

Baseando-se na tradição oral Yao, Abdallah defende a narrativa segundo a qual a dispersão dos Yao teve origem em “tempos muito, muito antigos”¹⁰⁸ e teria sido provocada por conflitos que se desenvolveram entre os antepassados Yao nos montes *Yao*. No entanto, é omissa quanto às causas que teriam estado na origem desses conflitos, dos quais resultou a expansão regional das populações Yao pelo interior da África Sul-Oriental. Hoje os Yao se concentram em Moçambique na mesma região descrita por Alpers, na atual província moçambicana do Niassa, sendo identificados ainda na região sul da Tanzânia e também no Malawi.

Provavelmente existiram contradições entre os nossos antepassados, o que os fez separarem-se e seguirem diferentes caminhos, indo habitar outras regiões. [...] Este êxodo de que eu falo passou-se há muitos anos antes das guerras com os Makua-Lolo; as de Msoma; as de Kaondo e as dos Ngoni; muito antes de se pensar que estas guerras viriam a acontecer. Estou a falar de tempos muito, muito antigos.¹⁰⁹

Estudos sobre este período remoto da origem da população Yao se baseiam na tradição descrita por Abdallah. Os processos que teriam estado na origem da dispersão dos Yao a partir do núcleo original nos montes *Yao* e a respectiva datação dos fatos foram objeto de menções em estudos sobre essa população. Manuel G. Amaral apresenta a seguinte estimativa do período do início da expansão Yao:

¹⁰⁵ ALPERS, Edward A. **Ivory and slaves**: changing patterns of international trade in East Central Africa to the later nineteenth century. California: University of California Press, 1975, p.15.

¹⁰⁶ BOCARRO, Antonio. Extractos da Década. Do caminho que Gaspar Bocarro fez por terra da cafraria, de Tete até Quíloa [1616]. In: THEAL, George McCall. **Records of South-Eastern Africa Vol III**. London: William Clowes and Sons, 1899, p. 323-327.

¹⁰⁷ ALPERS, Edward A. **Ivory and slaves** ... op. cit., p. 60-61. (grifo nosso)

¹⁰⁸ ABDALLAH, Y. B. **Os Yao**... op.cit, p. 6.

¹⁰⁹ Ibid; p. 6.

Antecipar de 40 ou 50 anos, a contar da fundação da dinastia Mataka [que o mesmo situa na década de 1840 ou 1850], o momento do início da dispersão, parece-me razoável e a opinião dos velhos wayao que consultei era favorável a esta tese. Trata-se apenas, porém de uma estimativa baseada em dados pouco seguros pelo que admito uma folgada margem de erro.¹¹⁰

Edward Alpers acredita que em 1616 o português Gaspar Bocarro teria passado pelas terras que em fins do século XIX constituíam o centro do poder Yao na região do Niassa.¹¹¹ Porém, não estabelece uma relação objetiva e circunstanciada entre os Manguro descritos por Gaspar Bocarro (que, aliás, não faz qualquer menção aos Yao) e os Yao por si estudados. Bocarro refere-se sobre a influência política que Muzura exercia sobre territórios situados nesta região. Descreve Muzura como sendo o “mór senhor cafre que ha nas terras do Bororo”, cuja cidade “que se chama Maraúy” era o centro político mais importante entre os territórios hierarquizados que se situavam entre o norte do rio Zambeze e a região sul do lago Niassa. Ao passar em direção ao norte, depois de atravessar o território Marave do Muzura, Bocarro menciona que: “D’aqui por diante começam as terras a que chamam Manguro, sujeitas ao Chicoave, amigo e quasi vassallo do Muzura, por se temer d’elle.”¹¹²

Por outro lado, Gerhard Liesegang refere que “O império Marave (Maravi) que surgiu nos fins do séc. XVI é o primeiro estado conhecido no Niassa. [...] O estado havia de exercer uma forte influência, principalmente na parte sul e ocidental da província actual [do Niassa].”¹¹³ Liesegang entende que as tradições orais nianja sobre a influência marave nas regiões ao sul e ocidental do Niassa devem-se ao fato de nessas regiões ter havido uma “maior continuidade da dominação política” marave, sendo por isso que é nelas onde a designação “Marave” foi substituída pelo termo “Nyanja”. Quanto ao vocábulo “Nyanja” já existiria no século XVIII, designando o grupo populacional predominante na região ocidental da atual província do Niassa.¹¹⁴ Observou ainda que as tradições Nianjas narram que Msumba ou Massumba teria sido

¹¹⁰ AMARAL, Manuel Gama. **O Povo Yao**. Subsídios para estudo de um povo do noroeste de Moçambique. (Dissertação à cadeira de Antropologia Cultural, licenciatura no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Universidade Técnica de Lisboa, Julho de 1968). Lisboa: 1990, p. 132.

¹¹¹ ALPERS, Edward A. Trade, state, and society among the Yao in the nineteenth century. In. **Journal of African History**, x, 3 (1969), Great Britain, p. 406.

¹¹² BOCARRO, Antonio. Extractos da Decada. Do caminho que Gaspar Bocarro fez por terra da cafraria, de Tete até Quiloa. In: THEAL, George McCall. **Records of South-Eastern Africa Vol III**. London: William Clowes and Sons, 1899, p. 323-327.

¹¹³ LIESEGANG, Gerhard. **História do Niassa...** op.cit. (mimeo).

¹¹⁴ Ibid.

o “principal chefe entre os marave do lago Niassa”¹¹⁵, para onde teria encabeçado uma importante imigração marave, cujas entidades políticas que daí se desenvolveram ostentam hoje a identidade nianja ou adoptaram a identidade yao.

Entretanto, os Yao surgem nas fontes escritas a partir do início do séc. XVIII descritos como mercadores regulares, sobretudo de marfim e escravos, nos mais importantes entrepostos do comércio da costa do Oceano Índico, nomeadamente Quíloa, Zanzibar, Ibo, Mossuril e Ilha de Moçambique, sendo também conhecidos em Tete, um dos mais importantes mercados do interior da região do rio Zambeze. As primeiras fontes escritas com descrições sobre a organização social e política das formações yao datam da segunda metade do século XIX e estiveram associadas às expedições exploratórias e militares que antecederam e realizaram a invasão e ocupação colonial portuguesa e inglesa do norte de Moçambique e do Malawi, respectivamente.

Fato é que se mantêm abertas as questões sobre as causas internas ou sociais que terão estado na origem do importante comércio yao do marfim e escravo. Até a época dos expedicionários da segunda metade do século XIX, a localização da região habitada pelos Yao era vagamente situada pelas fontes escritas, na sua maioria portuguesas.

1.2. Os Yao e o Capitalismo Mercantil na África Sul-Oriental

Pelas indicações do que se expôs pode-se dizer que a historiografia sobre a população Yao não contém uma descrição sobre formações sociais referente ao período anterior à segunda metade do século XIX. Fontes portuguesas da primeira metade do século XVIII descrevem os Yao como importantes mercadores do interior do norte de Moçambique que interligados com os Estados da África central, sobretudo o Estado Lunda do Cazembe, e com os mercadores suahili provenientes da costa do Oceano Índico controlavam o fluxo do marfim em detrimento dos cofres comerciais portugueses.

A tradição Yao¹¹⁶ conta que as caravanas Yao desenvolvem relações comerciais com o mercado costeiro de Quíloa. Tanto a tradição como as referências portuguesas sobre as caravanas de mercadores Yao do marfim não apresentarão, até chegada dos exploradores europeus da

¹¹⁵ LIESEGANG, Gerhard. **História do Niassa** ... op.cit. (mimeo).

¹¹⁶ ABDALLAH, Yohanna B. **The Yaos** ... op. cit., 1973; ALPERS, Edward A. **Ivory and slaves** ... op. cit., p. 59.

segunda metade do século XIX, uma localização de onde provinham os conhecidos mercadores Yao ou “mujaos”, como eram chamados nos séculos XVIII e XIX.

Manoel Barreto, em 1667,¹¹⁷ localizou ao sul do rio Zambeze, as conquistas territoriais da Coroa portuguesa nos seguintes termos:

[...] pella parte do leste e Norte forma a corrente do Rio Zambezi, que sobe de Quilimane pera o noroeste 126 legoas te chegar a Chiquoua seis legoas acima de Tete. O lado pella parte do sul forma huã linha imaginaria deitada da Chicoua ao porto de Sofala, tera este lado 140 legoas. O 3º lado, e como baze desta piramide, forma da costa do mar, que corre de Quilimane a Sofala por espaço de 60 legoas.¹¹⁸

Ao descrever o norte do rio Zambeze dos finais do século XVII, Barreto situa os domínios africanos de Mocaranga, Bororo Marave e Macuana fora dos territórios conquistados pelos portugueses. Ao se referir sobre a Macuana, a descreve como “toda aquella grande prouincia” limitada a leste, pela costa do Oceano Índico, desde Cabo Delgado (ilhas Querimbas) até a Ilha de Moçambique. Mencionando que os portugueses recebiam da Macuana e das ilhas Querimbas (já aforadas a portugueses) “muito marfim, muita escrauazia, mantimentos, tartaruga, ambar, e uarios metais”. O marfim e demais mercadorias provinham da “terra firme aquem, e alem do cabo Delgado”¹¹⁹, designada Macuana. Nesta descrição de Manoel Barreto sobre a Macuana não consta ainda qualquer referência aos mercadores e caravanas Yao.

Em 1667, o mesmo Barreto menciona que “Domina o Maraui [os domínios marave] seu Emperador, chamado Caronga, cujo Reyno sobindo do porto de Quilimane 200 legoas rio arriba, uay incluindo em sy todo o Macuani com muitas outras gentes e prouincias uastissimas te chegar sobre Mombaça”.¹²⁰ Gaspar Bocarro, que em 1616 antecede ao Barreto, não faz qualquer menção ao imperador Karonga, apontando apenas a influência política que Muzura exercia sobre as formações políticas localizadas ao longo da extensa região que se estende do norte do seu reino

¹¹⁷ BARRETO, Manoel. Informação do estado e conquista dos rios de Cuama, vulgar e verdadeiramente chamados Rios do Ouro. In: THEAL, George McCall. **Records of South-Eastern Africa Vol. III**. London: William Clowes and Son, 1899, p. 436-463.

¹¹⁸ Ibid. p. 439.

¹¹⁹ Ibid. p. 436-437.

¹²⁰ Ibid. p. 451.

Marave, situado na região do rio Zambeze, até ao rio Rovuma.¹²¹ Baseando-se na tradição oral Nianja, Padre Paulo Litumbe, citado por Liesegang, cita que Msumba ou Messumba ou ainda Massumba, o principal chefe entre os Marave do lago Niassa, descendia do Karonga.¹²²

Resta saber se a política da Coroa portuguesa da primeira metade do século XVIII, de limitar aos portugueses o monopólio comercial em Moçambique, não esteve na origem dessa escassa literatura sobre a região da atual província do Niassa, sobretudo da faixa interior entre o lago Niassa a oeste e o rio Rovuma ao norte. A lacuna contradiz com as informações constantes nos registros sobre os mercadores e caravanas Yao e demonstra o desfasamento historiográfico em relação ao que se sabia da importância dos mesmos, que por certo já habitariam essa região no século XVIII.

Diretivas da Coroa portuguesa ordenavam que se impedisse, por todos os meios, que súbditos de outras nações europeias aportassem à costa de Moçambique. Por ordem do rei em Lisboa e do vice-rei e capitão do Estado da Índia, as autoridades governamentais portuguesas em Moçambique foram várias vezes chamadas à atenção para o risco de que as fragatas e navios mercantes de outras nações europeias circulando no Oceano Índico, nomeadamente ingleses, holandeses e franceses, poderiam ameaçar as conquistas alcançadas em Moçambique, reconhecido o frágil poderio militar e colonial português.¹²³

Para Alpers, a mais antiga referência documental europeia sobre os Yao pertence ao Sieur Vigoureux,¹²⁴ capitão de *Légère*, cujas observações que datam do ano de 1736 mencionam que as caravanas yao vindas do interior carregadas de marfim, seguiam pelo rio que desagua na baía de Fernão Veloso até ao mercado da Ilha de Moçambique. Alpers sugere que antes dos anos de 1730 as caravanas yao frequentavam o mercado da Ilha de Moçambique, em alternativa à escassez de

¹²¹ BOCARRO, Antonio. Extractos da Decada. Do caminho que Gaspar Bocarro fez por terra da cafraria, de Tete até Quiloa. In: THEAL, George McCall. **Records of South-Eastern Africa Vol III**. London: William Clowes and Sons, 1899, p. 323-327.

¹²² LIESEGANG, Gerhard. **História do Niassa** ... op. cit. (mimeo).

¹²³ Cartas do Rei para Vice-rei e capitão general do Estado da Índia datadas de Lisboa 16/04/1721, 2/04/1723, 7/04/1727, 20/02/1748. In: THEAL, George McCall. **Records of South-Eastern Africa Vol. V**. London: William Clowes and Sons, 1901. p. 112, p. 122, p. 151 e p. 192.

¹²⁴ ALBERT, Lounnon. Recueil Trimestral de Documents et Travaux inédits pour servir à l'histoire des Mascareignes françaises (Tananarive, 1939), IV, p. 394, *apud* ALPERS, E. A. **Ivory and slaves** ...op. cit; 1975, p. 76.

mercadorias de seu interesse no mercado de Quíloa, situada mais ao norte do rio Rovuma, no território da atual Tanzânia, provocada pelo conflito luso-omanita de dezembro de 1698.¹²⁵

Em meados do século XVIII havia em Mossuril, terra firme defronte da Ilha de Moçambique, o chamado “negocio da terra”, um comércio de mercadorias do interior trazidas pelas caravanas macua e yao trocadas por mercadorias estrangeiras, principalmente tecidos, contas, armas e pólvora.¹²⁶ De outra parte, Inácio Caetano Xavier, em dezembro de 1758, menciona o contexto e a importância do comércio do marfim yao para a fazenda do governo português em Moçambique, referindo que esse comércio “antigamente se repartia, parte a Mombaça, e parte para esta Ilha [Ilha de Moçambique], e depois que aquella se perdeu, todo se encaminha para esta Praça”.¹²⁷

Para o desagrado do governo português sediado na Ilha de Moçambique, Xavier cita que as chefias macua situadas no interior da região continental vizinha à esta ilha constituíam obstáculo para a “passagem franca aos Mujavos [Yao], que não podem vir à praia com o seo marfim, sem passarem pellas terras delles”.¹²⁸ Agravando o problema do afluxo do marfim yao provocado pela hostilidade macua nas proximidades de Mossuril, Xavier se refere ainda a uma suposta intenção dos ingleses de “senhoriar Mombaça para se utilizar dos interesses dos Mujavos, que por aquella parte ficam vizinhos a Mombaça”. No registro datado do ano de 1757, esse súdito português na Ilha de Moçambique assim descreve o prejuízo do obstáculo macua ao marfim yao:

[porque] estiverão os Macuas com os Mujavos disconcordados, não poderão estes vir às nossas terras, e por este respeito experimentou esta terra, e por consequencia, a Fazenda de Sua Magestade, irremediavel prejuizo respectivo aos direitos das alfandegas, como ao velorio do Estanque, que não se vendeo, porque a este dão consumo pela maior parte; pois trazem ao menos 400 ou 500 bahares de marfim por anno pouco mais ou menos.¹²⁹

¹²⁵ ALPERS, E. A. **Ivory and slaves** ... op. cit., p. 76.

¹²⁶ MONTAURY, João Baptista de. (c. de 1778). Moçambique, Ilhas Querimbas, Rios de Sena, Villa de Tete, Villa de Zumbo, Manica, Villa de Luabo, Inhambane. In: ANDRADE, António Alberto de. **Relações de Moçambique Setecentista**. Portugal: Agência Geral do Ultramar/Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955; p. 348-349, p. 344-345.

¹²⁷ XAVIER, Inácio Caetano. (Dezembro de 1758). Notícias dos domínios portugueses na Costa de África Oriental 1758. In: ANDRADE, António Alberto de. **Relações de Moçambique Setecentista**. Portugal: Agência Geral do Ultramar/Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955, p. 591-592.

¹²⁸ Ibid., p. 591-592.

¹²⁹ Ibid., p. 153.

João Baptista de Montauray (c.1778) lamenta que o “negocio da terra” que se operava na terra firme entre Mossuril e as cabaceiras, por ineficácias próprias da administração portuguesa em Moçambique, caía em 1768 em benefício dos moradores-volantes banianes (indianos) e mouros (islâmicos), por o mesmo decorrer fora do alcance da alfândega do porto da Ilha de Moçambique. O mesmo acontecendo com todo o comércio costeiro ao norte desta ilha até as ilhas das Querimbas.¹³⁰ Alpers relata que o marfim Yao, durante o período de 1759-1761, situou-se acima de 90% de todo marfim comercializado na região de Mossuril e Ilha de Moçambique, e entre 65 a 70% em relação ao todo vindo dos domínios portugueses em Moçambique:

[...] the ivory which the Yao carried to Mozambique constituted more than 90 per cent of that traded overland to Mossuril and the Cabaceiras, and about 65 per cent to 70 per cent of all the ivory which entered the island itself, including that which came from the Rivers of Sena, Sofala, Inhambane, and the Kerimba Islands.¹³¹

Apesar de conhecida a importância do comércio do interior norte do rio Zambeze, até muito próximo do final do século XVIII não consta que as autoridades portuguesas em Moçambique tenham direcionado uma expedição comercial para o interior ao norte do rio Zambeze. No entanto, as mesmas autoridades portuguesas sabiam desde o século XVIII que os Yao compravam o marfim do reino do Cazembe e da região do Luangua, a oeste do rio Chire, para comercializa-lo nos mercados costeiros de Mossuril, sob influência dos portugueses sediados na Ilha de Moçambique, e de Quíloa, cujos mercadores estavam sob domínio e influência de Zanzibar.

Ao norte do rio Zambeze, o comércio Yao constituía o centro das preocupações das autoridades portuguesas não apenas da Ilha de Moçambique, mas também de Tete como dá conta a Carta Régia de 12 de março de 1797.¹³² Por ordem desta carta foi organizada a expedição de Francisco José de Lacerda e Almeida, governador dos Rios de Sena, que em 1798 seguiu de Tete para a capital do Cazembe, do Estado Lunda. Ao lado da missão geográfica de descobrir a

¹³⁰ MONTAURY, João Baptista de. (c. de 1778). Moçambique, Ilhas Querimbas, Rios de Sena, Villa de Tete, Villa de Zumbo, Manica, Villa de Luabo, Inhambane. In: ANDRADE, António Alberto de. **Relações de Moçambique Setecentista**. Portugal: Agência Geral do Ultramar/Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955, p. 344-354.

¹³¹ ALPERS, E. A. **Ivory and slaves**... op. cit., p.104.

¹³² ALMEIDA, F. J. de Lacerda e. **Travessia da África**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral da Colónias, 1936, p. 139.

possibilidade de comunicação terrestre entre as costas oriental e ocidental da África pelos rios de Sena e Cunene, entre Moçambique e Angola, respetivamente, a expedição estava também instruída para estabelecer com o chefe Cazembe uma aliança de amizade e comércio. Calculava-se que com a abertura dessa rota pelo interior da África central que ligaria as duas costas das possessões portuguesas, o marfim do Cazembe e das terras sob seu domínio em toda essa região afluísse para os moradores e mercadores portugueses, beneficiando ao Estado português.¹³³

Autoridades portuguesas em Tete, centro de Moçambique, descrevem o chefe Cazembe como sendo o mais importante potentado militar, cuja esfera de influência e atuação política colocavam em subordinação a maioria dos pequenos reinos africanos situados na região entre os rios Chire e Luangua. Ele regulava, nessa altura de fins do século XVIII, a maior escoamento do marfim que atravessa o norte de Moçambique para os mercados do Oceano Índico. Porém, essas mesmas autoridades atribuíam ao comércio Yao o principal obstáculo para que a porção maior do marfim do Estado Lunda, do Cazembe, não afluísse em benefício dos cofres da Sua Magestade. Almeida estava ciente que se os portugueses e a expedição sob seu comando tivessem êxito em “fazer com que o dito Cazembe e seus vassallos não o vendessem [marfim] aos Mujáos [Yao], ou aos cafres d’outra qualquer nação, mas sim aos Portuguezes”,¹³⁴ não só se retiraria protagonismo aos mercadores Yao, como também se resolveria o problema do cofre do Estado colonial português de Moçambique afetado com a diminuição do afluxo deste produto.

Os mercadores Yao, aos quais se atribuía a culpa pela diminuição do marfim que antes afluía para Ilha de Moçambique, estariam a direcionar para o Zanzibar e portos situados ao norte do rio Rovuma a maior porção do marfim que compravam do reino do Cazembe.¹³⁵ Mais do que acordar com o Cazembe uma licença de passagem terrestre de Moçambique para Angola, para Almeida o êxito da expedição de 1798 seria alcançada com a “decadência do comercio dos Mujaos, e dos Mouros”¹³⁶ e com a retomada do marfim aos portugueses em detrimento dos portos fora dos domínios de conquista portuguesa.

¹³³ ALMEIDA, F. J. de Lacerda e. **Travessia da África**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral da Colónias, 1936, p. 145-146.

¹³⁴ Ibid., p. 155.

¹³⁵ Ibid., p. 155.

¹³⁶ Notícias dadas por Manuel Caetano Pereira ao Dr. Lacerda e Almeida. Tete 22 de Março de 1789. In: ALMEIDA, F. J. de Lacerda e. **Travessia da África**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral da Colónias, 1936, p. 387.

António Candido P. Gamitto¹³⁷, em 1831, comandante militar da segunda expedição aos domínios do Estado Lunda, neste período sob reinado do Mwata Cazembe, baseando-se em informações recolhidas no âmbito desta expedição, situa os Yao ou Nguru - identificados como um mesmo grupo- nas margens do lago Niassa. Gamitto classifica os Yao, Bororos, Maganjas, Chewa, Senga e os Macua como grupos marave que estariam a ocupar áreas separadas e independentes na vasta região ao norte do Zambeze. Esta informação dava conta que os Nguru ou Yao resistiam à infiltração de europeus em sua região. Gamitto servia-se de notícias que os portugueses em Tete recebiam de seus informantes, não confirmadas na altura, acerca do que chamavam por “Nyanja Mukuru” (Nianja Grande) e “Nyanja-Panono” (Nianja Pequeno). Induzido pelas informações que os colonos portugueses de Tete dispunham, mas que não sabiam se eram de fato reais, Gamitto pensava que o “Nyanja-Mukulu” ou o grande rio “Nyanja”, que seria o lago Niassa, desembocava no Oceano Índico, em Quíloa.¹³⁸

Gamitto nota que os chefes Chewa preferiam vender o marfim aos Nguru ou Yao que habitam as margens do “Nyanja-Mukulu” ou lago Niassa.¹³⁹ Tal como seu antecessor Dr. Almeida da expedição de 1798, Gamitto atribui ao comércio Yao e Suahili que escoava o marfim do interior das terras sob domínio e influência do Estado Lunda por meio de uma rota não acessível aos portugueses, a qual seguia pelo norte do rio Zambeze até a costa do Oceano Índico, como sendo a causa da diminuição do fluxo desta mercadoria em Tete. Baseados nas fontes trabalhadas até aqui reiteramos que o marfim desta região da África central estaria preferencialmente a ser vendido aos Yao e aos Suahili que nas suas transações com o mercado costeiro do Oceano Índico, em Mossuril, Ibo, Quíloa, Zanzibar, importavam tecidos e artigos de maior valor comercial comparativamente aos que se poderia obter nos mercados portugueses de Tete e Sena.¹⁴⁰

O extenso relato de Gamitto baseado em dados obtidos no decurso da expedição de junho de 1831 a outubro de 1832, sobretudo as conseguidas das autoridades portuguesas dá indicações

¹³⁷ GAMITTO, A. C. P. **King Kazembe and the Marave, Chewa, Bisa, Bemba, Lunda, and other peoples of Southern Africa** (Diary of the Portuguese Expedition to that Potentate in the Years 1831 and 1832). Volume I e II. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960. Nesta expedição, Major José Manoel Corrêa Monteiro ocupou a posição de comandante e Antonio Candido Pedroso Gamitto, autor desta obra, a de comandante militar.

¹³⁸ Ibid. p. 63-65.

¹³⁹ Ibid. p. 144.

¹⁴⁰ Ibid. p. 169-170.

de que o governo português em Tete pouco conhecia sobre a situação social em curso na região do lago Niassa e, em particular, sobre os importantes mercadores “Mujaos” ou Yao. Seu conhecimento resumia-se nas informações disponíveis segundo as quais a par dos Bisa, Bemba, os Nguru ou Yao, bem como os suahili, desenvolviam uma compra regular do marfim dos *mambos* e *fumos* (títulos hierárquicos de chefes territoriais situados nas regiões ao sul do rio Zambeze e entre os rios Chire e Luangua) que o comerciava fora da alçada dos mercados portugueses de Moçambique.¹⁴¹

Enfim, nem os três diaristas da expedição de 1789-1799, nomeadamente Dr. Lacerda e Almeida que acabou por morrer na corte do Cazembe, o capelão Francisco João Pinto que comandou a expedição de regresso até Tete e o Pedro Xavier Velasco, nem mesmo António Gamitto da expedição de 1831 a 1832, mencionam se os referidos “Mujaos” (que pensavam como sendo o mesmo que Nguru) mantinham contactos e relações comerciais com os portugueses de Tete ou de Sena, tal como já se passava em Mossuril e Ilha de Moçambique.

O régulo Caperemera, filho de Mocanda, das proximidades de Tete, informou ao Almeida que ele vendia marfim e escravos aos “Manguros, os quais commerciam com os Mujaos”.¹⁴² Almeida registra que “grande parte do marfim, que estes cafres exportavam sahe das possessões e reino de Cazembe. Os Manguros assistem nas margens, ou visinhanças do rio Chire.”¹⁴³ Gamitto tinha conhecimento que os *fumos* e *mambos* Chewa enviavam regularmente os seus *muanamambos* (súbditos e agentes comerciais dos *mambos* e *fumos*) para venderem o seu marfim, em particular aos Nguru ou Yao do lago Niassa.

A importância que os diaristas dessas duas expedições atribuíam aos Yao indica que estes ocupavam dentro do circuito do comércio de marfim ao norte do rio Zambeze, a posição de intermediação na cadeia de valor entre a compra do marfim do interior da África central e venda aos mercadores costeiros da Ilha de Moçambique, Mossuril, Quíloa, Zanzibar, Ibo e outros, assim como na compra de tecidos e outros artigos importados cujo valor reside na sua transformação em bens de prestígio, presentes na centralização do poder político e na representação social no seio das hierarquias políticas do interior.

¹⁴¹ GAMITTO, A. C. P. **King Kazembe and the Marave, Chewa, Bisa, Bemba, Lunda, and other peoples of Southern Africa** ... op. cit., 1960.

¹⁴² ALMEIDA, F. J. de Lacerda e. **Travessia da África**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral da Colónias, 1936, p. 208.

¹⁴³ Ibid. p. 208.

Tal como a anterior, Gamitto em expedição de 1831 a 1832 observou a importância que o Cazembe atribuía ao comércio do marfim e aos tecidos trazidos pelos mercadores “mujaos” e suahíli, ao ponto do Mwata Cazembe em 1832 não ter demonstrado interesse no tratado de comércio com a Coroa portuguesa.¹⁴⁴

Duas décadas depois da expedição portuguesa dos anos de 1831 e 1832, em 13 de abril de 1852, Bernardino Castro noticia a chegada de uma caravana dirigida por três comerciantes zanzibaritas acompanhados de 40 carregadores que teriam saído de Zanzibar, na costa oriental da África e atravessado com sucesso todo o interior continental, chegando nesta data em Benguela. As informações referidas na notícia não esclarecem se a razão dessa longa travessia de costa a contracosta por seis meses teria sido a de alcançar as fontes do marfim que aportava na costa do Oceano Índico, em particular em Zanzibar. Porém, as breves descrições sobre o percurso efetuado por esta caravana que incluiu uma parada de visita ao território do Cazembe apontam que os três zanzibaritas receberam deste último algum marfim em troca dos artigos de comércio que levaram de Zanzibar.¹⁴⁵

Desta notícia repercutiram ofícios do governo colonial português de Benguela, assim como outras cartas com a mesma informação, salientando a devida importância do fato para o ambicioso projeto imperial português de estabelecer um caminho por terra entre Angola e Moçambique. Recorde-se que não se tratava de uma ideia nova, tendo sido este o projeto que antes fora encarregado ao Dr. Lacerda e Almeida em fins do século XVIII. Na sequência da chegada da referida caravana em Benguela, o governador-geral de Angola instituiu um prêmio pecuniário de um conto de réis e um honorífico que prometia a posição de Capitão de Passagem à pessoa que realizasse com sucesso o referido projeto. Foram elaboradas instruções para que ao longo da caminhada se registrassem observações geográficas, comerciais e etnográficas de valor para a devida exploração colonial e imperial de toda a parcela continental entre possessões Angola e Moçambique.¹⁴⁶

¹⁴⁴ GAMITTO, A. C. P. **King Kazembe and the Marave, Chewa, Bisa, Bemba, Lunda, and other peoples of Southern Africa** ... op. cit., 1960, p. 87.

¹⁴⁵ Documentos referentes à chegada a Benguela de mouros partidos de Zanzibar, que atravessam o continente africano. In: REPÚBLICA PORTUGUESA/MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. **Silva Porto e a travessia do continente africano**. Lisboa: Editorial Ática, 1938, p. 17-18.

¹⁴⁶ Documentação relativa à viagem que António Francisco Ferreira da Silva Porto tentou fazer do Bié à contra costa em 1852. In: REPÚBLICA PORTUGUESA/MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. **Silva Porto e a travessia do continente africano**. Lisboa: Editorial Ática, 1938, p. 25-31.

Oficiosamente recaiu ao comerciante português António da Silva e Porto a tarefa de realizar essa expedição. Mas a longa travessia acabaria por ser efetuada entre setembro de 1853 e agosto de 1854 pelos pombeiros do António da Silva e Porto que fazem constar que atravessaram o lago Niassa pela sua parte sul, sem parada de visita ao Cazembe, seguindo a direção nordeste até ao Ibo, onde aportaram em 1854.¹⁴⁷ O caminho que lhes levou a contornar as cidades portuguesas mais próximas situadas ao sul do rio Zambeze, nomeadamente Tete e Sena, pode bem ter sido influenciado pelos comerciantes zanzibaritas que de regresso a Zanzibar preferiram seguir a rota que lhes era conhecida e que frequentavam no comércio que junto dos yao realizavam entre o interior da África central e os entrepostos costeiros. A correspondência do governador português na Ilha do Ibo, em Cabo Delgado, registra com estupefação a chegada desta expedição ao Ibo em 25 de outubro de 1854, compreendendo “um mouro e vinte negros”, tendo atravessado antes Mocímboa, também em Cabo Delgado.¹⁴⁸

Como se pode perceber por essas fontes documentais, até aos meados do século XIX pouco mais consta sobre o que o relatório da viagem dos pombeiros de Silva Porto denominou de “Povo Heiáu”, provavelmente o mesmo que Yao. O relatório faz constar que a caravana atravessou as terras desse “povo” sob domínio de um importante chefe Mapemba, cujo território compreendia povoações ao redor da cidade em que habitava e povoações periféricas controladas por seus respectivos chefes locais.¹⁴⁹

1.2.1. Dinâmicas da Sociedade Yao

Ao contrário do que acontece nas regiões costeiras em torno das cidades coloniais de Sofala (Quelimane, Ilha de Moçambique) e Ibo e no interior da região atravessada pelo rio Zambeze em torno da cidade de Tete, sobre o interior do então Moçambique são escassas as

¹⁴⁷ Documentos referentes à chegada a Moçambique dos Mouros que, de regresso, haviam saído de Benguela a 9 de Junho de 1853. Cf. Relatório da parte da viagem realizada somente pelos Pombeiros de Silva Porto. In: REPÚBLICA PORTUGUESA/MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. **Silva Porto e a travessia do continente africano**. Lisboa: Editorial Ática, 1938.

¹⁴⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE (AHM). **Fundo do Governo-Geral**. Caixa 8-31. Correspondência do governador das Ilhas de Cabo Delgado para o governador-geral de Moçambique datada de 25 de Outubro de 1854.

¹⁴⁹ Relatório da parte da viagem realizada somente pelos Pombeiros de Silva Porto. In: REPÚBLICA PORTUGUESA/MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. **Silva Porto e a travessia do continente africano**. Lisboa: Editorial Ática, 1938, p. 153-155.

fontes escritas entre o século XVI e primeira metade do século XIX, o que nos impede identificar as dinâmicas internas que levavam os Yao às longas marchas em caravanas comerciais.

É sabido que os grupos de linhagens que formavam os reinados do Estado do Muenemutapa recorreram a armas, pólvora, tecidos, contas e estabeleceram alianças militares com os portugueses baseados em fortes, feiras e cidades de Sofala e Tete desde o século XVI, visando aumentar sua autoridade. A introdução da economia mercantil de que resultou a acumulação de bens de prestígio e de mando e obediência em troca do ouro, marfim e escravos desencadeou transformações sociais, econômicas e políticas cujas consequências foram os sucessivos processos de fragmentação do Estado do Muenemutapa, tendo surgido os Estados carangas e os prazos do século XIX. Os eventos políticos e militares que embasaram esses processos da desintegração do império estão registrados nas fontes portuguesas consubstanciadas em fontes orais.¹⁵⁰

Indicações presentes em documentos sobre os mercadores Yao sugerem uma localização geográfica imprecisa desta população. “Macuana” é vocábulo utilizado em 1667 por Manoel Barreto que designava “toda aquella grande prouincia” - limitada, a leste, pela costa do Oceano Índico, desde Cabo Delgado (ilhas Querimbas) até a Ilha de Moçambique; ou a “terra firme aquem, e alem do cabo Delgado”¹⁵¹. Quase um século depois, em 1758, Inácio Caetano Xavier registra que os “Mujaos” habitariam à ocidente das povoações Macua da terra firme contígua à Ilha de Moçambique ou ainda que habitavam próximo de Mombaça.¹⁵²

Ao passar por Ilha de Moçambique em outubro de 1809, Henri Salt visitou em Mossuril um terreno pertencente a um morador português e uma feira onde encontrou uma caravana Yao recém-chegada do interior, sendo informado na Ilha de Moçambique e em Mossuril que havia

¹⁵⁰ MUDENGE, S.I.G. **A Political History of Munhumutapa c.1400-1902**. James Currey, Zimbabwe Publishing House, Harare, 1988; MTETWA, Andrew H. **A History of Uteve under the Mwene Mutupa Rulers, 1480-1834: A re-evaluation**. Ann Arbor: University Microfilms International, Northwestern University, 1984.

¹⁵¹ BARRETO, Manoel. Informação do estado e conquista dos rios de Cuama, vulgar e verdadeiramente chamados Rios do Ouro. In: THEAL, George McCall. **Records of South-Eastern Africa Vol. III**. London: William Clowes and Son, 1899, p. 436-437.

¹⁵² XAVIER, Inácio Caetano. (Dezembro de 1758). Notícias dos domínios portugueses na Costa de África Oriental 1758. In: ANDRADE, António Alberto de. **Relações de Moçambique Setecentista**. Portugal: Agência Geral do Ultramar/Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955, p. 591-592.

suspeita de que o país dos Yao, frequentadores da feira de Mossuril, estaria localizado ao noroeste da Ilha de Moçambique.¹⁵³

Séculos depois, nos anos de 1970 Alpers aponta o período de 1592-1616, como o mais provável em que teria se iniciado o contacto dos Yao com Quíloa, baseando-se nas ofertas comerciais que o regresso dos portugueses à Quíloa (em 1592) teria gerado na região em torno do rio Rovuma, onde esperavam restabelecer o predomínio comercial na importação de vários produtos, em particular de tecidos e contas. Quanto aos portugueses já tinham estado em Quíloa entre 1505 e 1512, tendo-a preterido em favor dos entrepostos de Sofala, Ilha de Moçambique e Quelimane.¹⁵⁴ Alpers nota que as caravanas Yao já frequentavam o mercado de Quíloa no fim do século XVII, até que os conflitos luso-omanitas em Zanzibar de 1693 levaram-nas a procurar alternativa comercial no mercado da Ilha de Moçambique.¹⁵⁵

Por sua vez, para Abdallah foram os ferreiros e comerciantes Achisi que iniciaram o comércio Yao com o mercado de Quíloa. Registra que os ferreiros Achisi desenvolviam entre as populações Yao a troca de utensílios por si produzidos por produtos de subsistência doméstica de que necessitavam, tendo sido esta experiência de produtores e ambulantes que os levou ao mercado costeiro, inaugurando uma nova dinâmica comercial entre os Yao.¹⁵⁶ Sabe-se ainda que os cursos dos rios Chire e Zambeze não impediram no decorrer do século XVII que os Marave ao sul do rio Zambeze, onde as chefaturas carangas ou shona e as vilas portuguesas de Sena e Tete e, ao norte do mesmo rio, os Bororo, Macua, Suahili de Angoche e as cidades portuguesas de Quelimane e Ilha de Moçambique se confrontassem.¹⁵⁷

O que nos parece ser uma excepção é que não haja referência alguma a incursão marave em relação aos Yao na historiografia do século XVII, nem aos Manguro referidos nas descrições de 1616 de Gaspar Bocarro. Aliás, algumas dúvidas com que Alpers se deparou também residem nessa ausência de referências escritas sobre os Yao. Mesmo que nas descrições de Gaspar Bocarro conste que as populações Manguro habitavam ao norte das terras sob o domínio do chefe Marave Muzura e ao sul do rio Rovuma, a ausência de referência sobre os Yao ou Ajaua no

¹⁵³ SALT, Henry. **A voyage to Abyssinia and travels into the interior of that country, executed under the orders of the British Government, in the years 1809 and 1810**. London: W. Bulmer and Co. Cleveland-Row, St. Paul's, 1814, p. 32-36.

¹⁵⁴ ALPERS, E. A. **Ivory and slaves** ... op.cit, p. 59.

¹⁵⁵ Ibid. p. 76.

¹⁵⁶ ABDALLAH, Y.B. **The Yaos** ... op. cit., p. 26-27.

¹⁵⁷ NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997, p. 75-79.

século XVII nos soa forçada a asserção de Alpers, segundo a qual as designações Manguro e Yao pertencem a uma mesma população.¹⁵⁸

As cidades Carangas do sul do rio Zambeze e as feitorias portuguesas de Sena, Tete, Quelimane e Ilha de Moçambique representavam para a economia e política marave dos meados do século XVII mercados de afluxo e concentração de bens de riqueza, de poder e prestígio com destaque para o ouro e marfim africanos, tecidos, contas e armas importadas pelos portugueses e mercadores árabes e Suahili. Situados na região intermédia entre o rio Chire e os mercados costeiros de Quelimane, Angoche e Ilha de Moçambique, os Bororo, Macua e Suahili estavam localizados na rota das operações e incursões Marave, tendo a posse dessas mercadorias sido fator de recorrentes instabilidades vividas no interior de Moçambique.

Essa dinâmica política do interior e o não aparecimento de referências no século XVII aos posteriormente conhecidos mercadores ajaua parecem reforçar nossa hipótese de que a importância destes últimos na economia mercantil com as cidades costeiras de Quíloa e Ilha de Moçambique talvez tenham ocorrido mais tarde, talvez depois do primeiro quartel do século XVIII. As referências portuguesas desse período sobre os mercadores ajaua parecem apontar para sua entrada tardia no circuito de bens de riqueza, centralização do poder político e expansão de poder senhorial.

Retomando as descrições feitas em 1616 por Gaspar Bocarro, as populações Manguro, habitantes de uma região situada no interior norte de Moçambique, ao oriente do lago Niassa (não mencionado no documento) e ao sul do rio Rovuma, circunscreviam-se em torno de chefaturas locais subordinadas a uma chefatura política central. Bocarro terá observado que o Chicoave era o “senhor das terras” onde habitavam as populações manguro.

D’aqui por diante começam as terras a que chamam Manguro, sujeitas ao Chicoave, amigo e quasi vassallo do Muzura, por se temer d’elle. Por estas terras começaram a caminhar, e foram dormir ao logar de Machambe, ao qual deram pannos e contas que valeriam dois cruzados. D’alli foram dormir ao logar de Muzunguira, ao qual deram manilhas e contas que valeriam um cruzado. D’alli foram dormir á cidade em que mora o Chicoave, senhor d’estas terras, e antes que chegassem a ella, o Bocarro lhe mandou recado de sua chegada, e lhe mandou diante de boca cem manilhas e um panno e contas, que tudo valeria cinco cruzados, e quando fallou ao cafre lhe deu mais outro presente que valeria septe cruzados, e o cafre lhe deu um dente de marfim que valeria tres cruzados. [...]. Por aqui passa um rio a que chamam Ruambara [Luambala?], que se passa com embarcações. Da cidade de Chicoave foram dormir ao logar de Chipanga, e d’alli ao logar do Changuessa, ao qual deram um panno e um mólho de contas, d’alli foram dormir em

¹⁵⁸ ALPERS, E. A. **Ivory and slaves** ... op.cit, p. 60-61.

despovoado, e no dia seguinte ao lugar de Mauanó, ao qual deram um panno, e uma motava de contas. D'alli foram dormir a um lugar chamado Rupapa, de que é senhor Quitenga, ao qual deram tres pannos e vinte manilhas. D'alli foram dormir no matto, e no dia seguinte ao longo do rio Rofuma [Rovuma] em o lugar de Muangongo, ao qual deram cincoenta manilhas, duas motavas de contas, uma machira, e um panno, e elle passou a Gaspar Bocarro, e a toda sua gente da outra parte do rio, em sua embarcação, e o acompanhou tres dias.¹⁵⁹

Salientamos a importância que as chefaturas Manguro atribuíam às pontas do marfim e aos artigos importados como tecidos, contas e manilhas. Não obstante o valor político desses bens, cuja posse diferenciada é hierarquizada, não consta nesse relato referente ao ano de 1616 qualquer menção à instabilidade e conflito entre as chefaturas visitadas por Gaspar Bocarro. Para além dos Marave e Manguro o relato não se refere a outro grupo populacional ou a relações comerciais a que se dedicavam as chefaturas visitadas, constando apenas que o Chicoave era “amigo” e “vassalo” do Muzura, senhor Marave.¹⁶⁰

As observações de Bocarro parecem levar-nos a visualizar formas de organização social Yao descrito por autores do século XIX que visitaram as povoações dessa comunidade. Segundo consta, a população Yao organizava-se por povoações denominadas *musi* ou em um conjunto de povoações denominadas *misi* (plural de *musi*) circunscritas em torno de um grupo de linhagem matrilinear denominado *mbumba*, a linhagem fundadora que, segundo a tradição, dá origem a um determinado território yao.¹⁶¹ Apesar da base matrilinear da estrutura social Yao foi observada a presença de uma figura masculina denominada *asyene mbumba*,¹⁶² *msiene chilambo*¹⁶³ ou *muene*,¹⁶⁴ encabeçando o território tradicional Yao ou o *mbumba*.

¹⁵⁹ BOCARRO, Antonio. Extractos da Decada. Do caminho que Gaspar Bocarro fez por terra da cafraria, de Tete até Quiloa. In: THEAL, George McCall. **Records of South-Eastern Africa Vol III**. London: William Clowes and Sons, 1899.

¹⁶⁰ Ibid.

¹⁶¹ MACDONALD, Duff. **Africana: the heart of heathen Africa**. Vol. 1 Native Customs and Beliefs. London: Dawson of Pall Mall, 1969 [1882], p. 154-156; MITCHELL, J.C. The Yao of Southern Nyasaland. In: COLSON, Elizabeth e GLUCKMAN, Max (ed.) **Seven Tribes of British Central Africa**. The Rhodes-Livingstone Institute/Manchester University Press, 1959 [1951].

¹⁶² ALPERS, Edward A. Trade, state, and society among the Yao in the nineteenth century. In: **Journal of African History**, x, 3 (1969), Great Britain, p. 409.

¹⁶³ MACDONALD, Duff. **Africana: the heart of heathen Africa**. Vol. 1 Native Customs and Beliefs. London: Dawson of Pall Mall, 1969 [1882].

¹⁶⁴ MITCHELL, J.C. The Yao of Southern Nyasaland. In: COLSON, Elizabeth e GLUCKMAN, Max (ed.) **Seven Tribes of British Central Africa**. The Rhodes-Livingstone Institute/Manchester University Press, 1959 [1951], p. 313, 342.

Alpers identificou também que o principal grupo de linhagem matrilinear Yao, *mbumba*, situava-se no centro da estrutura da hierarquia política: “At the heart of every Yao village is a single, matrilineally defined, uterine sorority-group (*mbumba*), which is usually under the authority of the eldest living brother (*asyene mbumba*), who is also the village headman.”¹⁶⁵ Por sua vez, outro pesquisador, Clyde Mitchell chegou a conclusão de que o comum entre os Yao foi a formação de Estados não centralizados, nos quais as chefaturas das povoações (*asyene musi*) exerciam uma autonomia subordinada à uma chefatura nuclear do território (*asyene mbumba*), cujo poder efetivo raras vezes impediu a tendência das chefaturas locais nos seus intentos de conquista de independências políticas.

The historical evidence available suggests that there has never been a strong centralized Yao state. [...] The evidence seems to point to a number of largely autonomous village headmen under the partial domination of the chief. Histories of various Yao groups abound with examples of important village headmen who launched out and became independent leaders.¹⁶⁶

Igualmente relevante é a investigação de Duff MacDonald que identificou que a chefatura superior (*msiene chilambo*) tinha a sua residência principal na capital do território (*kumbala*). Aos irmãos mais novos ou sobrinhos pertencentes à linhagem (*mbumba*) e aos membros de afinidade integrados ao território, podendo estes ser homens livres de reconhecido mérito, imigrantes ou refugiados (*alambi*), era autorizado o direito de constituir povoações, na condição de chefaturas subordinadas. No âmbito desta condição, as chefaturas locais exerciam o direito político de povoar, administrar a justiça e a economia de suas povoações.¹⁶⁷

In all public transactions the headman represents his village. He receives the chief's orders and sees them carried out. When he kills an elephant he sends one of the tusks to the chief. Should he kill twenty elephants he is not expected to give up twenty tusks – two or three would be sufficient. If he shoot a large buck he gives one haunch of

¹⁶⁵ ALPERS, Edward A. Trade, state, and society among the Yao in the nineteenth century. In. **Journal of African History**, x, 3 (1969), Great Britain, p. 409. (Grifos do autor)

¹⁶⁶ MITCHELL, J.C. The Yao of Southern Nyasaland. In. COLSON, Elizabeth e GLUCKMAN, Max (ed.) **Seven Tribes of British Central Africa**. The Rhodes-Livingstone Institute/Manchester University Press, (1959 [1951]), p. 347-348.

¹⁶⁷ MACDONALD, Duff. **Africana**: the heart of heathen Africa. Vol. 1 Native Customs and Beliefs. London: Dawsons of Pall Mall, 1969 [1882], p. 94, 154-156.

venison. For all such tribute he expects to receive a return present (generally of a little powder). It is customary for him to invite his chief to a beer-drinking, at least once a year, and the latter accepts the invitation. He is expected to attend the chief's parliament, unless he is under an elder brother, in which case he is not allowed to speak, except when specially commissioned. Headmen are expected to report all cases of war, but they often attack enemies without telling their chief beforehand [...] On reporting the attack they present the chief with part of the booty. In times of war each headman when summoned, must follow his chief's flag, otherwise his village his burned down, and all that fail to escape are killed or enslaved.¹⁶⁸

O costume matrilinear da descendência, residência e herança estabelece que a autoridade pública dentro do território tradicional Yao (*mbumba*) recai por direito sobre o *asiene mbumba* ou *msiene chilambo* – o irmão mais velho entre as irmãs. Transferindo-se a autoridade do tio mais velho para o sobrinho mais velho que sucessivamente passa a exercer legitimidade de mando e obediência superior no que se refere a administração das terras ocupadas e povoadas pelos restantes irmãos e sobrinhos adultos do grupo linhageiro.¹⁶⁹

No sistema matrilinear da administração territorial é possível identificar duas esferas normativo-costumeiras: a esfera matriarcal que ordena a atribuição da residência, do parentesco dos filhos e da propriedade a qual ordena o direito da mulher em condições ordinárias a não mobilidade para fins do casamento; a outra é a esfera masculina em torno da qual se ordena a administração pública, a segurança e a integridade do território tradicional pertencente ao grupo linhageiro fundador das povoações.

Nesse contexto, pode-se sugerir que a importância do mercado costeiro não tinha ainda gerado processos fragmentários no território dos Manguro visitado por Gaspar Bocarro, considerando a ausência de referências sobre seu envolvimento ativo no circuito mercantil da época. Pode-se sugerir que as suas relações mercantis no início do século XVII estivessem ainda numa fase inicial, sendo que o controlo hierárquico sobre a circulação de artigos de prestígio como o marfim que era de origem interna, tecidos, contas e manilhas que eram de procedência estrangeira servindo, é provável à manutenção do território do grupo linhageiro.

Uma vez mais retomamos Alpers que se refere as dinâmicas internas de centralização ou de formação de Estados centrais no âmbito das iniciativas e habilidades das chefaturas Yao em

¹⁶⁸ MACDONALD, Duff. **Africana**: the heart of heathen Africa. Vol. 1 Native Customs and Beliefs. London: Dawsons of Pall Mall, 1969 [1882], p. 157.

¹⁶⁹ Ibid. p. 94, 154-156.

organizar o comércio regular do marfim com a costa.¹⁷⁰ Recorremos ainda a Kings Phiri e suas considerações relativas as iniciativas de centralização entre os Yao iniciadas com a aplicação do excedente da produção agrícola nas relações comerciais com a costa no século XVIII.¹⁷¹ Também discorre sobre a capacidade e a habilidade das chefaturas em estabelecer sob o seu comando central, o domínio sobre o número suficiente de dependentes matrilineares ou aliados que pudessem servir para a produção do excedente agrícola, caça ao elefante e acumulação do marfim aplicados nas relações comerciais com a costa. Alpers e Phiri sublinham a importância da capacidade de garantir lealdade e segurança militar das caravanas de mercadorias por longas marchas entre o interior e a costa e vice-versa.¹⁷²

The people who probably took the lead in organizing these big operations were the traditional leaders in the society. In the case of the Yao these were men who were the leaders of matrilineal kinship groupings. The influence of a headman depended on the number of kinsmen who recognized his authority. But those who had the initiative and ability were probably able to take the lead in organizing their followers more effectively for the ivory trade. Over a number of years certain headmen probably gained recognition for their success in trading and may have been looked up to by other headmen in the general vicinity. Moving from strength to strength, we can see how leaders in different areas may have emerged as a completely new class of trading chiefs, with considerably more than traditional political authority, based upon their fame and accumulated wealth as ivory traders.¹⁷³

Tudo indica que a exposição das chefaturas Yao aos mercados costeiros foi crucial para a formação dos Estados centrais, levando-se em conta que a costa representou a fonte de aquisição de novos recursos exógenos de reprodução das estruturas de poder matrilinear. Mais do que a força baseada no poder de mando e obediência tradicional assente no número de membros matrilineares, cativos e aliados, o processo de formação dos Estados centrais dependia da capacidade das respectivas chefaturas em qualificar o efectivo populacional com base na diferença tecnológica através da importação, acumulação e utilização de armas e pólvora.¹⁷⁴

¹⁷⁰ ALPERS, Edward A. **The east african slave trade**. Nairobi: East African Publishing House, 1967, p. 16.

¹⁷¹ PHIRI, Kings M. Political change among the Chewa and Yao of the lake Malawi region, c.1750-1900. In: SALIM, Ahmed Idha (ed.). **State Formation in Eastern Africa**. Nairobi: Heinemann Educational Books, 1984, p. 58-59.

¹⁷² ALPERS, Edward A. **The east African slave trade**. Nairobi: East African Publishing House 1967, p. 16; PHIRI, Kings M. Political change among the Chewa and Yao of the lake Malawi region, c.1750-1900. In: SALIM, Ahmed Idha (ed.). **State formation in Eastern Africa**. Nairobi: Heinemann Educational Books, 1984, p. 58-59.

¹⁷³ ALPERS, Edward A. **The east African slave trade**. ...op. cit., p. 16.

¹⁷⁴ Ibid. p. 16; PHIRI, Kings M. Political change among the Chewa and Yao of the lake Malawi region, c.1750-1900. In: SALIM, Ahmed Idha (ed.). **State formation in Eastern Africa**. ... op.cit. p. 58-59.

Apesar de partilhar a tese de que coube à demanda exógena ou à iniciativa dos mercadores costeiros pelos escravos africanos a introdução do tráfico de escravos na costa oriental de África e, em particular, do então território de Moçambique, desde a década de 1730, Edward Alpers defende que a atribuição da responsabilidade maior à demanda estrangeira não deve deixar de considerar que o crescimento do tráfico de escravos reportado nos portos da Ilha de Moçambique, Ibo, Quíloa e Quelimane, ao longo de quase todo o século XIX, decorreu graças ao activo interesse manifestado pelas chefaturas dos Estados africanos em aderirem ao tráfico.¹⁷⁵ “The overwhelming internal responsibility for African participation in the slave trade must therefore rest not with the mass of Africans, but with the African chiefs and their cohorts.”¹⁷⁶ E mais, o citado investigador chama a atenção para que o “interesse activo” das chefaturas Yao pelo tráfico de escravos esteve associado a causas internas que seriam os processos generalizados de formação de Estados entrais.

Partindo do princípio de que a demanda africana aos mercados costeiros estaria a responder às dinâmicas territoriais internas, parece-nos ser provável que a centralização e a formação de Estados centrais entre os Yao tenham mesmo constituído mecanismos efetivos para reforçar a autoridade política sobre os territórios tradicionais (*mbumba*). Neste sentido, a regionalização da economia mercantil do marfim e tráfico de escravos com a costa teria atuado como fonte de aquisição de recursos de poder e autoridade, compatíveis ao contexto económico da época. Pode-mos conjecturar que a economia mercantil tenha gerado durante a segunda metade do século XVII o processo de contemporização da autoridade territorial entre os Yao.

É também provável que esse processo tenha ganhado ímpeto e maior expressão no início do século XVIII, em proporção direta com a exposição à demanda costeira do marfim e de escravos do interior. Porém, acerca deste ponto importa ter em consideração as análises de Liesegang sobre as migrações Muwa e Ngoni de meados do século XIX. Baseando-se em fontes orais da região do lago Niassa e em descrições de europeus que a partir da década de 1860 percorreram a região do Niassa, Liesegang identificou a ocorrência de duas sucessivas vagas migratórias transregionais, entre 1830 e 1880, na região onde se desenvolveram Estados centrais Yao. A primeira dessas vagas com a data de 1830-1840/50 teria sua origem no Estado makua-muwa ou mhua e desencadeou a migração de grupos Yao dos Machinga e outras populações que,

¹⁷⁵ ALPERS, Edward A. **The east African slave trade**. ... op.cit. p. 11 e p. 13.

¹⁷⁶ Ibid. p. 20.

na altura, ocupavam áreas ao sul da atual província do Niassa. Suas indicações apontam que desta migração ter-se-ão desenvolvido povoações Yao nas margens sul e ocidental do lago Niassa. Outros grupos Yao afetados ter-se-iam deslocado em direção norte para a região do Rovuma. A vaga migratória subsequente ocorre por volta de 1848, tendo sido protagonizada por grupos Ngoni do clã Maseko e de Zwangendaba Jere vindos do sul do Zambeze e fazendo parte da grande vaga migratória denominada *mfecane*.¹⁷⁷

Liesegang atribui a essas vagas migratórias a causa da dispersão e expansão Yao e a formação dos Estados na região central da atual província do Niassa no século XIX, designadamente os Estados do Mataka, Makangila, Mtarika, Malinganila, salientando causas exógenas e processos recentes que teriam provocado migrações e transformações da sociedade Yao.¹⁷⁸ Contudo, essas migrações podem explicar processos mais recentes de povoamento Yao, mas não explicam as dinâmicas internas que estariam na origem das suas caravanas do século XVIII. As migrações Macua e Ngoni referidas por Liesegang podem ter sido processos posteriores e teriam com certeza redinamizado as transformações previamente em curso de fragmentação e dispersão de alguns grupos linhageiros Yao e consolidação de outros que se tornaram territorialmente mais poderosos no contexto do tráfico de escravos.

Data desse período de meados do século XIX, a descrição mais antiga sobre a localização geográfica das principais cidades modernas Yao na província do Niassa. Em 1845, o geógrafo W. D. Cooley baseando-se na narração do escravo Yao Nasib e do comerciante Khamis Ibn Othman apresenta-nos um povoamento Yao populoso sobre uma região fértil e irrigada por rios que fluíam para o rio Rovuma.

Going from Kilwa to Iáo, the traveller reaches the Livúma in 25 or 30 days. [...] Beyond the Livúma, on a hill near the river Mulondwezi is the town Kungombe, the king of which does not allow strangers to pass without paying their respects to him and making him a present. A journey of 6 weeks from Kilwa, or of 15 days from the Livúma, brings the traveller to the river Kelingo, on which stands Lukelingo [provavelmente o mesmo que rio Lucheringo], the capital of Iáo.¹⁷⁹

Pouco depois seria a vez do missionário David Livingstone, em meados do ano de 1866 visitar Muembe, a capital do Estado do Mataka. Ele menciona a migração provocada pelos

¹⁷⁷ LIESEGANG, G. **História do Niassa** ...op.cit. (mimeo).

¹⁷⁸ Ibid.

¹⁷⁹ COOLEY, W.D. The Geography of Nyassa, or the Great Lake of Southern Africa. **Journal of the Royal Geography Society** 15, (1845), p. 185-235 apud LIESEGANG, G. **História do Niassa**... op.cit. (mimeo).

ataques dos grupos Ngoni (Mazitu), tendo estimado que em data de sua visita em julho de 1866 o Mataca reinante teria cerca de 60 anos de idade. Ele descreve a cidade de “Moembé” como uma capital densamente povoada, calculando cerca de um milhar de habitantes:

[...] situated in an elevated valley surrounded by mountains; the houses numbered at least one thousand, and there were many villages around. [...] They had but recently come here: they were besieged Mazitu at their former location west of this; after fighting four days they left unconquered, having beaten the enemy off.¹⁸⁰

O surgimento de cidades Yao com o nível de crescimento observado em Muembe, capital do Estado do Mataca, em meados do século XIX, traduz o significado que as chefaturas Yao atribuíram à exploração da economia mercantil da região oriental da África. O crescimento de cidades Yao, entre as quais se destacou o povoamento de Muembe, esteve associado às razias, captura e tráfico de populações Nianja e Macua, circunvizinhas nas faixas ocidental e sul do Niassa, transformados em escravos e vendidos em mercados costeiros de Cabo Delgado. Esse fator de crescimento repercutir-se-á de forma prejudicial contra as próprias chefaturas Yao, principalmente contra o Chefe Mataca, no momento em que as expedições militares invadem o interior do Niassa em fins do século XIX.

Estudos como o de Edward Alpers, Kings Phiri, Clyde Mitchell e de Gerhard Liesegang referem que as dinâmicas de formação dos territórios e Estados Yao, de que se destacam os Estados do Mataca, do Metarica, Cuirassia, do Makangila e do Catur, constituíram importantes alianças políticas entre as suas chefaturas. Porém, o crescimento desses Estados e a importância das soberanias dos grupos linhageiros constituíram condições políticas inalienáveis que levará a que as chefaturas Yao resistam tenazmente ou decidam enveredar por negociações com as forças militares portuguesas.

Vale mencionar a análise feita por José Negrão que se referiu à situação do Estado do Muenemutapa, do sul do rio Zambeze. José Negrão afirmou que apesar da estrutura política do Estado do Muenemutapa ter sido caracterizada por uma constelação imperial de “províncias” ou reinos que se distribuíam pelo centro de Moçambique, grosso modo entre os rios Zambeze e Save, o centro do sistema do poder não estava ao nível da capital do Estado ou do império onde

¹⁸⁰ LIVINGSTONE, David. **The Last journals of David Livingstone in Central Africa**. New York: Harper & Brothers Publishers, 1875, p. 66-75.

residia o rei ou imperador, a sede do governo central, mas sim nas alianças entre os membros do grupo linhageiro fundador e de afinidade política que existiam entre os reinados ou chefaturas locais: “não se tratava de administração dum território mas da administração de sistemas de alianças”.¹⁸¹

1.3. Expedições Coloniais e as Resistências Yao

Desde o primeiro quartel do século XIX que as autoridades administrativas portuguesas sediadas na Ilha do Ibo estavam informadas da importância das terras interiores do Niassa e dos “Mujaos” (Yao) para os mercadores que aportavam na costa de Cabo Delgado. Porém, lamentam ao governo colonial a retórica do direito de posse português sobre as terras insulares e continentais deste distrito, o que se demonstrava na incapacidade de confrontar a influência do governo de Zanzibar em Tungue e de impedir o tráfico de escravos levado a efeito pelas barcas francesas que violavam o decreto anti-esclavagista de 10 de dezembro de 1836. Até a data, os portugueses não reuniam capacidade material para exercer autoridade efetiva no que então chamavam de suas possessões de Cabo Delgado, com exceção da sede deste distrito, a Ilha do Ibo.¹⁸²

Em janeiro de 1849, Diogo José Fernandes, sargento-mor da ilha de Amiza, Cabo Delgado, vê refutada a execução de uma ordem oficial que emitiu em nome do governo português, mandando Salimo Momade, representante do governo de Zanzibar, que se retirasse do “território português” da ilha de Amiza. Os habitantes desta ilha teriam queixado às autoridades portuguesas de Amiza que Momade lhes proibira de negociarem com os “Mujãos” (Yao ou Ajaua), permitindo apenas àqueles que lhe pagassem um tributo em forma de taxa comercial. Diogo J. Fernandes reporta ao governador das Ilhas de Cabo Delgado a resposta de Salimo Momade nos seguintes termos: “athe o prezente ignora estas dittas terras haver algum official que

¹⁸¹ NEGRÃO, José. **Cem anos de economia da família rural africana**: o delta do Zambeze em análise retrospectiva. Maputo: Texto Editora, 2005, p. 114.

¹⁸² AHM. **Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado (séc. XIX)**. Caixa 8-36. Ordem do dia nº 14 do governador-geral de Moçambique datado de 8 de Junho de 1840. Por esta ordem, Cabo Delgado passa a ser um dos distritos militares de Moçambique.

faça alguma justiça ou decidir qualquer couza relativo a elle [...] elle não retira destas dittas terras hainda que seja por meio da força.”¹⁸³

Neste período a baía de Tungue, situada no extremo norte da costa de Cabo Delgado, servia como a mais importante placa giratória dos “negócios da terra”, sobretudo do tráfico de escravos, aí se realizando à margem da proibição portuguesa contra este infame negócio. Por falta de meios militares e navais, as autoridades portuguesas na Ilha de Ibo não foram capazes de impedir, em meados de 1854, que a barca francesa *Bombaim* acostada junto ao rio Musanja (ou Muçanje) comprasse escravos dos moradores de Arimba e mouros de Quiçanga, nem de impedir que os régulos Said Aly e Marere participassem no referido negócio de escravos.¹⁸⁴ Tendo sido ordenado a se retirar do porto por força do decreto de 10 de dezembro de 1836 que proibia a venda de escravos nas possessões ultramarinas, seja qual fosse o pretexto, o capitão do *Bombaim* defendeu-se com a justificação de que aquele distrito não pertencia à Coroa portuguesa, tendo ainda declarado que pretendia estabelecer os escravos como colonos ou trabalhadores livres e engajados na Ilha da Reunião.¹⁸⁵

Em novembro de 1856, uma caravana de 300 a 400 “mujavos” (referindo-se aos Yao ou Ajaua) carregada de marfim esteve na vila do Ibo para negociar.¹⁸⁶ Em ofício de dezembro de 1881, o diretor da Alfândega de Cabo Delgado reporta que a entrada do marfim do interior no ano transacto (1880) contribuiu para o aumento do rendimento da alfândega. Refere que nos anos anteriores o marfim afluía mais para os distritos do sul, provavelmente, para o distrito de Moçambique e aponta como certo que o marfim teria concorrido muito mais para o rendimento desta alfândega “se não tivesse transitado pelo alto certão para os domínios de Sua Alteza o Sultão de Zanzibar, por ser para ali o trânsito mais facil às tribus d’alem do Nyasa, segundo se me afirma.”¹⁸⁷ Entretanto, não identifica os portadores desse marfim para além desta única referência às “tribos do Niassa”.

¹⁸³ AHM. **Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado (séc. XIX)**. Caixa 8-8. Ofício de Diogo José Fernandes, sargento-mor de Amiza, datado de 27 de Janeiro de 1849 para o governador das Ilhas de Cabo Delgado.

¹⁸⁴ AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-31. Correspondência do governador das Ilhas de Cabo Delgado datado de 30 de Agosto de 1854 e demais correspondências sobre o assunto incluindo a declaração do capitão do “Grogard” de 30 de Agosto de 1854. As mesmas fontes falam de uma barca francesa “Bombaim” a comprar escravos naquelas terras.

¹⁸⁵ Ibid. Caixa 8-31. Correspondência do patrão-mor do porto de Ibo ao governador das Ilhas de Cabo Delgado datado de 24 de Outubro de 1854. Ver as demais correspondências sobre o assunto.

¹⁸⁶ Ibid. Caixa 8-31. Correspondência do governador das Ilhas de Cabo Delgado para o governador-geral da Província de Moçambique datada de 9 de Dezembro de 1856.

¹⁸⁷ Ibid. Caixa 8-179. Ofício do diretor da Alfândega do Distrito de Cabo Delgado, 9 de Dezembro de 1881.

Em dezembro de 1887, ao reportar ao governador-geral de Moçambique a ocupação portuguesa de Tungue efetuada em fevereiro deste ano, o diretor da alfândega do Ibo considerou oportuna a ocasião para insistir no assunto da importância de duas estradas para servir de vias de acesso. Uma, seguindo pelo litoral uniria a baía de Tungue e a baía de Pemba e a outra ligaria a costa e o interior do Niassa. Em relação a esta última, calculava que a estrada iria capitalizar a riqueza existente no interior em benefício da alfândega do Ibo, contra o que vinha acontecendo em favor do vizinho Zanzibar. O projeto que então fosse esboçado poderia contar com o seguinte trajeto:

[partiria de] ponto qualquer compreendido entre a povoação da Quissanga e a margem sul da baía de Pemba, para o alto sertão e através do paiz de Mêdo, teríamos assegurado aos nossos estabelecimentos, todo o commercio da vasta região que se estende ao sul do Rovuma entre o Nyassa e o litoral do Distrito. Nestas condições, a fiscalização seria facil, porque sendo a pauta menor do que a de Zanzibar, não seríamos nós que deveríamos temer o contrabando, nem tam pouco conviria aos interessados subtrair as mercadorias ao pagamento de um imposto ainda mais moderado do que o actual.¹⁸⁸

Não se tratava de uma nova questão, dado que em dezembro de 1881 o diretor das obras públicas da província de Moçambique, António José, manifestara ao governador do distrito de Cabo Delgado o desejo de aproveitar a sua permanência no distrito para adentrar o continente e fazer um primeiro reconhecimento e estudos precisos para a construção de uma estrada que passando pela povoação do Medo se dirigiria para o lago Niassa.¹⁸⁹

Foi sob o comando do seu subchefe, Augusto de Mello Pinto Cardoso, que a expedição científica “Pinheiro Chagas” - oficialmente encarregada ao cônsul geral de Portugal em Zanzibar, Serpa Pinto- tendo saído de Pemba em 1885, logrou aqueles que parecem os primeiros feitos portugueses no interior da região do Niassa, após a declaração de “vassalagem” do Metarica e do Cuirassia. Um dos principais chefes Yao, Metarica alia-se aos portugueses em seu território nas

¹⁸⁸ AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-179. Ofício do diretor da alfândega do Ibo de 10 de Dezembro de 1887 para o governador-geral de Moçambique.

¹⁸⁹ AHM. **Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado (séc. XIX)**. Caixa 8-36. Ofício do diretor das obras públicas de Moçambique datado de 2 de Dezembro de 1881 para o governador de Cabo Delgado.

margens do rio Lugenda, em dezembro de 1885 e o Cuirassia em janeiro de 1886, no território localizado na extremidade sul do lago Niassa.¹⁹⁰

Segundo a referida declaração de “vassalagem” estes chefes obrigavam-se desde o momento do “auto de vassalagem” a prestar todo o auxílio em mantimentos e carregadores a qualquer viajante português que no futuro atravessasse os seus territórios, obedecer às ordens das autoridades portuguesas e estabelecer uma relação pacífica com os portugueses. Em particular ao chefe Metarica, Augusto Cardoso recomenda que devesse pôr termo aos “constantes” ataques dos seus súbditos Mafites contra Quissanga. Da declaração consta que o Metarica enviaria uma embaixada ao Ibo para renovar a sua obediência a Portugal diante do governador do distrito de Cabo Delgado. Essa embaixada seria acompanhada por certo número de Mafites, súbditos do Metarica, para “quebrar as zagaia e rodela”, simbolizando a prova do fim dos assaltos. O Cuirassia deveria enviar a sua embaixada à Quelimane com o mesmo objetivo.¹⁹¹

Outra “missão civilizadora ao lago Nyassa” encarregada ao Luiz Augusto Machado Leal, que seguiu acompanhado de uma força de cipaio, em junho de 1889 voltou a receber do Cuirassia na sua povoação - por intermédio de uma embaixada sua - o idêntico juramento de vassalagem pelo qual o mesmo Cuirassia de nome Cheruácu bin Maginde afirma defender a bandeira portuguesa.¹⁹²

Em junho de 1891 a missão portuguesa Mariano de Carvalho, expedição ao rio Lugenda e ao sul do rio Rovuma, chefiada por José Gonçalves Barriga, comandante militar de Palma, seguiu com destino a Itulle, norte do rio Lugenda, onde deveria realizar a sondagem de um jazigo de carvão de pedra para conhecer a sua qualidade e quantidade. Nesta missão, a expedição surpreendeu-se ao tomar conhecimento de ter sido antecédida pela expedição de dois súbditos alemães saídos de Quíloa e acompanhada por uma força armada. Em presença desta força alemã e em vista da bandeira alemã que os dois súbditos arvoravam em Itulle, José Gonçalves Barriga viu-se obrigado a justificar-se com base nos termos da convenção de fronteira luso-alemã de

¹⁹⁰ AHM. **Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado (séc. XIX)**. Caixa 8-36. Ofício de Augusto Cardoso subchefe encarregado da expedição “Pinheiro Chagas” datado de 18 de Dezembro de 1885 ao governador do distrito de Cabo Delgado (vide também o auto de vassalagem do Metarica datado de 16 de Dezembro de 1885 e o de Cuirassia datado de 20 de Janeiro de 1886);

¹⁹¹ Ibid. Caixa 8-36. Ofício de Augusto Cardoso subchefe encarregado da expedição “Pinheiro Chagas” datado de 18 de Dezembro de 1885 ao governador do distrito de Cabo Delgado (vide também o auto de vassalagem do Metarica datado de 16 de Dezembro de 1885 e o de Cuirassia datado de 20 de Janeiro de 1886);

¹⁹² Ibid. Caixa 8-36. Ofício de Luiz Augusto Machado Leal encarregado da “missão civilizadora ao lago Nyassa” datado de 11 de Junho de 1889 ao governador do distrito de Cabo Delgado; Termo de vassalagem do régulo Cuirassia de 11 de Junho de 1889.

dezembro de 1886. Com essa convenção os governos alemão e português concordaram que o rio Rovuma passava a ser o limite entre a área de influência portuguesa ao sul e alemã ao norte.¹⁹³

Num ofício do governador dos territórios da Companhia do Nyassa, João M. Guerreiro d'Amorim, de 8 de junho de 1898, é mencionado que o capitão do exército francês Loynes d'Anteroche, empregado desta companhia, teria sido bem recebido pelo Chefe Mataka no decurso da missão de estudo que ele efetuou ao Niassa em 1896.¹⁹⁴ Loynes d'Anteroche relata as suas observações sobre a situação política no Niassa e adverte ao governador-geral de Moçambique sobre as investidas dos ingleses em relação ao traçado de demarcação da fronteira anglo-portuguesa na região do lago Niassa. Refere sobre as ameaças que as investidas inglesas representavam para o território português e, sobretudo para a área da concessão da Companhia do Nyassa se prevalecesse a ausência de iniciativas da parte portuguesa.¹⁹⁵

Do relato que o d'Anteroche fez ao governador da Companhia de Nyassa, João Guerreiro d'Amorim, constava que o Chefe Mataka mantinha sob seu domínio um vasto território na margem oeste do rio Lugenda, com terrenos riquíssimos e com muita atividade agrícola, possuindo grande quantidade de marfim, sendo por isso um dos mais importantes “régulos” dos territórios da Companhia do Nyassa. Apontou que o Chefe Mataka constituía o foco das atenções dos ingleses do Niassalândia que, segundo o mesmo d'Anteroche, pretendiam batê-lo mais para espoliá-lo do que para castigá-lo pelos crimes e razias que lhe atribuíam.¹⁹⁶

Segundo o mesmo relato de d'Anteroche reportado ao governador-geral de Moçambique, o Chefe Mataka teria à sua disposição para além de um exército forte e temido de soldados disciplinados, uniformizados e munidos com armas *Snyder*, um território sob seu domínio bastante povoado onde poderia dispor-se de inúmero efetivo em caso de guerra. No que se refere a alegada hostilidade que o Chefe Mataka mantinha contra aos brancos resultava das perseguições dos ingleses que teriam forçado a que este potentado do interior tivesse em 1897 enviado um pedido de perdão ao governo português, manifestando o desejo de prestar vassalagem. Capitão d'Anteroche adverte ao governador-geral de Moçambique o necessário estabelecimento de uma

¹⁹³ AHM. **Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado (séc. XIX)**. Caixa 8-36. Ofício de José Gonçalves Barriga, comandante da missão Mariano de Carvalho – expedição ao Lugenda e sul do Rovuma, datado de 16 de Junho de 1891 ao governador do distrito de Cabo Delgado.

¹⁹⁴ AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-180. Ofício do governador dos Territórios da Companhia do Nyassa, de 8 de Junho de 1898, para o governador-geral da Província de Moçambique.

¹⁹⁵ Ibid. Caixa 8-180. Cópia do ofício de 6 de Junho de 1898 do Senhor Loynes d'Anteroche feita no governo dos Territórios da Companhia do Nyassa, no Ibo, de 8 de Junho de 1898 e enviada ao governador-geral de Moçambique.

¹⁹⁶ Ibid. Caixa 8-180. Ofício do governador dos Territórios da Companhia do Nyassa, de 8 de Junho de 1898, para o governador-geral da Província de Moçambique.

relação estratégica com o Chefe Mataca, tendo vista enfrentar as incursões inglesas na região do lago Niassa, considerando que essa relação poderia constituir uma condição favorável ao governo da Companhia do Nyassa. Deste modo, d' Anteroche observa que até a data ocupação e soberania portuguesa na região do Niassa tinha carácter nominal e mais ainda, que a faixa entre o rio Lugenda, lago Niassa e a fronteira com a Niassalândia mantinha-se livre da ocupação europeia, devido a resistência militar pelo Chefe Mataca contra as investidas inglesas, porquanto acreditava “que é devido ao receio que têm d'ele, que os ingleses ainda não ocuparam os territórios entre o Nyassa e o Lugenda”.¹⁹⁷

Je crois donc, Monsieur le Gouverneur que l'intérêt du Gouvernement Portugais et surtout de la Compagnie du Nyassa est donc de protéger Mataka et non de l'attaquer, puisque, comme j'ai essayé de vous le démontrer c'est grâce à lui que la partie entre Lujenda et Nyassa est encore portugaise.¹⁹⁸

Por fim, d' Anteroche sugere que na eventualidade de se levar a cabo uma incursão colonial portuguesa no interior do território do Mataca a partir da linha Ibo-Quiçanga, o governo português poderia percorrer o “caminho de preto” (referindo-se a um caminho frequentado pelos mercadores Yao, Macua e Suahili) no período entre o mês de junho e o início da época das chuvas, que inicia em novembro, seguindo um trajeto de 18 ou 20 dias, contando que na maioria dos casos a região era inacessível para carros (provavelmente puxados por animais).¹⁹⁹

Essa missão de d'Anteroche não foi a única a percorrer o território da concessão no âmbito das atribuições da Companhia do Nyassa. Consta que antes dela, por conta de um sindicato inglês, exploradores Howard e Copeland teriam descoberto jazigos de ferro magnético, carvão grafite e ouro de aluvião junto ao rio Lugenda no Niassa. Consta ainda que em março de 1895, a missão do engenheiro inglês Arthur Wheatley a mando da Companhia do Nyassa teria sido incumbida de estudos de reconhecimento do porto de Pemba e do caminho-de-ferro para o Mêdo para daí ligar ao lago Niassa. Esta missão não terá ido para além do Metarica, junto ao rio

¹⁹⁷ AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-180. Ofício do governador dos Territórios da Companhia do Nyassa, de 8 de Junho de 1898, para o governador-geral da Província de Moçambique.

¹⁹⁸ Ibid. Caixa 8-180. Cópia do ofício de 6 de Junho de 1898 do Senhor Loynes d'Anteroche, Ibo, 8 de Junho de 1898 e enviada ao governador-geral de Moçambique.

¹⁹⁹ Ibid.

Lugenda, porque os carregadores ou pessoal da expedição que a acompanhava, em pequeno número, terem recusado avançar para o interior dos territórios do Chefe Mataka.²⁰⁰

Ao nível do Estado-Maior de Moçambique, em Lourenço Marques, já vinha sendo preparada desde maio de 1899, sob a direção do Major Manoel de Sousa Machado a denominada “expedição ao Nyassa”. Neste âmbito o governador da Companhia do Nyassa foi questionado em novembro de 1898, sobre as incursões dos Yao contra os territórios ingleses, tendo respondido que não sabia de nada, mas se tivesse havido, só poderiam resultar de provocações dos ingleses, que por mais de uma vez vinham hostilizando os “regulos” do território português.²⁰¹

Ainda em maio foi preparada uma portaria para proibir nos territórios administrados pela Companhia do Nyassa (Niassa e Cabo Delgado) e noutros distritos de Moçambique a importação de pólvora e armas, nos casos em que os respectivos governadores tivessem certeza que os mesmos poderiam destinar-se aos povos “não avassalados” e hostis aos seus governos.²⁰²

Nas instruções para a “expedição ao Nyassa” assinadas pelo governador-geral de Moçambique, Álvaro da Costa Ferreira, constava a determinação para reduzir à obediência das autoridades portuguesas os povos que até então só reconheciam a autoridade política do Chefe Mataka e de chefaturas que deste dependiam, em especial Cuamba, Catuli e Zafari, devendo a expedição prender estes chefes, assim como aos demais a estes subordinados, inclusive as suas gentes de guerra. Para atingir este fim deveriam destruir as povoações que abrigavam os revoltosos, arrasar as culturas, tomar o gado, etc.²⁰³

Não se tratava de uma expedição como as que tiveram lugar até então no interior do Niassa. A “expedição ao Nyassa” foi preparada, segundo as “instruções gerais” de junho de 1899, para ser uma invasão militar portuguesa aos territórios dos chefes Yao e a estes associados, a primeira tentativa desta envergadura que iria ser levada a cabo pelos portugueses na região. Manoel de Sousa Machado, major de infantaria, a frente do comando encarregue de uma coluna militar composta de tropas de artilharia, cavalaria e infantaria, entre oficiais e praças europeus e “angolas”, auxiliados por 1400 cipaio da Maganja da Costa, 500 de Massingire e Marral, 670

²⁰⁰ AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-180. Resenha da Procuradoria da Coroa e Fazenda de Moçambique, de 1898. Ver também ofício do governador dos Territórios da Companhia do Nyassa, de 8 de Junho de 1899, para o governador-geral da Província de Moçambique.

²⁰¹ Ibid. Caixa 8-180. Ofício do governador dos Territórios da Companhia do Nyassa, de 24 de Novembro de 1898 para o governador-geral de Moçambique.

²⁰² Ibid. Caixa 8-180. Processo referente à expedição ao Niassa.

²⁰³ Ibid. Caixa 8-180. Instruções gerais para o comandante da expedição ao Nyassa (Processo referente à expedição ao Niassa).

dos prazos Mugoro e Goma, 200 do prazo Boror, contando-se 3393 carregadores, deveria implantar pontos provisórios de ocupação portuguesa na área da concessão da Companhia do Nyassa, sendo que a administração desta companhia deveria conservar a manutenção dos mesmos.²⁰⁴ Até a data, os portugueses não haviam fixado qualquer posição militar ou administrativa no Niassa, fora os autos de “vassalagem” dos Chefes Metarica e Cuirassia.

Foi com base em informações das autoridades inglesas em Zomba, Niassalândia, que foi projetado o itinerário desta expedição ao Niassa, partindo do seu quartel-general instalado em Chilomo e seguindo a direção Milange – Mecanhelas – Cuamba – Napulo – Zafari – Mataka – Catuli. O cônsul-geral inglês em Zomba colocou à disposição do governo português o capitão F.B. Pearce, comandante das forças inglesas na Niassalândia, que estaria na posse de mapas de localização dos territórios que deveriam ser alvos da expedição.²⁰⁵ Nesse ofício do cônsul-geral transparece que a participação inglesa determinava a estratégia da operação:

[...] your Excellency will agree with me after consideration that it would be a better and quicker course to take that an expeditionary force, after settling the Quamba question, proceed straight to the settlements of Zarafi and Mataka, and, if possible, avoid the necessity of a detour to Fort Johnston until the whole campaign has been finished.

[...] I feel strongly that the subjection of Quamba, Zarafi, and Mataka is no light matter, and yet at the same time it is essential that once the campaign is started it must be carried through speedily and without a check.²⁰⁶

Com vista a garantir o êxito desta estratégia, autoridades inglesas em Zomba (atual Niassalândia) tinha previamente estabelecido um acampamento militar no lago Chiúta, junto da fronteira entre Moçambique e Niassalândia composto de uma força de 500 soldados nativos da Niassalândia, 130 tropas indianas, 10 oficiais e um médico ingleses. Garantia também o abastecimento alimentar e de guerra a partir de companhias inglesas estabelecidas na região. O vice-cônsul inglês em Chinde, em Quelimane e na costa junto ao rio Zambeze tinha proposto que se acordasse uma ação militar conjunta luso-britânica.²⁰⁷

²⁰⁴ AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-180. Instruções gerais para o comandante da expedição ao Nyassa (Processo referente à expedição ao Niassa).

²⁰⁵ Ibid. Caixa 8-180. Instruções gerais para o comandante da expedição ao Nyassa. Processo referente à expedição ao Niassa; Telegrama do H.M. Commissioner e cônsul geral da British Central Africa em Zomba de 3 de Julho de 1899 para o governador-geral de Moçambique (Processo referente à expedição ao Niassa).

²⁰⁶ Ibid. Caixa 8-180. Telegrama do H.M. Commissioner e cônsul geral da British Central Africa em Zomba de 3 de Julho de 1899 para o governador-geral de Moçambique (Processo referente à expedição ao Niassa).

²⁰⁷ Ibid. Caixa 8-180. Instruções gerais para o comandante da expedição ao Nyassa. In: Processo referente à expedição ao Niassa; Telegrama do H.M. Commissioner e cônsul geral da British Central Africa em Zomba de 3 de

Até 28 de julho de 1899, o comandante inglês capitão Pearce, já havia avançado sem consentimento do Major Machado, as suas forças para a margem oriental do lago Chiúta, interior de Moçambique, justificando que se tratava de um procedimento prévio cujo objetivo era abrir a linha de comunicação entre as suas tropas e a marcha das forças da expedição portuguesa que seguiriam em direção ao território do Chefe Cuamba, ao sul do Niassa. Esclareceu, ainda, que tal procedimento não deveria ser visto como uma intervenção das forças britânicas no território de Moçambique, mas que se encontrava pronto para dar ordens de auxílio e cooperação militar, caso o comando português expedisse, mesmo de forma oficiosa, uma carta naquele sentido.²⁰⁸

A 9 de agosto de 1899, o Major Machado solicita a partir de Mecanhelas, sul do Niassa, que o capitão Pearce ficasse acampado com as suas forças na linha de fronteira no lago Chiúta, a fim de proteger o comboio geral da expedição que ficaria acampado em Mecanhelas, enquanto ele marchava em avanço para Cuamba. Nessa ocasião, explica que para além deste pedido importante e único, não aceitaria sacrifícios da parte britânica nos trabalhos que pertenciam unicamente à expedição portuguesa.²⁰⁹

1.3.1. Combate de Cuamba (23 de agosto de 1899)

O Major Manoel Machado, comandante da expedição ao Niassa conta que logo depois de retomar sua marcha do acampamento de Mecanhelas a 12 de agosto surgiram os primeiros ataques das forças do Chefe Cuamba contra a coluna da expedição. Tinha sido confiada aos cipaio dos prazos, auxiliares da expedição, a tarefa de explorar o terreno para evitar eventuais surpresas que poderiam resultar em baixas na coluna. Nos dias 14, 20 e 22 de agosto foram registrados escaramuças e tiroteios de pequena envergadura entre as forças do Chefe Cuamba e as forças de avanço da coluna. Em ofício ao governador-geral de Moçambique, Machado conta que no dia 23 de agosto, quando a coluna da expedição atravessava o rio Metanculo junto das povoações periféricas do Chefe Cuamba teve lugar o mais importante ataque deste chefe africano, emboscando e flanqueando por todos os lados a coluna do Major Machado e

Julho de 1899 para o governador-geral de Moçambique; Cópia do telegrama do vice-cônsul britânico em Chinde de 1 de Julho (?) de 1899 (Processo referente à expedição ao Niassa).

²⁰⁸ AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-180. Telegrama de capitão F.B. Pearce, commandant of armed force in British Central Africa de 28 de Julho de 1899 para major Manoel Machado (Processo referente à expedição ao Niassa).

²⁰⁹ Ibid. Caixa 8-180. Ofício do major Manoel Machado de 9 de Agosto de 1899 para capitão F.B. Pearce (Processo referente à expedição ao Niassa).

sustentando durante mais de uma hora e meia com bastante pesar a superioridade do armamento da expedição. Só depois de sofrerem bastante baixas é que as forças do Chefe Cuamba abandonaram as suas povoações e culturas, tendo sido contados pelos portugueses mais de 20 cadáveres abandonados. Só no dia 28 de agosto é que a coluna da expedição entrou e encontrou abandonadas as povoações principais de Cuamba. Major Machado diz que houve neste combate apenas cinco feridos e três mortos entre os cipaiois.²¹⁰

Contrariado, Major Machado relata que desde início da expedição ao Niassa a posição efetiva das forças britânicas sob comando do capitão Pearce contrapôs o acordado na conferência de Chilomo entre o governador-geral de Moçambique e o capitão Pearce. Reporta que a 28 de agosto encontrou, com desagrado, uma força do capitão Pearce de 500 a 600 praças africanas nas povoações principais de Cuamba. Machado recorda ao governador-geral de Moçambique que este procedimento já tinha sido objeto de veemente protesto do governador do distrito da Zambézia.²¹¹ O argumento dos ingleses foi de que a ausência de comunicação entre os dois comandos, do Major Machado e do Capitão Pearce, e a suspeita de que poderiam se registrar fortes combates nos domínios do Chefe Cuamba, não deixaram indiferente o Capitão Pearce que avançou julgando haver necessidade de auxílio para as forças portuguesas.²¹²

A 22 de agosto quando a coluna da expedição se pôs em marcha saindo de Mecanhelas em direção ao território do Chefe Cuamba, o governo britânico em Zomba tinha admitido que, em caso de demora na marcha da coluna portuguesa, iria instruir o comandante Pearce acampado em Chiúta para avançar para o interior do território português contra o Chefe Cuamba com a justificação de evitar uma eventual contra-ofensiva antecipada por parte da força conjunta dos Chefes Cuamba, Mataca e Zarafi. Na ocasião, o governador do distrito da Zambézia protestou de imediato contra a realização deste procedimento que, segundo o mesmo, violaria os entendimentos da conferência de Chilomo, na qual ficara acordado que a intervenção das forças inglesas deveria ser segundo acordo prévio com o comando da expedição ao Niassa. Também ficou combinado que não havendo da parte do comando português necessidade de auxílio militar, o avanço das forças sob comando do capitão Pearce no território de Moçambique, não só

²¹⁰ AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-180. Ofício do major Manoel Machado de 8 de Setembro de 1899 para o governador-geral de Moçambique (Processo referente à expedição ao Niassa).

²¹¹ Ibid.

²¹² Ibid. Caixa 8-180. Cópias dos telegramas do H.M. Commissioner e cônsul geral da British Central Africa em Zomba de 22, 23 e 28 de Agosto de 1899, para o governador do distrito de Zambézia em Chilomo; Ofício do major Manoel Machado de 8 de Setembro de 1899 para o governador-geral de Moçambique (Processo referente à expedição ao Niassa).

colocaria o receio das duas forças, portuguesas e inglesas entrarem em conflito no terreno como poderia colocar em perigo os interesses das duas nações europeias.²¹³

O governador do distrito da Zambézia chegou a solicitar imediata ocupação efetiva da faixa fronteira com a Niassalândia em Chiúta entre o lago Niassa e Amaramba, tendo até colocado seu lugar a disposição de tão contrariado pelos ultimatos e contra-argumentos contra o seu protesto demonstrados pelo comissário e cônsul geral britânico em Zomba.²¹⁴ No telegrama de 23 de agosto enviado ao governador do distrito da Zambézia, o comissário e cônsul britânico em Zomba expôs nos seguintes termos a posição inglesa em relação a expedição ao Niassa:

I must however ask your Excellency to give me definite and absolute assurance firstly that the whole campaign will be at once energetically carried out and finished before the rains and secondly that portuguese government will be responsible for all losses to british subjects caused by the raids hencefort the campaign not be successfull. I shall on receiving that assurance withdraw all british troops from the frontier and take no further action it is impossible for the british force to remain longer in its present anomalous position.²¹⁵

Pouco depois, em setembro deste ano de 1899 quando preparava o acampamento em Napulo, sul do Niassa, para servir de base de operações contra o Chefe Mataka, Machado volta a lamentar o cometimento britânico em relação aos entendimentos de Chilomo sobre a expedição ao Niassa. Tenente C. Percival, comandante britânico do forte de Mangoche, em Niassalândia, tinha notificado aos portugueses que não seria permitida a passagem de nenhum soldado ou auxiliar armado das forças portuguesas da expedição pelo território em direção a Napulo. Entendia que a escolta dos comboios de carregadores da expedição portuguesa deveria ser feita apenas pela força britânica e que a entrada de qualquer comboio de carregadores no protetorado britânico deveria previamente ser notificada e a sua escolta mantida sob seu comando ou de outro oficial britânico por si indicado.²¹⁶

²¹³ AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-180. Cópia do telegrama do H.M. Commissioner e cônsul geral da British Central Africa em Zomba de 22 de Agosto de 1899 para o governador do distrito de Zambézia em Chilomo; Cópia do telegrama do governador do distrito da Zambézia de 23 de Agosto de 1899 para H.M. Commissioner e cônsul geral da British Central Africa em Zomba (Processo referente à expedição ao Niassa).

²¹⁴ Ibid. Caixa 8-180. Ofício do governador do distrito da Zambézia de 24 de Agosto de 1899 para o governador-geral de Moçambique (Processo referente à expedição ao Niassa).

²¹⁵ Ibid. Caixa 8-180. Cópia do telegrama do H.M. Commissioner e cônsul geral da British Central Africa em Zomba de 23 de Agosto de 1899 para o governador do distrito de Zambézia em Chilomo (Processo referente à expedição ao Niassa).

²¹⁶ Ibid. Caixa 8-180. Cópia do telegrama de C. Percival, liutenent rifle brigade officer commanding Fort Mangoche, de 10 de Setembro de 1899 (Processo referente à expedição ao Niassa).

O governador da Zambézia e o Major Machado classificaram este incidente como reflexo de um eventual mal-entendido e excesso de zelo da parte do Tenente Percival. O governador do distrito da Zambézia solicita ao governador-geral de Moçambique para que recordasse ao governo do protetorado britânico da Niassalândia que este fato representava a denegação de licença anteriormente concedida pelo comissário britânico em Zomba, a 1 de setembro, e que ao suceder como exposto pelo referido tenente inglês, o fato representaria a quebra do acordo de Chilomo, recordando ainda aos ingleses que a campanha em curso era “emprehedida unicamente por atenção as suas reclamações e que a falta do seu apoio destroe os sacrificios feitos e o seu principal objectivo”.²¹⁷

Fora as lamentações, o Major Machado pôde contar que os combates havidos no território do Chefe Cuamba resultaram na implantação do posto militar de Napulo, na povoação com o mesmo nome situada na margem oriental do lago Amaramba, Niassa, a 28 de setembro de 1899. O posto recebeu o nome de forte D. Carlos I.²¹⁸

1.3.2. Combate de Muembe (19 de outubro de 1899)

Pouco depois da coluna militar da expedição atravessar o rio Luambala, na margem esquerda do rio Lugenda, na manhã de 16 de outubro as forças do Chefe Mataca tentaram sem êxito impedir a marcha e cortar o avanço das forças portuguesas. Para o Chefe Mataca a ameaça se tornaria eminente, caso as suas forças não impedissem as forças inimigas de atravessar mais duas barreiras naturais, os rios Namatanda e Luangua, em direção à sua capital Muembe. Entretanto, a 19 de outubro a coluna militar da expedição sucede ao vencer aquilo que o Major Machado classificou de “pertinaz resistência” pela defesa da cidade do Chefe Mataca. Depois da invasão da capital do Chefe Mataca, Muembe, as forças de Machado queimaram quatrocentas e trinta e sete palhotas abandonadas.²¹⁹

²¹⁷ AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-180. Ofício do governador do distrito da Zambézia de 25 de Setembro de 1899; Ofício do major Machado de 16 de Setembro de 1899; Cópia do telegrama do H.M. Commissioner e cônsul geral da British Central Africa em Zomba de 1 de Setembro de 1899 (Processo referente à expedição ao Niassa).

²¹⁸ Ibid. Caixa 8-180. Ofício de major Machado de 28 de Setembro de 1899 para o governador do distrito da Zambézia (Processo referente à expedição ao Niassa).

²¹⁹ Ibid. Caixa 8-180. Cópia do telegrama do major Machado de 9 Novembro de 1899 [calculando que o telegrama foi enviado na data de chegada da coluna em Napulo] para o governador da Zambézia; relato do major Machado de 28 de Novembro de 1899 (Processo referente à expedição ao Niassa).

Machado calcula que o Chefe Mataca tenha reunido cerca de cinco mil combatentes armados e não armados. Na sua cidade, Muembe, foram contadas 4837 casas de construção sólida e comodidade “relativa”. Depois de destruir a cidade de Muembe, a coluna do Machado seguiu o caminho pelas povoações abandonadas de Chichuma, irmão do Chefe Mataca, em direção ao território do Chefe Zarafi. Entre os dias 24 e 30 de outubro a força expedicionária acampou na margem esquerda do rio Luangua, aguardando que o Chefe Mataca se rendesse aos portugueses para “pegar pé”, aceitando deste modo a proposta feita pelo Machado para o fim da guerra e das destruições. No seu relato Machado conta que, quando a sua coluna militar avançava a caminho das povoações do Chefe Zarafi, o Chefe Mataca teria enviado uma carta declarando reconhecer os portugueses como “senhores dos terrenos”, afirmando que se encontrava foragido no mato com os seus “grandes e mulheres”, não tendo culpa do mal que teria sido cometido pelos seus parentes já falecidos; portanto, pedia que não queimassem mais as povoações, nem matassem mais gente e que o deixassem cultivar as suas terras.²²⁰

As forças portuguesas da expedição foram então recebidas pelo Chefe Zarafi, com quem teriam avançado termos de um pré-acordo, ao fim não realizado, segundo os quais este chefe aceitaria ser desterrado pelos portugueses acompanhado pelo seu povo para qualquer parte dos domínios portugueses onde estariam ao abrigo das investidas dos ingleses e do Chefe Mataca. A 3 de novembro, a coluna retirou-se para o posto militar de Napulo, de onde regressou para Milange, de volta ao Distrito da Zambézia, com a justificação de que aproximava a época das chuvas e escasseavam os mantimentos da expedição. Ao fim da expedição contava-se um saldo de destruições e mortes, 3410 prisioneiros feitos nas povoações do Chefe Mataca e mais de mil das povoações do Chefe Zarafi, incluindo a mãe deste. A capital Muembe, símbolo do prestígio, do esplendor, da riqueza e grandeza do Estado do Mataca ficou destruída e, para além disso, os portugueses parecem ter ganho a aproximação dos Chefes Zarafi, Cuirassia e Metarica.²²¹

No ofício do governador do Distrito da Zambézia não consta o conteúdo das cartas e a finalidade da ponta de marfim que segundo o telegrama do Tenente Albano Morais, do posto militar de Napulo enviado àquele governador, os emissários dos Chefes Zarafi e Metarica

²²⁰ AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-180. Relato do major Machado de 28 de Novembro de 1899 (Processo referente à expedição ao Niassa):

²²¹ Ibid. Caixa 8-180. Relato do major Machado de 28 de Novembro de 1899 (Processo referente à expedição ao Niassa); para os números indicados ver cópia do telegrama do major Machado de 9 Novembro de 1899 [calculando que o telegrama foi enviado na data de chegada da coluna em Napulo] para o governador da Zambézia (Processo referente à expedição ao Niassa).

levaram a este posto. O fato foi interpretado como sendo manifestação de disposição desses chefes a coadjuvar a coluna contra o Chefe Mataca.²²²

Outrossim o cônego do concelho de Tungue, Cabo Delgado, em novembro deste ano comunicou as informações obtidas por africanos vindos de Mikindane, África Oriental Alemã, (atual Tanzânia) segundo as quais o Chefe Mataca teria enviado em outubro deste ano cartas ao comandante militar do posto de Mikindane “provavelmente” a pedir que os alemães o recebessem no seu território, no caso em que se visse forçado a abandonar as suas terras. Nessa ocasião, o governador-geral de Moçambique solicitara ao governador da Companhia do Nyassa no Ibo, que era de toda a conveniência saber o paradeiro do Chefe Mataca, a fim de proceder com a sua captura pelos “agravos e depredações” que cometera em território do protetorado britânico de Niassalândia, na África Central.²²³

Pouco antes da “expedição ao Nyassa” ser dissolvida a 12 de dezembro de 1899 pelo governador-geral de Moçambique,²²⁴ desembarcou em Ibo, a 1 de dezembro, a expedição preparada pela Companhia do Nyassa com a finalidade de assegurar a ocupação portuguesa no posto militar de Napulo e manter o estado das disposições favoráveis dos demais chefes da região do Niassa.²²⁵ Para além do terror das destruições e mortes semeadas na região do Niassa, em termos efetivos a “expedição ao Nyassa” foi apenas ao ponto de suceder na implantação do posto militar de Napulo, representado pelo denominado forte D. Carlos I e dois baluartes denominados Eduardo Vilaça e Álvaro Ferreira, a 28 de setembro de 1899, situados na margem oriental do lago Amaramba. A fixação de o posto militar de Napulo foi pensada pelo Major Machado para cumprir o papel estratégico de assegurar a divisa em relação aos fortes ingleses de Johnston e Mangoche na Niassalândia. Além disso, na data de sua implantação a 28 de setembro, a sua localização a meio caminho do Distrito da Zambézia seria ideal para apoiar e abastecer a coluna da “expedição ao Nyassa” na marcha contra o Mataca, servindo aí como quartel à força de

²²² AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-180. Ofício do governador distrital da Zambézia de 27 de Outubro de 1899 para o governador-geral de Moçambique (Processo referente à expedição ao Niassa).

²²³ Ibid. Caixa 8-180. Ofício do governador dos Territórios da Companhia do Nyassa, de 15 de Novembro de 1899 para o governador-geral de Moçambique.

²²⁴ Ibid. Caixa 8-180. Portaria do governador-geral de Moçambique de 12 de Dezembro de 1899; Ofício do governador dos Territórios da Companhia do Nyassa, de 2 de Dezembro de 1899 para o governador-geral de Moçambique.

²²⁵ Ibid. Caixa 8-180. Ofício do governador dos Territórios da Companhia do Nyassa, de 2 de Dezembro de 1899 para o governador-geral de Moçambique.

ocupação portuguesa no Niassa.²²⁶ Após a retirada da expedição para Milange, José Bernardo Dias ficou incumbido como comandante interino do posto de Napulo, com a guarda do material de guerra deixado para cumprir a missão de manter as boas relações e obstar incursões e ataques de retaliação por parte dos Chefes Mataca e Cuamba ou qualquer outro chefe até que a Companhia do Nyassa ocupasse o Niassa.²²⁷

Passados cerca de um ano após o término da expedição contra o Chefe Mataca, em dezembro de 1900, sem registro de que teria havido algum combate, uma pequena força da Companhia do Nyassa comandada pelo Tenente João dos Santos Pires Viegas, composta de 54 praças europeias e 90 soldados africanos e um médico, tendo saído de Quissanga, Cabo Delgado, atravessou para a margem esquerda do rio Lugenda e ergueu o posto militar denominado D. Luís Filipe no território do Chefe Metarica.²²⁸

1.3.3. Fim da Resistência Militar Yao

De fato, os acordos sobre os limites geográficos do território colonial do Niassa antecederam a ocupação efetiva da área territorial abrangida e, sobretudo antecederam cerca de uma década e meio o início do processo de invasão militar contra os Estados Yao que aí existiam. Pelo acordo luso-alemão de dezembro de 1886 ficou acertado que a fronteira norte da colônia de Moçambique, separando-a da colônia alemã (África Oriental Alemã, depois designada Tanganyika, hoje Tanzânia) seguiria o curso do rio Rovuma, desde a sua foz até à confluência do rio Messinge, continuando daí para o oeste até um ponto na margem do lago Niassa²²⁹. Em meado de 1891, Portugal acabou por assinar, com algum desagrado, as bases do convênio luso-britânico de maio de 1891 e o acordo de 11 de junho do mesmo ano que estabelece com carácter

²²⁶ AHM. **Fundo do governo-geral (séc. XIX)**. Caixa 8-180. Ofício de major Machado de 28 de Setembro de 1899 para o governador do distrito da Zambézia (Processo referente à expedição ao Niassa).

²²⁷ Ibid. Caixa 8-180. Ofício de José Bernardo Dias comandante interino no forte D. Carlos I de 12 de Novembro de 1899; ofício do governador da Zambézia de 12 de Dezembro de 1899 para o governador-geral de Moçambique; instruções do major Machado de 11 de Novembro de 1899 ao comandante interino, José B. Dias (Processo referente à expedição ao Niassa).

²²⁸ Ibid. Caixa 8-180. Ofício de João dos Santos Pires Viegas de 8 de Dezembro de 1900 ao intendente do governo no Ibo (Processo referente à expedição ao Niassa).

²²⁹ AHM. **Boletim Oficial de Moçambique** nº 38, Ano de 1887 (onde consta a Declaração entre os governos de Portugal e da Alemanha sobre a delimitação das possessões e da esfera de influência de ambos os países na África meridional, de 30 de Dezembro de 1886 e o decreto de sua aprovação e ratificação de 13 e 14 de Julho, respectivamente).

de ultimato toda a fronteira ocidental e sul da colônia de Moçambique em relação às colônias britânicas da África Austral.²³⁰

É por força desse acordo de 11 de junho de 1891, o ultimato inglês – já mencionado –, que Portugal desencadeia a política de concessões da administração e exploração territorial em Moçambique, de que faz parte a atribuição à firma portuguesa Bernardo Daupias & C.^a que cria a Companhia do Nyassa, o direito de administrar e explorar os “Territórios de Cabo Delgado e Niassa”, a 26 de setembro deste mesmo ano de 1891.²³¹

A atribuição das concessões territoriais no extremo norte e no centro de Moçambique (onde se estabeleceu a Companhia de Moçambique) não apenas respondia às obrigações impostas a Portugal pelo referido ultimato, como confirma o relatório de 30 de setembro de 1891, que reitera a pertinência de proceder, com efeito imediato, a reforma administrativa da colônia de Moçambique. O relatório reconhece que os termos do acordo com a Inglaterra, impondo a “construção de uma linha férrea do porto da Beira até a fronteira inglesa, as estradas, os telégrafos, os melhoramentos dos portos, e tudo o que será mister construir para cumprir leal e nobremente aquella convenção, excedem infelizmente as forças do paiz.”²³²

Esse relatório de 30 de setembro de 1891 justificava a pertinência de imprimir dinâmica na administração da colônia de Moçambique, aconselhada por força do contexto em que a soberania portuguesa estaria em risco por razões da incapacidade de Portugal em cumprir os termos da ocupação efetiva e, sobretudo pela expansão da ocupação colonial pelos ingleses ao oeste de Moçambique e pelos alemães ao norte do rio Rovuma.

Segundo Ernesto Jardim de Vilhena, a coluna militar da “expedição ao Niassa”, do Tenente-coronel Machado em 1899, marcou o início do processo da ocupação militar e implantação da administração portuguesa na região do Niassa. Tendo forçado pela violência e devastação as chefaturas Yao do alto-Lugenda a negociaram a paz com os portugueses. À esta

²³⁰ Bases do convénio relativo à África Oriental entre Portugal e Inglaterra de 28 de Maio de 1891. Apesar dos condicionalismos que o acordo estipulava e cientes das dificuldades financeiras que ele acarretava para a fraca economia portuguesa, por força do parágrafo demandando a aprovação do tratado definitivo “com a menor demora possível”, de facto em menos de um mês Portugal decreta assinatura e ratifica o referido acordo a 11 de Junho de 1891. In: COLECÇÃO DA LEGISLAÇÃO NOVÍSSIMA DO ULTRAMAR. Vol. XIX, 1891. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 196-200.

²³¹ Decreto de 26 de Setembro de 1891 In: MINISTÉRIO DA MARINHA E ULTRAMAR. **Companhia do Nyassa**. Decretos, Portarias, Regulamentos e Mais Diplomas relativos a esta companhia. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897, p. 3.

²³² Relatório de 30/09/1891 In: COLECÇÃO DA LEGISLAÇÃO NOVÍSSIMA DO ULTRAMAR. Vol. XIX, 1891. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894, p. 486

coluna militar seguiram a do Capitão Pires Viegas entre novembro-dezembro de 1900 que fixou os postos militares D. Luiz Filipe e Mluluca nas terras do Chefe Metarica e os destacamentos do Alferes Pottier de Lima em fim de junho de 1902 e do 2º Sargento Carlos Humberto da Graça em outubro de 1902.²³³ Desses postos militares portugueses deu-se origem a criação do concelho de Metarica, a primeira área administrativa portuguesa cobrindo a área Yao do Niassa.

Até o fim do ano de 1902, na região do Niassa foram constituídos o concelho administrativo de Metarica (com o posto-sede D. Luís Filipe e o posto militar de Mluluca), o concelho de Amaramba (com o forte D. Carlos), o concelho do Lago (subdividido em postos de Luangua e Ngofe) e o posto militar do Lúrio.²³⁴ A tenacidade da resistência do Chefe Mataka e seus aliados em não ceder às pressões militares das forças invasoras do governo português resultará na consolidação da administração colonial portuguesa nas regiões sul e ocidental do Niassa, onde predominam as populações Macua e Nianja, e no prolongamento por quase uma década da situação militar na região centro-norte, entre os rios Lugenda, Lucheringo e Rovuma, onde predomina os povoamentos Yao.

Com efeito, com a sua fixação militar nos concelhos do Lago, Amaramba e Metarica os portugueses abriram um corredor para o interior do Niassa que seguia o itinerário ocupado pelos postos militares situados nas regiões ocidental (concelho do Lago, junto ao lago Niassa), austral (concelho de Amaramba, ao sul do Niassa) e oriental (concelho de Metarica, ao oriente do Niassa). Esse corredor militar se transforma em estações de trânsito e comunicação para as caravanas de funcionários do governo colonial, expedientes, armamentos, carregadores e serviços vitais para política e economia da Companhia do Nyassa. Consecutivamente, será nos concelhos do Lago e de Amaramba onde a cobrança do imposto de palhota registrará sucesso.

Introduzido em 1897 para marcar o início da administração e exploração da área concedida à Companhia do Nyassa, o regulamento que o institui obrigava os donos das palhotas, unidades habitadas pela maioria da população nativa, ao pagamento anual de imposto por cada palhota que empregassem como casa de habitação. Para os primeiros dois anos de 1896 e 1897, os visados poderiam pagar o referido imposto em dinheiro ou em gêneros aceitos na razão de dois terços do valor do mercado. Os donos das palhotas que recusassem ao pagamento desse imposto

²³³ VILHENA, Ernesto Jardim de. **Companhia do Nyassa: Relatórios e Memórias sobre os Territórios**. Lisboa: Typographia da “A Editora”, 1905, p. 237-247.

²³⁴ Relação dos empregados da Companhia do Nyassa referente a 31 de Dezembro de 1902. In: AHM. **Boletim da Companhia do Nyassa** nº 60, 28 de Fevereiro, ano de 1903, Porto Amélia, p. 419.

ficavam obrigados a trabalhar durante um número determinado de dias para que, ao preço do salário local, pagassem a sua dívida aumentada de 50 por cento.²³⁵

A explicação encontrada por Vilhena foi que as povoações Nianja aderiram ao lançamento do imposto de palhota porque estariam acostumadas com a experiência que assistiam da cobrança do imposto em Niassalândia com que se comunicavam por via da Ilha de Likoma. Por outro lado, porque “sendo *anhanjas* [Nianja], de raça sempre dizimada pelos *ajauas* do Lugenda, não tinham na rebeldia do Mataka um refúgio sempre pronto, que lhes permitisse esquivarem-se ao pagamento.”²³⁶

Por conta da resistência Yao associada ao Chefe Mataka, o processo de implantação administrativa portuguesa será mais rápido nos povoamentos Nianja e Macua. Vilhena observou que as autoridades portuguesas puderam explorar as contradições que havia entre as chefaturas Nianja e Yao provocadas pelas razias escravagistas a que as populações Nianja foram sujeitas pelo Chefe Mataka e seus aliados Yao no século XIX. Vilhena vê nesse aspeto a explicação para que os portugueses se consolidassem nos postos administrativos de Cóbue e Metangula, nas margens do lago Niassa.²³⁷

Apesar de utilizar a designação de concelho atribuído a áreas de relativa estabilidade administrativa, a Companhia do Niassa contava em dezembro de 1908 com o concelho de Metarica com os postos militares de D. Luiz Filipe (sede), de Mluluca, Candur e Mahua; com o concelho de Amaramba com o posto de Cuamba (sede) e postos militares D. Carlos, Tamballade e de Mecanhelas e com o concelho do Lago com os postos de Metangula (sede), de Mtonia, Lipoche, Unango e Cóbue.²³⁸

No período de 1910-1912 foram retomadas as campanhas militares de ocupação do Niassa que ainda permaneciam sob controlo militar das chefaturas Yao situadas na região entre os rios Lugenda, Lucheringo e Rovuma. Ao fim dos últimos combates em que a aliança militar dos Chefes Mataka e Malingalira nas povoações Yao situadas no vale do Lucheringo, em outubro de 1912, a “coluna do Mataka” ordenada pela Companhia do Nyassa foi sucedida pela ocupação

²³⁵ Regulamento provisório do imposto de palhota nos territórios da companhia do Nyassa. In: MINISTÉRIO DA MARINHA E ULTRAMAR. **Companhia do Nyassa**. Decretos, Portarias, Regulamentos e Mais Diplomas relativos a esta companhia. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897, p. 55.

²³⁶ VILHENA, Ernesto Jardim de. **Companhia do Nyassa**: Relatórios e Memórias sobre os Territórios. Lisboa: Typographia da “A Editora”. 1905, p. 99. (Grifo do autor)

²³⁷ Ibid. p. 263.

²³⁸ Relação dos empregados da companhia d Nyassa referente a 31 de Dezembro de 1908. In: AHM. **Boletim da Companhia do Nyassa** nº 130, de 31 de Dezembro de 1908, Porto Amélia, p. 1092.

definitiva de Muembe, forçando a fuga do Chefe Mataca que se refugiou na África Oriental Alemã, sendo finalmente celebrado o fim do “problema essencial” do processo de ocupação militar do Niassa.²³⁹

Enfim, pode-se concluir que o processo de implantação dos postos militares e administrativos portugueses no território da Companhia do Nyassa resultou na ruptura das fontes econômicas dos Estados Yao e Macua, designadamente a economia mercantil do marfim e o tráfico de escravos. Se o controlo da rota de escoamento do marfim e do escravo pelas chefaturas Yao e Macua contribuiu para o crescimento dos Estados do Mataca, do Metarica, do Malingalira, Cuirassia, Zarafi e Mualia (macua de Cabo Delgado), que serviam como centros de trânsito de mercadorias, a ruptura desse fluxo mercantil provocado pelo cerco militar da Companhia do Nyassa originou o declínio dos referidos Estados do interior do Niassa.²⁴⁰

Ao Chefe Mataca, a pressão militar pela sua submissão e a ruptura das fontes e mercado do século XIX reservava-lhe em definitivo, duas opções: a negociação e submissão ao domínio militar português ou o exílio. Ele escolheu o exílio. Abdallah narra que em fins do século XIX, quando iniciaram as investidas militares inglesas e portuguesas no interior do Niassa, visando as cidades Muembe e de arredores do rio Lucheringo, os alemães teriam convidado o Chefe Mataka Bonomali a transferir-se da sua cidade de Muembe para se estabelecer na colônia alemã, ao norte do rio Rovuma. Foi como resultado desse convite que importantes membros da família Mataca, como o Halifa Mataka, se exilaram na África Oriental Alemã.²⁴¹

De fato, o declínio dos Estados Yao acompanhou a ruptura do sistema pré-existente de aliança dos grupos linhageiros que se desencadeou com a divisão política da resistência anticolonial. A prolongada resistência militar dos Chefes Mataca e Malingalira que chegou ao fim em outubro de 1912 e as negociações políticas encetadas entre os Chefes Metarica, Cuirassia, Zarafi, Catur e o governo português, cujos termos foram articulados nos chamados “autos de vassalagem”, demonstram essa divisão. Mas, sob a ocupação militar colonial que se seguiu foram preservados os grupos de linhagens que constituem as povoações Yao.

²³⁹ AHM. **Boletim da Companhia do Nyassa**, nº 155, 30 de Janeiro 1911, p. 1345-1347; Suplemento ao nº 175: A coluna contra o Mataca. 18 de Outubro de 1912.

²⁴⁰ ABDALLAH, Y. B. **The Yaos** ... op.cit. , p. 60; NEIL-TOMLINSON, B. The Nyassa chartered Company: 1891-1929. In: **Journal of African History**, XVIII, I (1977), p. 117; JOÃO, Benedito B. Factores de reorganização das chefaturas no norte de Nampula e sul de Cabo Delgado na segunda metade do século XIX. In: **Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique**, nº 14. Maputo: Outubro de 1993, p. 175-184.

²⁴¹ ABDALLAH, Y. B. **The Yaos** ... op.cit. 1973.

Apesar de circunscritos em torno de um determinado grupo de linhagem matrilinear, os territórios Yao são formações sociopolíticas presididas por um discurso ou narrativa de origem (de fundação, ocupação, propriedade e herança territorial) que confere aos titulares matrilineares ou de afinidade a legitimidade de representação política das povoações. Nesta chave de análise, a integração política dos Yao no contexto da colonização portuguesa e posteriormente no contexto da luta de independência nacional de Moçambique reflete a relação entre esse discurso e as ideologias historicamente dominantes.

CAPÍTULO 2

DA SUBMISSÃO YAO AO DISCURSO DE INDEPENDÊNCIA DE MOÇAMBIQUE

2.1. Os Yao e a I Guerra Mundial em Moçambique

Pouco depois do exílio do Chefe Mataca na África Oriental Alemã (Tanganyika, atual Tanzânia) e ocupada a sua capital Muembe em outubro de 1912, a região Yao voltou a estar envolvida numa situação militar, no contexto da I Guerra Mundial que teve lugar em Moçambique.

Um dos episódios militares da I Guerra Mundial em Moçambique se deu com a invasão das tropas comandadas pelo general alemão Lettow-Vorbeck, na qual o governador da África Oriental Alemã, Heinrich Schnee, seguiu em fuga após o cerco militar inglês neste território. O quartel-general e o comando das forças alemãs ficarão instalados, entre dezembro de 1917 a janeiro de 1918, na região oriental do Niassa, circunscrita entre os rios Rovuma, Lugenda, Lucheringo e Luambala, onde reside o principal povoamento Yao em Moçambique. Sendo aí onde há mais ou menos uma década floresceram os mais importantes territórios Yao do Chefe Mataca, como Muembe, do Chefe Metarica e do Chefe Malingalira.

Nesta região, as condições políticas eram favoráveis: nela a população Yao enfrentara a invasão e ocupação militar portuguesa e assistira ao exílio do seu mais importante Chefe Mataca Chissonda em terras coloniais administradas pelos alemães; localizada distante do principal centro político-administrativo português no extremo norte de Moçambique, a sede da Companhia do Nyassa, Porto Amélia, situada na costa do Oceano Índico; sobretudo, uma região abastecida em víveres e naturalmente fortificada, dadas as condições dos planaltos e vales guarnecidos pelos referidos rios.

Em 1905, Vilhena descreve a importância da região oriental do Niassa, que neste período da administração da Companhia do Nyassa cobria a área do concelho de Metarica, referindo-se à delicada submissão das suas populações, Yao, e à experiência de soberania e resistência política das suas autoridades territoriais no contexto da invasão militar colonial:

A area real do concelho de M'tarica comprehende não só aquella que habitam os indigenas m'taricas [...] mas tambem as terras marginaes do Lugenda até M'luluca, e as

dos regulos do Luambala, antigos vassallos do Mataca, cujos nomes por varias vezes teem vindo apello, e entre os quaes se conta como mais importante o Cattur. As terras dominadas effectivamente pelo Mataca, por si ou por intermedio de chefes sempre fiéis e cujos nomes não conhecemos, confinam ao sul com as dos chefes do Luambala a leste com as do concelho de M'arica, a oeste atingem os Ajauas, e das bandas do norte excedem o Rovuma, alargando-se pelo territorio allemão, em extensão que nos é desconhecida.

[...] Toda esta região tem sido celebrada pelos viajantes, que a percorreram, como excepcionalmente fertil, bem regada, rica em generos e em gados, e de uma grande altitude, que dá um clima temperado.²⁴²

No seu livro de memória sobre o episódio da I Guerra Mundial na África Oriental, ao se referir sobre a incursão das suas tropas em Niassa, Lettow-Vorbeck menciona que estava previamente informado sobre a riqueza agrícola das povoações de Muembe e da região oriental do Niassa e que um dos destacamentos sob seu comando foi incumbido de confirmá-la ao invadi-las em dezembro de 1917.²⁴³ Ao se referir sobre o período da ocupação da região compreendida entre Muembe, Luambala (posto de Mluluca) e Chirumba (posto D. Luiz Filipe), Lettow-Vorbeck observou que as tropas alemães foram, de certa forma, recebidas pelas suas populações: “The natives of this district showed themselves for the most part intelligent and friendly; they already knew that they had nothing to fear from the German troops”.²⁴⁴ O general alemão e o seu governador Heinrich Schnee, que o acompanhou em fuga para Moçambique, afirmaram que houve entre as populações Yao e Macua, estas últimas do concelho de Medo, em Cabo Delgado, a expectativa de que eles vinham para libertá-los da ocupação portuguesa.²⁴⁵

René Pélissier mencionou que o apoio da população africana das regiões por que os alemães passaram, sendo que no Niassa se destacaram a população Yao, se inscreve no que ele chamou de dimensão diversificada do inimigo português, que concorreu para o fracasso da campanha militar luso-britânica contra a campanha alemã. Outros fatores inimigos foram a incapacidade operacional portuguesa, a falta de vontade, iniciativa, de rapidez da parte da tropa portuguesa, fracos conhecimentos da ciência militar e técnica dos próprios comandos

²⁴² VILHENA, Ernesto Jardim de. **Companhia do Nyassa: Relatórios e Memórias sobre os Territórios**. Lisboa: Typographia da “A Editora”, 1905, p. 276.

²⁴³ LETTOW-VORBECK, P. Von. **My Reminiscences of East Africa**. Nashville, USA: Battery Classics, 1920, p. 223, p. 242.

²⁴⁴ Ibid., p. 242.

²⁴⁵ Ibid., p. 242, 249.

portugueses. Apesar de tudo, ao fim da Primeira Guerra Mundial, Portugal viu mantida a sua soberania sobre Moçambique.²⁴⁶

Dado ao fato do colonialismo português em Moçambique estar atrelado ao capital e à política inglesa na África Austral, a neutralidade de Portugal nessa guerra esteve, também, ao reboque do governo inglês. A quebra da neutralidade portuguesa respondeu ao desenvolvimento da guerra anglo-alemã na África Oriental Alemã. O ataque alemão ao posto de Mazúia, dentro do território de Moçambique, que acontece a 24 de agosto de 1914, nas margens do rio Rovuma, e a invasão alemã que se seguiu foram indissociáveis dos eventuais interesses do capital alemão em relação a extensa área da concessão da Companhia do Nyassa, entre o lago Niassa e a costa de Cabo Delgado, e da possibilidade que o mesmo previa de explorar em benefício colonial alemão a delicada submissão política dos Yao e Maconde em Niassa e Cabo Delgado, respectivamente.

Em 1903, a Witwatersrand Native Labour Association (WNLA) firmara com a direção britânica na Companhia do Nyassa um contrato para a exportação da mão-de-obra da área da concessão para as minas sul-africanas. Quando em 1908 os interesses do capital sul-africano e britânico se tornam dominantes na direção administrativa, a companhia retomou as campanhas militares para completar a ocupação da área da concessão. Desde então, o capital sul-africano e britânico reorientou a administração da Companhia do Nyassa para a exploração mineira na África do Sul e para as plantações de açúcar do baixo Zambeze da Companhia de Moçambique.²⁴⁷ Com efeito, o Niassa e Cabo Delgado foram transformados em reserva da mão-de-obra migrante ao serviço deste capital, até que em 1913 o governo sul-africano decide anular a contratação da mão-de-obra ao norte do paralelo 22° Sul, em resultado das elevadas taxas da mortalidade da mesma nas minas sul-africanas.²⁴⁸

A medida provocou a redução da presença do capital sul-africano na Companhia do Nyassa, cujo lugar é ocupado pelo capital alemão que assumiu a direção da companhia entre princípios de 1914 a 1917. Leroy Vail refere que os governos britânico e alemão teriam secretamente preparado em 1898 um acordo de partilha mútua de Moçambique, pelo qual a

²⁴⁶ PÉLISSIER, R. **História de Moçambique**: formação e oposição 1854-1918. Volume II. Lisboa: 3ª edição, Editorial Estampa, 2000, p. 438-439.

²⁴⁷ NEIL-TOMLINSON, B. The Nyassa chartered Company: 1891-1929. In: **Journal of African History**, XVIII, I (1977). Great Britain, p. 116-119; Vail, Leroy. Mozambique's Chartered Companies: The Rule of the Feeble. In: **Journal of African History**, XVII, 3 (1976). Great Britain, p. 398-399.

²⁴⁸ VAIL, Leroy. Mozambique's Chartered Companies: The Rule of the Feeble. ... op.cit. p. 399.

Alemanha anexaria o norte do Zambeze moçambicano à África Oriental Alemã, ficando a parte sul para os ingleses, anexada à África do Sul e Rodésia do Sul.²⁴⁹

A ser verdade, esse acordo pretendia juntar todo o resto do território de Moçambique situado ao sul do Zambeze nos domínios da British South African Company (BSAC), associada a Cecil Rhodes, que teria à disposição os portos marítimos da Beira e Lourenço Marques. Porém, a ascensão do capital alemão na Companhia do Nyassa foi questionada em consideração ao projeto britânico, ao qual o mesmo Cecil Rhodes esteve ligado, de construção da esfera económica britânica entre o Cabo e o Cairo. A verdade é que o rumo dos acontecimentos desencadeados com o início da Primeira Guerra Mundial e a entrada de Portugal na guerra contra a Alemanha precipitaram a retomada britânica nos destinos da Companhia do Nyassa em 1918.

2.1.1. Ultimato Alemão e o Ataque de Mazúia

Portugal e a Grã-Bretanha mantinham uma aliança que preconizava que esta última defenderia a soberania portuguesa e a integridade dos seus territórios metropolitano e ultramarinos em caso de uma invasão estrangeira. Por conta dessa aliança, a atuação de Portugal em Moçambique caracterizou-se por uma beligerância clandestina, até a data em que decide pôr fim à sua neutralidade na Primeira Guerra Mundial. A pronta disposição de Portugal em auxiliar em meios militares o governo inglês da Niassalândia e em operações que mantinha na África Oriental Alemã não culminou mais cedo na participação direta portuguesa no teatro das operações por força das instruções das autoridades inglesas.

Em cumprimento das instruções do Ministro das Colónias em Lisboa, que aceitou a proposta do governador-geral de Moçambique de que se deveria ordenar o deslocamento de oficiais e soldados portugueses para o Niassa, o governador da Companhia do Nyassa acompanha, em 10 de agosto de 1914, para Palma, concelho de Tungue, uma força composta de 360 soldados para guarnecer a fronteira norte de Moçambique. Tendo essa movimentação militar sido observada e questionada pelas autoridades alemãs vizinhas ao norte do rio Rovuma. Em

²⁴⁹ VAIL, Leroy. Mozambique's Chartered Companies: The Rule of the Feeble. ... op.cit., p. 407-410.

resposta, as autoridades portuguesas de Moçambique tiveram que reafirmar às autoridades alemães a posição de Portugal na guerra.²⁵⁰

Seguiu-se um clima de tensão na região de Tungue, junto ao rio Rovuma, em Cabo Delgado, que culminará no ultimato alemão de 14 de agosto e, posteriormente, no ataque do dia 24 deste mês contra o posto fronteiriço português de Mazúua, ao norte do concelho de Metarica, no Niassa. Em Porto Amélia, o governador da Companhia do Nyassa toma conhecimento, por intermédio de uma autoridade portuguesa em Tungue, que um emissário do governo alemão vindo de Dar es Salaam pretendia se encontrar com ele. A informação foi transmitida ao governador-geral de Moçambique a 13 de agosto. Dessa transmissão de informação constavam alegações, segundo as quais o referido emissário de Dar es Salaam vinha apresentar pessoalmente a declaração de guerra alemã contra Portugal. Considerando essas alegações, o governador da Companhia do Nyassa propõe ao governador-geral que fossem colocados em prontidão “cruzadores” em Cabo Delgado e forças no distrito de Moçambique para estarem preparados para uma resposta imediata em caso de hostilidade alemã. O mesmo governador faz saber ao governador-geral que ele já tinha convocado um oficial de patente superior para assumir o comando de todas as forças que se manteriam à sua disposição, na qualidade de governador dos Territórios da Companhia do Nyassa.²⁵¹

Com efeito, no dia seguinte, 14 de agosto, o governador da Companhia do Nyassa reporta com carácter de urgentíssimo o ultimato alemão ao governo colonial português nos seguintes termos: fica comunicado o governador português em Moçambique para que dentro de 12 horas, a contar das zero horas do dia 15 de agosto, apresente ao emissário do governo colonial alemão uma declaração escrita de que Portugal manterá absoluta neutralidade na presente guerra, não oferecendo nenhuma espécie de assistência aberta ou clandestina aos ingleses e garantir que sem demora reprimirá qualquer manifestação levada a cabo por europeus, assim como por nativos contra o governo alemão. Caso não aceitasse cumprir com esta intimação dentro do prazo indicado, o governo alemão procederá com forças armadas.²⁵²

²⁵⁰ AHM. **Fundo do Governo Geral**. Cx.1. Telegrama do governador do Nyassa para o governador-geral de 10 de agosto de 1914. Vide também telegrama do governador-geral para o Ministro das Colónias de 5 de agosto 1914, e resposta deste datada de 9 agosto 1914.

²⁵¹ Ibid. Cx.1. Telegrama do governador da Companhia do Nyassa para o governador-geral. 13 de Agosto de 1914.

²⁵² Ibid. Cx.41. Telegrama do governador do Nyassa para o governador geral. 14 de Agosto de 1914.

A propósito deste ultimato, o governador da Companhia do Nyassa faz saber ao governador-geral de Moçambique que os territórios do Niassa e Cabo Delgado, sob seu governo, não tinham a concentração de forças suficiente, estando no momento com 200 homens e dadas as dificuldades de transporte não dispunha de artilharia; pelo que em caso de não receber instruções do governo-geral de Moçambique e perante a situação difícil imposta pelo ultimato, o governo dos Territórios de Cabo Delgado e Niassa manterá neutralidade absoluta para com todas as nações em guerra. Declarando que a concentração de forças em Palma, em Cabo Delgado, tinha como objetivos manter a neutralidade portuguesa, reprimir qualquer tentativa de levantamento das populações e defender a soberania portuguesa. Porém, adianta que apresentaria ao emissário alemão esta declaração de neutralidade, mas caso a mesma não satisfazer ao governo alemão e este iniciar as hostilidades contra o território do Niassa e Cabo Delgado, o governo da Companhia do Nyassa resistiria.²⁵³

Nesse compasso, o governador-geral em 15 de agosto recebe de Lisboa a informação de que o Conselho de Ministros de Portugal decidiu pelo envio de uma expedição militar para Moçambique. Dois dias depois, 17 de agosto, aconselhado pelas notícias transmitidas pelo governador da Companhia do Nyassa, relativas à provável invasão do território português pelos alemães, o referido conselho ordena de imediato o regresso das companhias que seguiam de Moçambique para Angola a fim de se concentrar nos territórios do Niassa e de Cabo Delgado, em local a ser indicado pelo respectivo governador. O tenente-coronel Duarte Augusto Gonçalves foi encarregado para dirigir o comando superior de todas as forças portuguesas, incluindo da Companhia do Nyassa, e dirigiria as operações com o objetivo de obstar qualquer tentativa de violação da integridade territorial de Moçambique.²⁵⁴ A 22 de agosto, o Ministro das Colónias comunica ao governador-geral de Moçambique que, de imediato, sairiam de Lisboa 100 praças e oficiais para Moçambique, onde deveriam antecipar a chegada do primeiro corpo expedicionário sob comando do tenente-coronel Pedro Francisco Massano de Amorim.²⁵⁵

Um decreto português de 18 de agosto ordenara em Lisboa a organização de duas expedições metropolitanas, uma para Moçambique e a outra para Angola. A expedição para

²⁵³ AHM. **Fundo do Governo Geral**. Cx.41. Telegrama do governador do Nyassa para o governador geral. 14 de Agosto de 1914.

²⁵⁴ Ibid. Cx.1. Telegramas do Governador-Geral para os governadores da Beira, Moçambique, Nyassa e para o Ministro das Colónias, datados de 17 de Agosto de 1914.

²⁵⁵ Ibid. Cx.1. Telegrama do Ministro das Colónias para governador geral. 22 de Agosto de 1914.

Moçambique deveria reforçar a guarnição da fronteira do território, face a eventualidade de uma invasão alemã. Devendo também estar pronta para cooperar com os aliados ingleses em operações para as quais fosse requisitado o auxílio militar português. Considerando-se a situação política em Niassa, no que dizia respeito à resistência das autoridades territoriais Yao, a expedição continuaria com o processo de submissão militar da região. A 1 de novembro de 1914, desembarcou em Porto Amélia um total de 50 oficiais, 77 sargentos, 1400 cabos e soldados.²⁵⁶

Entretanto, a 24 de agosto de 1914 acontece o ataque alemão contra o posto português de Mazúua, ao norte do Niassa oriental, junto ao rio Rovuma. Paradoxalmente, foram as próprias autoridades alemãs que, em primeiro inicialmente, exigiram explicações às autoridades portuguesas sobre o sucedido. O secretário imperial alemão, em nome do governador da África Oriental Alemã, no próprio dia do ataque, 24 de agosto, fez saber ao governador da Companhia do Nyassa, que na altura se encontrava em Palma, que o ataque contra o posto de Mazúua foi uma resposta contra ações desenvolvidas por agentes ingleses Pretorius, Hemming, Marii e Turner, baseados no referido posto português. Nessa data, o referido secretário alemão questionou ao governador da Companhia do Nyassa a declaração portuguesa de neutralidade. Em resposta, as autoridades portuguesas atribuíram a iniciativa e responsabilidade no incidente ao indivíduo Pretorius e seus companheiros, declarando que não houve conhecimento por parte do governo português das suas ações na colónia alemã. Que a neutralidade portuguesa se mantinha rigorosamente.²⁵⁷

Um documento alemão relata as circunstâncias que teriam conduzido ao ataque de Mazúua. Consta que os referidos agentes ingleses, acompanhados por alguns cipais da administração da Companhia do Nyassa, vinham instigando, a partir do posto de Mazúua, à rebelião os nativos da colónia alemã em Sassavala e Tunduro contra a administração alemã. Tendo os mesmos nessas ocasiões, segundo explicações das autoridades coloniais alemãs, entrado na colónia alemã arvorando a bandeira inglesa e proferindo ameaças de morte contra indivíduos alemães, apelando aos nativos à sublevação anti-alemã em troca da proteção futura

²⁵⁶ COSTA, Gomes da. **A Guerra nas colónias 1914-1918**. Lisboa: Arthur Brandão & C.^a, 1925, p. 65. A expedição para Angola viria a ser comandada pelo coronel Alves Roçadas. Segundo a cópia do contracto original celebrado entre governo português e Union-Castle Mail Steamship Company, embarcaria de Lisboa para Lourenço Marques, a bordo do navio *Durhan Castle*, 47 oficiais, 65 sargentos, 1360 praças e 300 cavalos.

²⁵⁷ AHM. **Fundo do Governo Geral**. Cx.41. Telegrama do Governador do Nyassa ao governador geral. 24 de Agosto de 1914.

que receberiam do governo inglês. Em face do que se passava e da situação de insegurança que os referidos agentes ingleses vinham provocando e interpretando essa ação no quadro das hostilidades anglo-alemã e da Primeira Guerra Mundial na região, o Dr. Weck, encarregado pelo governo alemão de estudo da doença de sono em Sassavala, acompanhado de uma pequena força alemã cercou o posto de Mazúia e o atacou, resultando na morte do chefe do posto, sargento Eduardo Rodrigues da Costa, na captura de parte do armamento, valores e demais mantimentos que aí se encontravam e incendiando de seguida o referido posto.²⁵⁸

O chefe do concelho de Metarica toma conhecimento do sucedido a 27 de agosto por intermédio do chefe do posto de Oizulo que recebera, por sua vez, nesta data a informação a partir dos cipais que faziam parte da guarnição do posto de Mazúia. Um dia depois, o chefe do concelho de Metarica comunica ao seu governador, em Palma, que seguiria para Mazúia acompanhado do comandante do destacamento, mais 3 europeus e com a força africana disponível.²⁵⁹

Como se pode verificar, quer a comunicação imediata, quer a descrição detalhada dos fatos aos portugueses foram feitas pelas autoridades alemãs. O relatório do alferes Francisco Augusto Ferreira Júnior, encarregado pelo governo da Companhia do Nyassa para inquirir sobre os fatos passados em Mazúia, em nada se refere sobre as ações dos agentes ingleses mencionadas pelos alemães como estando na origem do incidente.²⁶⁰

No fim, ainda que ambas autoridades, alemã e portuguesa, tenham atribuído exclusiva iniciativa e responsabilidade no ataque de Mazúia ao médico alemão, Dr. Weck, que não exercia qualquer cargo administrativo na África Oriental Alemã e aos referidos agentes ingleses, o incidente refletiu a porosidade política da fronteira norte do Niassa e de Cabo Delgado, junto ao rio Rovuma; tornando-se mais permissiva e grave quando as autoridades políticas africanas (Yao, Macua e Maconde) se associassem ou aliassem às investidas militares dirigidas contra o governo colonial português, através da fronteira norte de Moçambique.

²⁵⁸ AHM. **Fundo do Governo Geral**. Cx.1. Tradução portuguesa datada de 11 de Setembro de 1914 de um documento alemão sobre o caso Mazúia datado de 3 de Setembro de 1914. Veja-se também Informação do Governo dos Territórios do Nyassa para o governador geral da Província de Moçambique datada de 11 de Setembro de 1914.

²⁵⁹ Ibid. Cx.41. Telegramas do chefe de posto de Oizulo datado de 27 de Agosto de 1914 e do chefe do concelho de Metarica ao governador do Nyassa datado de 28 de Agosto de 1914.

²⁶⁰ Ibid. Cx. 41. Cópia da informação do Alferes Francisco Augusto Ferreira Júnior sobre o acontecimento de Mazúia datado de 29 de Setembro de 1914.

Não estando ainda documentada a participação das autoridades Yao nesse incidente, ainda que o mesmo tenha ocorrido dentro da região Yao e de influência dessas autoridades que resistiram a ocupação militar portuguesa do fim do século XIX e início do século XX, com destaque para o Chefe Mataca, o certo é que o ataque de Mazúua antecipou em 50 anos a experiência de investida militar contra a autoridade colonial portuguesa que será revivida no distrito do Niassa com o desencadeamento da luta armada de independência nacional de Moçambique, a partir de setembro de 1964.

2.1.2. Moçambique e as Tensões Militares na África Austral

Coube ao tenente-coronel Duarte Augusto Gonçalves, no exercício do cargo de comandante militar nos territórios do Niassa e Cabo Delgado (provisoriamente até a chegada do primeiro corpo expedicionário sob comando do tenente-coronel Pedro Francisco Massano de Amorim), realizar as seguintes funções que lhe foram atribuídas a 2 de setembro de 1914: prover segurança do território, vigilância e fiscalização das fronteiras, principalmente na linha dos postos localizados ao longo do Rovuma entre Tungue e Negomano; assumir para tal fim o comando superior de todas as forças regulares e irregulares nos territórios; organizar duas companhias indígenas de infantaria; prover alimentação das forças sob seu comando para um período de pelo menos 4 meses; superintender o pessoal militar e civil encarregado de preparar o estacionamento, transporte, comunicações e víveres para a expedição que viria da metrópole; solicitar ao governador da Companhia do Nyassa todo auxílio e coadjuvação indispensáveis ao bom andamento dos serviços, sem interferência nos assuntos de carácter civil; evitar quanto possível qualquer incidente que possa provocar intervenção das autoridades da colónia alemã, procurando ocultar-lhes qualquer movimento de tropas bem como disposições que forem sendo tomadas; por último, manter-se numa expectativa defensiva, mas obrando com energia quando qualquer fato incontestável atentatório da integridade do território assim aconselhar.²⁶¹

O ataque de Mazúua no concelho de Metarica, ao norte do Niassa, foi um fato militar isolado em Moçambique, mas resulta das tensões geopolíticas entre Portugal e Alemanha decorrentes da aliança luso-britânica no contexto da Primeira Guerra Mundial em curso entre os

²⁶¹ AHM. **Fundo do Governo Geral**. Cx.41. Documento do Governo geral nomeando o comandante militar nos territórios de Cabo Delgado, de 2 de Setembro de 1914.

Inglese e Alemão na África Austral, na qual o governo português de Moçambique atuava de forma clandestina aliado à campanha inglesa. Alias, como se poderá observar o *modus operandi* do ataque alemão de Mazúia foi o mesmo que se registrou em outubro ou novembro contra o forte do posto de Cuangar, ao sul de Angola. O forte foi atacado e incendiado depois de lhe ser retirado víveres, material e soldado em mortes de seus guardas.²⁶²

Os governos da Beira, Tete e Quelimane, distritos do centro de Moçambique, foram várias vezes chamados a se colocarem em prontidão militar junto da fronteira com a Niassalândia, em virtude das notícias da invasão alemã neste território. A 10 de agosto de 1914, o governador de Tete foi instruído a se manter informado sobre os movimentos das tropas alemãs e oferecer auxílio às autoridades inglesas de Blantyre, em Niassalândia. Em caso de necessidade, o mesmo deveria junto do governador da Beira solicitar 1 ou 2 oficiais. Nesta data, a 7ª companhia localizada em Chinde foi ordenada a se posicionar em Tete.²⁶³ O governador de Tete apresentou ao governador inglês de Zomba a disposição do governo português e do seu governo distrital para oferecer todo o apoio e cooperação militar que lhes fosse solicitado.²⁶⁴ O governador da Beira foi instruído a concentrar forças em Sena.²⁶⁵

De imediato, a 15 de agosto as autoridades portuguesas em Lourenço Marques e Lisboa receberam do Intendente de Chinde, no baixo Zambeze, a solicitação das autoridades inglesas para o desembarque e trânsito para Niassalândia de artilharia, carabinas e munições.²⁶⁶ Em resposta à solicitação, as autoridades visadas foram ordenadas a providenciar facilidades neste e noutros casos idênticos, independentemente de consultar autoridades superiores, mas devendo agir discretamente.²⁶⁷ Do referido Intendente, fica-se a saber que transitou de Chinde para Chindio em vapor inglês com destino a Niassalândia material de guerra.²⁶⁸ Ainda no mês de agosto, as autoridades portuguesas em Lourenço Marques tomaram conhecimento, a partir de Lisboa, que a alfândega de Chinde deixou passar para um negociante alemão, Deuss, em Tete

²⁶² AHM. **Fundo do Governo Geral**. Cx. 1. Telegrama do governador geral de Angola para o governador geral de Moçambique datado de 20 de Novembro de 1914.

²⁶³ Ibid. Cx. 1. Telegrama do governador de Tete com instruções do governador geral e do Ministro das Colónias datado de 10 de Agosto de 1914.

²⁶⁴ Ibid. Cx.1. Telegrama do governador de Tete para o governador de Zomba datado de 13 de Agosto de 1914.

²⁶⁵ Ibid. Cx.1. Telegrama do governador geral para governador da Beira. 12 de Agosto de 1914.

²⁶⁶ Ibid. Cx.41. Telegrama do Intendente de Chinde para o Governador geral. 15 de Agosto de 1914.

²⁶⁷ Ibid. Cx.41. Vide os telegramas do governador geral para o Ministro das Colónias e para o Intendente de Chinde datado de 16 de Agosto de 1914 e de 17 de Agosto de 1914, respectivamente; e o telegrama do Ministro das Colónias para o governador geral datado de 17 de Agosto de 1914.

²⁶⁸ Ibid. Cx.41. Telegrama do Intendente de Chinde para o Governador geral. 3 de Novembro de 1914.

uma carga de cartuchos e carabinas. O Intendente de Chinde recebeu ordens superiores para diligenciar a apreensão imediata dessa carga e evitar casos idênticos no futuro; ficando o referido Intendente com poderes para resolver casos do tipo que envolvesse indivíduos alemães ou a eles associados independentemente de consultar ao governador de Quelimane.²⁶⁹

Com vista a responder a uma solicitação do governador inglês em Zomba para auxílio português em artilharia, munições e soldados, feita chegar ao governador-geral de Moçambique por intermédio do cônsul inglês em Lourenço Marques, destinado a enfrentar a invasão alemã na Niassalândia,²⁷⁰ o referido governador-geral recebeu do Ministro das Colónias em Lisboa a informação em que o Conselho de Ministros de Portugal resolveu fornecer todo o auxílio necessário desde que o Ministro inglês em Lisboa confirmasse o referido pedido. Enquanto se esperava pela confirmação do referido ministro, o governador-geral de Moçambique ficava instruído para preparar o que fora solicitado no sentido de fornecer o auxílio de imediato quando chegasse a referida confirmação superior inglesa. Porém, a execução do mesmo poderia ser feita de imediato, caso o cônsul inglês em Lourenço Marques julgasse urgente.²⁷¹

Após receber, a 20 de agosto de 1914, a informação da invasão alemã contra a Niassalândia o governo português em Lisboa tomou, de imediato, providências em Moçambique. Neste dia, o governador da Beira recebe de Lourenço Marques o pedido de informação sobre a disposição de armas, munições e soldados prontos a serem destacados para Chinde.²⁷² Na mesma data, é enviada ao comandante da esquadrilha de Chinde a ordem para enviar imediatamente para fronteira da Niassalândia via Chire duas metralhadoras, munições, soldados e um oficial naval que deveria esperar próximo da fronteira por novas instruções.²⁷³ Quando seguia para o referido destino em cumprimento desta ordem do governador-geral, a força portuguesa sob comando do tenente Braga recebeu, a caminho, uma nova ordem de regressar ao Chinde.²⁷⁴ A contra-ordem foi emitida depois do governador da Niassalândia ter agradecido a prontidão portuguesa para prestar auxílio militar e informar que dispensava o mesmo após a segurança militar ao norte de Karonga (no extremo nordeste da Niassalândia, junto ao lago Niassa) ter sido restabelecida na

²⁶⁹ AHM. **Fundo do Governo Geral**. Cx.41. Telegrama do Ministro das Colónias para o governador geral datado de 16 de Agosto de 1914; e telegrama do governador geral para Intendente de Chinde datado de 16 de Agosto de 1914.

²⁷⁰ Ibid. Cx.1. Telegrama do governador geral para Ministro das Colónias. 20 de Agosto de 1914.

²⁷¹ Ibid. Cx.1. Telegramas do Ministro das Colónias para o governador geral. 21 e 22 de Agosto 1914.

²⁷² Ibid. Cx.1. Telegrama do governador geral para o governador da Beira. 20 de Agosto de 1914.

²⁷³ Ibid. Cx.1. Telegrama do governador geral para o comandante da Esquadrilha de Chinde. 20 de Agosto de 1914.

²⁷⁴ Ibid. Cx.1. Telegrama do comandante da Esquadrilha de Chinde para o governador geral. 24 de Agosto de 1914.

sequência da invasão por uma força alemã de cerca de 400 homens acompanhada de tropas africanas alemãs.²⁷⁵ A 27 de agosto, o Ministro das Colónias português em Lisboa pediu ao governador-geral de Moçambique que lhe informasse quantas secções de artilharia e companhias indígenas poderiam ser reunidas na província para seguirem para Blantyre.²⁷⁶

Previamente, a 15 de agosto de 1914, Portugal justificou essas instruções e movimentações militares em Moçambique, violando clandestinamente os termos de atuação de países neutros em relação aos países envolvidos em guerra, no quadro da sua aliança com a Inglaterra. Para uma melhor interpretação das instruções que vinham sendo expedidas, os governadores distritais de Moçambique e da Companhia do Nyassa deveriam observar que, embora estando numa situação oficial de nação neutra na presente conflagração, Portugal

[...] inclina-se para uma política de benévola parcialidade no que diz respeito a Inglaterra; e assim a rigidez de procedimentos para com as potências beligerantes terá que suavizar-se quando venha a tratar-se desta nação. Nestas circunstâncias [as autoridades portuguesas deveriam prestar atenção] para esta melindrosa situação, que claramente se não pode definir, mas que espera seja compreendida em todas as ocorrências que podem originar [...] mas de uma maneira geral ficará assente que nenhum tratamento de favor será levado a efeito sem que seja pedido, e sem que pelo governador seja autorizado. [...] Espera do patriotismo e das qualidades de inteligência de V. Exa. a dedicada cooperação para ajudar o país [...] a atravessar com possível felicidade as difíceis circunstâncias que presentemente definem a sua vida política internacional.²⁷⁷

Na verdade, Portugal estava ciente das implicações geopolíticas e militares que as hostilidades anglo-alemãs na África Austral representava em termos da capacidade portuguesa de defender a integridade e a soberania de Moçambique e Angola, caso os alemães decidissem invadir estes territórios.

O Ministro das Colónias em Lisboa declarou ao governador-geral de Moçambique o seu dilema em fazer seguir a expedição militar ao cargo do tenente-coronel Massano de Amorim, em cumprimento da decisão tomada de reforçar a defesa da integridade de Moçambique em relação a uma eventual ameaça vinda da África Oriental Alemã. A sua preocupação estava relacionada

²⁷⁵ AHM. **Fundo do Governo Geral**. Cx.1. Telegrama do governador geral para o Ministro das Colónias. 24 de Agosto de 1914.

²⁷⁶ Ibid. Cx.1. Telegrama do Ministro das Colónias para governador geral. 27 de Agosto de 1914.

²⁷⁷ Ibid. Cx.41. Circular do Gabinete do Governador geral aos governadores distritais e companhias do Nyassa e Moçambique. 15 de Agosto de 1914.

com a situação que emergiu em outubro de 1914 na África do Sul e que chamava atenção para a eventual eclosão de insegurança militar na fronteira de Moçambique com aquele país. O referido ministro português tomou conhecimento que a marcha do movimento bóer em Maritz e Transval, na África do Sul, reivindicou ao governo britânico a proclamação da “Free South African Republic” e que esteve associado a um suposto acordo entre Maritz e os alemães que preconizava anexar Lourenço Marques.²⁷⁸ A preocupação era se Portugal, sem ajuda do governo inglês, teria capacidade de assegurar a integridade de Moçambique, caso a insegurança militar se efetivasse ao sul deste país, agravando a situação que se colocava na fronteira norte com a África Oriental Alemã.

A mesma preocupação se desenvolvia em Lisboa em relação à fronteira sul de Angola onde os confrontos anglo-alemães na África Ocidental Alemã (Sudoeste Africano, atual Namíbia) agitavam as forças portuguesas aí localizadas. Em meados de novembro de 1914, o governador-geral de Angola, em Loanda (Luanda), reporta a intensificação da tensão militar na fronteira sul de Angola, na sequência dos confrontos que se registravam desde outubro deste ano. Forças alemãs transpuseram a fronteira sobre o forte Cuangar e realizaram o mesmo *modus operandi* do ataque de Mazúia de agosto último. Atacaram o posto de Cuangar, tomaram víveres e materiais existentes e incendiaram-no. O governador-geral em Loanda chegou mesmo a atribuir carácter de massacre ataque militar alemão, do qual saldou na morte de três oficiais e vários africanos da força portuguesa.²⁷⁹

A 18 de dezembro de 1914, uma forte força alemã sob comando do major Franke com um efetivo calculado em mil homens entre europeus e africanos, com oito peças de artilharia e bastantes metralhadoras atacou o forte Naulila, em Angola, obrigando as forças expedicionárias portuguesas sob o comando do coronel Alves Roçadas a se retirarem de Dongoene, Humbe e Caguina, dado o avanço da força alemã. O governador-geral em Loanda temia que a situação se agravaria se os africanos da região angolana se aliassem aos invasores alemães contra a administração portuguesa.²⁸⁰

²⁷⁸ AHM. **Fundo do Governo Geral**. Cx.41. Telegrama do ministro das colónias para o governador geral de Moçambique datado de 27 de Outubro de 1914. vide também o jornal sul-africano *Transvaal Chronicle* de 5 e 6 de Novembro de 1914.

²⁷⁹ Ibid. Cx. 1. Telegrama do governador geral de Angola para o governador geral de Moçambique datado de 20 de Novembro de 1914.

²⁸⁰ Ibid. Cx.1. Telegrama do governador geral de Angola para o governador geral de Moçambique datado de 18 de Dezembro de 1914.

Em Moçambique, o corpo expedicionário vindo de Lisboa sob comando do tenente-coronel Massano de Amorim encontrava-se em Porto Amélia desde 1 de novembro de 1914.²⁸¹ O comando da expedição de imediato registrou problemas de natureza logística. Aparentemente tinha suavizado a tensão política e militar nos territórios da Companhia do Nyassa. Pouco depois, o comandante Massano de Amorim dirá que os serviços que esta companhia deveria prestar ao seu comando eram prejudicados, quase por completo, por falta de fundos por parte da administração privada dos territórios. Cabia à Companhia do Nyassa os necessários serviços, por exemplo, para a abertura de estradas e de vales postais.²⁸² Enfim, coube ao comando da expedição, por ordem do Ministro das Colónias, realizar a abertura de estradas, sem discutir despesas com o governador da companhia.²⁸³

Foi nestas circunstâncias que o comando da primeira expedição militar portuguesa, o governador-geral de Moçambique e governador da Companhia do Nyassa recebem a comunicação que o Congresso em Lisboa, a 23 de novembro de 1914, autorizou o poder executivo a tomar providências necessárias para a intervenção militar de Portugal na guerra. Devendo, com efeito, o país contribuir abertamente na guerra consoante se estipulasse a cooperação militar com a Inglaterra.²⁸⁴ Não se tratava ainda de uma declaração de guerra portuguesa.²⁸⁵

Passaria quase um ano desde a referida comunicação interna do fim da neutralidade portuguesa. A 23 de agosto de 1915, Lisboa anuncia ao tenente-coronel Massano de Amorim a decisão para fazer render o destacamento expedicionário sob seu comando. Até a data, as atenções do comandante Massano de Amorim, em coordenação com o governador-geral em Lourenço Marques, refletiam a indecisão de Lisboa de avançar para a reocupação do triângulo de Quionga e invadir o território alemão. Costa Gomes refere que uma certa preocupação do comandante Amorim esteve focalizada no reforço da guarnição de Metarica e Muirite, para a qual o mesmo requisitou pelotões africanos.²⁸⁶ Porém, um problema político interno importante se colocava: a hostilidade latente das autoridades africanas em alguns territórios da área da concessão da Companhia do Nyassa seria prejudicial ao serviço militar português, porque “as

²⁸¹ AHM. **Fundo do Governo Geral**. Cx.1. Telegrama do governador geral ao Ministro das Colónias. 2 de Novembro de 1914.

²⁸² Ibid. Cx.1. Telegrama de Massano de Amorim ao governador geral. 10 de Novembro de 1914.

²⁸³ Ibid. Cx.1. Telegrama do governador geral ao Ministro das Colónias. 28 de Novembro de 1914.

²⁸⁴ Ibid. Cx.1. Telegrama do director geral das colónias ao governador-geral. 24 de Novembro de 1914.

²⁸⁵ Ibid. Cx.1. Telegrama do governador geral ao governador de Tete. 30 de Novembro de 1914.

²⁸⁶ COSTA, Gomes da. **A Guerra nas colónias** ... op.cit., 1925, p. 69-71.

autoridades da companhia não tinham acção alguma sobre os indígenas, e, por isso nem carregadores forneciam, e quando alguns mandavam, fugiam na primeira oportunidade.”²⁸⁷

A 24 de novembro de 1909, com desagrado, o governo português tinha aprovado com o governo alemão em Berlim os trabalhos de fixação definitiva das demarcações da fronteira luso-alemã entre o baixo Rovuma e o cabo Delgado, no Oceano Índico; alterando os termos iniciais do convénio de dezembro de 1886 que estabelecia todo o curso do rio Rovuma até a sua foz no Oceano Índico como sendo a fronteira norte de Moçambique. Com efeito, a faixa territorial circunscrita ao norte do paralelo entre o cabo Delgado e um ponto situado no rio Rovuma, o Oceano Índico e o curso final deste rio – que passou a ser denominado de triângulo de Quionga – ficou a pertencer à África Oriental Alemã.²⁸⁸ De fato, a anexação alemã do triângulo de Quionga concretizou uma velha ambição que remonta ao governo do sultão de Zanzibar, Said Magid Bin Said, em 1854, que incluía a povoação de Tungue como parte dos seus domínios e estabelecia a fronteira com a esfera de influência portuguesa ao sul da latitude 10° 40’ S.²⁸⁹ De qualquer modo, não sendo uma anexação da baía de Tungue, o acordo com os alemães de novembro de 1909 pôde ter tido o efeito pacificador nas relações luso-alemãs na região do Rovuma, pelo fato de afastar até então eventuais e adicionais intenções expansionistas alemães ao norte de Moçambique.

A intenção portuguesa de avançar para a reocupação do triângulo de Quionga²⁹⁰ começa a tomar forma decisiva à medida que, sob o ponto de vista dos políticos portugueses e também do comando inglês na campanha contra as forças alemãs, as ofensivas deste comando indicavam uma eventual derrota destas forças na África Oriental Alemã. Nesse contexto, as autoridades portuguesas em Lisboa e em Moçambique não se veem surpreendidas com a declaração de guerra alemã de 9 de março de 1916 contra Portugal. Tanto mais que um mês depois desta declaração, as forças portuguesas que já antes se tinham aproximado ao alvo, deslocando-se de Porto Amélia

²⁸⁷ COSTA, Gomes da. **A Guerra nas colónias** ... op.cit., 1925, p. 71.

²⁸⁸ Notas trocadas em 23 e 24 de Novembro de 1909 entre os governos português e alemão aprovando a demarcação dos trechos da fronteira luso-alemã ao norte de Moçambique. In. ALMADA, José de. **Tratados Aplicáveis ao Ultramar**. Vol. V. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colónias, 1943, p.141-157.

²⁸⁹ AHM. **Fundo do Governo-geral** (séc. XIX). Caixa 8-151. Cópia do ofício do governador-geral de Moçambique João de Tavares de Almeida, de 8 de Fevereiro de 1862 que acompanhou o tratado de amizade e comercio com o sultão de Zanzibar.

²⁹⁰ Embora houvesse a intenção ainda durante o tempo em que comando do corpo expedicionário esteve ao cargo do tenente-coronel Massano de Amorim e do governador Machado, a decisão de se avançar para a tomada de Quionga acontece quando as forças expedicionárias estacionadas em Porto Amélia passaram a estar sob comando do major Moura Mendes no tempo do novo governador-geral capitão Álvaro de Castro (Gomes, 1925, p.73).

para Palma,²⁹¹ invadiram Quionga a 10 de abril de 1916. Os portugueses implantam uma linha de guarnição e ocupação formada por novos postos militares de Nhica, Nachimamoca, Namoto, Namiranga e Namaca, a partir de onde se lançaria a ofensiva portuguesa contra a África Oriental Alemã, ao norte do rio Rovuma.

Iniciadas a 23 de abril de 1916, as incursões militares alemães para a reocupação de Quionga com ataques contra essa linha de guarnição portuguesa não viriam a ter efeito desejado, dado que era no setor da região Quionga-Negomano (faixa que cobre toda extensão do norte de Cabo Delgado) onde era mais intensa a concentração e atividade das forças expedicionárias portuguesas. Dessa mesma linha de guarnição, entre 22 a 27 de maio de 1916, as forças portuguesas sob um novo comando do tenente-coronel Moura Mendes ensaiam a primeira travessia do rio Rovuma, uma tentativa que não foi além de bombardeamentos contra algumas construções na margem esquerda do mesmo.²⁹²

Na faixa norte do Niassa junto do rio Rovuma, a situação apresentava-se diferente, onde as atividades das forças expedicionárias eram quase nulas, ao ponto de postos da guarnição do setor Negomano-Chiwinde (extensão norte do Niassa) terem sido atacados pelos alemães. Em todo o mês de junho deste ano, os alemães atacaram os postos de Macaloge (Niassa), Namoca, Nachimamoca, Negomano, Nangade, estes últimos de Cabo Delgado, forçando a retirada das guarnições portuguesas que protegiam a fronteira. O governador-geral em Lourenço Marques vinha propondo ao comando militar português a estratégia de dar continuidade com a invasão contra a colónia alemã. Com essa estratégia, o governador-geral de Moçambique pretendia enfrentar os alemães dentro do seu território com ofensivas visando alcançar dois objetivos: estabelecer uma linha de defesa avançada do território português ao norte do rio Rovuma, dentro da África Oriental Alemã, e impedir os ataques alemães que vinham se registando nos postos de fronteira portuguesa.²⁹³

Consta que o mesmo governador-geral atribuiu os sucessivos ataques alemães na fronteira norte de Moçambique à situação de passividade e inação das forças expedicionárias que se encontravam concentradas em Porto Amélia. Porém, a estratégia e a crítica do governador-geral

²⁹¹ COSTA, Gomes da. **A Guerra nas colónias** ... op.cit. 1925, p. 91. Serve-se do telegrama do comandante da expedição Moura Mendes, datado de 18 de Março, comunicando a saída de forças para Palma no navio *Luabo*.

²⁹² Ibid., p. 96-103. Vide também Extracto do *Diário de Campanha* atribuído a Lettow-Vorbeck. In: COSTA, Mário. **É o inimigo que fala:** subsídios inéditos para o estudo da campanha da África Oriental, 1914-1918. Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1932, p. 130-133.

²⁹³ COSTA, Gomes da. **A Guerra nas colónias** ... op.cit., 1925, p. 93.

de Moçambique esbarravam com a estratégia do comando das forças expedicionárias portuguesas que chamava a atenção do governo português para a necessidade de reforçar o seu efetivo militar, a fim de executar o plano da invasão. Entretanto, quer o governador-geral, quer o comando militar português estavam de acordo que ao se realizar a invasão da colónia alemã a determinação seria de avançar na direção nordeste com a finalidade de ocupar os postos alemães de Lindi, Mikindani e Massassi, a partir de onde se asseguraria a “passagem da fronteira norte da Província [de Moçambique], do Rovuma para o Lukeledi, e guarnecer o alto Rovuma por forma a não permitir *raids* como os de Van Lettow [general alemão Lettow-Vorbeck] ”.²⁹⁴

Em resposta às requisições feitas pelo comando das forças portuguesas visando concretizar esta estratégia, foi preparado em Lisboa um novo destacamento expedicionário previamente calculado em 159 oficiais, 4483 praças, auxiliados em 945 solípedes e 159 viaturas. Este corpo expedicionário desembarcou em Palma, estrategicamente junto da fronteira do Rovuma, determinado a reforçar o efetivo português aí localizado e orientado para a execução do plano de invasão. Porém, o general Ferreira Gil, que substituiu no comando das forças portuguesas o major Moura Mendes, chamou logo a atenção para o deficiente grau de preparação militar das tropas (incluindo dos oficiais) que acabavam de desembarcar em Palma. Constatando, tal como seu antecessor, a insuficiência de efetivo português. A execução da invasão deveria ser em paralelo com a salvaguarda de uma extensa fronteira de cerca de 900 km. Contrariamente a essa constatação, as altas autoridades civis em Lisboa e em Lourenço Marques insistem com o argumento de que o prestígio do exército e pátria portuguesa aconselhava avançar em “quaisquer condições”, porquanto se previa para breve o termo da campanha na África Oriental Alemã.²⁹⁵

Para estas autoridades civis, as divergências com as autoridades militares deveriam ser suplantadas pela ambição expansionista portuguesa ao norte do rio Rovuma, tendo em vista a corrida a um eventual ganho territorial que adviria de uma bem-sucedida invasão militar portuguesa contra a África Oriental Alemã. Portugal tinham em vista a possibilidade de partilhar este território com a sua aliada Inglaterra.

Um outro nível de divergências se colocava em relação à geoestratégia entre os comandos militares português e inglês, em torno da linha de operações que caberia à tardia intervenção das forças portuguesas na guerra ao norte do rio Rovuma. Ao comandante Ferreira Gil, ao

²⁹⁴ COSTA, Gomes da. **A Guerra nas colónias** ... op.cit., 1925, p. 93. (Grifo do autor)

²⁹⁵ Ibid., p. 140-141.

governador-geral da província de Moçambique, Álvaro de Castro, e ao governo em Lisboa convinha que a invasão à colónia alemã fosse orientada para ocupar os portos de Lindi, Mikindani, Quíloa e Rivinji, salvaguardando-se simultaneamente a integridade da fronteira moçambicana, inclusive a reocupação de Quionga. Mas, para o general Smuts, comandante em chefe das forças inglesas, a participação das forças portuguesas sob o comando do general Ferreira Gil deveria se posicionar dentro do território de Moçambique, orientadas para a defesa da fronteira norte do país. O general Smuts previa que a contínua progressão das suas forças na colónia alemã, sem uma concentrada defesa da fronteira de Moçambique, facilitaria a invasão deste território por forças do general Lettow-Vorbeck e o prolongamento da guerra na África Oriental.²⁹⁶

Enfim, os portugueses decidem avançar para a ofensiva invadindo a colónia alemã, seguindo pelas posições que ocupavam no baixo Rovuma. Infelizmente, a almejada ofensiva não progrediu para além do forte de Nevala, ao norte do Rovuma, e durou de 18 de setembro a 28 de novembro de 1916, resultando em perdas de efetivo. Com o fracasso da invasão e da contra-ofensiva alemã que se prolongou até aos postos de Nangade e Matchemba, em Cabo Delgado, a escassos quilómetros a oeste do quartel-general do comando português em Palma, a 24 de dezembro o general Ferreira Gil abandonou o comando das forças portuguesas em Moçambique. O governador-geral, capitão Álvaro de Castro, passou a ocupar, provisoriamente, o vazio criado no comando.²⁹⁷

Esta invasão portuguesa e a incapacidade manifestada de ofensiva das suas forças serviram à avaliação alemã da estratégia de prolongamento da guerra no interior de Moçambique. O fracasso da invasão portuguesa foi o início do desastre das ambições expansionistas portuguesas em relação ao norte do Rovuma. Contudo, a integridade territorial de Moçambique e a retomada do triângulo de Quionga salvaram a honra de Portugal neste território ao fim da Primeira Guerra Mundial.

²⁹⁶ COSTA, Gomes da. **A Guerra nas colónias** ... op.cit., 1925, p.110.

²⁹⁷ Ibid., p.110, 197-200.

2.1.3. Região Yao e a Invasão Alemã em Niassa

Depois da breve incursão das tropas portuguesas na África Oriental Alemã, o quartel-general alemão sob comando do general Lettow-Vorbeck, preferindo o exílio militar em Moçambique do que a capitulação, decidiu abandonar seu território e resistir ao cerco militar inglês no interior de Moçambique, enquanto não fosse declarado o desfecho da Primeira Guerra Mundial na Europa. A área escolhida para instalar o seu comando militar e garantir a segurança das autoridades alemãs foi a histórica região Yao do Niassa oriental circunscrita entre os rios Lucheringo, Rovuma, Lugenda e Luambala. Nesta região, as populações e autoridades Yao resistiram a ocupação militar portuguesa até outubro de 1912, quando o Chefe Mataka foi forçado a se exilar no território sob domínio alemão. A região sedeu o povoamento Yao no Niassa e os territórios políticos mais importantes que existiram até a invasão portuguesa.

A palavra de ordem no comando alemão era atravessar a fronteira portuguesa e viver do inimigo dentro do seu território. O plano previa a possibilidade de se explorar favoravelmente a hostilidade anti-portuguesa dos Yao do Niassa e Macua de Cabo Delgado. Em fins de fevereiro de 1917, o general alemão Max Looff reportou ao seu quartel-general que as averiguações feitas sob mais restrito segredo para obter informações sobre os territórios sob domínio português ao sul do Rovuma indicavam que os vales a oeste do planalto de Mavia (Maconde) até a região do rio Lugenda eram muito ricos em comida e a população não se encontrava submetida pelos portugueses. Havendo registro de muitas deserções dos soldados africanos do lado português e que as populações não eram hostis aos alemães. Havia possibilidade de se estabelecer comunicações secretas com os chefes locais do interior do Niassa e Cabo Delgado, sendo mais difícil estabelecê-las na região costeira, visto aqui ter sido “internada quási toda a gente de influência.”²⁹⁸

Coube ao major alemão Stuermer, a 22 de março de 1917, “atravessar a fronteira portuguesa para aniquilar por todas as formas os destacamentos inimigos e para estabelecer depósitos de abastecimentos,” devendo ainda nessa missão apreender munições, espingardas e equipamentos portugueses para o seu destacamento e outras companhias alemãs.²⁹⁹ A 16 de abril foi atribuído ao general Wahle o comando da expedição alemã em Moçambique, com o

²⁹⁸ Extracto do *Diário de Campanha* atribuído a Lettow-Vorbeck. In: COSTA, Mário. *É o inimigo que fala ...* op.cit., 1932 p. 148.

²⁹⁹ Ibid., p. 150-151.

mesmo objetivo de devastar “bem o inimigo no Rovuma e ao sul do mesmo, e obter comida e equipamento. Viver quanto possível, exclusivamente, do inimigo.”³⁰⁰ Ficava nestes termos definido o plano da invasão alemã contra Moçambique, cujos efeitos se sentiriam diretamente nos territórios da Companhia do Nyassa e nos distritos coloniais de Moçambique e Quelimane.

A grande investida de fundo executada pelos alemães dentro de Moçambique acontece a 23 de abril de 1917, quando a companhia Meyer toma de assalto o posto fortificado de Muembe, no concelho de Metarica, o mais importante e o último posto ocupado pelos portugueses durante a resistência dirigida pelo Chefe Mataka. Os alemães apreendem um depósito com cerca de 1000 cargas de rações para soldados africanos, 84 espingardas, munições, artigos de equipamento, ferramentas para abrir trincheiras e dinheiro. Confirmou-se a existência de muitas culturas nos arredores e foi içada a bandeira alemã em Muembe. Recorde-se que Muembe foi a capital Yao mais importante no Niassa. O ato explorou o simbolismo Yao de engrandecimento político e de libertação em relação aos invasores portugueses. Em sequência, entre 29 e 30 de abril, as tropas alemães encontraram destruídos e evacuados o posto-sede de Luiz Filipe (Chirumba) e o posto de Mluluca (Luambala), no mesmo concelho de Metarica. Em cascata, são ocupados, a 9 de maio, o posto-sede de Mandimba, do concelho do Lago Amaramba, e a 21 de maio o posto-sede de Metangula e encontrado evacuado a 26 de maio o posto de Mtonia, no concelho do Lago.³⁰¹ Ficava assim, grosso modo, ocupado o Niassa.

A 28 de maio, as patrulhas alemãs encontraram o posto de Nanguar queimado e evacuado pelos portugueses. A incursão alemã progrediu em direção leste até ao posto de Montepuez, em Cabo Delgado, representando de fato uma séria ameaça para a cidade de Porto Amélia, situada na costa, a capital da administração da Companhia do Nyassa. Daqui saiu uma força sob comando do capitão Curado para juntamente com a guarnição de Montepuez impedir que sucedesse o pior, que Porto Amélia caísse em mãos alemãs. Entre meados de julho e princípios de setembro, as patrulhas alemãs iniciam a sua retirada dos postos ocupados, circunscrevendo-se sobre a serra Mecula e Nanguar; regressando em seguida para o norte do Rovuma.³⁰² Terminava assim a primeira invasão alemã de grande escala contra Moçambique, a qual seria seguida por uma outra bem maior ainda a partir de fins de novembro do mesmo ano de 1917.

³⁰⁰ Extracto do *Diário de Campanha* atribuído a Lettow-Vorbeck. In: COSTA, Mário. **É o inimigo que fala ...** op.cit., 1932, p. 151-152.

³⁰¹ Ibid., p. 152-154.

³⁰² Ibid., p. 154-155. vide também COSTA, Gomes da. **A Guerra nas colónias...** op.cit. 1925, p. 200.

Não foi apenas entre os Yao do Niassa que os alemães observaram a hostilidade africana contra a autoridade colonial portuguesa. Consta que Lettow-Vorbeck ordenara ao general Wahle, no cargo de comandante da primeira expedição a Moçambique, que explorasse a revolta Maconde. Em meados de julho de 1917, Nangade e Mocímboa do Rovuma, em Cabo Delgado, encontravam-se defendidos pelos soldados portugueses. Em Nangade estava em curso a construção de 2 barracões para aeroplanos e fora aberta uma estrada de automóveis ligando Palma e Metopotopo (sul de Mocímboa do Rovuma) via Chinguale (sul de Nangade).³⁰³

Foi contra essas atividades de preparação de terreno para a transferência do comando das forças expedicionárias portuguesas para Chomba, interior do planalto dos Maconde, que estes últimos se revoltaram. As colunas do major José Augusto da Cunha e do capitão Neutel de Abreu, entre abril e setembro de 1917, vinham assegurando as obras de construção, procedendo com a implantação de primeiras infraestruturas de vulto no interior não só da região Maconde, mas de toda a área da concessão. Cumpriam a missão fixada por Lisboa de criar condições materiais para que o quartel-general das forças portuguesas se transferisse para o planalto de Chomba.³⁰⁴

Depois de assumir as funções de novo comandante das forças portuguesas em Moçambique, o coronel Sousa Rosa segue a estratégia inglesa que preconizava a concentração de forças portuguesas ao longo da fronteira do Rovuma, interior de Moçambique, com a finalidade de obstar uma previsível segunda invasão alemã ao território da Companhia do Nyassa, por sinal uma mais forte, porque desta vez levaria consigo todo o quartel-general das forças da África Oriental Alemã. O general Deventer, que substituíra o general Smuts no comando das forças inglesas, calculava que uma barreira portuguesa intransponível na fronteira moçambicana cercearia o movimento dos alemães, forçando-os à capitulação e ao fim da campanha alemã na região.³⁰⁵ A 14 de outubro de 1917, o comandante Rosa foi instruído por Lisboa para aceitar a estratégia inglesa.³⁰⁶

³⁰³ Extracto do *Diário de Campanha* atribuído a Lettow-Vorbeck. In: COSTA, Mário. *É o inimigo que fala ...* op.cit., 1932, p.153-154.

³⁰⁴ PÉLISSIER, R. *História de Moçambique...* op.cit. 2000, p. 411-417; COSTA, Gomes da. *A Guerra nas colónias ...* op.cit. 1925, p. 203. Logo a seguir à retirada do anterior comandante das forças expedicionárias portuguesas, general Ferreira Gil, o governador-geral Álvaro de Castro que assumiu de imediato o comando transferiu o quartel-general de Palma para Mocímboa de Praia (COSTA, Gomes da. *A Guerra nas colónias...* op.cit., 1925, p. 200).

³⁰⁵ COSTA, Gomes da. *A Guerra nas colónias ...* op.cit. 1925, p. 203-205.

³⁰⁶ Ibid., p. 212.

Pressionadas pelo cerco inglês, o grosso da força alemã e suas operações estavam concentradas a oeste de Lindi, ao norte de Negomano e Nevala.³⁰⁷ A coluna de Nanguar formada pelo conjunto das forças das colunas do Lago (Niassa) e Montepuez (Cabo Delgado) estabelecia o dispositivo de defesa sobre a região do concelho do Lago, serras Mecula, montes Oizulo, Nanguar, Negomano, Mluluca (Luambala), Metangula e Muembe.³⁰⁸ Firme na decisão de evitar ao máximo a capitulação, a opção do general Lettow-Vorbeck foi seguir em direção ao sul: a “única possibilidade que se oferecia foi transferir a base das operações para o território português. Isto só poderia realizar-se evacuando a África Oriental Alemã e invadir a África Oriental Portuguesa.”³⁰⁹

Na manhã de 25 de novembro de 1917, as tropas alemãs e o quartel-general sob comando direto de Lettow-Vorbeck atravessaram a fronteira norte de Moçambique e atacaram o acampamento português de Negomano localizado na divisa entre Niassa e Cabo Delgado, na confluência entre os rios Lugenda e Rovuma. Tomaram de assalto o acampamento, apreenderam comida, armas, medicamentos e equipamentos; foram mortos no combate 25 portugueses, dos quais 5 oficiais (incluindo o comandante do destacamento, Teixeira Pinto), e 162 africanos. Feitos prisioneiros 120 portugueses, dos quais 30 oficiais e 415 africanos. Do lado alemão morreram 2 alemães e 5 africanos, feridos 4 alemães e 27 africanos.³¹⁰

Depois da ocupação de Negomano, o destacamento do general alemão Wahle segue em direção sudoeste para as serras Mecula, onde a 8 de dezembro de 1918 tomou de assalto uma posição fortificada dos portugueses, resultando em grandes apreensões.³¹¹ Segundo Costa, tratou-se da posição que estava ocupada pela coluna do capitão Curado. Foram mortos no ataque o tenente Correia Lacerda e mais 100 africanos do lado português; feridos 30 africanos

³⁰⁷ COSTA, Gomes da. **A Guerra nas colónias** ... op.cit. 1925, p. 206-209.

³⁰⁸ Ibid., p. 204-205.

³⁰⁹ LETTOW-VORBECK, P. Von. **My Reminiscences of East Africa**. ... op.cit., 1920, p. 216.

³¹⁰ Extracto do *Diário de Campanha* atribuído a Lettow-Vorbeck. In: COSTA, Mário. **É o inimigo que fala** ... op.cit., 1932, p.156-157. O general Costa Gomes regista que do lado alemão morreram 4 alemães, dos quais 3 oficiais, vários africanos, não indicando o número. Do lado português, regista 22 portugueses mortos, dos quais 8 oficiais, e 28 africanos. Menciona que 150 prisioneiros portugueses foram depois soltos com a promessa de não continuar a lutar contra s alemães. Vide COSTA, Gomes da. **A Guerra nas colónias** ... op.cit. 1925, pp.217-218.

³¹¹ Extracto do *Diário de Campanha* atribuído a Lettow-Vorbeck. In: COSTA, Mário. **É o inimigo que fala** ... op.cit., 1932, p. 159.

portugueses; feitos prisioneiros 26 portugueses, dos quais 9 oficiais (incluído o capitão Curado, que rendera-se ao ataque), e mais 34 africanos.³¹²

A força de avanço alemão comandada pelo capitão Franz Kohl segue para o concelho do Medo, em Cabo Delgado, via Nanguar-Lucinge, estabelecendo a defesa oriental contra as colunas do quartel-general português de Chomba, ao sul de Mocímboa do Rovuma. A terceira frente de avanço prosseguiu na direção sul, atravessando para a margem direita do rio Lugenda. Com as frentes de avanço assim posicionadas ficou circunscrita a área da ocupação alemã no Niassa. Com efeito, o comando alemão se instalou em Chirumba (Luiz Filipe, sede do concelho de Metarica) a 11 de dezembro, previamente evacuado pela pequena guarnição que aí se encontrava. Por força da pressão inglesa vinda do lago Niassa entre Mtonia e Luambala, em meados de janeiro de 1918 transfere-se o comando alemão de Chirumba para Nanungo, onde permanecerá até ao mês de maio de 1918.³¹³ Ao se referir sobre a sua decisão de avançar para a invasão Moçambique seguindo para o interior do Niassa, Lettow-Vorbeck mencionou o seguinte:

A região de maior probabilidade onde encontraríamos suplementos pareceu-me naquele momento ser o distrito em que as operações do Major Stuemmer tiveram lugar: entre os rios Rovuma e Lugenda, e mais para sul a região de Nangware e Mwembe. Mesmo assim, havia dúvidas, também, em relação a esta região, pelo facto da guerra ter interferido a produção agrícola dos nativos. Entretanto, dos vários cenários esta última me pareceu melhor opção, e decidi marchar de uma vez por todas para o Rovuma. O factor determinante na escolha desta direção era a minha intenção em equipar as forças para um longo período de ação, através de uma larga captura de munições e outro material de guerra.³¹⁴

Sobre a importância que os “reputados indivíduos da região”,³¹⁵ imigrantes Yao e Macua que se encontravam na colônia alemã, desde a época das colunas de ocupação militar portuguesas no Niassa, teriam para a sua expedição ao sul do Rovuma, Lettow-Vorbeck não desenvolveu esse pormenor. Entre os imigrantes Yao estariam incluídos representantes da chefatura Mataca. Sabe-se que o Chefe Mataca se refugiou na colônia alemã na sequência das operações de ocupação

³¹² COSTA, Gomes da. **A Guerra nas colônias** ... op.cit. 1925, p. 221. A informação alemã registra 13 africanos mortos da força portuguesa, feitos prisioneiros 28 portugueses, dos quais 10 oficiais e 1 médico, e 40 africanos. As baixas alemãs foram 1 africano e 4 alemães mortos, mais 16 africanos feridos.

³¹³ Ibid., p. 221.

³¹⁴ LETTOW-VORBECK, P. Von. **My Reminiscences of East Africa**... op.cit. 1920, p. 223-224.

³¹⁵ Ibid., p. 100.

militar de Muembe de outubro de 1912, de que resultaram na implantação do posto militar Tenente Valadim no seu território.³¹⁶

Estando a África Oriental Alemã ocupada pelos ingleses, a retomada do cerco luso-britânico decorreu com o desembarque das forças inglesas nos portos de Mtonia e Metangula, no lago Niassa, e em Porto Amélia em Cabo Delgado, coordenadas com o reagrupamento das forças portuguesas aquarteladas em Chomba e no distrito de Moçambique. O cerco forçará os alemães a atravessar o rio Lúrio, seguindo em direção ao sul sucessivamente pelos distritos de Moçambique e Quelimane.³¹⁷ Depois de ocupar o posto de Maúia a 4 de janeiro, a patrulha Scherbening alargou o campo de operações para o sul do alto Lúrio, onde atacou o posto de Malema antes do grosso da força alemã atravessar pela região do concelho de Amaramba o rio Lúrio em fins de maio, seguindo para o distrito de Moçambique.³¹⁸ O auge da campanha alemã em sua marcha em direção sul de Moçambique tem lugar em Namacurra, cuja estação ferroviária foi invadida a 3 de julho de 1918, a cerca de 200 km de distância da cidade de Quelimane, sede do distrito com o mesmo nome.³¹⁹

A ocupação desencadeada por forças alemães nos distritos do Niassa, Cabo Delgado, Moçambique e de Quelimane caracterizou-se pelo movimento das suas patrulhas de avanço e das colunas de comando e do quartel-general, diferindo do que a FRELIMO estabelecerá cerca de 50 anos depois. A diferença da geopolítica da ocupação alemã residiu no eixo geoestratégico que a Tanzânia ocupou em relação à luta armada de independência nacional de Moçambique e às zonas de ocupação (as “zonas libertadas”) da FRELIMO nos distritos do Niassa e Cabo Delgado. O eixo geoestratégico da Tanzânia permitiu que os comandos setoriais e provinciais desta organização nacionalista moçambicana assegurassem política e militarmente suas zonas de ocupação que se tornaram zonas de libertação nacional em coordenação com a sede baseada naquele país que se tornou independente em dezembro de 1961.

³¹⁶ Referindo-se a ocupação militar de Muembe, o encarregado do governo dos Territórios da Companhia do Nyassa, em 18 de Outubro de 1912 declarava que a “Operações iniciadas 5 de Outubro, escaramuças até 6, combate em 7, tomado Muembe em 8. Mataca fugiu Rovuma, toda a região batida. Procede-se montagem tres fortes. Forte Muembe denominado – Tenente Valadim.” In: BOLETIM DA COMPANHIA DO NYASSA. **Suplemento** ao nº 175. 18 de Outubro de 1912.

³¹⁷ Extracto do *Diário de Campanha* atribuído a Lettow-Vorbeck. In: COSTA, Mário. **É o inimigo que fala ...** op.cit., 1932, p. 160-162, 166; KÖHL, Franz. **Der Kampf um Deutsch-Ostafrika 1914-18**. Berlin: Verlag Kameradschaft, 1919, p. 76.

³¹⁸ Extracto do *Diário de Campanha* atribuído a Lettow-Vorbeck. In: COSTA, Mário. **É o inimigo que fala ...** op.cit., 1932, p.165; LETTOW-VORBECK, P. Von. **My Reminiscences of East Africa...** op.cit. 1920, p. 249-250.

³¹⁹ LETTOW-VORBECK, P. Von. **My Reminiscences of East Africa...** op.cit. 1920, p. 270.

2.2. A FRELIMO e o Contexto das Independências em África

O papel geoestratégico do território tanzaniano para a independência nacional de Moçambique se desenvolveu com a participação política da Tanganyika African National Union (TANU), de Julius Nyerere, no processo decisivo que conduziu à formação da FRELIMO a 25 de junho de 1962, em Dar es Salaam. O fato histórico da FRELIMO ter sido fundada nessa capital do Tanganyika é o primeiro ato político do papel geoestratégico deste país. A fundação da FRELIMO enuncia a reciprocidade geopolítica que se desenvolverá entre a TANU, a FRELIMO e as populações das zonas afetadas pela luta armada de independência nacional de Moçambique. Essa reciprocidade pode ser compreendida como sendo a unidade política pela libertação do governo colonial português no país. Que essa unidade política constituiu o centro ou o principal eixo geopolítico que tornou possível o surgimento das “zonas libertadas” da FRELIMO no Niassa e Cabo Delgado. Sob o ponto de vista histórico, a unidade geopolítica que se desenvolveu traduz a historicidade dos antagonismos da libertação anticolonial de classe, raça, etnia, religião e género, refletindo as condições políticas concretas para a libertação anti-colonial e o descentramento do movimento de libertação nacional.

O segundo ato político geoestratégico da Tanganyika residiu no fato de, por força da repressão política de Portugal, o país ter tornado possível o encontro entre as duas principais elites revolucionárias moçambicanas – a elite académica e literária e a elite fundadora dos principais movimentos nacionalistas que antecederam a FRELIMO. O terceiro ato político foi o fato de que, por conta da determinação do governo do Tanganyika em favor da independência nacional de Moçambique, em coordenação com o Comité de Libertação da OUA sediada em Dar es Salaam, as crises políticas que se seguiram de 1969-1970, ao assassinato de Eduardo Mondlane, Primeiro Presidente da FRELIMO, terem sido resolvidas em favor da integridade desta organização e da luta armada de independência nacional de Moçambique.

2.2.1. Da UDENAMO à FRELIMO

Antes da FRELIMO, a UDENAMO constituída na sua direção por Adelino Guambe, Presidente, Fanuel Guidion Mahluza, Vice-Presidente, Calvinho Mahlayeye, Secretário-Geral, Rivaz Sigaúke, Secretário de Organização e Marcelino dos Santos, Secretário das Relações

Exteriores, foi uma das organizações nacionalistas moçambicana mais importante a internacionalizar o discurso nacionalista moçambicano. Formada a 18 de outubro de 1960, em Bulawayo (Rodésia do Sul, atual Zimbábue), por imigrantes moçambicanos residentes neste país, a UDENAMO por via do seu Presidente Adelino Guambe mantém relações políticas com a Zimbabwe African People Union (ZAPU) de Joshua Nkomo, com a United National Independent Party (UNIP) de Kenneth Kaunda, da Zâmbia, com a TANU de Julius Nyerere, do Tanganyika, e com o Presidente Kwame Nkrumah, do Gana.³²¹

Constam em fontes coloniais portuguesas dados sobre a UDENAMO e alguns membros da sua direção, referentes ao período de 1960 a 1961. Dando sequência a informação contida no ofício do Ministério do Ultramar³²² em Lisboa, a delegação da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE) em Lourenço Marques, a 30 de abril de 1961, reporta a informação sobre a realização da reunião constitutiva da Conferência das Organizações Nacionalistas das Colónias Portuguesas (CONCP) em Casablanca, Marrocos, de 18 a 20 de abril de 1961. O referido ofício do Ministério do Ultramar e a resenha de informação da PIDE não mencionam a CONCP, constando apenas que a conferência tinha sido organizada por “partidos nacionalistas” das colónias portuguesas, cuja finalidade era de coordenar as atividades contra o colonialismo português.³²³

Nessa informação, a PIDE menciona a participação de Adelino Chitofu Guambe nesta conferência de Casablanca na qualidade de Presidente da UDENAMO. Reporta dados pessoais e profissionais referentes a membros desta organização nacionalista moçambicana, nomeadamente do sobre Adelino Guambe, Aurélio Bucuane e David Chambal. Consta que os três concederam uma entrevista ao jornal *African Mail*, de Lusaka, Zâmbia, em novembro de 1960, na qual mencionam episódios a que teriam sido acometidos pelas autoridades portuguesas em Moçambique e que os teria forçado a sair para a Rodésia.³²⁴

Adelino Guambe é descrito como tendo na data dessa conferência constitutiva da CONCP, 25 anos “prováveis”, filho de Chitofu Jane Guambe e de Uaniça Guilaze, natural do

³²¹ NDELANA, Lopes Tembe. **Da UDENAMO à FRELIMO e à diplomacia moçambicana**. Maputo: Marimbique, março de 2012, p. 41-42.

³²² ANTT/SCCIM n.º 1189: “CONCP”. Não consta neste processo a data deste ofício.

³²³ Ibid.

³²⁴ Ibid.

grupo de povoações Chimbutsa, regedoria de Mapinhane, circunscrição de Vilanculos. Ele teria trabalhado na cidade da Beira de 1952 a 1956, de onde sairia para a Rodésia forçado pela acusação “de ter cometido um roubo na casa comercial onde era contínuo ou servente”.³²⁵

Na entrevista, Adelino Guambe declara ter regressado a Moçambique para “combater pela libertação do seu povo”, tendo nessa ocasião sido preso e evitado que fosse envenenado na prisão depois de subornar o carcereiro, que além de lhe ter “proporcionado a fuga, lhe deu uns comprimidos que evitarem o envenenamento.” Na mesma entrevista, se refere que Aurélio Bucuane afirma que em setembro de 1960 “ele e vários amigos” tinham organizado um partido político que chamaram de “Partido de Unidade Nacional” para lutar pela liberdade e independência de Moçambique. Constando que Aurélio Bucuane era natural do grupo de povoações de Maguiguane, regedoria de Manobane, circunscrição de Chibuto, tendo na altura completado o 2º ano de liceu. Que teria sido professor numa missão, tendo sido preso “por ter violentado uma aluna”.³²⁶

Para a PIDE os relatos dos mesmos referindo que teriam sido presos em Moçambique, em seguida fugindo para a Rodésia, não passavam de “imaginação” dos visados: “Toda matéria desta entrevista é fruto da imaginação daqueles indivíduos [Adelino Guambe e Aurélio Bucuane].” A PIDE refuta os referidos relatos baseando-se no registro em sua posse dando conta que em janeiro de 1961 os referenciados, Guambe, Bucuane e Chambal dirigiram-se à Inspeção da Curadoria dos Indígenas Portugueses em Bulawayo, Rodésia, onde “viviam em precárias condições”, para obter passaporte para seguirem ao Gana. Tendo esta solicitação lhes sido recusada. Mas que a 5 de março de 1961 foi “assinalada” a presença dos mesmos em Dar-es-Salaam, onde entraram em contato com o Ministro Oscar S. Kambona, do Tanganyika, que lhes prometeu auxílio. Em Dar-es-Salaam, onde teria sido acolhido ao nível da sede da TANU, Adelino Guambe teria falado “pela primeira vez” da UDENAMO de que era fundador.³²⁷

Em carta datada de 20 de abril de 1961, por si assinada e enviada a partir de Casablanca, Marrocos, Adelino Guambe comunicou ao Ministro de Educação do Tanganyika, Oscar Kambona, que se encontrava em Casablanca para participar na conferência da CONCP e que

³²⁵ ANTT/SCCIM n° 1189: “CONCP”.

³²⁶ Ibid.

³²⁷ Ibid.

recebera boa assistência por parte das autoridades marroquinas. Por intermédio do referido ministro, agradece o auxílio do governo do Tanganyika na obtenção de documentos de viagem, dizendo que depositava confiança na pessoa do mesmo ministro em relação aos problemas da libertação da África, justiça mundial e irmandade africana. Na carta, Adelino Guambe reconheceu o significativo passo que a conferência da CONCP representava para a liquidação do colonialismo português e imperialismo ocidental.³²⁸

O discurso que Adelino Guambe profere e assina, datado de 25 de abril de 1961, interpretado em francês por Marcelino dos Santos, na qualidade de Secretário-Geral da CONCP, e transmitido pela Rádio Nacional Marroquina, reafirma-se a resolução da CONCP sobre Moçambique e o direito inalienável do povo moçambicano à autodeterminação e independência nacional. Nesse discurso declara-se que:

A UNIÃO DEMOCRÁTICA NACIONAL DE MOÇAMBIQUE luta pela liquidação total do colonialismo português e pela criação da República de Moçambique na qual todos os moçambicanos, sem distinção étnica, religiosa ou política, terão os mesmos direitos e deveres.³²⁹

O discurso sobre a “luta pela liquidação total do colonialismo português e pela criação da República de Moçambique”,³³⁰ constante nesta declaração lida por Adelino Guambe, Presidente da UDENAMO, foi um dos mais importantes da história nacionalista do país, pela sua formulação objetiva e decisiva e pelo seu lugar de enunciação. A conferência fundadora da CONCP foi auspiciada pelo principal movimento revolucionário africano, o Grupo de Casablanca, do qual faziam parte Marrocos, Gana, Guiné-Conacri, Mali, República Árabe Unida (RAU, atual Egito), Líbia e Argélia. O governo da Tanganyika e a PAFMECSA³³¹ auxiliaram a viagem de Adelino Guambe para participar nessa conferência.³³²

³²⁸ ANTT/SCCIM n° 1189: “CONCP”.

³²⁹ Ibid.

³³⁰ Ibid.

³³¹ A Pan-African Freedom Movement of East and Central Africa (PAFMECA) foi fundada em conferência realizada de 16 a 18 de setembro de 1958, em Mwanza, Tanganyika, inicialmente integrando movimentos nacionalistas do Quênia, Niassalândia, Tanganyika, Uganda e Zanzibar. Com a admissão da Etiópia, Somália e dos movimentos nacionalistas da região austral da África em conferência de Adis-Abeba, Etiópia, em fevereiro de 1962, a organização passou a se chamar Pan-African Freedom Movement of East, Central and South Africa (PAFMECSA). Aquando da sua fundação em Mwanza em setembro de 1958, a organização declarou a necessidade da coordenação

A conferência da CONCP realizou-se pouco depois de ter sido formada em janeiro de 1961, nesta mesma cidade de Casablanca, o Grupo de Casablanca que declarou a finalidade de estudar e estabelecer medidas comuns entre os seus integrantes para a libertação e independência nacional dos territórios africanos ainda sob o jugo colonial.³³³ Por ocasião da realização da segunda conferência da CONCP que teve lugar em Dar es Salaam de 3 a 8 de outubro de 1965, a PIDE resumiu num registro datado de 15 de dezembro de 1966 o historial que pôde recolher do processo de organização que desembocou na criação da CONCP. No registro, consta que o Centro de Estudos Africanos (CEA) fundado em Lisboa em 1951 esteve na origem de “todos os movimentos de oposição à soberania de Portugal em África.” Tendo sido neste centro onde germinaram as “sementes” da CONCP. Refere ainda que teve lugar em Paris, em janeiro de 1957, uma reunião de consulta e estudo sobre a luta pela independência nacional, na qual participaram representantes das colónias portuguesas em África que proclamaram a necessidade da criação de um organismo destinado a unificar as forças nacionalistas dispersas pelos referidos territórios.³³⁴

Sobre esta reunião de Paris, Mário Pinto de Andrade, um dos fundadores da CONCP conta que ela teve lugar de 15 a 18 de novembro de 1957. Estabelece que ela foi o marco cronológico do período da “explosão organizacional” que desembocou na constituição da CONCP em abril de 1961. Andrade correspondeu o referido período com a “emergência do processo político unitário da modernidade”,³³⁵ que marca a ruptura com o discurso unitário protonacionalista das colónias portuguesas da África, doravante, substituído pelo discurso da independência nacional caracterizado pela tónica da luta armada como a via para se conquistar a independência das colónias portuguesas da África.

de ação entre os movimentos integrantes contra o imperialismo ocidental e o desenvolvimento de uma filosofia política dos Estados nacionais independentes. Nessa ocasião, foi adoptada a carta sobre a libertação nacional que estabeleceu o direito inalienável da independência nacional dos povos, denunciando o colonialismo, os mandatos, o Apartheid, multirracismo, colonatos e a Federação da África Central (que integrava a Niassalândia, Rodésia do Sul e Rodésia do Norte) como inimigos da liberdade africana. A organização advogou a formação de frentes unidas dos movimentos nacionalistas. (PAN-AFRICAN FREEDOM MOVEMENT OF EAST AND CENTRAL AFRICA. **International Organization**. Vol. 16, No. 2, Africa and International Organization, Spring, 1962, p. 446-448. Publicado por University of Wisconsin Press). Capturado a 20 de outubro de 2016.

³³² ANTT/SCCIM n° 1189: “CONCP”.

³³³ ANTT/SCCIM n° 783: “Conferência de Casablanca”.

³³⁴ ANTT/SCCIM n° 1189: “CONCP”.

³³⁵ ANDRADE, Mário Pinto de. As ordens do discurso do “Clamor Africano” continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário. In: **Estudos Moçambicanos** n° 7. Centro de Estudos Africanos – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1990, p. 22.

A constituição da CONCP em Casablanca, em abril de 1961, foi o culminar do processo organizacional da frente unitária das colónias portuguesas, de que se menciona seu início com o Movimento Anticolonialista (MAC), cujo manifesto data de 1 de janeiro de 1960, proclamado em Conacri, na Guiné. Seguiu-se a Frente Revolucionária Africana para a Independência Nacional das Colónias Portuguesas (FRAIN), cuja carta foi divulgada em Tunes, Tunísia, a 28 de janeiro deste ano de 1960. A FRAIN daria, em sequência, lugar à criação da CONCP, em abril de 1961. Sendo a sua sede instalada em Rabat, Marrocos.³³⁶

Depoimentos dos fundadores da CONCP concedidos a Sílvia Bragança³³⁷ relataram o percurso feito principalmente entre Lisboa e Paris, de formação intelectual e de influências marxistas, socialistas, comunistas e revolucionárias, estruturadas na política da CONCP e, particularmente, da FRELIMO. No seu depoimento, Edmundo Rocha conta que foi na referida reunião de Paris, de novembro de 1957, na qual participaram Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Viriato da Cruz, Guilherme do Espírito Santo, Marcelino dos Santos, Aquino de Bragança, que se decidiu criar o MAC.³³⁸

Do extrato do manifesto do MAC, citado por Bragança, com a data de 1 de janeiro de 1960, lê-se que a luta da Argélia foi um elemento decisivo para que o discurso nacionalista de inspiração revolucionária se concretizasse na constituição do MAC: “A luta heróica do povo da Argélia [...] é um exemplo e uma fonte de inspiração para os movimentos de libertação nacional em África e no mundo inteiro.”³³⁹

Com a transferência dos fundadores deste movimento das referidas capitais europeias para as capitais africanas, designadamente para Conacri, na Guiné, Rabat, em Marrocos, Argel, na Argélia, Cairo, na República da África Unida (RAU), no Egipto, Accra, no Gana, Dar es Salaam, na Tanganyika (Tanzânia), Brazzaville, na República Popular do Congo, constituiu-se o canal político-ideológico de materialização militar do discurso teórico-revolucionário dos fundadores da CONCP, que doravante ocuparão cargos de direção nas organizações nacionalistas das colónias portuguesas em África.

³³⁶ ANDRADE, Mário Pinto de. As ordens do discurso do “Clamor Africano” continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário. In: **Estudos Moçambicanos** n° 7. Centro de Estudos Africanos – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1990, p. 23; ANTT/SCCIM n° 1189: “**CONCP**”.

³³⁷ BRAGANÇA, Sílvia. **Aquino de Bragança**. Batalhas ganhas, sonhos a continuar. Maputo: Ndjira, 2009.

³³⁸ Ibid; p. 126.

³³⁹ Ibid., p. 126.

No seu manifesto, o MAC reiterou o direito à insurreição e advogou a “união sólida” das organizações “patrióticas” das colónias portuguesas como sendo a “condição indispensável e básica” para a liquidação total do colonialismo português. Nessa ordem, o MAC estabeleceu que a sua ação fundamental consistia em “suscitar, desenvolver e coordenar a unidade dos Africanos na luta contra o colonialismo português.”³⁴⁰ Importa, também, observar que esse manifesto declarou a frente unida revolucionária das organizações nacionalistas das colónias portuguesas como parte integrante do movimento de libertação nacional da África, de que a libertação das colónias portuguesas seria o “melhor contributo” para que o povo português se libertasse do fascismo em Portugal.³⁴¹ Este discurso revolucionário do MAC da unidade de ação entre as lutas nacionais das colónias portuguesas e da luta democrática em Portugal foi adoptado pela CONCP e pela FRELIMO.

Andrade conta, em entrevista concedida a Sílvia de Bragança em Maputo, em agosto de 1987, que a fixação do secretariado da CONCP em Rabat, no qual se destacaram Marcelino dos Santos, Aquino de Bragança e Amália Fonseca, após a realização da conferência constituinte em Casablanca, em abril de 1961, resultou do propósito de se explorar a influência política que Marrocos exercia no Grupo de Casablanca. A referida conferência constituinte teve lugar em nesta cidade com o patrocínio do Rei de Marrocos, Hassan II, e contou com a importância dos contatos e amizades que Aquino de Bragança mantinha com alguns políticos marroquinos, desenvolvidos a partir de Paris.³⁴² Aquino de Bragança participou na conferência de Casablanca em representação do Partido do Povo Goês (Goan Peoples Party).³⁴³

Os SCCIM reportaram a notícia veiculada pelo jornal *Contact*, edição de 24 de agosto de 1961, na qual constava que Marcelino dos Santos, no exercício das funções de Secretário-Geral da CONCP e Secretário das Relações Exteriores da UDENAMO, esteve em fins de julho deste ano em Dar-es-Salaam para apurar a situação em torno da ordem do governo da Tanganyika para que Adelino Guambe, Presidente da UDENAMO, abandonasse o país. Na referida notícia, ao ser perguntado pelo correspondente do jornal em Dar-es-Salaam se ele e a CONCP eram a favor da luta armada pela independência nacional, numa situação em que os governos dos territórios

³⁴⁰ BRAGANÇA, Sílvia. **Aquino de Bragança** ... op.cit., p. 127.

³⁴¹ Ibid., p. 128.

³⁴² Ibid., p. 91-104.

³⁴³ ANTT/SCCIM n° 1189: “CONCP”.

coloniais portuguesas da África possuíam “melhores armas”, Marcelino dos Santos respondeu o seguinte: “Yes, we shall take up arms because the Portuguese do not understand any other way of settling disputes.”³⁴⁴

O extrato do boletim de escuta português, datado de 19 de abril de 1962, reportou que em Dacar, Senegal, onde estivera em encontro com o Presidente Léopold Senghor, ao responder a uma pergunta que lhe fora colocada pela agência *France Press* sobre a formação do Governo Revolucionário Angolano no Exílio (GRAE) pela União do Povos de Angola (UPA), de Holden Roberto, Marcelino dos Santos lamentou o fato da UPA e Holden Roberto terem recusado a proposta de se filiarem numa frente unida angolana, optando por formarem o referido governo provisório, o GRAE, sem a participação do MPLA. Dessa transcrição de notícia constava ainda que Marcelino dos Santos terá também afirmado que ao prosseguir desta forma, a UPA estaria a servir o intento colonialista português de acentuar a divisão no seio do povo angolano, pelo que ao não aderir à unidade “indispensável” da luta pela independência nacional previa a situação em que “nenhum país, e muito menos um país africano irmão, tomaria a responsabilidade de reconhecer o Governo provisório que acabava de ser formado.”³⁴⁵ Consta que Holden Roberto teria declinado ao convite para participar e aderir à conferência constitutiva da CONCP, da qual o angolano Mário Pinto de Andrade, Presidente do MPLA, foi eleito primeiro presidente daquela organização que representava as colónias portuguesas.³⁴⁶

A FRELIMO herdou a filiação ideológica da UDENAMO na CONCP. Transferida da UDENAMO para a FRELIMO essa filiação teve o mérito e o demérito histórico de desencadear o processo político e ideológico pelo qual se conduziu à formação de uma frente unida, mas que implicou no declínio da pluralidade do discurso nacionalista moçambicano, sobreposta politicamente pelo discurso da FRELIMO como a frente unida e a representante legítima e única do movimento nacionalista e de independência nacional de Moçambique.

Com essa herança, a FRELIMO encarnou desde a sua fundação o antagonismo elitista entre as duas formações revolucionárias moçambicanas. Por um lado, estarão os nacionalistas influenciados teórica e ideologicamente pelo movimento literário urbano das colónias

³⁴⁴ ANTT/SCCIM n° 1189: “CONCP”.

³⁴⁵ Ibid.

³⁴⁶ Ibid.

portuguesas e, de outro lado, estarão os nacionalistas fundadores das organizações políticas nacionalistas que antecedem a FRELIMO, designadamente a UDENAMO, a MANU e a UNAMI, que na sua maioria foram constituídos por trabalhadores negros moçambicanos imigrantes na Rodésia do Sul, em Tanganyika em Niassalândia, inspirados pelos movimentos nacionalistas destes territórios vizinhos de Moçambique. A contradição política entre esses dois tipos de formações nacionalistas desencadeou-se no processo decisivo da formação da FRELIMO.

Apesar de ter sido fundada em Dar es Salaam, a FRELIMO foi uma das principais interlocutoras do discurso da CONCP, presidido pela elite revolucionária de formação académica e literária nos centros urbanos coloniais e metropolitanos, cujo percurso intelectual da mesma tem início nas cidades capitais das colónias portuguesas da África e se desenvolve nas capitais europeias como Lisboa e Paris. Segundo Andrade, a consciência revolucionária desta elite era representativa do que ele chamou de “perfil sociológico” dos fundadores da CONCP e “actores dirigentes” das organizações a ela filiadas:

[...] - indivíduos oriundos das camadas subalternas, autóctones, cuja formação se processa sob o controlo do poder político colonial, através dos aparelhos de hegemonia cultural (escola, igreja); essas camadas não estão em geral diretamente ligadas ao aparelho produtivo – o que explicita a sua **elitização**. Conjunto social assimilável à **pequena burguesia**.³⁴⁷

O discurso da unidade política que a FRELIMO adoptou, da igualdade ideológica das classes dominadas, das raças, das tribos e de género, tem em vista as contradições sociopolíticas nela presentes desde a sua fundação. Este discurso condena o dualismo racial colonial, a essência racial da exploração capitalista colonial, a “exploração do homem pelo homem” e apregoa o hibridismo ideológico moçambicano na condenação do colonialismo e defesa da luta armada revolucionária para a independência nacional do país.

Este discurso da unidade ideológica tem uma implicação política importante durante a luta armada em Moçambique. Ao diluir as divisões coloniais da sociedade moçambicana, esse

³⁴⁷ ANDRADE, Mário Pinto de. As ordens do discurso do “Clamor Africano” continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário. In: **Estudos Moçambicanos** n° 7. Centro de Estudos Africanos – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1990, p. 18. (Sublinhados do autor)

discurso impôs o centralismo discursivo da revolução nacionalista moçambicana, segundo o qual ela visava eliminar todas as formas de exploração do homem pelo homem, inclusive as que no meio rural eram representadas pelas autoridades ditas “tradicionais”, denominados vestígios “feudais” e do poder colonial. A contradição residiu na associação política e ideológica que vai ser estabelecida entre as autoridades políticas africanas e os titulares das “autoridades gentílicas”³⁴⁸ coloniais, estas nomeadas pelo governo colonial e aquelas historicamente pré-existent à ocupação colonial portuguesa em Moçambique.

Apesar desse antagonismo entre as referidas formações nacionalistas moçambicanas estar radicado na FRELIMO, cristalizando-se durante o período da luta armada de independência do país, a forma como ela vai sendo resolvida dever-se-á ao papel que o discurso revolucionário da descolonização da África Austral atribuirá à FRELIMO. Ao consagrar a FRELIMO como a frente unida nacionalista moçambicana, o referido discurso africano caucionou os seus atos normativos internos, sanções e expulsões de membros de sua direção. A FRELIMO foi situada acima dos antagonismos políticos internos, ao longo da luta armada em curso em Moçambique.

Com efeito, a FRELIMO se apropria deste papel estratégica, transformando-se na organização militar e articulando ideologicamente o discurso de frente unida moçambicana. Dada a ascendência política da UDENAMO no seio do movimento revolucionário africano, a elite nacionalista moçambicana baseada na CONCP a perspectivará como seu abrigo político, a partir de onde ensaiará seu projeto revolucionário, que pouco depois se consolidou na FRELIMO. Na qualidade de Secretário-Geral da CONCP e no exercício do cargo de Secretário das Relações Exteriores da UDENAMO, que manterá após a fundação da FRELIMO e ao longo de todo o período da luta armada em Moçambique, Marcelino dos Santos foi a figura representativa do processo de integração desta elite moçambicana com formação académica urbana e metropolitana no movimento nacionalista moçambicano baseado em Dar es Salaam.

Joaquim Alberto Chissano, um dos principais dirigentes da FRELIMO em Dar es Salaam, que depois da independência do país exerceu o cargo de segundo Presidente de Moçambique, conta que foi em Paris pouco depois de julho de 1961³⁴⁹ que se encontrou pela primeira vez com

³⁴⁸ ARQUIVO HISTÓRICO DE MOÇAMBIQUE. **Boletim Oficial** n.º 31, de 29/07/1944. Portaria n.º 5639 – Regulamento dos Auxiliares de Administração Civil.

³⁴⁹ Joaquim A. Chissano chega a Paris em princípios de julho de 1961, no grupo em que seguiam Pascoal Mocumbi e João Jamisse Nhambiu, de que faziam também parte angolanos, guineenses, cabo-verdianos e são-tomenses.

Marcelino dos Santos, conhecido por ocupar o cargo de Secretário-Geral da CONCP. Este “não conhecia, ou mal conhecia”³⁵⁰ o Núcleo dos Estudantes Secundários Africanos de Moçambique (NESAM) formado em 1949, em Lourenço Marques, segundo consta, por sugestão de Eduardo Mondlane, primeiro presidente deste organismo na direção de 1950-1951.³⁵¹

Nessa ocasião em Paris, o grupo de moçambicanos, de que faziam parte Joaquim Chissano, Pascoal Mocumbi, João Jamisse Nhambiu e Ana Simião,³⁵² “fala” ao Marcelino dos Santos sobre a NESAM e do projeto de se criar a União Nacional dos Estudantes Moçambicanos (UNEMO). Chissano conta que, na ocasião, manifestou ao Marcelino dos Santos a intenção de reunir na UNEMO os jovens moçambicanos estudantes em Portugal, nomeadamente Mário Machungo, Mariano Matsinhe, Magno Hunguana, Lourenço Mutaca, Eneas Comiche, Salomão Munguambe, Henrique Comiche, Aníbal Mutaca e Jorge Tembe. Tendo em vista através da UNEMO juntarem-se à UDENAMO.³⁵³ Pelo que consta, desafiado por Mário da Graça Machungo e Magno da Silva Hunguana, em 1958 Chissano é eleito ao cargo de Presidente do NESAM, com Pascoal Mocumbi na Vice-Presidência.³⁵⁴

O NESAM e a UNEMO, fundada em Paris por Joaquim Chissano como Presidente, Pascoal Mocumbi como Vice-Presidente, João Nhambiu como Secretário das Relações Internacionais e Ana Simião como Tesoureira,³⁵⁵ representavam uma geração de jovens moçambicanos que na década de 1950 ingressaram nos liceus em Moçambique, principalmente em Lourenço Marques, não apenas porque eram filhos de assimilados, mas porque Portugal vê-se forçado pelo contexto da descolonização a reformar seu sistema de educação colonial e a revogar o estatuto de indígena em 1961. Na realidade, Portugal tentou ideologicamente transformá-los na mocidade portuguesa. A geração de estudantes moçambicanos da década de 1950 e princípios da década de 1960 constituíram a massa de jovens fundadores, dirigentes e guerrilheiros da

Chegaram a Paris saídos clandestinamente de Portugal via Espanha com auxílio da CIMADE, associada a igrejas presbiteriana e metodista. CHISSANO, Joaquim Alberto. **Vidas, lugares e tempos**. Maputo: Texto Editores, 2010, p. 293-300.

³⁵⁰ Ibid., p. 310.

³⁵¹ Ibid; p. 154.

³⁵² Não está claro se Ana Francisca Simião Fonseca, irmã da Joana Simião, seguiu no grupo de Joaquim Chissano, Pascoal Mocumbi e João Jamisse Nhambiu de Portugal para Paris em julho de 1961. Entretanto, Joaquim Chissano menciona, várias vezes, que ela fazia parte desse grupo dos quatro em Paris, tendo sido uma das fundadoras da UNEMO.

³⁵³ CHISSANO, Joaquim Alberto. **Vidas, lugares e tempos**. Maputo: Texto Editores, 2010, p. 310.

³⁵⁴ Ibid; p. 160-161.

³⁵⁵ Ibid; p. 321.

FRELIMO, cuja consciência política e nacionalista lhes permitiu compreender o papel estratégico atribuída à FRELIMO pelo movimento revolucionário africano baseado em Dar es Salaam.

A consolidação política da FRELIMO, tal como do MPLA e do PAIGC, não resultou da eficácia do seu discurso interno de frente unida, mas da eficácia com que essas organizações inseridas na CONCP vão operar como interlocutoras do referido discurso no âmbito das lutas pela independência das colónias portuguesas da África. Estas organizações exploraram, em benefício do seu discurso de representantes legítimos e únicos dos povos de seus territórios, a importância estratégica que as suas lutas armadas no papel de braços político-militares da frente anti-imperialista africana. A intransigência de Portugal e dos regimes do *apartheid* e da Rodésia do Sul em realizar a descolonização na África Austral resultou que ela tornasse a luta pela independência de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, Zimbábue, África do Sul e da Namíbia o foco da política africana da OUA. A FRELIMO explora decisivamente este papel estratégico, ao conteúdo da sua ideologia revolucionária de libertação e independência nacional de Moçambique.

A importância decisiva do discurso do Presidente da UDENAMO, Adelino Guambe, proferido na conferência constitutiva da CONCP, em Casablanca, residiu na sua integração ideológica, ao adoptar a ideologia da luta armada revolucionária defendida pelos governos integrantes do Grupo de Casablanca. Recorde-se que a decisão para a fundação da FRELIMO foi concretizada por ocasião da realização da conferência africana dos “Freedom Fighters” que teve lugar em Accra, Gana, de 4 a 7 de junho de 1962. Consta ter sido nesta conferência que se criou o nome “Frente de Libertação de Moçambique” para a organização nacionalista moçambicana, criada em Dar es Salaam, a 25 de junho de 1962.³⁵⁶

A criação deste nome em Accra e a fundação da FRELIMO em Dar es Salaam foram o culminar do acordo de intenções estabelecido a 24 de maio de 1962, em reunião que teve lugar no edifício do Parlamento da Tanganyika, em Dar es Salaam, entre Hlomulo Chitofu Guambe, Presidente da UDENAMO, e Mathew Mmole, Presidente da MANU, na presença e coordenada por Oscar Kambona, Ministro dos Assuntos Internos do Tanganyika, e por queniano Dr. Peter Mbiu Koinange, Secretário-Geral do PAFMECSA. Nesta reunião, ficou concordado que a UDENAMO e a MANU iriam formar uma única organização nacionalista moçambicana, em

³⁵⁶ ANTT/SCCIM n.º 833: “African Freedom Fighters’ Congress”.

curto prazo de tempo, após a participação dos respectivos presidentes na conferência de Accra que teria lugar de 4 a 7 de junho de 1962.³⁵⁷ A formação de frentes unidas nacionalistas foi uma exigência que condicionava a participação na nesta conferência de Accra.³⁵⁸

Em carta à Pascoal Mocumbi e Joaquim Chissano, datada de 31 de julho de 1962, Eduardo Mondlane conta que estando ele em Dar es Salaam em junho deste ano mobilizou com sucesso o Adelino Guambe, levando-o a aceitar mandar uma comissão da UDENAMO, que junto da comissão da MANU negociou e acordou por escrito os termos sobre a formação da frente unida moçambicana. Mondlane conta ter participado diária e ativamente com as duas comissões criadas pela UDENAMO e MANU que estabeleceram que os presidentes destas duas organizações ficariam vedados de se candidatarem à presidência da nova organização. Ele conta ainda que foi com relutância e sob sua insistência que Adelino Guambe anuiu mandar essa comissão da UDENAMO e que o mesmo não participou das referidas negociações porque ausentou-se de Dar es Salaam em viagem de trabalho no norte da África, em menos de 24 horas após ter regressado de Accra.³⁵⁹ É estranho que os Presidentes da UDENAMO e da MANU tenham, a ser verdade, decidido não se candidatarem à presidência de uma nova organização que, de fato, resultaria no fim das suas respectivas organizações e do papel político dirigente que os mesmos desempenhavam no movimento nacionalista moçambicano.

Sendo assim, parece que a vitória de Eduardo Mondlane contra os seus concorrentes Urias Simango, da lista da UDENAMO, e Baltazar da Costa Changonga, da UNAMI, tenha sido assegurada pela TANU, partido do governo da Tanganyika, e pelo PAFMECSA que auspiciaram e supervisaram a corrida eleitoral³⁶⁰ do dia 25 de junho de 1962, tendo os mesmos auxiliado a FRELIMO durante o tempo em que seu presidente Dr. Eduardo Mondlane esteve ausente de Dar es Salaam, entre 26 de junho a 20 de setembro de 1962.

O relatório de informações elaborado por Octávio Neto Valério, cônsul-adjunto português em Salisbúria, Rodésia do Sul, remetido a 23 de julho de 1962 pelo cônsul português nesta

³⁵⁷ ANTT/SCCIM n° 833: “African Freedom Fighters’ Congress”.

³⁵⁸ NDELANA, Lopes Tembe. **Da UDENAMO à FRELIMO e à diplomacia moçambicana** ... op.cit., p. 59.

³⁵⁹ Carta de Eduardo C. Mondlane para Pascoal Mocumbi e Joaquim Chissano, datada de 31 de Julho de 1962. In **FRELIMO. Simpósio 50 anos da FRELIMO (1962-2012)**. Maputo: Centro de Pesquisa da História da Luta de Libertação Nacional/Movimento Editora, 2012, p. 286-287.

³⁶⁰ Carta de Eduardo C. Mondlane para Pascoal Mocumbi e Joaquim Chissano, datada de 31 de Julho de 1962. In **FRELIMO. Simpósio 50 anos da FRELIMO (1962-2012)** ... op.cit., p. 286-287; NDELANA, Lopes Tembe. **Da UDENAMO à FRELIMO e à diplomacia moçambicana** ... op.cit., p. 59.

cidade, João Pereira Bastos, ao chefe dos SCCIM, Ivens Ferraz de Freitas, em Lourenço Marques, e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, em Lisboa, contém dados que indicam que a fundação da FRELIMO contou com a concertação decisiva de dirigentes da TANU e do Secretário-Geral da PAFMECSA, Dr. Peter Koinange, e do Presidente Kwame Nkrumah, do Gana.³⁶¹

João Pereira Bastos comunicou ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, que estava a preparar artigos e fotografias destinados a serem publicados na imprensa de Dar-es-Salaam com a finalidade de combater a fusão da UDENAMO e MANU e mostrar a “má fé” do governo de Tanganyika, que acusava de estar a fomentar a fusão e criação da FRELIMO. Para o efeito, João Pereira Bastos afirmou que contava receber do governo colonial de Moçambique fotografias do Dr. Eduardo Mondlane retratando a sua visita ao país em 1961 e destacando o momento em que esteve “rodeado de brancos e até de autoridades portuguesas”. Contando ainda receber afirmações e discursos que o mesmo teria pronunciado, nessa ocasião em Moçambique, a respeito da libertação da África. O referido cônsul português esperava que a publicação desse material em Dar-es-Salaam seria oportuna em prejuízo da recém-criada FRELIMO, dado que estava a par de informações que obtinha a partir de fontes baseadas em Tanganyika, dando conta que Dr. Eduardo Mondlane, Presidente da FRELIMO, estava a ser “atacado” neste país pelos “saudosistas da MANU e da UDENAMO, indignados com a fusão que prejudica muitos dos seus passos”. Ademais, sabendo que o seu casamento com uma mulher branca, americana, era “objecto de insinuações da sua subalternização aos europeus”.³⁶²

Octávio Neto Valério, cônsul-adjunto português em Salisbúria, reuniu em relatório intitulado “FRENTE DE LIBERTAÇÃO DE MOÇAMBQUIUE”, datado de 23 de julho de 1962, informações noticiadas em Dar-es-Salaam em torno da criação da FRELIMO.³⁶³ As informações que coligiu neste relatório constavam das notícias veiculadas em duas publicações tanganyikanas, o *Ngurumo* (“O Grito” ou “Trovão” em suaíli) e o *Mwafrika* (“O Africano”, também em suaíli).

³⁶¹ ANTT/SCCIM n.º 833: “African Freedom Fighters’ Congress”.

³⁶² Ibid.

³⁶³ Ibid.

Referidos como dois dos primeiros jornais em língua suaíli que atuaram como porta-vozes da TANU durante a luta política pela independência da Tanganyika.³⁶⁴

Na edição do *Ngurumo*, datada de 19 de junho de 1962, constava que os membros da MANU e da UDENAMO viam-se espantados com informações dando conta da união das duas organizações. É citado o relato atribuído a D. Mirramba Kunnumbara, identificado como membro da MANU, provavelmente o Secretário de Informação desta organização, que em face ao referido espanto dos membros das duas organizações teria afirmado nos seguintes termos: “I would like to tell them that MANU and UDENAMO are not united and they will never be.”³⁶⁵

Ao relatar o seu conhecimento dos fatos sobre a criação da FRELIMO, o referido Kunumbara afirmou que “a verdade” foi que no dia 24 de maio de 1962, a menos de um mês da realização da conferência dos “Freedom Fighters”, que iria ter lugar em Accra, Gana, de 4 a 7 de junho deste ano de 1962, Hlomulo Chitofu Guambe, Presidente da UDENAMO, e Mathew Mmole, Presidente da MANU, foram convocados por Oscar Kambona, Ministro dos Assuntos Internos do Tanganyika, e pelo Dr. Peter Koinange, Secretário-Geral do PAFMECSA, para uma reunião cujo objetivo era encontrar a forma possível para a união de ambos partidos numa nova e mais forte organização: “in order to find a possible way to unite both parties and form a new single strong party.”³⁶⁶

No seu relato, Kunnumbara contou que no final da reunião, que teve lugar no edifício do Parlamento da Tanganyika, em Dar-es-Salaam, os presidentes da MANU e da UDENAMO decidiram na presença do Ministro Oscar Kambona e do Secretário-Geral Dr. Koinange que iriam formar uma única organização em curto prazo de tempo, logo que regressassem do Gana, para onde seguiriam a convite do Dr. Kwame Nkrumah, Presidente do Gana, para participarem da conferência dos “Freedom Fighters” em Accra. Chegados ao Gana, os dois líderes foram convocados pelo Presidente Nkrumah que os apelara a encontrarem meios de unirem as suas organizações ou formarem uma frente unida que trabalharia como órgão consultivo, reservada a liberdade de decidirem se manteriam as suas organizações, neste caso MANU e UDENAMO, ou

³⁶⁴ Jornal *Mwafrika* (O Africano, em suaíli) fundado em setembro de 1957 por Kheri Rashidi Baghdelleh e Robert Moses Makange. Jornal *Ngurumo* (O Grito ou O Trovão, em suaíli) fundado em abril de 1959 por Randhir Thaker. MWAKIKAGILE, Godfrey. **Life in Tanganyika in the Fifties**. Dar es Salaam, Tanzania: New Africa Press, 2009, p. 76-78.

³⁶⁵ ANTT/SCCIM n° 833: “African Freedom Fighters’ Congress”.

³⁶⁶ Ibid.

no caso de decisão contrária dissolverem-nas se chegarem à conclusão de que não valeria a pena a manutenção das mesmas. Visto nestes termos, para Kunumbara não se tratava de uma união da UDENAMO e da MANU³⁶⁷.

[...] to find some means of uniting both parties or forming one United Front which would work as a consultant body. While both parties remained as they were and if any of them would prove to be of no use to the people of Mozambique then that party would be dissolved.³⁶⁸

Porém, Kunumbara afirmou que os dois líderes chegaram de fato ao acordo de que a nova organização nacionalista receberia o nome de “Frente de Libertação de Moçambique”, na sigla inglesa “Mozambique Liberation Front”: “The leaders later came to agreement that in future the newly formed party would be known by the name of ‘Frente Libertadora Moçambicana’, and in English as ‘Mozambique Liberation Front’”.³⁶⁹ Enquanto a FRELLIMO não fosse constituída, a UDENAMO e a MANU se serviriam desse acordo oral para os esforços de angariar contribuições e apoios para a libertação nacional de Moçambique. E quando fosse elaborada a constituição da nova organização, então a FRELIMO seria anunciada ao público. Nesse relato, Kunumbara termina aconselhando aos “cidadãos de Moçambique” a não perderem a esperança a respeito da união da UDENAMO e MANU, alertando-os a não acreditarem em mera propaganda. Enfim, que os moçambicanos deveriam aguardar por um anúncio oficial da MANU sobre o processo da referida união.³⁷⁰

Por sua vez, a edição do *Mwafrika*, da mesma data de 19 de junho de 1962, noticia que membros da MANU estavam “muito” surpreendidos e aborrecidos com a referida unificação da UDENAMO e MANU dando origem a uma nova organização que se passava a chamar FRELIMO. A notícia reportava que a própria MANU teria feito, em Dar-es-Salaam, o anúncio da união por intermédio de D. Mirramba Kunnumbara. E que o Secretário de Informação da MANU teria declarado que o Presidente da MANU, Mateus Mole, concordara com a união com a UDENAMO, mas que os dois dirigentes não tinham permissão para dissolver as suas

³⁶⁷ ANTT/SCCIM n° 833: “African Freedom Fighters’ Congress”.

³⁶⁸ Ibid.

³⁶⁹ Ibid.

³⁷⁰ Ibid.

organizações e formarem uma nova organização: “The statement from the publicity secretary of MANU said that the President of MANU agreed to unite with UDENAMO after their conference in Ghana but they were never allowed to dissolve their parties and form one new party.” Tendo o mesmo Kunumbara esclarecido que o acordo estabelecia a formação de um Conselho Superior, através do qual as duas organizações iriam cooperar em benefício mútuo pela libertação nacional de Moçambique.³⁷¹

A transcrição da notícia transmitida pela rádio *BBC*, de 9 de junho de 1962, e remetida a 11 de julho deste ano por Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, governador-geral de Moçambique, ao Ministro de Ultramar em Lisboa, coincide no seu teor com elementos constantes no relato do referido D. Mirramba Kunnumbara, veiculado nos jornais *Ngurumo* e *Mwafrika*, ambos de 19 de junho de 1962. Da transcrição da notícia consta que Mathew M. Mmole, da MANU, e Hlomulo Chitifo Guambe, da UDENAMO, declararam ter decidido pela união das suas organizações numa frente única para lutar pela independência de Moçambique. E que os mesmos deixavam Accra “mais determinados do que nunca” a arremessar Portugal de Moçambique. E que iriam reunir novamente, em breve, em Dar-es-Salaam para formularem uma política comum.³⁷²

Dois dias após a fundação da FRELIMO a 25 de junho de 1962, o jornal *Mwafrika*, datado de 27 de junho de 1962, noticiou a formação desta organização, cuja sede seria instalada em Dar-es-Salaam. Referindo que nesta cidade os “políticos” estavam surpresos ao não verem o nome do Presidente da UDENAMO, Hlomulo Chitifo Guambe, na lista dos dirigentes da FRELIMO e por verem o nome de Mathew Machinji Mmole, Presidente da MANU, a ocupar a posição de tesoureiro. E que o Dr. Eduardo Mondlane, professor em Syracuse, em Nova York, foi eleito Presidente da FRELIMO, tendo o mesmo vindo ao Tanganyika “precisamente” com o propósito desta unificação.³⁷³

Na mesma data de 27 de junho de 1962, o jornal *Ngurumo* também noticiou o anúncio da formação da FRELIMO, feito no comício que teve lugar no dia anterior, 26 de junho, no Arnaoutoglou Hall, em Dar-es-Salaam. O mesmo jornal menciona que o Presidente da FRELIMO, Dr. Eduardo Mondlane, era o “único doutor” que existia em Moçambique. Constando

³⁷¹ ANTT/SCCIM n° 833: “African Freedom Fighters’ Congress”.

³⁷² Ibid.

³⁷³ Ibid.

que após a formação da FRELIMO, a MANU e a UDENAMO deixavam de existir. Consta ainda que no referido comício de 26 de junho, os líderes das duas organizações teriam dito aos seus membros que a união celebrada iria fortificar a unidade dos moçambicanos e que a FRELIMO era a via para a rápida conquista da independência à luz dos ideais do Pan-Africanismo e da neutralidade na Guerra Fria. À MANU e à UDENAMO foi concedido apenas 90 dias para prepararem a transferência dos seus bens e outros itens para a FRELIMO.³⁷⁴

Nas edições dos referidos jornais, datadas de 27 de junho de 1962, constava a seguinte composição da direção da FRELIMO, anunciada ao público e à imprensa no comício de 26 de junho: Dr. Eduardo Mondlane, Presidente, Reverendo Urias T. Simango, Vice-Presidente, David J. Maurice Mabunda, Secretário-Geral, Paulo J. Gumane, Adjunto Secretário-Geral, Matheus Mmole, Tesoureiro, John Mawenda, Adjunto-Tesoureiro, Leo E. Milas, Secretário de Informação, e Ali Mohamed, Adjunto-Secretário de Informação. Na mesma ocasião, foi anunciada a criação da “Scholarship Committee” da FRELIMO, para o qual Malinga Milinga, antigo Secretário Administrativo da MANU, foi nomeado como Secretário Executivo. Tendo os referidos dirigentes eleitos estado presentes no comício em Arnaoutoglou Hall, em Dar-es-Salaam.³⁷⁵ Marcelino dos Santos não é referido nesta lista, mas sabe-se que ele assumiu o cargo de Secretário das Relações Exteriores da FRELIMO.

Ao cargo de Presidente da FRELIMO, concorreram Eduardo Mondlane, Rev. Urias Simango, ambos da lista da UDENAMO, e Baltazar da Costa, da UNAMI, resultando nos seguintes números de votos para cada um: 126, 69 e 9 votos, respectivamente. Ao cargo de Secretário-Geral, concorreram David Mabunda que obteve 119 votos e Paulo Gumane 89 votos. Ao cargo de Tesoureiro, Matheus Mmole obteve 128 votos e John Mawenda 76 votos.³⁷⁶

Sobre Adelino Guambe, os SCCIM registraram a seguinte informação constante na edição do *Ngurumo*, datada de 5 de julho de 1962. Ao responder a pergunta colocada na Assembleia Nacional por Kipilima, da área de Ulanga, se aquele dirigente moçambicano continuava um “persona non grata” do Tanganyika, depois da criação da FRELIMO, Oscar Kambona, Ministro dos Assuntos Internos do Tanganyika, teria dito que o mesmo já não figurava na lista de “persona

³⁷⁴ ANTT/SCCIM n° 833: “African Freedom Fighters’ Congress”.

³⁷⁵ Ibid.

³⁷⁶ Ibid.

non grata” e que gozava de direito de permanecer no Tanganyika. É ainda citado o Ministro Kambona a dizer que antes do processo que conduziu à formação da FRELIMO, o governo do Tanganyika havia concedido ao Adelino Guambe a permissão de entrada no território deste país para efeitos de se apresentar junto do Comité das Nações Unidas sobre os Territórios Colonizados por Portugal, na qual Guambe se apresentara na qualidade de Presidente da UDENAMO.³⁷⁷

Desconfortado com a criação da FRELIMO, Octávio Neto Valério afirmou que o Ministro dos Assuntos Internos do Tanganyika, Oscar Kambona, e o Secretário-Geral do PAFMECSA, Dr. Koinange, “impuseram” aos dirigentes da MANU e da UDENAMO a unificação, tendo a decisão sobre a unificação sido anunciada a 23 de maio por Adelino Guambe. Constando que teria sido “realmente” em Gana que “pela primeira vez” apareceu na imprensa a designação “Mozambique Liberation Front – FRELIMO”.³⁷⁸

Octávio Neto Valério refere no seu relatório que a “ideia acordada em Accra ter-se-ia limitado a considerar a FRELIMO como um simples órgão coordenador da disciplina de acção dos dois partidos.”³⁷⁹ E que estando em Dar-es-Salaam, regressado da conferência em Accra, Adelino Guambe teria deparado com “outras intenções” reveladas pelo governo do Tanganyika contra as quais se revoltou e procedeu ao afastamento da UDENAMO de “qualquer cargo na FRELIMO.”³⁸⁰

Eleito ao cargo de Presidente da FRELIMO, em seu discurso inaugural pronunciado no comício do anúncio da criação da FRELIMO, Dr. Eduardo Mondlane declarou:

- The purpose of the new political party is to rally the nationalist forces of Mozambique towards independence in the shortest period possible.
- The Front will adhere to the spirit of Pan-Africanism and neutrality in the cold war.
- The Front will provide a medium through which the people of Mozambique could promote their political, economic, educational and social development. It will enlighten world opinion on the condition in Mozambique and bring to the notice of the entire civilized world the true nature of the Portuguese oppression in Mozambique.

³⁷⁷ ANTT/SCCIM n° 833: “**African Freedom Fighters’ Congress**”.

³⁷⁸ Ibid.

³⁷⁹ Ibid.

³⁸⁰ Ibid.

- The Front has no special predilection for or antagonism to any country or group of countries but I know we have the sympathy of all African countries.³⁸¹

Ao se referir sobre a estadia de Eduardo Mondlane em Tanganyika, antes da fundação da FRELIMO, Octávio Neto Valério faz constar em seu relatório que a sua presença tinha sido assinalada em Dar-es-Salaam em maio de 1962, não sabendo dizer se tinha aí estado na qualidade de peticionário do Comitê dos Sete das Nações Unidas ou do Comitê dos 17. Sobre os rumores em torno da presença de norte-americanos nesta altura em Tanganyika, o mesmo cônsul-adjunto português considerou que os mesmos podem ter tido origem nas declarações que Mondlane teria feito aos membros da UDENAMO, sobre as quais consta ter entregue uma quantia em dinheiro, prometido a aquisição de seis camiões militares e solicitado nomes de 34 membros desta organização para se candidatarem às bolsas de estudos nos EUA. E que teria ainda anunciado ter acordado com o Presidente Julius Nyerere e seu Primeiro-Ministro, Rashid Kawawa, que iria contratar um instrutor de táticas de guerrilha que viria da Tunísia para treinar o pessoal da UDENAMO.³⁸²

O mesmo Octávio Neto Valério reportou que Eduardo Mondlane, Presidente da FRELIMO, regressou a 26 de junho de 1962 aos Estados Unidos da América (EUA), onde iria finalizar “os seus assuntos particulares” e que regressaria em breve para a Tanganyika acompanhado da sua esposa. Tendo prometido que iria a Nova York estabelecer conversações com o Secretário-Geral da ONU para expor os fins políticos da FRELIMO. Constando ainda que Dr. Mondlane teria declarado que já tinha assegurado o auxílio norte-americano e que em breve “muitos” moçambicanos seguiriam para este país, onde receberiam treino necessário para a administração do futuro Moçambique independente.³⁸³

Em nota do Consulado de Portugal em Nairobi, de 23 de outubro de 1962, o cônsul Luís José Nunes informou que o Presidente da FRELIMO regressou à Dar-es-Salaam no dia 20 de setembro deste ano, vindo dos EUA. Nesta nota, consta que no comício que dirigiu em Arnautoglou Hall, em Dar es Salaam, no dia 23 de setembro, Eduardo Mondlane afirmou que regressava de licença nos EUA para os fins da luta pela independência de Moçambique. Tendo

³⁸¹ ANTT/SCCIM n.º 833: “African Freedom Fighters’ Congress”.

³⁸² Ibid.

³⁸³ Ibid.

nessa ocasião, agradecido a PAFMECSA por tê-lo “encarregado de chefiar nessa luta os moçambicanos.”³⁸⁴ Pouco depois, teve lugar o I Congresso da FRELIMO, no qual a organização declarou a sua unidade com a luta nacionalista defendida pela CONCP,³⁸⁵ à qual pediu adesão, fazendo o mesmo à PAFMECSA e declarou a neutralidade em relação aos blocos militares da Guerra Fria.³⁸⁶

No Boletim de Difusão de Informação dos SCCIM, datado de 21 de novembro de 1962, Afonso I. Ferraz de Freitas, mencionou a resolução em que a FRELIMO declara a necessidade de desencadear a luta armada em Moçambique e a participação no referido congresso de representantes do Gana, da Guiné, Marrocos, Tunísia, RAU, que prometeram auxílio militar em equipamento, formação e treino à organização nacionalista moçambicana.³⁸⁷

Tal como nos referimos em relação ao processo da fundação da FRELIMO, o governo tanzaniano e a PAFMECSA desempenharam um papel decisivo ao assegurarem a integridade da FRELIMO nos anos subsequentes. A 17 de janeiro de 1963, o referido boletim dos SCCIM reportou que o governo da Tanganyika, em carta a Eduardo Mondlane, Presidente da FRELIMO, lhe perguntou se “sempre regressava ou não ao Tanganica”, dado que se encontrava por “tanto tempo ausente” da direção da FRELIMO. A par desta atenção do governo do Tanganyika em relação à direção da FRELIMO, a PAFMECSA é referida como tendo articulado por intermédio do governo do Tanganyika a expulsão “[d]aqueles que não se unissem a FRELIMO”. É provável que a preocupação do governo do Presidente Nyerere estivesse associada com o que o referido boletim descreveu como a “existência de um forte desentendimento, e mesmo cisão, no seio da FRELIMO”, provocados pela “crise de suspeitas” no seio desta organização. Consta que Leo Milas teria sido atacado e quase espancado por membros da FRELIMO, tendo havido intervenção da polícia tanzaniana que efetuou dezenas de prisões. Pesava contra Leo Milas a suspeita de ser um “agente português”.³⁸⁸

³⁸⁴ ANTT/SCCIM n° 1189: “CONCP”.

³⁸⁵ Declaração Geral ao I Congresso da FRELIMO. In: FRELIMO. **Documentos Base da FRELIMO 1**. Maputo: Tempográfica, [S/D], p. 15.

³⁸⁶ Ibid; p. 19, 22 e 34.

³⁸⁷ ANTT/SCCIM n° 1041: Boletim de Difusão de Informações, com a data de 21 de Novembro de 1962, com informações referentes ao I Congresso da FRELIMO.

³⁸⁸ ANTT/SCCIM n° 1041: Informação datada de 17 de Janeiro de 1963 referente à FRELIMO no Tanganica.

No mesmo boletim, Afonso I. Ferraz de Freitas reportou que Baltazar da Costa Changonga (que em representação da UNAMI, foi um dos candidatos à presidência da FRELIMO) mantinha contactos com o Dr. Banda, do Malawi, que lhe teria alertado para não confiar nos “goeses”, porque “estes informam o Governo Português.” Constando ainda que Baltazar da Costa Changonga teria afirmado que o Dr. Banda questionou o fato da FRELIMO se opor aos portugueses porque “estes estariam a fazer muito”. Baltazar da Costa teria escrito numa carta que encontrou sossego na Niassalândia, distante do que se passava em Dar-es-Salaam, onde se localizava a sede da FRELIMO. Para Afonso I. Ferraz de Freitas, essas afirmações de Hastings Banda, do Malawi Congress Party (MCP), indicava que o mesmo teria ficado “bem impressionado” com a visita que fizera à Lisboa.³⁸⁹

Essas informações referentes ao Dr. Banda anunciam o papel estratégico que o governo do Malawi desempenhará em relação à FRELIMO e à luta armada em Moçambique, ao atuar de forma contrária da que a Tanzânia assegurou à FRELIMO. Pouco depois do I Congresso desta organização, o mesmo Afonso I.-Ferraz de Freitas reportou no Boletim de Difusão de Informações, de 24 de outubro de 1962, a informação do jornal *Jeune Afrique*, segundo a qual Dr. Banda teria negociado em Lisboa com o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Franco Nogueira, e com o Ministro do Ultramar, Adriano Moreira, compromissos para que Portugal não encerrasse a ligação por caminho-de-ferro da Beira entre o Malawi e Moçambique, visto como a “única abertura para o mar” de que o Malawi teria após a sua independência nacional. Em contrapartida, o governo de Lisboa teria recebido a garantia do Dr. Banda que o seu governo impediria os intentos nacionalistas que eventualmente nesse país se constituíssem contra o governo português em Moçambique.³⁹⁰

Quando a FRELIMO realiza seu I Congresso em Dar es Salaam, em setembro de 1962, ainda havia no seio da sua direção a esperança de que o Estado português aceitaria a resolução da CONCP, adoptada pela FRELIMO, com a qual se manifestou abertura para negociações com o governo português visando a independência das colónias, evitando-se o desencadeamento da luta armada em Moçambique. Em resolução sobre Moçambique, adoptada na sua conferência constitutiva de Casablanca, em abril de 1961, a CONCP tinha apelado a ONU para que

³⁸⁹ ANTT/SCCIM n° 1041: Informação datada de 17 de Janeiro de 1963 referente à FRELIMO no Tanganhica.

³⁹⁰ ANTT/SCCIM n° 1041: Registro do Boletim de Difusão de Informações, datado de 24 de Outubro de 1962, com informação referente à uma negociação entre Dr. Banda e o governo de Lisboa.

condenasse e tomasse “medidas concretas” contra Portugal, à luz da resolução da ONU de 14 de dezembro de 1960:³⁹¹ “a fim de evitar que Moçambique se transforme num foco de guerra”. Em declaração geral do I Congresso, a FRELIMO responsabilizou o governo português pela eventual eclosão da luta armada em Moçambique, justificando-a como o único “método” encontrado contra a “atitude anacrônica, contrária à história e ao senso comum” de Portugal.³⁹² Tal como fê-lo a CONCP em abril de 1961, a FRELIMO colocar-se-á aberta para negociar com o Estado português o “reconhecimento solene” da independência de Moçambique:

Exige que o Governo português reconheça solene e firmemente o direito do povo de Moçambique à auto-determinação e independência nacional, condição essencial para o estabelecimento de negociações entre o Governo Português e as forças nacionalistas de Moçambique a fim de definir o meio ou acesso à independência de Moçambique.³⁹³

Vale mencionar que em resolução sobre a oposição portuguesa, a CONCP afirmou em Casablanca, em abril de 1961, a sua disponibilidade para negociar a independência das colónias portuguesas da África e da Ásia, declarando-se aberta ao “diálogo construtivo” e à “cooperação” com “representantes autênticos do movimento democrático português”.

[A CONCP] DECLARA que as organizações participantes na Conferência estão prontas a encetar um diálogo construtivo e dispostas a uma cooperação eficaz com os representantes autênticos do movimento democrático português na base do reconhecimento solene do direito dos povos das colónias portuguesas à auto-determinação e à independência nacional.³⁹⁴

Extratos de notícias captadas por autoridades portuguesas referem o general Humberto Delgado e o capitão Henrique Galvão como figuras dessa oposição portuguesa. Um extrato feito na base da notícia da Rádio Brazzaville, datada de 29 de novembro de 1961, registra que o general Humberto Delgado teria declarado no seu exílio em Marrocos que “era inevitável um

³⁹¹ Referente a resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral ONU, de 14 de dezembro de 1960, sobre a autodeterminação dos povos colonizados.

³⁹² ANTT/SCCIM n° 1189: “CONCP”.

³⁹³ Ibid.

³⁹⁴ Ibid.

diálogo entre o seu movimento e as organizações nacionalistas das colónias portuguesas”, a favor do princípio da autodeterminação.³⁹⁵

Quando a FRELIMO realizou seu II Congresso no norte do Niassa, de 20 a 25 de julho de 1968, já não faziam parte da sua direção vários dirigentes eleitos a 25 de junho de 1962, nomeadamente David Mabunda, que nesta data fora eleito Secretário-Geral, Paulo Gumane eleito Adjunto Secretário-Geral e João Munguambe, todos eles provenientes da UDENAMO; Mateus Mole, eleito Tesoureiro, e Milinga Malinga provenientes da MANU; Leo Milas eleito Secretário de Informação. Em discurso ao II Congresso, o Comité Central da FRELIMO justificou a decisão da expulsão dos referidos dirigentes porque os mesmos desenvolveram ações facciosas, manifestaram falta de experiência no desempenho do cargo de que foram eleitos e por não se terem ajustado à linha “intelectual” e “política” que deveria caracterizar a direção e os militantes da FRELIMO.³⁹⁶

Descontando o anúncio feito por Adelino Guambe em conferência de imprensa em Dar es Salaam, a 14 de abril de 1961, de que a UDENAMO já havia reunido 15 mil soldados prontos para iniciar a luta armada em Moçambique,³⁹⁷ a ideia da luta em Moçambique foi inicialmente uma matéria mobilizada pelo movimento revolucionário africano, com destaque para o Grupo de Casablanca.

Afonso Ivens-Ferraz de Freitas chefe dos SCCIM a 7 de agosto de 1962 informou aos governadores dos distritos do Niassa, Cabo Delgado, Zambézia, Tete, Moçambique, Lourenço Marques, Gaza e Inhambane e aos comandos militar, naval e aéreo, a PIDE, a Polícia (provavelmente a Polícia de Segurança Pública), ao inspetor-chefe da Psicossocial, ao Corpo de Voluntários e a Guarda Fiscal que o Presidente do Gana, Kwame Nkrumah, tinha afirmado no discurso que proferiu na sessão plenária de abertura da conferência dos “Freedom Fighters”, realizada em Accra de 4 a 7 de junho de 1962, que esta conferência iria examinar as forças que o movimento africano poderia dispor, determinar a situação atual, avaliar as forças do inimigo, designadamente os governos coloniais de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Rodésia e África

³⁹⁵ ANTT/SCCIM n° 1189: “CONCP”.

³⁹⁶ Discurso oficial do Comité Central ao II Congresso. In: FRELIMO. **Documentos Base da FRELIMO 1**. Maputo: Tempográfica, [S/D], p. 55-57. Esse documento terá sido produzido depois de 1975.

³⁹⁷ NDELANA, L. T. **Da UDENAMO à FRELIMO e à diplomacia moçambicana** ... op.cit., p. 43.

do Sul, e planejar a estratégia e tática de guerra para a conquista das independências nestes territórios africanos.³⁹⁸

A 31 de agosto de 1962, Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, governador-geral de Moçambique, reportou ao Ministro de Ultramar, em Lisboa, a informação, segundo a qual o Presidente Nkrumah teria na referida conferência dos “Freedom Fighters” reunido em sessões privadas com os delegados moçambicanos da MANU e UDENAMO e com os delegados da UPA e do MPLA de Angola, no seu esforço de unir as organizações nacionalistas dos países sob o jugo colonial português.³⁹⁹ Antes, porém, na data de 23 de julho de 1962, o mesmo Manuel Maria Sarmiento Rodrigues já tinha informado ao Ministro do Ultramar que a MANU esteve representada na conferência por Mateus Mole, L.M. Malinga, Hassara Madaia Nyoka, natural do posto administrativo de Muidumbe, e Madalena Jacob Punda, natural do posto administrativo de Nangade, circunscrição de Palma, do Distrito de Cabo Delgado.⁴⁰⁰

Em seu discurso à esta conferência, Presidente Nkrumah reiterou as teses da luta armada e da unidade continental africana para a rápida conquista das independências nos territórios ainda sob o jugo colonial. O discurso adensou as suspeitas das autoridades coloniais em Moçambique que viam o pronunciamento do Presidente Nkrumah como sendo parte do seu propósito de formar um bloco pan-africano de Estados que militaria para a luta armada em África. As suspeitas decorriam ainda do fato de que o Presidente Nkrumah teria dado maior atenção às sessões privadas e secretas com os delegados das organizações nacionalistas representadas, constando que teria havido apenas uma sessão plenária sem um comunicado final.⁴⁰¹

A 12 de setembro de 1962, Ivens-Ferraz de Freitas reportou, com a reserva de confirmação ulterior, à PIDE, aos governadores distritais de Moçambique e ao chefe do Estado-Maior do comando militar, naval e aéreo, a informação, segundo a qual representantes da CONCP teriam numa reunião secreta realizada a 27 de maio deste ano em Kayes, Mali, estabelecido que depois de iniciada a luta armada nos territórios colonizados por Portugal em África se evitasse que ela caísse na estagnação à semelhança do que acontecera com a ação organizada por Holden Roberto, da UPA, em março de 1961. Para que o mesmo não acontecesse

³⁹⁸ ANTT/SCCIM n° 833: “African Freedom Fighters’ Congress”.

³⁹⁹ Ibid.

⁴⁰⁰ Ibid.

⁴⁰¹ Ibid.

teriam concordado em formar um substancial quadro de oficiais, criar um enquadramento das forças em cada um dos territórios mediante treino adequado e “boa disciplina”, aquisição de material de guerra moderno em quantidades suficientes e a sua concentração nos pontos estratégicos e conseguir dos governos africanos dos países vizinhos uma real cooperação que tornasse viável a concretização destes dois últimos objectivos.⁴⁰²

O discurso revolucionário que a FRELIMO e suas congéneres da CONCP adoptaram, o mesmo se diga em relação à Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), não foi uma opção de escolha, senão a via disponível que a intransigência política de Portugal lhes reservou ao recusar a abertura às negociações conducentes à descolonização das colónias de Moçambique, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe.

Não obstante a OUA, na data da sua constituição em maio de 1963, integrar a luta armada como uma das vias políticas para se pôr fim ao colonialismo em África, sobretudo onde ele ainda existia, designadamente nas colónias portuguesas, na África do Sul, Zimbábue, Namíbia, Comores, Seychelles e Somália Francesa, a ideologia revolucionária era objeto de suspeitas por parte de alguns Estados africanos membros desta organização africana que viam-na como uma forma de intervenção comunista no processo da descolonização da África.

⁴⁰² ANTT/SCCIM n.º 1189: “CONCP”.

CAPÍTULO 3

A FRELIMO E A GEOPOLÍTICA DA ÁFRICA AUSTRAL

3.1. Unidade e Divisão na Descolonização da África

A luta armada como a via para a descolonização e conquista da independência nacional foi adotada pelo movimento revolucionário africano e pela OUA. Com a sua integração política na CONCP, no Grupo de Casablanca e no PAFMECSA, a FRELIMO adoptou o discurso da luta armada para a conquista da independência nacional de Moçambique. Porém, a luta armada em Moçambique e, particularmente, em Niassa, onde se destacou a participação das populações e autoridades Yao, refletiu as contradições políticas entre dois principais discursos da descolonização africana – o pan-africanismo e o neocolonialismo.

No distrito do Niassa, a luta armada foi afetada pelas contradições geopolítica da África Austral em relação a descolonização de Moçambique, destacando-se o papel que a Tanzânia e o Malawi desempenharam. A Tanzânia, que abrigou a sede da FRELIMO e todas as direções dos departamentos da organização, inclusive da defesa e segurança e os centros de formação político-militar, demonstrou-se determinada ao apoiar a FRELIMO em todo o período da luta armada. Ao contrário do Malawi, cuja localização geográfica no *hinterland* da África Austral e as suas ambiguidades políticas em apoiar a luta armada da FRELIMO levaram certos setores revolucionários africanos a considerar seu governo como aliado ao discurso neocolonial e associado aos regimes português, rodesiano e sul-africano. Neste distrito, o desencadeamento inicial da luta armada e o prolongamento da guerra por cerca de dez anos estiveram associados à forma como as autoridades africanas Yao, Nianja, Macua e Angoni foram influenciadas por esses dois discursos, revolucionário e neocolonial.

A carta constituinte da OUA estabelecida em Adis Abeba, Etiópia, a 25 de maio de 1963, consagrou o fundamento da integridade, independência e soberania africana dos territórios ex-coloniais; representando este fundamento a base política e ideológica da unidade africana. Outro aspecto importante consagrado nessa carta constituinte para servir de base da unidade entre os Estados africanos foi o princípio da não-ingerência. Porém, este aspecto consubstanciou o pomo da discórdia entre os governos dos Estados africanos, dividindo, inicialmente, a África em três grupos, mas que de imediato se agregaram em dois grupos principais correspondentes às

contradições entre os discursos revolucionário e neocolonial: o Grupo de Casablanca e o Grupo Interafricano e Malgache formado, na sua maioria, por governos das ex-colônias francesas.

Apesar das críticas feitas sobre os governos dos países integrantes do Grupo de Casablanca, principalmente para o Presidente Kwame Nkrumah, do Gana, provocadas pelas resoluções relativas à questão de fronteiras, à luta armada pela independência nacional e ao projeto da Comunidade Africana, adoptadas em conferências de Accra de dezembro de 1958 e de junho de 1962, coube a esses governos a importância de terem encabeçado o movimento africano revolucionário e coordenado a luta armada pela conquista da independência em Moçambique e em outros territórios da África. Depois da luta armada da Argélia, a África Austral foi o principal e o mais prolongado foco da luta armada de independência nacional, com excepção da Guiné-Bissau e dos casos das colônias francesas da África oriental.

De 5 a 12 de dezembro de 1958, o Presidente Nkrumah hospedou em Accra a conferência de “Todos os Povos Africanos”, na qual foram adoptadas duas importantes resoluções: a resolução sobre “fronteira, limites e federações”, que condenava a artificialidade das fronteiras coloniais da África e declarou a necessidade de sua abolição e redefinição urgente; e a resolução sobre a criação da Comunidade dos Estados Livres de Africa ou Comunidade Africana.⁴⁰³

Em sequência, teve lugar em Casablanca, Marrocos, em janeiro de 1961, a conferência que criou o Grupo de Casablanca integrando o Gana, a Guiné, Mali, RAU, Líbia, Argélia e o Marrocos. O grupo declarou ser sua finalidade, estudar e estabelecer medidas políticas comuns para a conquista de independência dos territórios africanos ainda sob domínio colonial, tendo em vista as colônias portuguesas e a defesa dos seus governos diante da ameaça representada pela descolonização “neocolonial” à que associavam a formação do Grupo de Brazzaville constituído por ex-colônias francesas da África, com excepção da Argélia, Guiné, Mali, Líbia, Marrocos e as Ilhas Seychelles.⁴⁰⁴

Antes, porém, em dezembro de 1960, em Brazzaville, capital da República Popular do Congo (Congo Brazzaville), em forma de resposta à conferência de Accra de dezembro de 1958, foi formado o Grupo de Brazzaville, também designado União Afro-Malgache (UAM), pelos governos das ex-colônias francesas do Congo (Brazzaville), Camarões, República Centro-

⁴⁰³ ANTT/SCCIM n° 761: “Conferência de Todos os Povos Africanos”.

⁴⁰⁴ ANTT/SCCIM n° 783: “Conferência de Casablanca”.

Africana, Chade, Daomé (Benin), Gabão, Costa do Marfim, Níger, Senegal, Alto Volta (Burkina Faso), Mauritânia e República Malgache (Madagáscar). Estes governos concordavam em salvaguardar suas estreitas ligações econômicas com a França. Em maio de 1961, os mesmos participaram da conferência de Monróvia, na Libéria, juntando-se ao mesmo, à Nigéria, à Serra Leoa e ao Togo, dando assim origem ao chamado Grupo de Monróvia. Todos eles decidiram, em dezembro de 1962, em reunião de Lagos, na Nigéria, criar a União Interafricana e Malgache, cuja carta constitutiva preconizou a não interferência nos assuntos internos dos Estados membros, o respeito pela soberania nacional, defesa da cooperação mútua e condenou o apoio e o abrigo de bases políticas e militares de grupos de oposição nos países membros, de onde aqueles poderiam irradiar ações subversivas políticas ou militares contra os governos dos Estados membros.⁴⁰⁵

Consta que Julius Nyerere, Presidente do Tanganyika e um dos fundadores da PAFMECSA, reiterou em deliberações da conferência Pan-Africana das Mulheres, realizada em Dar-es-Salaam, entre julho e agosto de 1962, a união dos Estados africanos numa única organização africana, afirmando que o seu país integraria a esta organização que unisse todos os grupos existentes no continente. A PAFMECSA integrava os governos do Tanganyika, Quênia, Etiópia, Uganda e os movimentos nacionalistas da Zâmbia, Niassalândia, sendo que a UDENAMO inicialmente representou Moçambique.⁴⁰⁶

A divisão entre o Grupo de Casablanca e o Grupo Interafricano e Malgache centrava-se na questão da ingerência, o problema das interferências políticas inter-governamentais desencadeado em resultado de suspeitas que existiam entre si em relação às influências ideológicas predominantes em torno da descolonização da África e às ameaças que elas representavam para os governos dos Estados independentes. A divisão refletia o desdobramento em África da confrontação geoestratégica e da bipolarização político-ideológica entre os blocos capitalista e socialista.

Os países do Grupo de Casablanca mantinham a suspeita da ameaça neocolonial que viam como sendo uma nova modalidade política do imperialismo ocidental preservar o predomínio ideológico e económico do continente africano, tendo em vista a situação da França na política económica das suas ex-colónias do Grupo de Brazzaville. Contra esta situação, a Argélia, a

⁴⁰⁵ ANTT/SCCIM n° 783: “**Conferência de Casablanca**”.

⁴⁰⁶ Ibid.

Guiné, Mali, Marrocos e a Líbia, ex-colônias francesas, se opuseram ao que consideravam o neocolonialismo francês, temendo que a orientação das outras ex-colônias francesas representava uma ameaça interna no continente e aos seus governos independentes.⁴⁰⁷

Por seu turno, aos governos do Grupo de Casablanca também não estavam imunes que sobre si fossem colocadas suspeitas de interferência ideológica comunista e acusados de serem permissivos à sua infiltração em África. A descolonização revolucionária, com recurso à luta armada apoiada pelos países do bloco socialista e defendida pelos países do Grupo de Casablanca, foi vista pelos governos dos países da União Interafricana e Malgache como uma ameaça contra a sua orientação económica capitalista e contra a sua governação.⁴⁰⁸

Em véspera da realização da conferência africana marcada para constituir a OUA em Adis-Abeba, Etiópia, a 25 de maio de 1963, o Presidente Nkrumah enviou aos estadistas africanos uma carta com a data de 1 janeiro de 1963, na qual apresentou o projeto da Comunidade Africana. Na carta, a preocupação do Presidente Nkrumah em relação a questão das fronteiras herdadas do colonialismo parece ter sido superada, ao afirmar que a existência dos grupos de Estados independentes africanos refletia “as divergências superficiais”⁴⁰⁹ que deveriam ser compreendidas como decorrentes do “momento grave e crítico da história” da descolonização do continente africano. Entendendo, deste modo, que essas divergências poderiam ser superadas com a criação de uma organização da unidade política continental fundada sobre a integridade das fronteiras coloniais e da soberania nacional.

[...] estou convencido de que nós, os chefes e povo de África temos o dever de, neste momento grave e crítico da história do nosso continente, adoptar medidas concretas que nos unam a todos - Estados e Territórios do nosso Continente, - sem que necessariamente, esta união implique em alterações das fronteiras territoriais dos Estados africanos independentes ou da sua soberania nacional.⁴¹⁰

Tendo em vista a cimeira dos chefes de Estado e de Governo africanos marcada para ter lugar de 23 a 25 de maio de 1963 em Adis Abeba, o Presidente Nkrumah serviu-se,

⁴⁰⁷ ANTT/SCCIM n° 761: “Conferência de Todos os Povos Africanos”.

⁴⁰⁸ Ibid.

⁴⁰⁹ ANTT/SCCIM n° 783: “Conferência de Casablanca”.

⁴¹⁰ Ibid.

oportunamente, desta carta para propor os mecanismos que, no seu entender, deveriam cuidar de pôr em prática o fundamento da integridade territorial, independência e soberania nacional e lidar com as dificuldades econômicas e políticas emergentes nos Estados africanos independentes. Menciona que enviava a referida carta poucos meses antes da realização da primeira cimeira dos chefes de Estados e de Governo africanos na esperança de que a sua proposta fosse considerada como “base de discussões” na reunião dos Ministros dos Negócios Estrangeiros africanos que antecederia a cimeira.⁴¹¹

O mesmo associava os problemas políticos dos Estados africanos às ingerências neocoloniais, contra as quais cabia aos africanos constituírem uma comunidade continental africana. Presidente Nkrumah propôs a formação de um governo de União dos Estados Africanos regido por uma composição em duas câmaras. Uma câmara alta composta por dois representantes de cada Estado independente e uma câmara baixa composta por representantes dos mesmos Estados, respeitando a proporção populacional dos países. Para efeitos de acessibilidade na deslocação regular dos referidos representantes, o governo africano teria a sede na República Centro-Africana, a partir de onde estariam representados os Estados africanos independentes na política externa do continente, sob a forma de uma diplomacia africana comum, na economia africana sob a forma de um planeamento e desenvolvimento africano comum. Prevendo a criação de um mercado, moeda e banco únicos africanos, sendo que na defesa dos Estados africanos deveria-se constituir uma defesa militar comum, sob a forma de um comando único de defesa do continente.⁴¹²

A ideia da criação de um Alto Comando Africano vinha contida nas deliberações da conferência constituinte do Grupo de Casablanca, de janeiro de 1961, tendo sido retomada na segunda conferência do grupo realizada em Cairo, em junho de 1962, da qual participaram os Presidentes da RAU, Marrocos, Mali, Guiné e do Governo Provisório da Argélia e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Gana. Na conferência de Cairo foi estabelecido que Accra sedearia o Alto Comando Africano, tendo sido indicado o Tenente-General Muhammad Fawzy, da RAU, para o cargo de comandante em chefe, coadjuvado pelo Coronel Fathi Khudayr, também da RAU. A capital guineense, Conacri, sedearia o Banco Africano de Desenvolvimento Económico,

⁴¹¹ ANTT/SCCIM n° 783: “**Conferência de Casablanca**”.

⁴¹² Ibid.

Bamako, capital do Mali, sedearia o Conselho da Unidade Económica e Tânger, em Marrocos, sedearia o Instituto Cultural.⁴¹³

Nesta conferência de Cairo, o Grupo de Casablanca reiterou o discurso da frente unida na luta armada nacionalista nos territórios colonizados, entendendo que a união de todas as forças nacionalistas existentes nestes países garantiria o sucesso da luta e conquista rápida da independência nacional.

To ensure the speedy and complete success of the national liberation movements everywhere in Africa, the Heads of State address a sincere appeal to all political parties to be united front embracing all national forces in the countries waging a sacred struggle against all forms of imperialist forces.⁴¹⁴

Entretanto, a constituição da OUA não aplacou as tensões políticas prevalecentes no continente, em torno da questão da ingerência; ao ponto de se agravar e de ter ensombrado a realização da segunda cimeira da OUA, dos chefes de Estado e de Governos africanos, realizada em Accra, de 21 a 25 de outubro de 1965. Presidente Nkrumah hospedou esta cimeira, mas foi alvo de denúncias feitas pelos seus congêneres Houphouët Boigny, da Costa do Marfim, Diori Hamani, do Níger, e Maurice Yameogo, do Alto Volta (Burkina Faso), que acusaram-no de violar o princípio continental da não-ingerência, ao abrigar no Gana os opositores políticos dos seus governos.⁴¹⁵

Com vista a desanuviar as tensões e as acusações que, antecipadamente, puseram em causa a realização e o sucesso da cimeira em sua capital, o que, consequentemente, punha em risco sua expectativa de ver aprovado o projeto do governo executivo continental, Presidente Nkrumah reuniu-se com os referidos homólogos sob a mediação do Presidente Modibo Keita, do Mali. Ao Presidente Nkrumah foi exigido que cumprisse a sua obrigação de Estado membro da OUA de expulsar, antes da realização da cimeira em Accra, os opositores políticos dos seus países que a partir do território ganês estariam a levar a cabo atividades subversivas contra os

⁴¹³ ANTT/SCCIM n° 783: “Conferência de Casablanca”.

⁴¹⁴ Ibid.

⁴¹⁵ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640. pt.1: “CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL DA OUA, ACCRA, 21 a 26 de Outubro de 1965.”

mesmos. Contudo, Costa de Marfim, Níger, Alto Volta (Burkina Faso) e Togo não participaram da cimeira em Accra, justificando-se “não só por razões de segurança como de dignidade.” Consequentemente, não foi aprovado o projeto da criação do governo executivo continental.⁴¹⁶

Associada à elite fundadora da CONCP, cuja sede se localizava em Rabat, Marrocos, e aos restantes governos do Grupo de Casablanca, a fundação da FRELIMO em Dar es Salaam traduziu a sua posição revolucionária em relação à problemática da ingerência na África Austral; representada, nesta região, pela geopolítica dos regimes de minoria branca. Ideologicamente contrários à independência dos territórios sob seu domínio colonial, os regimes português, rodesiano e sul-africano constituíam uma ameaça concreta à independência e soberania dos governos e Estados independentes da Tanzânia, Zâmbia, Malawi, Botswana, Suazilândia e Lesotho. Em face desta situação, a Tanzânia, único dentre estes países localizado junto a costa da África Austral, se constituiu no eixo da geopolítica revolucionária africana, onde a FRELIMO e outras organizações da região instalaram suas sedes.

Realizada em Dar es Salaam, de 3 a 8 de outubro de 1965, quando passava quase um ano do início da luta armada dirigida pela FRELIMO em Moçambique, a segunda conferência da CONCP reiterou o papel geoestratégico do território tanzaniano para a luta nacionalista das colónias portuguesas. Por ocasião da conferência, o gabinete dos negócios políticos do Ministério do Ultramar remeteu ao governador-geral de Moçambique, a 2 de fevereiro de 1966, uma síntese de informação sobre a fundação da CONCP e sobre essa reunião de Dar es Salaam. Dessa síntese constou que nessa conferência de Dar es Salaam a CONCP declarou a integração dos movimentos de libertação das colónias portuguesas, designadamente a FRELIMO, o MPLA, de Angola, o PAIGC, da Guiné-Bissau e Cabo Verde, e o Comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSTP), de São Tomé e Príncipe, na “luta geral” da África, Ásia e América Latina contra o colonialismo, imperialismo e neocolonialismo. Tendo a CONCP, também, declarado sua simpatia, solidariedade e a aliança com as forças socialistas e progressistas do mundo.⁴¹⁷

Enfim, o que se verificou foi que até a data as conquistas militares no terreno da guerra em Moçambique, consubstanciadas no surgimento das zonas libertadas nos distritos do Niassa e

⁴¹⁶ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640. pt.1: “**CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL DA OUA, ACCRA, 21 a 26 de Outubro de 1965.**”

⁴¹⁷ ANTT/SCCIM nº 1189: “**CONCP**”.

Cabo Delgado, no norte de Moçambique, não concretizaram o ideal da rápida conquista da independência nacional; desdobrando-se, por conseguinte, no prolongamento da luta armada no país. Este desdobramento indiciava o idealismo do movimento revolucionário que apregoava a luta armada como a via rápida para a conquista das independências africanas.

Nesse contexto do prolongamento da luta armada em países da África Austral e na Guiné-Bissau, a cimeira dos chefes de Estado e de Governo africanos que se realizou em Adis Abeba, de 6 a 10 de setembro de 1969,⁴¹⁸ endossou o Manifesto de Lusaka, a estratégia não-revolucionária para a descolonização da região; e sobretudo para desanuviar as tensões político-militares que afetavam os países como a Zâmbia e o Malawi. Formulado no âmbito da conferência regional dos chefes de Estado e de Governo da África Oriental e Central, de 14 a 16 de abril de 1969, em Lusaka, capital da Zâmbia, o Manifesto de Lusaka apresentou a iniciativa da não-violência militar, apelando aos regimes português, rodesiano e sul-africano a enveredarem em negociações com os movimentos nacionalistas para o alcance das independências nacionais na região. Reiterando-as como inalienáveis, devendo consagrar o sufrágio universal e o não-racialismo como bases constitucionais dos futuros Estados nacionais da região.

Our stand towards Southern Africa thus involves a rejection of racialism, not a reversal of the existing racial discrimination. We believe that all the peoples who have made their homes in the countries of Southern Africa are Africans, regardless of the colour of their skins; and we would oppose a racist majority government, which adopted a philosophy of deliberate and permanent discrimination between its citizens on grounds of racial origins. We are not talking racialism when we reject the colonialism and apartheid policies now operating in those areas; we are demanding an opportunity for all the people of these States, working together as equal individual citizens, to work out for themselves the institutions and the system of government under which they will, by general consent, live together and work together to build a harmonious society.⁴¹⁹

Na sua essência económica, o Manifesto de Lusaka antecipou o modelo da descolonização que mais tarde teve lugar no Zimbábue, na África do Sul e na Namíbia, que

⁴¹⁸ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 17: “**6.ª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DO GOVERNO DA O.U.A.**”

⁴¹⁹ Manifesto on Southern Africa adopted by the Fifth Summit Conference of East and Central African States, Lusaka, 14-16 April 1969 (<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.sahistory.org.za/sites/default/files/Lusaka+Manifesto.pdf>), capturado a 15 de Março de 2015.

contemplou o discurso de gradualismo da reforma económica. Sua proposta da não-violência deu indicações duma certa ambivalência do discurso revolucionário, porquanto parece ceder à pressão política do discurso capitalista da descolonização e ao sugerir o modelo híbrido da nacionalização, em que coabitariam a inalienabilidade da revolução política africana e a possibilidade da não-violência contra a economia capitalista na região.

Para o histórico Secretário-Geral da OUA, o guineense Diallo Telli, o belicismo dos regimes português, rodesiano e sul-africano, responsável pelo prolongamento da guerra na África Austral, era indissociável do capitalismo monopolista dos países da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Por ocasião da realização da cimeira dos chefes de Estado e de Governo africanos em Adis Abeba, de 6 a 10 de setembro de 1969, Diallo Telli concluiu que os “africanos não deviam esperar que a Inglaterra ou as Nações Unidas resolvessem o problema [da descolonização na África Austral], devendo eles próprios procurar solução”⁴²⁰ para as suas aspirações políticas.

Por essa altura de 1969, os regimes de minoria branca da África Austral vinham gizando um plano bélico visando transformá-los num eixo nuclear aliado ao bloco ocidental e constituir uma barreira intransponível contra os movimentos nacionalistas armados da região. Portugal, Rodésia e África do Sul desdobraram-se em operações militares conjuntas contra esses movimentos nacionalistas, dos quais se destacou pela sua gravidade o projeto denominado *Exercício Alcora*.⁴²¹

No estudo intitulado *AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)* não estão descritos a data da sua elaboração e os seus signatários. É certo que a sua elaboração foi posterior a 23 de abril de 1971 e teve participação da Direção Geral de Segurança (DGS) no que se refere a Moçambique e Angola.⁴²² O mesmo apresenta a análise e a avaliação dos fatores de ameaça aos regimes coloniais denominados “países Alcora” – África do Sul, Rodésia e Portugal –, a curto,

⁴²⁰ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 17: “**6.ª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DO GOVERNO DA O.U.A.**”

⁴²¹ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR: DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “**AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)**”, Lisboa.

⁴²² Ibid. O documento cita uma comunicação do Presidente Nixon ao Congresso dos EUA em fevereiro de 1971 (p. 24) e o “incidente” marítimo de Angoche de abril de 1971 (p. 120). Dalila Mateus refere que o “*Caso Angoche*” teve lugar na data de 23 de abril de 1971. MATEUS, Dalila Cabrita. **A PIDE/DGS na guerra colonial 1961-1974**. 2ª ed. Revista e aumentada. Lisboa: Terramar, abril de 2011, p. 208.

médio e longo prazos; designa por “territórios Alcora” o conjunto formado pelos territórios da África do Sul, Rodésia, Moçambique, Angola, Sudoeste Africano (Namíbia), ocupado pela África do Sul, e o cordão de “boa vizinhança” que os “países Alcora” exerciam sobre o Malawi, Lesotho, Suazilândia, Botswana e a Zâmbia.⁴²³

No seu conteúdo, o estudo respondia aos objetivos do *Exercício Alcora* e ao “Plano de Defesa da África Austral” concordado e assinado pela África do Sul, Portugal e Rodésia a 14 de outubro de 1970, visando classificar os fatores de ameaça à manutenção da supremacia racial de minoria branca na região e a coordenação de informações, comunicação e operações conjuntas de defesa militar nos “territórios Alcora” entre outros aspectos militares.⁴²⁴

Dentre vários fatores classificados como representando ameaça à segurança e a manutenção dos “países Alcora”, o estudo centrou-se sobre o equilíbrio nuclear geoestratégico que detinha as superpotências mundiais em Guerra Fria, nomeadamente os EUA e a URSS. Sugere que cabia aos “países Alcora” desenvolverem uma posição bélica que respondesse, até ao nível nuclear, às eventuais implicações regionais dos desdobramentos geoestratégicos do equilíbrio nuclear. Calculando como improvável uma eventual confrontação direta entre as duas superpotências, dado ao equilíbrio nuclear prevalecente, o estudo previa que se acontecesse constituiria um fator favorável aos “países Alcora”; na medida em que normalizaria a intervenção bélica de maior escala na região. Mas a ameaça se colocava à medida em que a URSS punha em prática a sua estratégia global, visando liquidar os regimes dos “países Alcora”, ao enveredar pelo apoio preponderante em recursos financeiros, militar, político e ideológico aos movimentos de independências nacionais na África Austral.⁴²⁵

Com a execução do *Exercício Alcora* foi descartada a opção de ceder em termos políticos aos nacionalismos de sufrágio universal proposta pelo Manifesto de Lusaka e refletida no

⁴²³ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR: DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”. Lisboa.

⁴²⁴ ROSA, Celso Braga, MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena. Memórias da guerra colonial: Alianças secretas e mapas imaginados. **VII Congresso Português de Sociologia**, 19 a 22 de junho de 2012. Universidade do Porto-Faculdade de Letras-Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, p. 9. Capturado a 27 de outubro de 2016.

⁴²⁵ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR: DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”. Lisboa.

“Memorandum 39”, apresentado por Kissinger ao Presidente Richard Nixon em 1969.⁴²⁶ A escolha subscrita no *Exercício Alcora* era a dos “países Alcora” se aprontarem como um eixo bélico para lutar pela manutenção dos seus governos na região.

O referido relatório considerou que a ambiguidade política dos governos ocidentais, designadamente dos EUA e da Inglaterra, conferia um certo grau de permissibilidade ao belicismo dos regimes dos “países Alcora”, porquanto em determinadas situações apresentavam uma postura oficial favorável à descolonização e independências nacionais em África, e em outras situações, de forma oculta, eram permissivos ao belicismo dos “países Alcora”, quando a expansão geoestratégica do concorrente nuclear soviético em África mostrava-se de difícil controle. Em face dessa situação, os “países Alcora” adoptaram o seu próprio pragmatismo que foi de protelar pelo belicismo até que, esvaziados todos os cenários, chegasse a hora de aceitar a capitulação dos regimes. O cálculo a que chegavam foi de que prevaleceria a tese de menor prejuízo, segundo a qual a solução negociada para a descolonização da África Austral, ainda que a longo prazo, era preferível aos interesses do bloco ocidental no Conselho de Segurança, do que a intervenção militar sob mandato da ONU.

However unpalatable the situation in Southern Africa may be to the impatient “coloured” majority at the UN, there are reasons enough to believe (among those not in favour of any forceful action) that given time the situation will by degrees resolve itself and that this will be for the good of all concerned. This will generally be the overall view of the West and one which seems likely to prevail.⁴²⁷

Para o estudo, a “hipótese de maior perigo” para a segurança dos “territórios Alcora” residia na eventual modificação efetiva da estratégia do bloco ocidental, sobretudo a norte-americana e britânica, em relação à manutenção do predomínio político da minoria branca na África Austral. Calculando que no caso em que se verificasse esta hipótese a alteração a longo prazo da situação política em Moçambique e nos restantes “territórios Alcora”, tal como esperavam que deveria acontecer, seria “menos provável”.

⁴²⁶ MENESES, Maria Paula. O olho do furacão? A África Austral no contexto da Guerra Fria (Década de 70). In: MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena (org.) **As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados**. Coimbra: Almedina, Novembro de 2013, p. 51.

⁴²⁷ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR: DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”, Lisboa, p. 58.

Se a situação internacional se alterar de modo a que qualquer dos factores apresentados, ou mais do que um simultâneamente, evoluam desfavoravelmente sem que em compensação exista um factor de equilíbrio da situação então teremos que admitir que a ameaça sobre MOÇAMBIQUE assim como sobre a totalidade dos territórios ALCORA aumentará acentuadamente.⁴²⁸

Pode-se concluir, a partir deste estudo, que os movimentos armados da independência nacional na África Austral constituíam um dos principais fatores que desencadeou o estabelecimento do *Exercício Alcora* e de formas anteriores de defesa comparticipada entre Portugal, África do Sul e Rodésia, mas foram vistos como um problema secundário para a segurança e manutenção sobretudo da África do Sul; que, de fato, foi a peça chave do belicismo na região.

O mesmo estudo prestou atenção na importância da participação política das populações em zonas afetadas pela guerra. Ao se referir sobre o distrito do Niassa observou que a adesão das populações Yao e Nianja na luta armada dirigida pela FRELIMO resultava de três fatores: o contágio da “propaganda anti-europeia” recebida no momento da independência da Tanganyika (dezembro de 1961), do Malawi (julho de 1964) e da Zâmbia (outubro de 1964); a continuidade “étnica” transfronteiriça entre estes países e Moçambique; por último, a presença e a influência política que importantes chefes Yao e Nianja desenvolviam, resultando na adesão generalizada das populações sob sua autoridade. Essa situação foi, também, observada em relação a população Maconde do distrito de Cabo Delgado e Acheua do distrito de Tete.⁴²⁹

É provável que o conteúdo sobre Moçambique tenha sido elaborado pela PIDE/DGS. Ao se referir ainda sobre a população Yao do distrito do Niassa, o estudo mencionou que a “acção de contra-subversão [desenvolvida pelo governo português] fez evoluir duma maneira francamente favorável a posição da tribo AJAUA [Yao], o que se traduziu essencialmente na recuperação da grande maioria da sua população.” Para a PIDE/DGS, a população Yao diferia do que se observava em relação à população Nianja, dado que “essa acção [de contra-subversão] parece não ter tido qualquer influência sobre o grupo NIANJA.” Ao se referir sobre a população Macua-Lomuè do sul do distrito do Niassa, o relatório afirmou ter observado uma situação política

⁴²⁸ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR: DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”. Lisboa, p. 102.

⁴²⁹ Ibid., p. 127.

favorável ao discurso da contra-subversão apregoado pelo governo português. Cito: a “maioria LOMUÉ tem constituído uma barreira ao alastramento da subversão.”⁴³⁰

3.2. Belicismo e Tragédia na África Austral

Para a FRELIMO, o ano de 1969 foi da tragédia que vai ser transformada em oportunidade que há muito se aguardava para, de forma resoluta, “purificar” política e ideologicamente as fileiras da organização, desde a direção ao militante da base. Reunida em sessão ordinária de 11 a 21 de abril de 1969, em Nashingwea,⁴³¹ o Comité Central da FRELIMO apontou a divergência ideológica entre revolucionários e contra-revolucionários, no seio da sua direção, como sendo a causa da morte do seu primeiro presidente, Dr. Eduardo Mondlane, assassinado a bomba, a 3 de fevereiro de 1969, em Dar es Salaam. Nessa reunião, o Comité Central acusou a conspiração de membros contra-revolucionários da sua direção, que divergiam da linha política revolucionária de luta armada prolongada, de ter sido a condição utilizada pelo governo colonial português e seus aliados imperialistas para a execução do Presidente da FRELIMO.⁴³²

A tragédia que vitimou Dr. Eduardo Mondlane foi o culminar da divisão da direção da FRELIMO em duas linhas políticas e ideológicas que remontava desde a fundação da organização, a 25 de junho de 1962. Da interpretação feita pelo Comité Central, consta que a tragédia aconteceu pelo fato de não ter sido tomada uma oportuna e veemente posição ao nível da direção da FRELIMO em relação à sua contraditória unidade, dado o receio que prevalecia de que a imposição forçada de uma determinação ideológica dentro da organização poderia pôr em causa a aparente e conveniente imagem de unidade da frente unida que a própria FRELIMO representava:

⁴³⁰ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR: DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)”. Lisboa, p. 127.

⁴³¹ A indicação deste local consta no ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. 2ª Divisão-Colónias/Ultramar (FO63/13/948/7). “Frelimo: decisões políticas a nível superior”: relatório da 2ª Repartição do Quartel General de Moçambique, Setembro de 1969, p. 43.

⁴³² FRELIMO. *Mozambique Revolution*, [nº 38?]. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, [Março a Maio de 1969?], p. 1-3. Não constam o número e a data da edição. Nossa suposição apoia-se na hipótese de que o número anterior seja 37 e se refere aos meses de Janeiro e Fevereiro de 1969, dado que consultamos a edição nº 39 referente a Junho e Julho deste ano.

All of us were conscious of this division – but, because we thought we would aggravate the situation if we brought the question into the open, because we were convinced that it was necessary and convenient to present at least an appearance of unity in the FRELIMO leadership, we never discussed the problem.

These divergences were manifested in many important instances. For example, in the identification of who is the enemy, in the question of deciding on the strategic line to take (a protracted people's war), on the importance to be given to the armed struggle in relation to other forms of struggle, etc.⁴³³

A 25 de abril de 1969, o Comité Central da FRELIMO comunicou ter sido criado na referida reunião de 11 a 21 de abril de 1969, para vigorar em período transitório, o Conselho da Presidência, um triunvirato constituído pelos seguintes dirigentes da organização: Urias Timóteo Simango, que vinha ocupando o cargo de Vice-Presidente da FRELIMO, Samora Moisés Machel, que vinha ocupando o cargo de Secretário do Departamento da Defesa, e Marcelino dos Santos, que vinha ocupando o cargo de Secretário das Relações Exteriores. Urias Simango, que estatutariamente deveria suceder ao cargo de Presidente da FRELIMO, foi nesta reunião eleito para desempenhar o cargo de Coordenador do Conselho da Presidência, devendo nesse exercício respeitar o princípio da equidade de poderes entre os três dirigentes. O Comité Central faz também constar nesse comunicado que o Conselho da Presidência estava incumbido de assegurar o domínio da linha política que passaria a vigorar na FRELIMO:⁴³⁴

The Central Committee decided that it was necessary to establish a collective leadership, able to assure the efficient direction of our organization and principally to ensure the dominance of the political line correctly defined by the Second Congress of FRELIMO.⁴³⁵

Passado um ano, a vigência transitória do Conselho da Presidência chegou ao fim após ser eleita a nova presidência da FRELIMO, em reunião do Comité Central de 9 a 14 de maio de 1970. Com a constituição da nova presidência da FRELIMO, na qual Samora Machel passa a

⁴³³ FRELIMO. **Mozambique Revolution**, [n° 38?]. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, [Março a Maio de 1969?], p. 1.

⁴³⁴ Ibid. p. 4-5.

⁴³⁵ Ibid; p. 4.

ocupar o cargo de Presidente da FRELIMO, acumulado ao de Secretário do Departamento de Defesa, e Marcelino dos Santos ocupou o cargo de Vice-Presidente, acumulado ao de Secretário do Departamento das Relações Exteriores, o Comité Central anunciou ter sido conquistada a unidade ideológica e revolucionária no seio da direção da organização. O fim da vigência do Conselho da Presidência estabelecido em abril de 1969 foi justificado como consequência política de ter sido resolvida a crise da liderança e ter sido assegurado o domínio político da ideologia revolucionária que deveria vigorar na FRELIMO: “For the first time in the history of FRELIMO, there were no discordant voices in the Central Committee which were opposed to the revolutionary positions: it constituted a solid and united block.”⁴³⁶

Ciente do antagonismo político presente desde a sua fundação, a nova direção da FRELIMO preferiu seguir pelo caminho da cristalização do discurso revolucionário, adotando uma postura tendencialmente maniqueísta, ou se quisermos menos ambivalente e ambígua, que se consumou com a cisão definitiva anunciada no discurso e prática da unidade política e ideológica. O fato é que a abordagem interna das contradições existentes, quer por parte dos ditos “verdadeiros revolucionários”, quer dos “reacionários” desencadeou uma escalada de extremismo que, de certo modo, consagrou a violência mais do que a crítica e auto-crítica como vias para a resolução das contradições nacionalistas na organização.

Mais do que refletir o culminar da divisão política e ideológica dentro da FRELIMO, o assassinato do Dr. Mondlane demonstrou o decisivo belicismo do regime português e de seus aliados na África Austral. Ao antecipar o desfecho da iniciativa de pacificação apresentada no Manifesto de Lusaka e promovida pelo Presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, durante a sua presidência rotativa da OUA, de 1970-1971. Importa considerar que essa tragédia serviu de fator de decisão política no seio do movimento nacionalista revolucionário africano, para o qual o fato demonstrava que a única via para a conquista das independências na África Austral e na Guiné-Bissau era a luta armada.

Com efeito, o assassinato do Dr. Mondlane reforçou a articulação ideológica entre a determinação pela luta armada e a unidade africana em favor do discurso da FRELIMO, segundo o qual ela era a única e a legítima representante do povo moçambicano. Novamente, a posição da

⁴³⁶ FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 43. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Abril-Junho de 1970, p. 3.

Tanzânia foi decisiva nesta fase política da FRELIMO. A luta armada caucionou a resoluta polarização ideológica nesta organização.

A reunião do Comitê de Libertação da OUA que se realizou em Moshi, na Tanzânia, a 16 de fevereiro de 1970,⁴³⁷ aconteceu nesse momento crucial da história da FRELIMO. Este comitê remeteu à própria FRELIMO a capacidade de resolver a sua crise interna, entendendo que não via necessidade de intromissão nas contradições existentes nesta organização. Com esse voto de confiança, concedido pelo Comitê de Libertação da OUA, a nova presidência da FRELIMO sentir-se-á a vontade para operar o que chamou de clarificação, determinação e unidade ideológica da FRELIMO. Mas foi, também, com a decisão do governo da Tanzânia de expulsar de seu território o ex-Vice-Presidente da FRELIMO, Urias Simango, acolhendo o pedido apresentado pela FRELIMO, que a nova presidência ver-se-á politicamente reconhecida ao nível de Dar es Salaam.⁴³⁸

Doravante, a consagração da nova presidência da FRELIMO notabilizou-se na cimeira dos chefes de Estado e de Governo da OUA que se realizou a 1 de setembro de 1970, em Adis Abeba. A OUA concedeu ao Vice-Presidente da FRELIMO, Marcelino dos Santos, a honra de subir ao pódio desta cimeira e discursar em representação das organizações nacionalistas africanas filiadas na CONCP e, também, em representação da ZAPU, do Zimbábue, da African National Congress (ANC), da África do Sul, da South West Africa People's Organization (SWAPO), da Namíbia, do Movimento de Libertação Nacional das Comores (MOLINACO) e da Frente de Libertação da Somália Francesa (FLCS).⁴³⁹ Consta que o simbolismo desse ato deveu-se também ao fato de Marcelino dos Santos ter tido a honra de ser o primeiro representante de uma organização nacionalista ainda em luta pela independência em África a se dirigir a este nível na OUA. Vale mencionar que essa cimeira de Adis Abeba elegeu o Presidente Kenneth Kaunda, da Zâmbia, um dos principais proponentes do Manifesto de Lusaka, para presidir a OUA, tendo como foco de sua agenda a iniciativa de pacificação e negociação pôr termo a luta armada e se

⁴³⁷ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 18: **“16.ª REUNIÃO DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA O.U.A.”**

⁴³⁸ Ibid.

⁴³⁹ FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 44. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Julho-Setembro de 1970, p. 21 e 22.

alcançar as independências nacionais em Moçambique, Angola, Rodésia, África do Sul e Namíbia.⁴⁴⁰

No seu discurso, Marcelino dos Santos afirmou que a presença dos regimes de minoria branca da Rodésia, da África do Sul e de Portugal constituía a “evidência” concreta do problema da libertação e independência nacional na África Austral e em toda África. Tendo ressalvando que a FRELIMO não via a luta armada como sendo a única estratégia para se conquistar a independência nacional africana, porém, reiterou que ela era a maior contribuição para a libertação da África, porquanto se concretizava na luta contra o projeto imperialista de transformar a África Austral numa base militar estratégica para a neocolonização de toda a África, de que Portugal era parte integrante.⁴⁴¹

By opposing themselves to nationalist movements, the colonialist and imperialist forces are attempting to put into practice their plan to transform Southern Africa into a strategic military base, not only against our peoples struggling for independence, but also against the effort for total liberation, the struggle in which the African States are involved for the consolidation of their independence. That is to say, the action against the liberation movements is only the first step in a more vast action of colonialism and imperialism aiming at blocking the efforts of the African States to consolidate Africa's independence and unity.

It is this very evident truth, today clear for everybody that makes each African country unable to be free as long as there remain peoples under colonialist domination and exploitation on the continent.

[...] By taking up arms [...] (and which we do not profess in any way to be a necessity for all), our people bring, through the force of history, a major contribution to the liberation of Africa.⁴⁴²

No mesmo discurso, Marcelino dos Santos propôs aos chefes de Estado e de Governo africanos que os movimentos nacionalistas reconhecidos pela OUA passassem da condição de peticionários para o estatuto de representantes legítimos e únicos dos seus povos, sob o qual ocupariam assento nas sessões ordinárias da OUA e da ONU; onde participariam como interlocutores diretos das necessidades de cooperação internacional para o desenvolvimento da luta armada e dos projetos sociais e económicos em curso nas zonas libertadas: “The petitionerary

⁴⁴⁰ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 24: “**7.ª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO DOS PAÍSES DA O.U.A.**”

⁴⁴¹ FRELIMO. *Mozambique Revolution*, n.º 44. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Julho-Setembro de 1970, p. 23.

⁴⁴² *Ibid.*, p. 23.

status presently held by the liberation movements no longer respects the needs of the struggle nor the historic dignity of our people.⁴⁴³

Com efeito, em junho de 1972, a cimeira dos chefes de Estado e de governos africanos realizada em Rabat, Marrocos, atribuiu à FRELIMO o estatuto de observador e provavelmente também às suas congêneres reconhecidas pelo Comité de Libertação da OUA, o que lhes permitiu participarem nas sessões ordinárias da OUA.⁴⁴⁴ Tratou-se de uma cimeira histórica, tendo sido em Rabat que a OUA reafirmou a luta armada como a única alternativa para a independência na África Austral e Guiné-Bissau,⁴⁴⁵ após ver fracassada a iniciativa de diálogo encetada pelo Presidente Kaunda, no âmbito do Manifesto de Lusaka.

A presidência rotativa na OUA de Kenneth Kaunda, Presidente da Zâmbia, eleito na cimeira dos chefes de Estado e de Governo africano de Adis Abeba, a 1 de setembro de 1970, teve lugar sob o signo da construção da barragem de Cahora Bassa. A agenda da presidência de Kenneth Kaunda na OUA contemplava o objetivo de persuadir os países do bloco ocidental contra o anunciado projeto de construção desta barragem para produção elétrica sobre o rio Zambeze, em Tete, na região centro de Moçambique. Prevvia-se que a sua construção iria impactar no reforço do poderio militar dos regimes coloniais da África Austral, proponentes do projeto, para servir de cordão de segurança da empreitada gigantesca que contava com importantes investimentos financeiros e militares ocidentais.⁴⁴⁶

Na sua campanha contra a construção da barragem de Cahora Bassa, a FRELIMO denunciou que ela iria implicar no que chamou de internacionalização do conflito em Moçambique. Em carta aberta datada de 19 de março de 1970, a FRELIMO chamou a atenção ao Chanceler da República Federal da Alemanha (RFA), Willy Brandt, para a contradição que o seu governo social-democrata incorria após a companhia alemã, Siemens, ter aceitado ocupar o lugar abandonado pelas companhias ASEA, sueca, e English Electric, inglesa, no consórcio de

⁴⁴³ FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 44. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Julho-Setembro de 1970, p. 24.

⁴⁴⁴ FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 54. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Janeiro-Março de 1973, p. 16.

⁴⁴⁵ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 41: “**21.ª CONFERÊNCIA DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA OUA**”.

⁴⁴⁶ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 24: “**7.ª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO DOS PAÍSES DA O.U.A.**”

construção da barragem. Segundo consta, estas duas companhias ocidentais teriam sido forçadas a abandonar o consórcio após pressão desencadeada pelo governo social-democrata sueco e pelo governo trabalhista britânico que teriam compreendido as implicações políticas da construção da Cahora Bassa no contexto das lutas armadas na África Austral, sobretudo em Moçambique.⁴⁴⁷ Para a FRELIMO a construção desta barragem hidroelétrica por um consórcio ocidental representava o “símbolo” da internacionalização da agressão imperialista contra a causa da libertação e independência nacional na África Austral.⁴⁴⁸

A construção deste projeto agravou as tensões geopolíticas na região. Em véspera da realização da cimeira dos chefes de Estado e de Governo da OUA em Adis Abeba, a 21 de junho de 1971, o governo da Tanzânia fez circular um documento no qual expôs a sua contestação contra a forma como vinha sendo desvirtuado o princípio da não-ingêrência da OUA em relação a unidade da luta pela descolonização da África. Para o governo do Presidente Julius Nyerere, a complexidade dos desafios enfrentados pela OUA em pôr termo aos três bastiões de minoria branca na África Austral, cujo poderio se revigorava apesar das resoluções condenatórias da OUA e da ONU, exigia firmeza política dos Estados membros, sobretudo dos governos da região.⁴⁴⁹

Para o governo da Tanzânia, era inadmissível que, a coberto do consagrado princípio fundamental de soberania e não-ingêrência nos assuntos internos dos Estados membros da OUA, certos governos africanos desenvolvessem políticas que configuravam traição à luta anti-colonialista e anti-imperialista desta organização. Defendendo que a firmeza nesta luta deveria estar situada acima das eventuais inclinações ideológicas dos governos dos Estados membros, não devendo o princípio da não-ingêrência ser utilizado como desculpa para justificações políticas que considerava “evitáveis” e servindo apenas para que os mesmos concretizassem

⁴⁴⁷ FRELIMO. *Mozambique Revolution*, n° 42. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Janeiro-Março de 1970, p. 30-32.

⁴⁴⁸ FRELIMO. *Mozambique Revolution*, n° 43. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Abril-Junho de 1970, p. 7.

⁴⁴⁹ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 27: “**8.ª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DO GOVERNO DA O.U.A.**”; Ver também ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640, pt. 28 e pt. 30 “**REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA OUA**”.

ambições de poder em seus países: “Whether a member state is a socialist or capitalist, or anything in between, is, and should be, irrelevant to the O.U.A.”⁴⁵⁰

The Tanzanian Government is thus arguing two things. First, that the O.A.U. should concern itself with the declared policies of its members on issues relating to South Africa, Rhodesia, and Portuguese colonialism. And second, that it should insist, as a condition of membership, that O.A.U. decisions about how to struggle against these forces are adhered to even if, and while, a member government is calling for a revision of tactics or strategy.⁴⁵¹

Não se tratava de uma posição nova do governo tanzaniano a respeito da relação política entre o princípio da não-ingêrência e a determinação pela causa do nacionalismo africano. Por ocasião da segunda cimeira dos chefes de Estado e de Governo africanos realizada em Accra, em 1965, o Presidente Julius Nyerere pronunciou-se contra as atitudes pouco claras do governo do Malawi e do seu Presidente Hastings Kamuzu Banda, tendo ameaçado retirar-se da OUA caso fosse aprovada a proposta senegalesa que avançava o Malawi entre os três países que passariam a compor o Comité de Libertação da OUA. Nessa altura, em 1965, Julius Nyerere acusava o governo do Malawi de estar a colaborar com Portugal.⁴⁵²

Na referida circular de junho de 1971, o governo da Tanzânia reconheceu a situação melindrosa dos Estados independentes do interior da África Austral que, após a independência, viam-se obrigados a se vergarem diante da política da “boa vizinhança” em relação aos regimes de Portugal, em Moçambique e Angola, da Rodésia e da África do Sul que também ocupava o Sudoeste Africano (Namíbia), para efeitos de trânsito terrestre de suas mercadorias de exportação e importação. As únicas vias rodoviárias e ferroviárias até então existentes para o efeito atravessavam estes territórios. A situação impunha moderações no devido auxílio dos governos da Zâmbia, do Malawi, Botswana, Lesotho e Suazilândia às operações militares das organizações

⁴⁵⁰ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 27: **“8.ª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DO GOVERNO DA O.U.A.”**; Ver também ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640, pt. 28 e pt. 30 **“REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA OUA”**.

⁴⁵¹ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 27: **“8.ª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DO GOVERNO DA O.U.A.”**; Ver também ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640, pt. 28 e pt. 30 **“REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA OUA”**.

⁴⁵² ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640, pt. 1.

nacionalistas da região. Para o governo tanzaniano, não era isto que estava em causa, mas sim a atitude do Malawi, do Lesotho, do Madagáscar e do Uganda que considerava ser de “clara” colaboração com aqueles regimes.⁴⁵³

Ao avaliar a realização da agenda do Presidente Kaunda, orientada pelo Manifesto de Lusaka, a cimeira dos chefes de Estado e de Governo africanos de junho de 1971, em Adis Abeba, concluiu ter sido ineficaz a estratégia de dissuadir os países ocidentais que apoiavam os referidos regimes. No decurso de seu mandato de um ano, o Presidente Kaunda visitou, para o efeito, a Grã-Bretanha, RFA, França, Itália e os EUA.⁴⁵⁴

Outro aspecto que demonstrou a decisão do regime português e de seus aliados da África Austral em seguir no sentido contrário da proposta do Manifesto de Lusaka foi a invasão do território da República da Guiné, a 22 de novembro de 1970. Atribuído a um comando português dirigido pelo general António de Spínola baseado na Guiné-Bissau, o ato foi objeto de veemente repúdio do governo da Tanzânia. Na referida circular, este governo classificou o ato como uma manifesta prova de que era irrealista e contraditória a proposta de coexistência pacífica com os regimes portugueses, rodesiano e sul-africano. Opunha-se, desta feita, à proposta que tinha sido avançada em reunião extraordinária do Conselho de Ministros da OUA, convocada para Lagos, Nigéria, a 9 de dezembro de 1970. A proposta foi encabeçada pelo Presidente Felix Houphouët-Boigny, da Costa de Marfim, tendo sido corroborada pelos governos de Daomé, Togo, Alto Volta, Gabão e Níger.⁴⁵⁵

No decurso da referida reunião extraordinária do Conselho de Ministros de Lagos, na qual participou a Comissão de Defesa da OUA, a agressão portuguesa classificada pelo Secretário-Geral da OUA, Diallo Telli, e pelo Presidente da Nigéria, General Yakubu Gowon, como um teste que visava pôr em marcha um plano de desestabilização e recolonização em África, aliado

⁴⁵³ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 27: **“8.ª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DO GOVERNO DA O.U.A.”**; Ver também ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640, pt. 28 e pt. 30 **“REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA OUA”**.

⁴⁵⁴ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640, pt. 38: **“20.ª REUNIÃO DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA O.U.A.”**

⁴⁵⁵ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640, pt. 32.

aos bastiões colonialistas ainda presentes no continente africano, designadamente os regimes português, rodesiano e sul-africano.⁴⁵⁶

Sinalizando o fracasso do Manifesto de Lusaka, cujo mote foi a negociação, não a guerra – “We would prefer to negotiate rather than destroy, to talk rather than kill.”⁴⁵⁷ –, a reiteração da luta armada veio, também, do governo da Zâmbia. Timothy Kankasa, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, na reunião do Comité de Libertação da OUA, em maio de 1972, em Kampala, Uganda, manifestou nas seguintes palavras as dificuldades observadas até então pela OUA:

[...] a tarefa de libertar os estados sob o governo branco da África se simplificaria infinitamente caso as populações destes estados pudessem ser mobilizadas para a luta. [...] Se cada homem, se cada mulher desses países agarrasse numa espingarda, agarrasse numa navalha, a tarefa não seria muito difícil.⁴⁵⁸

Desde o início da sua fundação em 1962, a FRELIMO teve consciência que a vitória que ela desejava em última instância, a condução dos destinos do Estado nacional independente, deveria ser preparada e articulada no discurso de representação legítima, segundo o qual a luta de libertação e independência de Moçambique por ela conduzida, junto das suas congêneres da CONCP, era a “melhor contribuição” para a luta do povo português contra o fascismo em Portugal. Para o efeito, em contexto de prolongamento da luta armada, o discurso de representação legítima deveria estar complementada na luta armada, cujas vitórias militares e políticas no interior do país deveriam, na condição de “base da ação” diplomática internacional, estabelecer a FRELIMO no contexto internacional como o único interlocutor das futuras negociações para a independência de Moçambique. Essa consciência política antecedeu a FRELIMO, constando nas resoluções da conferência constituinte da CONCP, de abril de 1961, e na declaração da UDENAMO feita nesta conferência, nas quais Marcelino dos Santos participou como Secretário-Geral e Secretário da Relações Exteriores, respectivamente.

⁴⁵⁶ ANTT: PIDE/DGS, 2a Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 38: **“20.ª REUNIÃO DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA O.U.A.”**

⁴⁵⁷ <https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.sahistory.org.za/sites/default/files/Lusaka+Manifest> capturado em 15 de Março, 2015.

⁴⁵⁸ ANTT: PIDE/DGS, 2a Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 38: **“20.ª REUNIÃO DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA O.U.A.”**

Para corroborar o discurso de representação do povo moçambicano, a FRELIMO invocou as resistências seculares anticoloniais e inventou sua narrativa de origem e destino, segundo a qual ela era a herdeira revolucionária e moderna da vontade nacional do povo moçambicano que se consubstanciava na adesão generalizada à luta armada em Moçambique:

A resistência histórica do nosso Povo à dominação estrangeira inicia-se com as primeiras tentativas colonialistas de conquista e dominação dos Estados soberanos que existiam na nossa Pátria. É na tradição da resistência multissecular que se enraíza o espírito patriótico do nosso Povo, a linha patriótica da FRELIMO. Evocarmos pois esta dimensão é relembrar uma herança fundamental de que a FRELIMO se tornou a *única e legítima herdeira e continuadora*.⁴⁵⁹

O discurso de representação única e legítima do povo moçambicano encontrou no quadro da geoestratégia baseada em Dar es Salaam, onde a FRELIMO estava sedeadada, o lugar ideal que a tornaria possível. Não foi por uma eventual arte do discurso que, após a morte do Dr. Eduardo Mondlane, a FRELIMO viu aceite em Dar es Salaam seu discurso de unidade ideológica e política, com contornos divisionistas em nome da determinação e clarificação da linha revolucionária da organização. Na prática, a unidade ideológica declarada pela FRELIMO em 1970 refletiu a concreta divisão política e ideológica da frente unida, fundada em junho de 1962. Tendo essa divisão sido o reflexo da forma como Dar es Salaam (entenda-se a importância ideológica exercida pelo governo da Tanzânia e pelo Comité de Libertação da OUA) lidou com os antagonismos que a própria FRELIMO incorporou desde a sua fundação. A geoestratégia do movimento de libertação nacional da África Austral que se estabeleceu em Dar es Salaam sobrepôs a luta armada às contradições políticas nacionalistas existentes no momento da fundação da organização, atuando como o quadro formal da marginalização dos grupos políticos e ideológicos que foram sendo sancionados pelo Comité Central da mesma. A despeito de sua importância política na luta pela independência de Moçambique e dos países da África Austral, a institucionalização da luta armada foi um paradoxo do discurso da frente unida.

⁴⁵⁹ FRELIMO. **Documentos do 3º Congresso da FRELIMO**/Relatório do Comité Central ao 3º Congresso/O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular. Maputo: [S/D], p. 9. Grifos do autor.

Todavia, as vitórias político-militares alcançadas no terreno da luta armada em Moçambique, em Niassa, Cabo Delgado e Tete, foram, na prática, a base para a consagração da sua imagem de frente unida e do seu discurso de representante único e legítimo do povo moçambicano. Foi neste sentido que a FRELIMO interpretou o convite apresentado em outubro e novembro de 1972 pela Quarta Comissão da ONU, a Comissão dos Mandatos, para participar sob o estatuto de observadores nas discussões sobre a descolonização, como sendo o reconhecimento da ONU de que ela e as outras organizações reconhecidas pela OUA eram as “autênticas” e “verdadeiras” representantes dos povos dos seus países.⁴⁶⁰

Ciente da importância diplomática que a participação em sessões da ONU representava, ainda que a coberto do estatuto de observador, a FRELIMO se manteve firme na sua tese da luta armada, segundo a qual ela era a condição base, a maior contribuição, sobre a qual ela asseguraria, em última instância, a legitimidade política da representação do povo moçambicano. Ou seja, a independência nacional de Moçambique teria lugar em resultado da complementaridade entre a luta armada, consubstanciada em vitória político-militar no interior do país, e a representatividade na luta política internacional, consubstanciada no crescente isolamento internacional de Portugal e de sua política colonial. De forma articulada, essa estratégia político-militar deveria forçar Portugal a negociar com a FRELIMO e aceitar os termos que esta viesse a apresentar para a descolonização do país.

The successes we are achieving at the U.N. are the fruits of the progress of our armed struggle. Our victories in the political and military fields and in national reconstruction in Mozambique are the basis of the action of our African and socialist allies who in the U.N. launched the offensive against colonialism.

[...] Our independence is being built step by step. It is the sum of an attack against one post, an ambush, the opening of a new school or a new shamba [terra cultivada], the adherence of the population of one village more, the stronger support of one and another country, a more favorable resolution at the U.N. All these small victories summed up will constitute the great victory which will be our independence.⁴⁶¹

⁴⁶⁰ FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 53. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Outubro-Dezembro de 1972, p. 16.

⁴⁶¹ Ibid., p. 17.

Em 1973, foi destacado o prestígio político e militar da FRELIMO no seio da OUA. Não apenas por conta do referido retrato de frente única ou unida moçambicana, mas sobretudo pelos progressos da luta armada por ela desenvolvida no interior do país e confirmados pelo relatório da missão do Comité de Libertação da OUA às zonas libertadas do norte de Cabo Delgado, em outubro de 1972. Chefiada pelo Secretário Executivo do Comité de Libertação da OUA, Major Hashim Mbita, a missão visitou as zonas libertadas de Cabo Delgado na companhia do Presidente da FRELIMO, Samora Machel,⁴⁶² tendo constatado que as zonas libertadas eram decisivas para os progressos da luta armada conduzida pela FRELIMO:

The progress of the struggle was made possible after FRELIMO had achieved a high level of consolidation of the liberated areas. Such has been FRELIMO' success that Cabo Delgado, Niassa and Tete now provide strong and effective rear bases, both militarily and politically, from which forward movement can spring.⁴⁶³

Em relatório desta missão apresentado à reunião do referido comitê em janeiro de 1973, em Accra, Major Hashim Mbita classificou o progresso da luta armada conduzida pela FRELIMO em Moçambique como exemplo para a concepção da nova estratégia de guerra da OUA na África Austral. A estratégia calculava que uma efetiva coordenação regional e continental da luta armada, levada a cabo pelas organizações nacionalistas reconhecidas e apoiadas pelo Comité de Libertação da OUA, poderia impedir, significativamente, o avanço das forças aliadas portuguesa, rodesiana e sul-africana, e forçá-las à capitulação. Observações feitas em Cabo Delgado pela missão do Major Hashim Mbita apontaram, por exemplo, que uma efetiva coordenação sob um Comando Militar Unificado, envolvendo as forças da FRELIMO nas frentes de Tete e Manica e Sofala, no centro de Moçambique, as forças da ZAPU e ZANU na frente oriental na Rodésia, poderia pôr em prática essa estratégia na África Austral.⁴⁶⁴

Samora Machel, Presidente da FRELIMO, ao intervir sob o estatuto de observador da OUA em cimeira dos chefes de Estado e de Governo africanos em Rabat, em junho de 1972,

⁴⁶² FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 53. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Outubro-Dezembro de 1972, p. 8.

⁴⁶³ ANTT: PIDE/DGS, 2a Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 41: “**21.ª CONFERÊNCIA DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA OUA**”.

⁴⁶⁴ Ibid.

manifestou preocupação em relação a previsível e eventual abertura de Portugal às negociações. Em seu discurso à essa reunião, Samora Machel apelou ao Comité de Libertação e à OUA para que, ao nível internacional, assegurassem que fosse reconhecido à FRELIMO o estatuto de representante legítimo e único do povo moçambicano. Tendo dito que o reconhecimento internacional deste estatuto era a “precondição indispensável”⁴⁶⁵ para que a FRELIMO negociasse com Portugal a autodeterminação e a independência de Moçambique. Desse modo, Samora Machel condenava a estratégia de manipulação política encetada, clandestinamente, pelo regime português visando a instalação de um governo africano “fantoche” ou neocolonial em Moçambique, em nome de uma independência nacional de fachada.

If Portugal wants peace, dialogue, negotiation, it has before it the Mozambican people, represented by FRELIMO, against whom it is waging a war and with whom it must negotiate and dialogue. The day Lisbon is ready to recognize our right to immediate and total independence, it will find us ready for all dialogues and negotiations.

[...] The Committee and the OAU must give us the diplomatic support to achieve a situation where FRELIMO will represent the people of Mozambique and their interests at all levels: in other words, which will enable our people to take their rightful place in the international arena, acting in equality with other peoples, for the common cause of freedom, justice, progress and world peace.⁴⁶⁶

Com efeito, o projeto da resolução do Conselho de Ministros da OUA, realizado em Adis Abeba, de 17 a 24 de maio de 1973, propôs o pleno reconhecimento da FRELIMO, do PAIGC, do MPLA e da FNLA, ao considerar que a situação social e económica das “zonas libertadas” reforçava a necessidade de integração ativa das mesmas em todas sessões ordinárias da OUA.

Considering the tasks to be accomplished by the national liberation movements in Angola, Guinea Bissau, Cape Verde Islands and Mozambique, Sao Tome and Principe and bearing in minds the various responsibilities these movements are shouldering in the administration of the populations, the African States hereby decide to associate them in an active manner in the study and settlement of the problems of our continent,

⁴⁶⁵ FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 54. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Janeiro-Março de 1973, p. 16.

⁴⁶⁶ Ibid., p. 16.

particularly by having them participate in all activities of the Organization of African Unity.⁴⁶⁷

É assim que ao felicitar o PAIGC pela proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, feita a 24 de setembro de 1973, o Comité de Libertação da OUA reunido na capital somali, Mogadíscio, em outubro de 1973, reconheceu o PAIGC como a “única autoridade legítima” do novo Estado independente e soberano africano.⁴⁶⁸

Se em Moçambique e na Guiné-Bissau as vitórias da FRELIMO e do PAIGC, respectivamente, consubstanciadas em zonas libertadas, eram atribuídas à existência de uma frente unida nacionalista no país, a situação apresentava-se diferente em Angola, onde o MPLA, o FNLA e, mais tarde, a União Nacional de Independência Total de Angola (UNITA), isoladamente, afirmavam ter alcançado conquistas militares, consubstanciadas em zonas libertadas. O mesmo acontecendo no Zimbábue, onde os esforços do Comité de Libertação para a união da ZAPU e da ZANU redundavam em fracasso.

Foi justificando-se em conquistas consubstanciadas em zonas libertadas, que uma carta assinada por Fwaminy D. Fernandes, do departamento de informação da UNITA, endereçada em setembro de 1973 ao Major Hashim Mbita, Secretário Executivo do Comité de Libertação da OUA, solicitou o reconhecimento político da UNITA pela OUA; tendo em vista que o devido reconhecimento desta organização angolana pela OUA, ela seria alistada a receber semelhante assistência militar e política que o comité vinha atribuindo aos movimentos nacionalistas em luta armada na região. Na carta, a UNITA solicitou que lhe fosse concedido o estatuto de observador que lhe permitiria participar na 22ª reunião do Comité de Libertação, marcada para ter lugar em outubro deste ano, junto das outras organizações nacionalistas. Argumentando que lhe era também merecido o estatuto de observador à semelhança do que acontecia com o MPLA, a FNLA, a FRELIMO e o PAIGC, das colónias portuguesas.⁴⁶⁹

⁴⁶⁷ ANTT: PIDE/DGS, 2a Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 43: “**21.ª REUNIÃO DO CONSELHO MINISTERIAL DA O.U.A.**”

⁴⁶⁸ ANTT: PIDE/DGS, 2a Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 45: “**22.ª REUNIÃO DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA O.U.A.**”

⁴⁶⁹ Ibid.

Recorrendo ao mote “Our fight has been delayed, but our victory can no longer be denied.”,⁴⁷⁰ com que reconhecia a sua aparição tardia comparada ao FNLA e ao MPLA, a UNITA utilizava, à semelhança do MPLA, da FRELIMO e do PAIGC, o discurso de zonas libertadas para salientar a “vitória inegável” da sua luta armada em Angola: “Through valiant struggle and through selfless dedication by the people of Angola under the revolutionary leadership of UNITA, there is a part of Angola that is today free where people can gather.”⁴⁷¹

Em Mogadíscio, outubro de 1973, em relatório que apresentou à reunião do Comitê de Libertação da OUA, o MPLA advogou a este comitê a não reconhecer a UNITA fora do quadro de uma frente unida de luta armada em Angola.

Les pays africains amis et notre Comité de Libération ne doivent pas faciliter la multiplication de mouvements tout en cherchant sans relâche et avec beaucoup de difficultés l'unité de ceux existant et opérant séparément.⁴⁷²

Nesta reunião de Mogadíscio, em resposta conjunta às solicitações apresentadas pela UNITA, pela Frente de Libertação do Zimbábue (FROLIZI) e pelo Movimento para a União da África do Sul (USMA), o Comitê de Libertação da OUA estabeleceu que para efeitos de reconhecimento, sua decisão resultaria da recomendação a constar no relatório de uma missão que iria confirmar no terreno a realidade sobre os seguintes aspectos:

1. Engagement au principe de l'indépendance et à la libération totale.
2. Preuve d'une action politique et militaire entreprise.
3. Preuve d'un contrôle militaire, politique ou psychologique du territoire à libérer.
4. Preuve du soutien politique de la population du territoire.
5. Preuve de l'existence des fonds communs d'action dans le territoire où plus d'un mouvement s'est engagée dans la lutte.
6. Là où la reconnaissance ne viendra pas à créer ou à aggraver la division dans le territoire considéré.
7. Volonté des pays africains indépendants voisins de fournir des bases arrière ou autres moyens.
8. Confirmation des rapports des missions d'enquête si cela s'avère possible.

⁴⁷⁰ ANTT: PIDE/DGS, 2a Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 45: “22.ª REUNIÃO DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA O.U.A.”

⁴⁷¹ Ibid.

⁴⁷² Ibid.

9. Evocation du droit de reconsidérer la reconnaissance au cas où l'évolution dans le territoire colonial tend à compromettre un ou plusieurs de ces critères.⁴⁷³

É de salientar que o retrato de frente única ou unida que a FRELIMO representava contribuiu em favor do seu desejo de se ver reconhecida ao nível internacional como a representante única e legítima do povo moçambicano. Com esse retrato, a FRELIMO encontrava-se bem colocada em relação a Moçambique quando uma delegação da OUA apresentou-se a 29 de março de 1973, em Genebra, ao Comitê Administrativo de Coordenação, órgão de coordenação das agências especializadas das Nações Unidas. Composta pelo embaixador argelino Mohammed Sahnoun, Secretário-Geral adjunto da OUA para Assuntos Políticos, pelo Tenente-Coronel Hashim Mbita, Secretário Executivo do Comité de Libertação da OUA, M. A. M. Sidky, Secretário Executivo adjunto da Comissão de Defesa da OUA, e pelo M. D. Ouattara, chefe do Departamento de Política, esta delegação da OUA propôs à ONU que as organizações nacionalistas reconhecidas participassem das reuniões das agências da ONU, a coberto do estatuto de observador. Para esta delegação da OUA, a proposta refletia o reconhecimento político internacional às organizações que lidavam com projetos de “reconstrução nacional” nas zonas libertadas.⁴⁷⁴

Face ao dispositivo legal da ONU que determinava que a assistência das agências do sistema das Nações Unidas deveria ser efetuada apenas aos governos de Estados independentes, não sendo por isso aplicável às organizações nacionalistas em luta armada pela independência nacional, o Comité de Libertação propôs-se a recomendar os órgãos da OUA no sentido de se conferir ao estatuto de observador o direito equiparável ao de um governo de Estado independente. Tornando, nessa base, possível que a FRELIMO, por exemplo, recebesse assistência direta das agências da ONU e participar das suas reuniões executivas e deliberativas.⁴⁷⁵

É neste contexto ideológico africano que se desenvolveu a luta armada de independência nacional em Moçambique, na qual a FRELIMO atuou como uma estratégica organização político-militar que, por sua vez, se articulou no interior do país junto das populações e

⁴⁷³ ANTT: PIDE/DGS, 2a Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 45: “22.ª REUNIÃO DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA O.U.A.”

⁴⁷⁴ Ibid.

⁴⁷⁵ Ibid.

autoridades africanas. Foi neste quadro de geopolítica da luta armada que em Niassa, em particular, a população e as autoridades Yao se situaram. Os fatos descritos acima permitem-nos afirmar que a luta armada de libertação nacional se desenvolveu como discurso e prática revolucionária africana, cujo eixo foi a geopolítica libertária anti-colonial que se estabeleceu entre as sedes políticas baseadas em Tanganyika (depois Tanzânia) e as populações das zonas afetadas pela guerra.

É neste quadro geopolítico da luta armada de independência nacional em Moçambique que o presente estudo procurará situar as populações Yao do distrito colonial do Niassa nos capítulos que se seguem.

4. OS YAO E A LUTA ARMADA DE INDEPENDÊNCIA EM MOÇAMBIQUE

4.1. Os Casos de Maúia e Nungo

A estrutura do comando da FRELIMO em Niassa foi estabelecida em 1967.⁴⁷⁶ A descrição que o relatório da DGS de novembro de 1970⁴⁷⁷ faz sobre esta estrutura de comando coincide com os dados coligidos por Ndegue. A DGS relata que o Departamento de Defesa da FRELIMO articulava as operações militares no distrito do Niassa com base em três setores militares: o setor A denominado Niassa Ocidental compreendia a região limitada a oeste pelo lago Niassa, ao norte pelo território da Tanzânia, a leste pelo rio Lucheringo e ao sul por uma linha que passava ao sul de Meponda e Vila Cabral e pelo norte de Nova Guarda; o setor B, o Niassa Sul, cobria a região limitada ao norte pelo setor A, seguindo a linha entre Meponda e Nova Guarda, a oeste pela fronteira com o território do Malawi, ao sul pelo rio Lúrio e a este pela foz do rio Luambala e pela ponte férrea sobre o rio Lúrio. O setor C ou Niassa Oriental cobria a região limitada ao norte pela Tanzânia, a oeste pelo rio Lucheringo, a leste pelo rio Lugenda e ao sul pelo paralelo do rio Luambala.⁴⁷⁸

A sede do comando de toda a província do Niassa (designação utilizada pela FRELIMO no lugar de distrito utilizada pelo governo colonial português) e a do setor ocidental estavam localizadas no Niassa ocidental. Indicações apontam que a sede do comando do setor oriental esteve na zona do régulo Mataca, na circunscrição de Valadim. Sendo que a sede do setor austral ou sul correspondia com a base central de Catur, situada nas montanhas de Kwisimba.⁴⁷⁹ Nos setores referidos, as operações militares eram desenvolvidas a partir de bases operacionais, cada qual dirigida por um órgão militar que integrava o Comandante da Base, adjunto de Comandante, Secretário, Comissário Político e adjunto de Comissário Político.⁴⁸⁰ O referido relatório da DGS, de novembro de 1970, informa que o movimento dos guerrilheiros da FRELIMO entre a Tanzânia e o distrito do Niassa passava pelas áreas de Mitomoni e Mataca situadas na fronteira

⁴⁷⁶ NDEGUE, David Francisco Xadrique. **A luta de libertação na frente do Niassa**. Volume 1. Maputo: JV Editores, 2009, p. 178. Vide também nesta fonte a composição nominal do comando provincial e dos comandos setoriais da FRELIMO no Niassa.

⁴⁷⁷ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx.1.

⁴⁷⁸ Ibid., NDEGUE, D. F. X. **A luta de libertação na frente do Niassa** ... op. cit., p. 178.

⁴⁷⁹ NDEGUE, D. F. X. **A luta de libertação na frente do Niassa** ... op. cit., p. 177-180; MOIANE, José Phahlane. **Memórias de um guerrilheiro**. Maputo: King Ngungunhane Institute, 2ª edição, 2009, p. 80.

⁴⁸⁰ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx.1.

A divisão geopolítica da guerra em Niassa tem a conotação de corresponder com as regiões de concentração de três principais grupos populacionais da região. Faz-se oportuno lembrar que o setor ocidental da FRELIMO cobria a área de maior concentração da população Nianja, distribuída pela circunscrição de Maniamba (outras vezes referida como circunscrição do Lago) e concelho da Vila Cabral, ladeados a oeste pelo lago Niassa; o setor oriental abarcava a área de maior concentração da população Yao (também chamada de Ajaua) nas circunscrições de Sanga, Valadim e Marrupa, nas regiões centro e oriental; e o setor sul ou austral cobria a área de concentração da população Macua-Lómue na circunscrição de Amaramba. A importância dessa abordagem geopolítica do Niassa não é simplesmente demográfica, resulta da forma diferenciada da posição política de cada uma dessas populações e de como ela implicou no desenvolvimento da luta armada no distrito do Niassa. Os casos de Maúia e Nungo transparecerão uma certa regionalização geopolítica percebida pelo governo colonial neste distrito, mas que o desenvolvimento da luta armada a colocará em causa ao revelar uma integração generalizada com a FRELIMO, ainda que tenham sido registradas formas de aproximações com autoridades portuguesas.

No dia 5 de agosto de 1959, Manuel Amante Branco, um agente da concessionária algodoeira, tomou conhecimento que a população da regedoria Vatiua, do posto administrativo de Maúia, circunscrição de Marrupa, se preparava para receber no dia seguinte, 6 de agosto, a “chegada do chefe político do Tanganica, de nome Nherere⁴⁸², que viria de avião.”⁴⁸³ Para o efeito, a população tinha preparado um campo de aterrissagem para o avião, arrumado um terreno com bandeiras e um palanque ao centro de onde o referido “Nherere” iria se dirigir à população.⁴⁸⁴

De fato, no dia 6 de agosto, “cerca de um milhar de homens, mulheres e crianças”⁴⁸⁵ esteve concentrada para receber o “Nherere”. Intervindo para esclarecer as perguntas que o referido agente algodoeiro português colocava ao regedor Vatiua sobre o que estaria a acontecer,

⁴⁸² Refere-se a Julius Nyerere que neste ano de 1959 era Presidente da TANU, movimento nacionalista do Tanganyika. Depois da independência do Tanganyika em dezembro de 1961, Julius Nyerere foi eleito primeiro presidente do país em 1962. Com a união do Tanganyika e Zanzibar em 1964, Julius Nyerere continuou como Presidente da República Unida da Tanzânia.

⁴⁸³ ANTT/SCCIM n° 1120: Informação referente à “Ocorrência de Maúia”.

⁴⁸⁴ Ibid.

⁴⁸⁵ Ibid.

Furête Metupecha, desta regedoria, apresentando-se como “intérprete do Nherere”, afirmou que estava incumbido de preparar a chegada do “Nherere” por intermédio do regedor Vatiua e de informar à população que “o dinheiro Português iria ser queimado, dentro em breve, pelo que os aconselhava a entregar-lhe algum porque o ‘Nherere’ o restituiria na proporção de quatro contos por cada um que entregassem.”⁴⁸⁶ Furête disse ainda ter aconselhado a população a se desembaraçar do restante do dinheiro português que tivesse e a lhe entregar os talões da taxa pessoal anual e da contribuição braçal, “pois Nherere iria conseguir que o Governo Português devolvesse as respectivas importâncias [...]”.⁴⁸⁷ Consta que ao Furête Metupecha, de fato, fora entregue dinheiro, talões da taxa pessoal e da contribuição braçal.⁴⁸⁸

Em auto de declarações ao administrador da circunscrição de Marrupa, Furête Metupecha confirmou o que dissera ao agente algodoeiro, acrescentando que teria agido sob a influência do “diabo” que havia se apossado de seu corpo. Por sua vez, o regedor Vatiua declarou ao administrador que no dia 3 de agosto recebeu de seu chefe de povoações Cuvir, que na ocasião estava acompanhado do Furête, a informação que deveria preparar a população para a recepção do “Nherere”. Declarou ainda que de início duvidou da informação, mas que acabou acreditando do que fora informado pelo enviado do “Nherere cumprido com as instruções transmitidas pelo Furête”.⁴⁸⁹

No seu despacho datado de 9 de setembro de 1959, o governador do distrito do Niassa, Duarte Carlos Pires Veloso, mantendo a dúvida sobre o carácter isolado do caso, afirmava não se surpreender com o que classificava como sendo o reflexo da psicologia anômala, errática e absurda da população:

Pela análise dos presentes autos verifica-se, mais uma vez, a facilidade com que as multidões se deixam acorrentar e influenciar por qualquer mistificador que lhes apareça e tenha artes de, com maior ou menor habilidade, lhes apresentar como real aquilo que o indivíduo só e isolado repudiaria por absurdo, incoerente e utópico.

A velha e estafada psicologia das multidões com o seu cortejo de anomalias, erros e absurdos.⁴⁹⁰

⁴⁸⁶ ANTT/SCCIM n° 1120: Informação referente à “Ocorrência de Maúa”.

⁴⁸⁷ Ibid.

⁴⁸⁸ Ibid.

⁴⁸⁹ Ibid.

⁴⁹⁰ Ibid.

Afonso Ivens-Ferraz de Freitas, dos SCCIM, fez outra análise, considerando os fatos no âmbito dos movimentos nacionalistas africanos em curso em Tanganyika e Niassalândia. Ele compreendia que a “ocorrência” de Maúa constituía prova “irrefutável” da infiltração da influência e prestígio da TANU e do seu líder Julius Nyerere junto da população do distrito do Niassa. Reconhecendo que “pelo menos, parte dos indígenas do Posto de Maúa está preparada a emparceirar ao lado do Nherere, seja por convicção e apoio às suas doutrinas, seja simplesmente por ‘medo’ ou seja, ainda por qualquer outro motivo.”⁴⁹¹

Dado que na análise do auto de declarações do regedor Vatiua feita pelo administrador da circunscrição de Marrupa transpareceu a tese do medo, segundo a qual a atitude deste regedor teria sido forçada pelo receio de represálias que lhe seriam acometidas caso se furtasse ao cumprimento das instruções recebidas por intermédio do referido emissário do “Nherere”, Afonso I Ferraz de Freitas chamou a atenção para a questão da confiança e proteção colonial que o caso suscitou. Opunha-se à tese de medo, chamando atenção que este só seria possível em situação de perda da confiança e proteção das populações e dos regedores em relação ao governo colonial. Para o mesmo, a suposição de que o caso tivesse ocorrido por força do receio de uma represália que os chefes sofreriam tornava o problema mais grave, porquanto os regedores na sua função de auxiliares da administração colonial constituíam “as principais células da base da hierarquia em que se apoia a nossa ocupação e administração.”⁴⁹²

Afonso I. Ferraz de Freitas não tinha dúvidas que a “ocorrência de Maúa” deveria alertar o governo colonial para a análise da implicação do processo nacionalista da Tanganyika no que se referia ao distrito do Niassa. Admitia que o incidente tivesse lugar como parte de uma campanha clandestina de infiltração e preparação política no distrito:

Com o devido respeito, digo que estou convencido que tudo isto não foi nem podia ser unicamente resultante da propaganda de quatro dias [3 à 6 de Agosto] do Furête. A massa indígena, não se convence com tanta facilidade. Se, porém, essa massa se convenceu com tanta facilidade, o que eu não acredito, é porque o ambiente, por razões que não constam do processo, era verdadeiramente explosivo.⁴⁹³

⁴⁹¹ ANTT/SCCIM n° 1120: Informação referente à “Ocorrência de Maúa”.

⁴⁹² Ibid.

⁴⁹³ Ibid.

Para si, as reservas e dúvidas avançadas em torno deste acontecimento deveriam chamar atenção das autoridades coloniais sobre os métodos de conquista da adesão política da população que poderiam estar sendo utilizados por “aqueles que pretendem desalojar-nos do que há muito é nosso”⁴⁹⁴. Daí que as questões suscitadas requeriam averiguações extensivas ao Furête, sobre o qual recaía a suspeita de ter sido “contaminado pelos nacionalistas” aquando de sua residência na Tanganyika e também ao regedor Vatiua e ao seu chefe de povoação Cuvir, suspeitos de terem tomado uma posição de suma importância nas preparações clandestinas que resultaram no que sucedeu em Maúa.⁴⁹⁵

Como se verificaria, a “ocorrência” de Maúa não foi um caso isolado e as autoridades coloniais não puderam evitar o desenvolvimento de outro caso similar na mesma circunscrição de Marrupa a 22 de fevereiro de 1961, envolvendo o regedor Muluco, Sebastião Muica, do posto administrativo de Nungo. Neste caso, o regedor Muluco e outros chefes das regedorias do posto de Nungo teriam acreditado na informação que lhes fora transmitida por João Coneia, segundo a qual o administrador da circunscrição de Marrupa avisava que iria ter lugar no dia 23 de fevereiro, no posto-sede, uma reunião presidida por “Julius Nherere”. Os referidos chefes acreditaram na informação de João Coneia, segundo a qual “Julius Nherere” iria lhes perguntar se permaneceriam sob as ordens dos “brancos, se dos pretos”. João Coneia foi descrito como sendo um jovem de 18 anos de idade.⁴⁹⁶

No dia 23 de fevereiro, o intérprete do posto administrativo de Nungo ficou surpreendido ao saber da chegada dos chefes da regedoria Nangauia e que o próprio regedor Muluco e mais outros chefes estavam a caminho para atenderem a referida reunião. Consta que João Coneia teria dito ao regedor Muluco que “Julius Nherere” já tinha ocupado o posto administrativo de Negomano, na fronteira com o Tanganyika, no distrito de Cabo Delgado, o que já havia acontecido no posto administrativo de Maúa, da circunscrição de Marrupa. O jovem Coneia teria

⁴⁹⁴ ANTT/SCCIM n° 1120: Informação referente à “Ocorrência de Maúa”.

⁴⁹⁵ Ibid.

⁴⁹⁶ ANTT/SCCIM n° 1117: Informação referente aos chefes tradicionais do posto administrativo de Nungo, circunscrição de Marrupa.

ainda informado que em consequência do desencadeamento dos fatos nos postos de Negomano e Maúa, os administradores coloniais haviam se suicidado ao verificarem o acontecido.⁴⁹⁷

Em nota de esclarecimento enviada ao governador do distrito do Niassa, Duarte Carlos Pires Velloso, o administrador da circunscrição de Marrupa afirmava que o “caso não se reveste de qualquer importância além do alarme provocado nas populações [...]”.⁴⁹⁸ Classificava o sucedido como uma invenção do jovem João Coneia para evitar que um infortúnio pessoal levasse a população a tê-lo como incapaz de desenvolver ações de prestígio social. Consta que o jovem Coneia não foi admitido no serviço militar colonial em Vila Cabral, sede e capital do governo do distrito do Niassa, para que havia se candidatado.⁴⁹⁹

Sobre o regedor Muluco, culpado pelo acontecido, pesou a pena de sessenta dias de prisão correcional, “por manifesto desleixo no cumprimento dos seus deveres.”⁵⁰⁰ Porém, ao responder a nota do administrador da circunscrição de Marrupa, Afonso Ivens-Ferraz de Freitas sugeria a 13 de abril de 1961 a necessidade de submeter a circunscrição de Marrupa, onde teve lugar os dois casos referidos, em agosto de 1959 e em fevereiro de 1961, nos postos de Maúa e de Nungo, respectivamente, à prospecção e o seu administrador à doutrina, de modo a levá-lo a se convencer das “realidades para nada subestimar e antecipar-se aos possíveis acontecimentos.”⁵⁰¹

O fato é que os casos de Maúa e Nungo aconteceram no seio das populações e autoridades Yao e demonstraram que as mesmas vinham sendo influenciadas pelo discurso nacionalista de independência do país corrente em Tanganyika; e que essa influência orientava a atenção das populações Yao da região oriental do Niassa para o discurso da independência nacional, como vinha acontecendo com as populações Nianja da região ocidental. Uma nota confidencial da administração da circunscrição de Maniamba, datada de 22 de dezembro de 1958, afirmava que os cipaies Fernando Bonomar e Domingo Domingos tinham sido enviados pelo governo do distrito do Niassa para áreas da Missão Anglicana de Messumba e regedoria Miandica, descritas

⁴⁹⁷ ANTT/SCCIM n° 1117: Informação referente aos chefes tradicionais do posto administrativo de Nungo, circunscrição de Marrupa.

⁴⁹⁸ Ibid.

⁴⁹⁹ Ibid.

⁵⁰⁰ Ibid.

⁵⁰¹ Ibid.

como sendo “habitadas por pretos mais intelectuais e com maiores relações com o Tanganica.”⁵⁰² O administrador desta circunscrição referia-se nestes termos aos alunos e professores Nianja instruídos nesta missão que, segundo as autoridades coloniais portuguesas, acompanhavam e vivenciavam a luta política nacionalista de independência nacional em Tanganyika, Niassalândia, Rodésia e Zâmbia.

Da análise da documentação administrativa do governo do Niassa e dos SCCIM referente ao período que antecedeu ao início da luta armada de independência nacional em Moçambique apercebe-se que governo português associava a educação colonial que os jovens Nianja recebiam na Missão Anglicana de Messumba com a instrução que os mesmos manifestavam e com a sua conhecida mobilidade regional em busca de melhores condições de emprego na administração e comércio dos países vizinhos, onde vivenciaram e foram influenciados pelo movimento de independência nacional propagado principalmente em Tanganyika e em Niassalândia.

Essa impressão foi reforçada pela missão incumbida pelo Consulado Português em Salisbúria, Rodésia do Sul, em fevereiro de 1962 a Benedito Matange⁵⁰³ de reunir e reportar às autoridades portuguesas informações sobre as repercussões políticas que a influência nacionalista em Niassalândia tinha entre os Nianja que se encontravam neste país. Autoridades portuguesas associavam a influência política recebida do Malawi Congress Party (MCP) e da TANU como uma desencadeadora da formação de organizações nacionalistas pelos Nianja que se encontravam em Niassalândia e Tanganyika. Levavam ainda em consideração, em particular, a existência da UDENAMO formada por moçambicanos que imigraram para a Rodésia do Sul, além das informações reportadas de mobilizações nacionalistas de grupos Nianja⁵⁰⁴ em busca de apoio externo.

Vale acentuar que essa possibilidade era provável ou mesmo inerente aos grupos instruídos, o que no distrito do Niassa se reservava à população Nianja, maioritariamente residente na região ocidental. Para além de formação de partidos políticos nacionalistas por

⁵⁰² ANTT/SCCIM n° 1119: Nota confidencial da administração da circunscrição de Maniamba, datada de 22 de Dezembro de 1958, referente à Missão Anglicana de Messumba.

⁵⁰³ ANTT/SCCIM n° 1088: Relatório de Benedito Jaime Mapange da missão que em Fevereiro de 1962 efetuou em Blantyre e na capital do Malawi com objetivo de investigar as atividades de Chico Lourenço e da UDENAMO e a situação propícia ao nacionalismo em Moçambique.

⁵⁰⁴ ANTT/SCCIM n° 1072: Nota do Comissariado de Polícia de Vila Cabral, datada de 10 de Janeiro de 1962, com declarações de Jorge Francisco Chulachila, ou talvez Chilaula, referentes a carta enviada a Henry Chipembere.

moçambicanos e proibidos pelas autoridades portuguesas, estas tinham em vista outras formas de interlocução e mobilização das populações do Niassa com o discurso e movimento nacionalista de independência propagados na região. A necessidade de submeter o administrador da circunscrição de Marrupa à doutrinação exigida por Ivens Ferraz de Freitas visava chamar a atenção das autoridades portuguesas para eventuais formas de interlocução, mobilização e organização política nacionalista situadas fora da região Nianja, ou seja entre as populações Yao.

Os casos de Maúá e Nungo alertaram as autoridades portuguesas para o surgimento de formas de mobilização política entre os Yao influenciados pelo movimento de independência nacional em Tanganyika, refletindo um processo histórico desencadeado pela compreensão do discurso de independência nacional e da necessidade de unidade política contra a dominação colonial portuguesa.

O que opunha as populações e autoridades Yao ao colonialismo português era a história de devastação, desautorização e extorsão econômica iniciada com as colunas de ocupação militar do final do século XIX. A situação se apresentava de forma distinta para as lideranças políticas da FRELIMO que se opunham à intransigência de Portugal em aceitar que cabia às elites moçambicanas constituírem seu Estado nacional independente e que a libertação nacional teria lugar com a direção do Estado moçambicano pela FRELIMO.

Nos casos de Maúá e Nungo, a compreensão das populações e autoridades Yao do discurso de independência nacional associado ao referido “Nherere” não leva à concordância ou aceitação ideológica do mesmo. As descrições dos fatos descritos não nos permitem afirmar que se tenha tratado da concretização de um ato de adesão, comparticipação ou aliança política entre as autoridades Yao e eventuais membros representantes da TANU ou de outra organização nacionalista moçambicana ou estrangeira. Nos referidos casos, “Nyerere” é uma representação do discurso de libertação anticolonial na forma de independência nacional, à semelhança do processo nacionalista em curso em Tanganyika. O fato das populações e autoridades Yao terem efetivamente se preparado para receber o referido “Nyerere” reflete essa compreensão, porém no sentido de perscrutação de formas de apropriação política do discurso de independência nacional a que o Presidente da TANU, Julius Nyerere, estava associado no Tanganyika.

A preparação do campo de aterrissagem, a decoração do terreno para o comício, a construção do palanque por onde o referido “Nyerere” se dirigiria às populações, o fato de se terem concentrado no local na data marcada para a reunião e o fato dos régulos Vatiua, Nanguia e Muluco terem acreditado nas informações que lhes foram transmitidas sobre o “Nyerere” revelam o entusiasmo e a compreensão da importância política do movimento emergente nos países vizinhos.

Apesar dos casos de Maúia e Nungo terem acontecido nas povoações Yao, a descrição feita pelas autoridades portuguesas não se refere aos Yao. Até a abertura da frente oriental do Niassa pela FRELIMO, a partir de meados de 1965, esta população parece não ter sido objeto de um estudo administrativo que tenha analisado a sua dinâmica política em relação ao movimento de independência nacional do Tanganyika.⁵⁰⁵ Ao ter-se verificado, a ausência desse tipo de preocupação em relação aos Yao contrastaria com o que observamos em relação aos Nianja e também aos Angoni, para além de que foram referidos na análise de âmbito geral sobre os eventuais impactos da evolução do processo político no Tanganyika, mesmo assim reportados em relação às preocupações do governo colonial orientadas para a região ocidental do Niassa, especificamente sobre a população Nianja.

Em um relatório de 28 de junho de 1965, o gabinete militar do Comando-Chefe das forças armadas portuguesas em Moçambique mencionou a importância de assegurar a “fidelidade” dos Yao ao governo colonial português, classificando-os à semelhança dos Macua do sul do Niassa. Admitindo que essa fidelidade dos Yao e dos Macua, que os diferenciava dos Nianja, era “essencial” para o sucesso do combate contra a luta armada da FRELIMO no distrito do Niassa.⁵⁰⁶ Essa caracterização política dos Yao refletia o fato da luta armada até aquela data não ter sido desencadeada na região oriental do Niassa e de não terem sido registradas informações dando conta de formas de mobilização e organização política nacionalista anticolonial e independentista entre os Yao, como se verificou entre os Nianja antes do início da luta armada em Moçambique. O fato de a situação ter-se alterado de forma rápida e o desencadeamento da

⁵⁰⁵ Consta-nos o trabalho de Manuel Gama Amaral de 1968, de carácter etnográfico e que não aborda os Yao no contexto político da década de 1960. AMARAL, Manuel Gama. **O Povo Yao. Subsídios para estudo de um povo do noroeste de Moçambique.** (Dissertação à cadeira de Antropologia Cultural, licenciatura no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Universidade Técnica de Lisboa, Julho de 1968). Lisboa: 1990.

⁵⁰⁶ ANTT/SCCIM n° 1945: relatório do gabinete militar do Comando-Chefe das forças armadas portuguesas datadas de 28 de Junho de 1965.

luta armada assumido contornos estratégicos alarmantes para o governo colonial português sugerem que a referida fidelidade refletia uma ilusória pacificação Yao aos olhos das autoridades portuguesas. Ademais, a situação dos Yao não pode ser assemelhada à dos Macua-Lómue, cujas autoridades nos postos de Mecanhelas e Mandimba já tinham em princípios de 1965 sido registradas em manifesta aliança com o governo colonial contra a implantação da FRELIMO no sul do Niassa.

4.2. O Caso Angoni

A 23 de fevereiro de 1960, Afonso I. Ferraz de Freitas elogiou a preocupação do administrador da circunscrição de Maniamba (região ocidental do Niassa) em ter analisado os eventuais impactos que a evolução política no Tanganyika poderia ter entre as populações do Niassa. Observava a atenção da referida autoridade administrativa em relação a eleição parlamentar marcada para ter lugar em setembro deste ano em Tanganyika, antecedendo a proclamação da independência nacional do país em dezembro de 1961, pelo governo da TANU, de Julius Nyerere.⁵⁰⁷

Nessa data de 1 de fevereiro de 1960, o administrador da circunscrição de Maniamba concluiu que não havia bases étnicas para o governo colonial português recear que a situação Angoni no Tanganyika repercutisse em Moçambique. A atenção prestada pelo referido administrador esteve relacionada com a preocupação que se desenvolveu em Niassa, da possibilidade do conflito político entre a TANU e as autoridades Angoni do Tanganyika forçar a que estas viessem a “reivindicar territórios ou regedorias nesta Circunscrição de Maniamba.”⁵⁰⁸ Para corroborar sua análise, mencionava que existia uma memória coletiva de inimizade entre os Yao e os Nianja de Moçambique em relação aos Angoni do Tanganyika, que remontava ao século XIX, aos “ataques devastadores, em comida, casa e pessoa, da guerreira população angoni

⁵⁰⁷ ANTT/SCCIM n° 1117: Ofício de Afonso Ivens-Ferraz de Freitas, datado de 23 de Fevereiro de 1960, referente à evolução da situação nacionalista em Tanganhica e suas implicações na circunscrição de Maniamba.

⁵⁰⁸ ANTT/SCCIM n° 1117: Ofício do administrador da circunscrição de Maniamba datado de 1 de Fevereiro de 1960 referente à evolução da situação nacionalista em Tanganhica e suas implicações na circunscrição de Maniamba.

do Tanganica” e à “muralha angoni” que barrava as “caravanas de escravos que partiam desta Circunscrição, dirigidas pelo Maniamba ou pelo Calange, para Zanzibar”.⁵⁰⁹

Sustentava-se também na ideia de que existia certo tipo de gratidão dos Angoni de Moçambique, representados pelo regedor Miandica da circunscrição de Maniamba, em relação a soberania portuguesa neste país. Considerava-se o fato de em 1904 o governo português em Moçambique ter concedido exílio ao chamado *Inkossi Zulu*⁵¹⁰ de Songea, a mais importante autoridade Angoni do Tanganyika, após o fracasso da resistência que liderou contra a ocupação colonial alemã neste território.⁵¹¹

Na análise do referido administrador, o regedor Miandica, autoridade Angoni, e toda população Angoni do distrito do Niassa viam-se protegidos pelo governo português de Moçambique, por consideração à memória que preservavam da proteção que este governo teria demonstrado ao refutar o pedido alemão de extradição do *Inkossi Zulu* de Songea, porque caso contrário, Angoni de Songea teria sido enforcada pelos alemães da Tanganyika.⁵¹²

Às vésperas da proclamação da independência do Tanganyika prevista para ter lugar em dezembro de 1961, as autoridades portuguesas retomaram o assunto do *Inkossi Zulu* de Songea com o objetivo de aproveitar o conflito político entre as autoridades Angoni da Tanganyika e a TANU. No que se refere ao gabinete do governador-geral de Moçambique foi avançada a proposta de explorar a possibilidade daquela autoridade se exilar no distrito do Niassa, de onde poderia junto da população Angoni atuar como barreira antinacionalista. Esta população estava concentrada na região norte do Niassa junto da fronteira com o Tanganyika, onde sua presença formava uma continuidade em Songea.

Para o governo colonial português, a vinda da referida autoridade Angoni ao distrito do Niassa constituiria uma barreira política contra a infiltração da propaganda nacionalista da Tanganyika que atuava no sentido de acentuar as contradições históricas entre os Angoni e os

⁵⁰⁹ ANTT/SCCIM n° 1117: Ofício do administrador da circunscrição de Maniamba datado de 1 de Fevereiro de 1960 referente à evolução da situação nacionalista em Tanganhica e suas implicações na circunscrição de Maniamba.

⁵¹⁰ “Inkossi” significa rei e “Zulu” refere-se aos Angoni, cuja migração para o norte do rio Zambeze e do rio Rovuma data da grande migração da população Zulu da África do Sul do século XIX.

⁵¹¹ ANTT/SCCIM n° 1117: Ofício do administrador da circunscrição de Maniamba datado de 1 de Fevereiro de 1960 referente à evolução da situação nacionalista em Tanganhica e suas implicações na circunscrição de Maniamba.

⁵¹² Ibid.

Yao e Nianja, além de informar processos de organização política anticolonial no seio destes, dividindo formas de coesão política das populações do distrito do Niassa.

A oportunidade dessa proposta surgiu em consequência do pedido feito pelo chefe de grupo de povoações Tama-Tama, do posto administrativo de Olivença, a 20 de agosto de 1961. Descrito como uma autoridade Angoni e parente – “primo, talvez” – do “chefe supremo dos angoni de Songea”, o chefe de grupo Tama-Tama em *banja*⁵¹³ pediu ao administrador da circunscrição de Maniamba que permitisse que Agostinho Pereira, funcionário dos Correios, Telégrafos e Telefones se mantivesse naquele posto administrativo durante a época das chuvas que se seguiria entre novembro e março. A autoridade Angoni justificou seu pedido como precaução, caso houvesse necessidade de transmitir a administração da circunscrição, segundo suas palavras, “rapidamente qualquer coisa que aconteça aqui nesse tempo.”⁵¹⁴

Por nota-confidencial de 24 de novembro de 1961, o administrador da circunscrição de Maniamba afirmava não saber “concretizar as razões do pedido do chefe de grupo Tama-Tama”, para além de que constava que se mostrava “apreensivo com a independência do Tanganica, receando que suced[esse] no nosso território o que sucedeu em Angola e na Guiné.”⁵¹⁵ Na verdade, referia-se ao levantamento popular que provocou morte de colonos portugueses no norte de Angola em março de 1961.

Por isso, em outubro deste ano, Afonso I.-Ferraz de Freitas, do Centro de Informações, admitira a hipótese de que o referido pedido poderia estar relacionado com os receios do Angoni Tama-Tama face a situação política do Inkossi de Songea no Tanganyika e a suspeita que este último alimentava de que ficaria sem a sua autoridade após a independência do Tanganyika e instalado o governo da TANU, sob a presidência de Julius Nyerere, marcada para ter lugar a 9 de dezembro de 1961.⁵¹⁶ Contando na referida análise com a concordância do governador-geral de

⁵¹³ “Banja” é um termo bantu adoptado pelo governo português em Moçambique para designar uma reunião em as autoridades administrativas coloniais se dirigem às autoridades africanas ou uma reunião em que estes se reúnem entre si ou com as populações para abordar matérias administrativas ou políticas.

⁵¹⁴ ANTT/SCCIM n° 1119: Informações referentes ao pedido que teria sido feito pelo chefe de grupo de povoações Tama-Tama, do posto administrativo de Olivença, a 20 de Agosto de 1961, ao administrador da circunscrição de Maniamba.

⁵¹⁵ ANTT/SCCIM n° 1119: Nota-confidencial do administrador da circunscrição de Maniamba, datada de 24 de Novembro de 1961, referente ao pedido que teria sido feito pelo chefe de grupo de povoações Tama-Tama.

⁵¹⁶ ANTT/SCCIM n° 1119: Ofício de Afonso I.-Ferraz de Freitas, datado de Outubro de 1961, relacionando o pedido feito pelo chefe de grupo de povoações Tama-Tama e receios do Inkossi de Songea.

Moçambique, Afonso de Freitas levou em conta a informação da nota do administrador da circunscrição de Maniamba, de 26 de agosto de 1961, segundo a qual o Inkossi de Songea vinha se manifestando como um dos “maiores opositores do TANU” e que teria até se deslocado a Londres “em defesa dos seus interesses políticos.”⁵¹⁷

Afonso I.-Ferraz de Freitas considerou em sua análise dois elementos, designadamente a informação segundo a qual a presença Angoni e a autoridade política do Inkossi de Songea no Tanganyika estariam a ser tratadas como elementos “estrangeiros” pelas autoridades da TANU; segundo, admitia a suspeita do Inkossi de Songea, caso se efetivasse a “plena execução, no Tanganica, a política de eliminação do tribalismo que, de resto, é política estabelecida pela Conferência de Todos os Povos Africanos, realizada em Accra, em 1958 [...]”.⁵¹⁸

Porém, o administrador da circunscrição de Maniamba e Afonso I.-Ferraz de Freitas não estavam esclarecidos sobre o motivo imediato que teria levado o chefe Tama-Tama a fazer o referido pedido. Para a autoridade portuguesa do gabinete do governo-geral, o assunto deveria ser estudado com urgência pela administração da circunscrição de Maniamba, tendo em conta o aproximar do início da época das chuvas e a data prevista para a proclamação da independência do Tanganyika. Recomendava que o estudo do assunto devesse explorar a possibilidade de se utilizar a “grande vantagem” que o descontentamento dos Angoni representaria contra a infiltração de “elementos subversivos” em Moçambique. Considerava a importância da continuidade populacional Angoni entre Tanganyika e Moçambique, sendo localizados em Songea, em Tanganyika, e em Olivença onde se encontrava o chefe de grupo de povoação Tama-Tama, nas circunscrições de Valadim e Mecula e em Angónia, no distrito de Tete.

Tudo aponta para o fato de que ele não tinha dúvidas do potencial que representava para a luta anti-nacionalista do governo português a possibilidade de contar com a aliança Angoni, caso se realizasse o exílio do Inkossi de Songea, e da população sob a sua autoridade no distrito do Niassa:⁵¹⁹

⁵¹⁷ ANTT/SCCIM n° 1119: Nota do administrador da circunscrição de Maniamba, datada de 26 de Agosto de 1961, referente ao Inkossi de Songea e à sua oposição à TANU.

⁵¹⁸ ANTT/SCCIM n° 1119: Ofício de Afonso I.-Ferraz de Freitas, datado de Outubro de 1961, relacionando o pedido feito pelo chefe de grupo de povoações Tama-Tama e receios do Inkossi de Songea.

⁵¹⁹ Ibid.

Teríamos uma barreira humana constituída por indivíduos de índole guerreira que, de antemão, sabemos que estariam do nosso lado em caso de emergência e que seriam os primeiros a denunciar o aparecimento de elementos subversivos.⁵²⁰

O assunto Angoni voltou a ser retomado a 16 de setembro de 1964, cerca de duas semanas antes do início da luta armada em Moçambique, quando Afonso I-Ferraz de Freitas, dos SCCIM, solicitou ao governador do distrito do Niassa informações sobre o caso. Um informante destes serviços, descrito como “não africano, de nível elevado e residente no Tanganica”, manifestando surpresa pelo fato do governo português até aquela data, não ter aproveitado a “oportunidade única” de facilitar a entrada em Moçambique das “tribus ‘Wangonis’, do Sul da Tanganica”.⁵²¹

Em resposta ao SCCIM, Carlos Augusto Pereira da Costa Matos, governador do distrito do Niassa, a 6 de março de 1965, concordava com a estratégia de levar a efeito a “atração do núcleo de ANGONIS” de Songea para o posto administrativo de Olivença. Contudo propunha que antes fosse adotada pelo governo colonial português uma política de atração que tanto quanto entendia poderia se traduzir em criação de condições materiais “realmente animadoras” evitando que se procedesse com a “oferta” de uma “região isolada” com impacto contraproducente e negativo.⁵²²

Sua proposta de melhorias no posto administrativo de Olivença incluía a melhoria da assistência sanitária, com a colocação de um enfermeiro europeu; a melhoria da estrada de acesso à sede do posto; a criação de condições para o lançamento de uma agricultura ao cargo de um serviço de agricultura e floresta orientado para a cultura do café e do chá, que seria também importante para afastar a mosca do sono que infestava aquela área; a construção de uma residência em alvenaria para o chefe do posto, para a secretaria do posto, para o posto de saúde e para a escola primária; eletrificação dos edifícios do posto e da avenida principal; substituição da

⁵²⁰ ANTT/SCCIM n° 1119: Ofício de Afonso I.-Ferraz de Freitas, datado de Outubro de 1961, relacionando o pedido feito pelo chefe de grupo de povoações Tama-Tama e receios do Inkossi de Songea.

⁵²¹ ANTT/SCCIM n° 1119: Ofício de Afonso I.-Ferraz de Freitas, datado de 16 de Setembro de 1964, referente ao “descontentamento” Angoni de Songea.

⁵²² ANTT/SCCIM n° 1119: Ofício de Carlos Augusto Pereira da Costa Matos, Governador do Distrito de Niassa, datado de 6 de Março de 1965, em resposta ao SCCIM relativamente aos Angonis de Songea.

anterior guarnição da Polícia de Segurança Pública por um pelotão do exército e a construção da pista de aterrissagem.⁵²³

Nesta data, a luta armada já tinha sido iniciada em Moçambique com incidência na região ocidental do Niassa, tendo o primeiro comando militar da FRELIMO atacado a residência do administrador do posto de Olivença, na noite de 29 de dezembro de 1964.⁵²⁴ O controle deste posto era importante para a FRELIMO e para o governo colonial português. Para o primeiro porque sua localização junto da fronteira noroeste do Niassa com o território do Tanganyika situava-se na linha de infiltração utilizada pela FRELIMO no setor ocidental, cujo controle militar e político tornava viável a permanente travessia de efetivos, material de guerra e comunicação entre o comando deste setor e a sede da organização em Dar es Salaam. Para o governo colonial, o controle do posto de Olivença constituiria a barreira militar que cortaria o fluxo vital da luta armada da FRELIMO em Niassa.

A posição estratégica do posto de Olivença continuou a ser importante para a FRELIMO no que tange ao setor ocidental, porém deixou de ser vital quando ela sucede na abertura da frente oriental alimentada pelo corredor do Mataca e pelas povoações Yao. Até 15 de junho de 1965, os SCCIM reportavam a informação do governador do distrito do Niassa que comunicava ao gabinete do governador-geral, em Lourenço Marques, que a FRELIMO estaria a abrir a sua frente oriental, estando na altura a introduzir a sua propaganda entre os Yao por via da circunscrição de Mecula.⁵²⁵

Uma nota de 8 de outubro de 1966 assinada por Eugénio José de Castro Spranger, substituto do diretor dos SCCIM, dava conta que estes serviços já tinham procedido no sentido de explorar, contra a luta armada da FRELIMO, as repercussões da situação dos Angoni de Songea.⁵²⁶ Os SCCIM contavam com algumas informações colhidas junto do regedor Tama-Tama. Em contato com um dos adjuntos dos SCCIM no posto administrativo de Olivença, em

⁵²³ ANTT/SCCIM n° 1119: Ofício de Carlos Augusto Pereira da Costa Matos, Governador do Distrito de Niassa, datado de 6 de Março de 1965, em resposta ao SCCIM relativamente aos Angonis de Songea.

⁵²⁴ ANTT/SCCIM n° 1937 Relatório dos Acontecimentos Verificados no Distrito do Niassa no Período de 01 a 31 de Janeiro de 1965: informações sobre ataques da FRELIMO do dia 29 de Dezembro de 1964 contra a residência do administrador do posto de Olivença, da circunscrição de Lago; NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa**. Vol 1. Maputo: JV Editores, 2009, p. 79-80.

⁵²⁵ ANTT/SCCIM n° 1945: informação do governador do Distrito de Niassa referente ao período de 08 a 15 de Junho de 1965, relativa à infiltração da FRELIMO entre os Ajauas por via da circunscrição de Mecula.

⁵²⁶ ANTT/SCCIM n° 1119: Nota assinada por Eugénio José de Castro Spranger, substituto do diretor dos SCCIM datada de 8 de Outubro de 1966, relativamente aos Angonis de Songea.

maio daquele ano, o regedor Tama-Tama “lamentou” que “o seu reduzido número não permitisse à sua gente reagir” em defesa do *Inkossi* Angoni de Songea. Todavia, “mostrou-se agradado” com a sugestão feita pelas autoridades portuguesas de aumentar a sua força para juntá-la às forças dos Angoni das circunscrições de Valadim e Mecula. Na nota de Eugénio José de Castro Spranger constava que o comandante da companhia estacionada em Olivença teria sido “várias vezes solicitado pela gente de Tama-Tama”, pretendendo “auxiliar na recuperação dos angonis” que na Tanzânia não tinham podido chegar ao posto administrativo de Olivença. Tama-Tama queixava-se da situação em que os Angoni de Songea encontravam-se “fortemente vigiados” pelos elementos da FRELIMO e pelas autoridades tanzanianas. Constava ainda a informação segundo a qual o regedor Tama-Tama teria “confirmado” que o *Inkossi* de Songea teria “pretendido radicar-se, com parte da sua gente” em Moçambique, mas que tal pretensão não se realizara devido ao “forte controle” por parte do governo da Tanzânia e por elementos da FRELIMO.⁵²⁷

Ao ter em conta estas informações colhidas junto do regedor Tama-Tama, os SCCIM tinham despachado dois emissários para estabelecer contatos com os Angoni de Angónia, no distrito de Tete, com o propósito de avaliar se a influência política do *Inkossi* de Songea se verificava nesta população, “e, caso fosse favorável, promover a sua fuga para o nosso território [Moçambique].”⁵²⁸

Para os SCCIM, o “descontentamento” da população Angoni de Songea e do respectivo *Inkossi* resultava da hostilização que os mesmos sofriam do governo da Tanzânia. Acreditavam que a aliança político-militar entre a FRELIMO e o governo da Tanzânia impedia a realização da referida “pretensão” do *Inkossi* e dos Angoni de Songea de se refugiarem em Moçambique. Em suas considerações, Eugénio José de Castro Spranger concluiu que o problema Angoni de Tanganyika era passível de serem utilizado pelas autoridades portuguesas para auxiliar a ação psicológica anti-nacionalista e a manipulação política da população Angoni de Moçambique, presentes nos distritos do Niassa e Tete, a favor do governo colonial.⁵²⁹

⁵²⁷ ANTT/SCCIM n.º 1119: Nota assinada por Eugénio José de Castro Spranger, substituto do diretor dos SCCIM datada de 8 de Outubro de 1966, relativamente aos Angonis de Songea.

⁵²⁸ Ibid.

⁵²⁹ Ibid.

4.3. Os “Jovens Niassas”

Avultam informações administrativas sobre os Nianja e sobre a circunscrição de Maniamba, que nesse período era a mais importante, no que dizia respeito às preocupações do governo do distrito do Niassa e do gabinete do governador-geral de Moçambique em relação às repercussões dos movimentos nacionalistas da África Austral.

Em fevereiro de 1960, o gabinete do governador-geral em Lourenço Marques comunicou aos governadores dos distritos do Niassa e de Cabo Delgado a notícia de uma emissora de Dar-es-Salaam datada de 20 de janeiro de 1960, informando que Julius Nyerere “ia mandar emissários para fazer propaganda até aos limites do rio Lúrio.”⁵³⁰ A 24 de outubro do mesmo ano, António Pinto Borges de Brito, administrador da circunscrição de Maniamba, reportou ao governador do distrito do Niassa que as unidades da rede de informação tomaram conhecimento em Liparamba, no posto de Olivença, que um secretário da comissão da TANU pretendia perguntar à população se estava contente com o governo colonial português e se queriam se juntar ao Tanganica, deixando de pertencer a Moçambique: se “todos estão contentes ou não com o Governo Português e se querem juntar-se ao Tanganica, deixando de pertencer a Moçambique.”⁵³¹ As campanhas nacionalistas da TANU em curso no Tanganyika eram desenvolvidas nas regiões junto da fronteira com Moçambique e certamente mobilizavam as populações das duas margens em favor desta organização nacionalista.

No extrato de uma carta datada de 2 de julho de 1960 atribuída ao moçambicano residente em Dar-es-Salaam John Assali, dirigida ao enfermeiro auxiliar Rafael F. Magawa, residente em Maúa (circunscrição de Marrupa) havia uma referência ao “senhor Mapange” que estaria em Dar-es-Salaam “apreendendo Ciência da Política”. Observando o prestígio do “senhor Mapange” em Tanganyika, John Assali lamentava que “Só ahi [em Moçambique] é que somos vendados os olhos por esses ordinários [autoridades coloniais portuguesas].”⁵³²

⁵³⁰ ANTT/SCCIM n° 1117: Ofício do gabinete do Governador-geral de Moçambique, datado de Fevereiro de 1960, referente à uma notícia emitida pela Rádio de Dar-es-Salaam sobre Moçambique.

⁵³¹ ANTT/SCCIM n° 1117: Ofício de António Pinto Borges de Brito, administrador da circunscrição de Maniamba, datado de 24 de Outubro de 1960, referente à evolução da situação nacionalista em Tanganica e suas implicações em Moçambique.

⁵³² ANTT/SCCIM n° 1117: Extrato de uma carta datada de 02 de Julho de 1960, atribuída à John Assali.

Pouco depois, uma nota do posto administrativo de Cóbue, de 12 de outubro de 1960, reporta que Benedito Mapange, vindo do Tanganyika, esteve neste posto de onde seguiu para Messumba. A nota menciona que em Tanganyika, onde era ajudante de farmácia e enfermeiro, Benedito Mapange “coabita” com outro enfermeiro João Assali, descrito como secretário de um partido formado no Tanganyika, o “Naturais de Moçambique”. A nota refere que em conversa com uma unidade da rede de informação do governo português em Metangula, Benedito Mapange inadvertidamente, manifestou suas “ideias políticas” e seu “interesse político” ao mencionar que em Tanganyika os salários dos empregados africanos eram altos, os ministros, diretores, presidentes das câmaras municipais, administradores eram negros, o que não se observava em Vila Cabral, sede do governo do distrito do Niassa. Constava ainda que nessa conversa, Mapange havia dito que em Tanganyika acompanhava as transmissões por rádio de “muitos e bons propagandistas africanos, como David Wakati e Stephen Mkumbula”⁵³³.

Contra Benedito Mapange pesava também a denúncia de que teria dito que estava “interessado nas independências” e que em Dar-es-Salaam onde vivia, acompanhava as informações sobre as conferências e reuniões do PAFMECSA que aconteciam em Tanganyika e encontros do Dr. Hastings Kamuzu Banda, do MCP, e de Julius Nyerere. Mapange foi descrito como tendo 27 anos de idade, nascido na regedoria Massanga, grupo de povoação Chitupila, do posto administrativo de Metangula; filho do padre anglicano Godofredo Mapange e irmão do enfermeiro Barnabé Mapange, em serviço na delegacia de saúde do Báruè, no centro de Moçambique. Foi destacado que em Vila Cabral, Benedito Mapange manteve contatos com Helena Teresa John, parteira no hospital desta cidade e descrita como amiga de John Assale.⁵³⁴

Essas informações recolhidas pelo administrador do posto de Cóbue e pela unidade da rede de informações de Metangula foram remetidas pela administração da circunscrição de Maniamba ao governador do distrito do Niassa em dezembro de 1960, resultando na ordem detenção de Benedito Mapange e sua imediata remoção para Lourenço Marques. Essa detenção contrariou a proposta que o administrador da circunscrição de Maniamba apresentara ao governador do distrito do Niassa, sugerindo ser oportuno aproveitar para os fins coloniais a pessoa e as informações de Benedito Mapange. Para este administrador, apesar do mesmo ter

⁵³³ ANTT/SCCIM n° 1117: Nota do posto administrativo de Cóbue, datada de 12 de Outubro de 1960, com informações referentes ao Benedito Mapange e John Assale.

⁵³⁴ Ibid.

sido classificado como “elemento pernicioso e perturbador” pelo posto de Cóbue, mesmo assim, não o considerava “elemento perigoso”, antes “de quem se pode extrair mais informações”.⁵³⁵ Com a proposta, o administrador de Maniamba esperava “[...] poder conhecer dos indivíduos com quem convive, de lhe ser permitido deslocar-se a Vila Gouveia e de, no caso ser necessária a detenção, que tal seja levada a efeito no Báruè, depois de convivência com o irmão Barnabé.”⁵³⁶

Para a detenção de Benedito Mapange parece terem sido determinantes as suspeitas levantadas a 25 de novembro de 1960 por Afonso I.-Ferraz de Freitas, do Centro de Informação, segundo as quais ele poderia ser um dos enviados ou emissários associados ao Mozambique African Association (MAA), presidido por Daud Atupali. Em carta datada de 30 de outubro de 1960, capturada pelas autoridades portuguesas em Moçambique, Daud Atupali manifestou ao enfermeiro A. Roberto Amargo, residente na Beira, a sua disposição de enviar emissários a esta cidade, a fim de “explicar de viva voz” os aspectos que estariam relacionados com o MAA, segundo Afonso I. Ferraz de Freitas. Este mantinha a suspeita se “Não teria o Mapange sido aproveitado para semelhante missão?”, considerando as informações segundo as quais Mapange coabitava com John Assale em Tanganyika e que este era “elemento proeminente” na referida organização de Daud Atupali.⁵³⁷

Ferraz de Freitas entendeu que ao sugerir a não detenção imediata de Mapange, com a justificação de que não o considerava “elemento perigoso”, o administrador da circunscrição de Maniamba “foi prematuro no seu juízo” e subestimou as possibilidades de influência de “indivíduos como o Mapange”.⁵³⁸

Sendo-se indivíduo com cultura muito acima da dos seus conterrâneos e apresentando-se bem, de maneiras e vestuário, no geral, é respeitado no meio primitivo, pelo menos pelas gerações mais novas, senão por todas e pode acabar por exercer influência acentuada.⁵³⁹

⁵³⁵ ANTT/SCCIM n° 1117: Ofício do administrador da circunscrição de Maniamba, com informações referentes à detenção de Benedito Mapange em Dezembro de 1960.

⁵³⁶ Ibid.

⁵³⁷ ANTT/SCCIM n° 1117: Ofício de Afonso Ivens-Ferraz de Freitas, datado de 25 de Novembro de 1960, com informações referentes à detenção de Benedito Mapange em Dezembro de 1960.

⁵³⁸ Ibid.

⁵³⁹ Ibid.

Antes da detenção de Benedito Mapange, em setembro de 1960, o governador-geral de Moçambique tinha instruído os governadores dos distritos de Moçambique a evitarem brandura e passarem a demonstrar rigor e intransigência, incluindo determinar a prisão de indivíduos visados pela rede de informação colonial que se aproximassem e aderissem a qualquer tipo de situação ou evento de caráter nacionalista que ocorresse dentro ou fora do território de Moçambique.⁵⁴⁰ Com esta determinação, o governador-geral de Moçambique chamava atenção e instruía o governador do distrito do Niassa, Duarte Carlos Pires Velloso, ressaltando que tinha sido reportada a informação recebida do administrador da circunscrição de Amaramba, da região sul do distrito, dando conta que alguns moçambicanos dos postos administrativos de Mandimba, posto-sede e Mecanhelas (entre os quais se destacavam o chefe Mataca e os enviados dos regedores Matreze e Napulo) teriam estado presentes no comício de 3 de setembro de 1960 presidido pelo Dr. Hastings Banda, do MCP.⁵⁴¹

O governador do distrito de Niassa tinha instruído os administradores sob sua tutela para não procederem a detenção imediata, porque lhe convinha aguardar por desdobramentos subsequentes em relação à informação datada de 27 de agosto deste ano, que lhe fora remetida do posto administrativo de Mandimba. Nela constava que aos regedores Napulo e Matreze, os chefes Congerenge, Gunga e Lucolongo teriam sido enviadas cartas-convite para presenciarem ao referido comício do Dr. Banda, marcada para ter lugar na povoação do chefe Gumba, em Niassalândia.⁵⁴²

Mais tarde, a 25 de abril de 1961, com base em notas recebidas das administrações do concelho de Vila Cabral e da circunscrição de Amaramba, o governador do distrito do Niassa, Duarte Carlos Pires Velloso, informou ao governador-geral de Moçambique que eram infundadas as informações sobre a existência de organizações do MCP no distrito.⁵⁴³ Respondia a preocupação manifestada a 5 de setembro de 1960 pelo governador-geral que recomendou que fosse averiguada a informação que suspeitava que o MCP estaria a se estabelecer secretamente na

⁵⁴⁰ ANTT/SCCIM n° 1088: Ofício do Governador-geral de Moçambique, datado de Setembro de 1960, referente à evolução da situação nacionalista no Malawi e suas implicações em Moçambique.

⁵⁴¹ ANTT/SCCIM n° 1088: Informações referentes à presença de moçambicanos da circunscrição de Amaramba no comício presidido pelo Dr. Hastings Banda, que teve lugar a 03 de Setembro de 1960.

⁵⁴² Ibid.

⁵⁴³ ANTT/SCCIM n° 1088: Ofício do Governador do Distrito do Niassa, Duarte Carlos Pires Velloso, datado de 25 de Abril de 1961, referente à existência de organizações do Malawi Congress Party no Distrito de Niassa.

região do lago Amaramba, sul do distrito do Niassa.⁵⁴⁴ Também a 17 de outubro de 1960, o administrador do concelho de Vila Cabral tinha informado ao governador Duarte Carlos Velloso que “parece não haver” na área deste concelho qualquer forma de organização local do MCP, constando apenas que indivíduos do concelho de Vila quando estivessem em Niassalândia procediam ao pagamento de uma quota de 2 *shilings* para a referida organização nacionalista, no intuito de obterem uma espécie de “livre-trânsito” naquele país vizinho. Informação corroborada pela nota da circunscrição de Amaramba de 9 de março de 1961.⁵⁴⁵

Nesse quase um ano, a 15 de abril de 1961, o governador do distrito do Niassa remeteu ao governador-geral de Moçambique a transcrição da nota do posto administrativo de Mandimba, datada de 8 de abril, que informava que o “district commissioner” e o comandante da polícia de Fort Johnston, da Niassalândia, intercederam junto da administração deste posto para que as autoridades portuguesas tomassem uma decisão em relação ao régulo Catur. Na ocasião foi redigida uma carta das autoridades malawianas solicitando um encontro com o administrador do concelho de Vila Cabral para abordarem o assunto. A referida informação do posto de Mandimba referia que o régulo Catur pretendia regressar para o distrito do Niassa, afim de reocupar seu cargo e funções de regedor nas terras onde o governo português tinha nomeado um outro regedor.⁵⁴⁶

A nota fazia menção ao fato do régulo Catur manter relações com o MCP e que o mesmo tinha conversado com o Dr. Hastings Banda. Parece que o régulo Catur retornara à Niassalândia depois de ver frustrada uma tentativa anterior para reocupar sua posição de regedor no distrito do Niassa. Suspeitava-se que o retorno do régulo Catur à Niassalândia estava associado ao que a administração do posto de Mandimba notou como sendo o movimento “mais acentuado” e “um maior interesse” da população do sul do distrito em relação ao movimento nacionalista liderado pelo MCP.⁵⁴⁷

⁵⁴⁴ ANTT/SCCIM n° 1088: Instrução do Governador-geral, datada de 05 de Setembro de 1960, referente ao Malawi Congress Party.

⁵⁴⁵ ANTT/SCCIM n° 1088: Nota da circunscrição de Amaramba, datada de 09 de Março de 1961, referente às organizações do Malawi Congress Party no Distrito de Niassa.

⁵⁴⁶ ANTT/SCCIM n° 1088: Nota do Governador do Distrito do Niassa, datada de 15 de Abril de 1961, referente ao régulo Catur.

⁵⁴⁷ Ibid.

A 8 de junho de 1961, o Secretário-Adjunto da Defesa Nacional de Portugal, remeteu para o Comandante-Chefe das Forças Armadas Portuguesas de Moçambique, a transcrição do relato feito por um colono português sobre a situação do distrito do Niassa. Nele, o referido colono alertava sobre o estado de insegurança dos colonos portugueses, caso ocorresse em Vila Cabral, sede do governo deste distrito, um levantamento violento semelhante ao que tivera lugar no norte de Angola em março de 1961. A nota destacava a afirmação do referido colono de que havia em Vila Cabral uma convicção geral de que em caso de mobilização das populações para uma ação violenta contra os colonos portugueses, estes seriam “apanhados como coelhos sem tempo para respirar.”⁵⁴⁸

Entre os factores de insegurança apontados no relato constava que existiam centenas de armas em posse da população da Vila Cabral e de outras áreas do distrito do Niassa; que neste distrito os “lugares-tenentes” do MCP eram originários de nascença e que: a população atendia aos seus comícios em que se propagava o discurso de independência nacional do Malawi, realizados próximo da fronteira com Moçambique ao sul do distrito; era notável e intrigante a complacência com que as autoridades administrativas do distrito, instruídas pelo respectivo governador, Duarte Velloso, lidavam com o receio dos colonos; era notável e intrigante o fato dos postos administrativos do distrito do Niassa ficarem sem os respectivos chefes durante meses; em Vila Cabral e em todo distrito do Niassa havia entre os colonos pouco domínio das línguas Yao e Nianja; as forças militares comandadas pelo capitão Villas Boas careciam de verbas, efetivos e de um serviço de informação que deveria ser constituído por elementos militares e militarizados que integrassem colonos civis e africanos.⁵⁴⁹

O referido colono, provavelmente residente em Vila Cabral, não mencionava nomes ou se teria observado qualquer tipo de mobilização ou organização anticolonial no distrito. É provável que a sua denúncia tivesse como alvo o zelo das autoridades do governo do Niassa e que manifestava o sentimento de insegurança que existiria no seio dos colonos portugueses do distrito, tendo em vista os assassinatos de março de 1961 no norte de Angola. Porém, pouco depois, autoridades do distrito reportaram informações dando conta de formas de mobilização e organização política e militar no distrito do Niassa ou visando o distrito. Datadas da primeira

⁵⁴⁸ ANTT/SCCIM n° 1088: Nota do Secretário-Adjunto da Defesa Nacional de Portugal, datada de 08 de Junho de 1961, com transcrição de um relato sobre a situação do Distrito de Niassa.

⁵⁴⁹ Ibid.

metade do ano de 1962, essas informações não referem ligações entre os fatos que descrevem e o relato do referido colono de Vila Cabral.

De outra parte, uma nota da administração da circunscrição de Amaramba (sul do Niassa), datada de 10 de janeiro de 1962, reportava ao governador do distrito do Niassa a informação segundo a qual indivíduos da circunscrição de Marrupa, em trânsito pela povoação do chefe Mecundica (da regedoria Caronga), do posto-sede da circunscrição de Amaramba, disseram em conversa com indivíduos desta povoação que grupos vindos de Tanganyika e Niassalândia iriam se estabelecer no monte Chigomo, no lago Amaramba, e no posto administrativo de Mecula (da circunscrição de Marrupa).⁵⁵⁰ Esta informação não foi consubstanciada por outras que pudessem sustenta-la ou apontar eventuais aspectos a ela relacionados.

Porém, na mesma data de 10 de janeiro de 1962, o Comissariado de Polícia de Vila Cabral reportava que Jorge Francisco Chulachila (ou talvez Chilaula), natural de Cóbuè, residente em Vila Cabral, onde trabalhava como servente do Clube de Alto Niassa, ao ser interrogado por este comissariado declarou que ele, Tomás Dewase, João Faharane, Guilherme Michindo, Mateus Catiala, Martins Troati, Samuel Cababa e Danis Assala reuniam-se em casa de Rui Barros, servente da direção distrital de fazenda do distrito do Niassa, tendo nessas ocasiões escrito cartas

⁵⁵⁰ ANTT/SCCIM n° 1088: Transcrição da nota da administração da circunscrição de Amaramba, datada de 10 de Janeiro de 1962, referente à grupos que viriam de Tanganhica e Niassalândia para se estabelecerem no monte Chigomo, no lago Amaramba e no posto administrativo de Mecula, da circunscrição de Marrupa.

ao nianja Henry Chipembere⁵⁵¹ manifestando a intenção de desenvolverem um movimento nacionalista no distrito do Niassa.⁵⁵²

[...] seguir para a América, a fim de se instruírem e depois fazerem revolução contra os brancos para se tornarem independentes e serem eles próprios a governar esta terra e ainda para Chipember [Henry Chipembere] os vir ajudar na revolução, pois pretendiam unificar o Distrito do Niassa com a Niassalândia, alegando para isso que o governo os tratava mal e que os vencimentos que auferiam eram diminutos.⁵⁵³

No seu livro *A luta de libertação na frente do Niassa*, importante pelos depoimentos que reúne sobre os primeiros núcleos da FRELIMO e seus integrantes no distrito do Niassa, Ndegue não se refere aos fatos que antecederam a fundação da FRELIMO a 25 de junho de 1962. Procura destacar os núcleos clandestinos constituídos em Cóbue, em Messumba e em Vila Cabral, sua composição e a contribuição desempenhada pelos regedores Chitege e Mataka, ambos do posto de Cóbue, e do Padre Paulo Suizane Litumbi, da Missão Anglicana de Messumba, nas atividades clandestinas de organização e mobilização desses núcleos, mas descrevendo-os no âmbito da sua ligação à FRELIMO. Contudo, ao se referir sobre o núcleo de Vila Cabral, o depoimento de João Estevão Minofo mencionava os nomes de Rui António Barros, Tomás Artur Dewasi, João Suines Farahane, Guilherme Monteiro Michindo (como secretário do núcleo).⁵⁵⁴

⁵⁵¹ Henry Chipembere, filho do Padre anglicano Habil Mathew Chipembere, de origem nianja, nasce em Kota-Kota, Niassalândia. Ainda jovem, aos 25 anos de idade, é eleito membro do Conselho Legislativo da Niassalândia em 1956. Torna-se uma das proeminentes figuras do Nyasaland African Congress (NAC). Henry Chipembere foi um dos dirigentes da NAC que em 1956 convidou o Dr. Hastings Kamuzu Banda, formado nos EUA, a se filiar ao Nyasaland African Congress. Dr. Banda será eleito Presidente do NAC em 1958 e em retribuição ao apoio político prestado por Chipembere, ocupará a pasta de Secretário do Tesouro do partido. Na sequência da violência de fevereiro de 1959 atribuída aos dirigentes do NAC, Henry Chipembere, Dr. Banda e outros membros do executivo do partido foram detidos e presos em Gwelo (Gweru), na Rodésia do Sul. A partir de março de 1959, o NAC foi banido e em seu lugar fundado o Malawi Congress Party (MCP). Quanto ao Dr. Banda, libertado em abril de 1960, participou de negociações com autoridades da Niassalândia, visando a independência do país. Por sua vez, Chipembere foi liberto em setembro de 1960 e em dezembro voltou a ser detido sob a acusação de ter pronunciado um discurso violento, sendo solto em janeiro de 1963. Entretanto, Dr. Hastings Kamuzu Banda foi eleito chefe do governo da Niassalândia. Depois de liberto, Chipembere foi nomeado Ministro da Administração Local do governo. Após a independência do Malawi, em agosto de 1964, os históricos líderes malawianos do NAC como Henry Chipembere, Kanyama Chiume, Dunduzu Chisiza entraram em conflito com Presidente Banda a quem acusavam de autocracia. Chipembere liderou uma tentativa de golpe de Estado em fevereiro de 1965. Com o apoio dos EUA e da Grã-Bretanha, foi anistiado e exilou-se na Califórnia. (Acessado online a 28 de outubro de 2016).

⁵⁵² ANTT/SCCIM n° 1072: Nota do Comissariado de Polícia de Vila Cabral, datada de 10 de Janeiro de 1962, com declarações de Jorge Francisco Chulachila, ou talvez Chilaula, referentes ao Henry Chipembere.

⁵⁵³ Ibid.

⁵⁵⁴ NDEGUE, D. F. X. **A luta de libertação na frente do Niassa**. Volume 1. Maputo: JV Editores, 2009, p. 27-28.

Esta coincidência leva-nos a sugerir que é provável que a formação desses núcleos tenha sido anterior à fundação da FRELIMO e se desenvolveram em relação à MANU, UDENAMO e por influência dos movimentos nacionalistas da Niassalândia e Tanganyika. O uso recorrente da denominação “núcleos da FRELIMO” resulta do vício da delimitação cronológica, que acontece quando o autor situa dentro da história da FRELIMO fatos que provavelmente lhe foram anteriores.

Das declarações de Jorge Francisco Chulachila, Academy Real Amargo, de 19 anos de idade, natural da Beira, filho de Alforde Roberto Amargo, enfermeiro na cidade da Beira, foi apontado como “o futuro presidente do Distrito de Niassa”, de quem o grupo estaria a espera para dar “início à revolução.”⁵⁵⁵ Apesar de considerarmos a referência que tinham na MANU, UDENAMO, MCP e TANU, esta informação coloca a dúvida sobre a que dimensão territorial visava a mobilização política desenvolvida no distrito do Niassa, pelo menos até o período de janeiro de 1962, sendo este mais um aspecto que carece de estudos mais acurados.

A 18 de janeiro de 1962, a administração da circunscrição de Amaramba, em Nova Freixo, informou ter tomado conhecimento que estava em curso em Niassalândia a preparação de grupos armados que atacariam povoações das circunscrições de Amaramba e de Milange (esta última no distrito da Zambézia) localizadas junto da fronteira com aquele território. A 16 de junho de 1962, Eugénio Ferreira de Almeida, encarregado do governador-geral de Moçambique, reportou ao Ministro do Ultramar, em Lisboa, que das averiguações feitas na sequência desta informação, Paulo Macombo, natural do posto de Nauela (circunscrição do Alto Molócuè, distrito da Zambézia) chefiaria um grupo que entraria por Massiabanco-Chinguo para atacar as povoações Mepunga e Comone; David Macahua chefiaria o grupo que entraria por Nhambalo para efetuar ataques nas povoações Chamba, Mutucula, Sale e Correia, da circunscrição de Amaramba. Um terceiro grupo atacaria as margens do lago Chirua. Mencionou que se não fossem as dificuldades financeiras e de armas que reforçariam o que se contava de “maior número de catanas, facas e zagaias”, os ataques teriam iniciado a 1 de janeiro de 1962.⁵⁵⁶

⁵⁵⁵ ANTT/SCCIM n° 1072: Nota do Comissariado de Polícia de Vila Cabral, datada de 10 de Janeiro de 1962, com declarações de Jorge Francisco Chulachila, ou talvez Chilaula, referentes ao Henry Chipembere.

⁵⁵⁶ ANTT/SCCIM n° 1088: Ofício de Eugénio Ferreira de Almeida, encarregado do Governador-geral de Moçambique, datado de 16 de Junho de 1962, referente à informações dando conta da preparação de ataques contra as povoações fronteiriças das circunscrições de Amaramba e Milange.

É neste contexto que em fevereiro de 1962, Benedito Jaime Mapange efetuou uma missão em Blantyre e na capital do Malawi, provavelmente organizada pelo Consulado-Geral de Portugal em Salisbúria, Rodésia do Sul, com o objetivo de investigar as atividades de Chico Lourenço e da UDENAMO e averiguar se no Malawi teriam sido criadas organizações propícias ao recrutamento de moçambicanos para a luta armada pela independência de Moçambique. Ao relatar os resultados da missão, Benedito Mapange concluiu que em Malindi, Fort Johnston e em Kota-Kota, em Malawi, havia no seio dos Nianja provenientes de Vila Cabral (Messumba, baía de Ngôo), Cóbue e de Chigomo (região ocidental do Niassa), a consciência política para adesão a um movimento nacionalista que viesse a ser constituído para Moçambique. Concluía que a UDENAMO, enquanto organização política, não estava estabelecida no Malawi, havendo, porém, informações de que existiam contatos entre a UDENAMO e os membros do MCP, do Dr. Hastings Banda.⁵⁵⁷

No seu relatório, Benedito Mapange menciona que os referidos imigrantes do distrito do Niassa residentes em Niassalândia alimentavam a consciência de que a adesão às campanhas do MCP pela independência do Malawi era um passo importante para o apoio futuro que se esperava que este país desse em retribuição ao movimento de independência de Moçambique. Mapange referia que durante a sua missão, Henry Chipembere encontrava-se preso em Zomba junto de outras figuras como “Chikonda”, “Rashidi”, “Koma” e “Komas”, mencionando-os como imigrantes provenientes do distrito do Niassa nos seguintes termos:

I believe that these people are there [em Malawi] not as really permanent immigrants but as temporary immigrants waiting for the wake of Mozambique nationalism and many told me that they will return to Vila Cabral as soon as they felt that Mozambique is free. I therefore fear that these people are potentially dangerous.⁵⁵⁸

A 4 de abril de 1962, Duarte Velloso, governador do distrito do Niassa, reportava ao governador-geral informações fornecidas pela rede de informações da administração da circunscrição de Maniamba, segundo as quais Academy Pande, Pedro Mandua e Assahel Mazula

⁵⁵⁷ ANTT/SCCIM n° 1088: Relatório de Benedito Jaime Mapange da missão que em Fevereiro de 1962 efetuou em Blantyre e na capital do Malawi com objetivo de investigar as atividades de Chico Lourenço e da UDENAMO e a situação propícia ao nacionalismo em Moçambique.

⁵⁵⁸ Ibid.

comunicavam por carta com Henry Chipembere. Referia ao fato deste último ter sido secretário do MCP em 1959, mas que se encontrava preso em Gwelo nesta data. Identificado como nascido na povoação de Chuango, posto administrativo de Metangula; filho do Padre Habel Chipembere da Missão Anglicana de Messumba e que teria estudado na Missão S. Bartolomeu de Messumba, imigrando desde cedo com o pai em Niassalândia.⁵⁵⁹

Sobre Assahel Jonassane Mazula constava a informação de que era natural de Messumba (posto administrativo de Metangula), conhecido pela sua manifesta intenção de ser enquadrado na administração do distrito do Niassa.⁵⁶⁰ Estando a desempenhar as funções de auxiliar do governo do distrito de Moçambique, Assahel Jonassane Mazula requereu em carta de 21 de dezembro de 1961, a intervenção do governador do distrito do Niassa solicitando a sua nomeação ao cargo de adjunto na administração da circunscrição de Maniamba. Em 1958 e 1960 manifestou a mesma intenção. Justificava que a sua candidatura de admissão para a vaga de adjunto da Ação Psicossocial no distrito do Niassa pelas habilitações literárias e profissionais que possuía. No referido requerimento, Mazula declarava seu fervoroso patriotismo e fidelidade à “Nação Portuguesa”, considerando o fato de possuir o domínio dos costumes e línguas predominantes no distrito do Niassa.⁵⁶¹

[...] visto que o serviço de adjunto vem conjugar totalmente com as ideias muito antigas do requerente, no sentido de o indígena conhecer nitidamente e sem nenhuma sombra de ignorância o nosso honrado Governo da Nação, tal qual o filho honrado conhece o seu querido pai, atendendo a que para serviço de igual natureza são precisos homens que ofereçam a sua vida, inteiramente, para a causa da Pátria, estando nestas condições o requerente; atendendo a que o requerente fala, lê e escreve o Português, o Swahili, o Macua, o Ajaua, o Nianja, o Inglês, línguas muitas vezes correntes no Distrito do Niassa; atendendo a que o requerente, desde garoto, tem apregoado O PORTUGUESISMO em toda a parte onde viveu, e em especial no Niassa – a ponto de criar ódio e inimizades no Estrangeiro porque patenteou abertamente o seu amor a Portugal, sendo ultimamente ameaçado à morte, tudo isso devido ao seu grande amor a Portugal [...].⁵⁶²

⁵⁵⁹ ANTT/SCCIM n° 1088: Ofício do Governador do Distrito do Niassa, Duarte Carlos Pires Velloso, datado de 4 de Abril de 1962, com informações referentes a contatos entre Academy Pande, Pedro Mandua e Assahel Mazula e Henry Chipembere.

⁵⁶⁰ Ibid.

⁵⁶¹ ANTT/SCCIM n° 1088: Carta de Assahel Jonassane Mazula, datada de 21 de Dezembro de 1961.

⁵⁶² Ibid.

Com 46 anos de idade na data em que redigiu a referida carta, Mazula mencionava que possuía um perfil literário-profissional entre a população negra do distrito; declarava ter concluído o exame de 2º grau (4ª classe), ter frequentado três anos do curso de professor em Lourenço Marques, doze anos do curso de teologia, o curso de guarda-livros no Instituto Lusitano de Comércio em Lisboa, cursos de caligrafia no mesmo instituto, três anos do curso de inglês prático por correspondência pela Universidade de África do Sul, em Pretória, além de declarar ter desenvolvido estudos de sociologia no Centro de Estudos Políticos e Sociais do Ministério do Ultramar.⁵⁶³ Enfim, a 25 de janeiro de 1964, o administrador do posto administrativo de Cóbue informava ao administrador da circunscrição de Maniamba ter perdido o controle da infiltração da FRELIMO no posto, ao ponto considerar que:

[...] toda a área deste Posto [de Cóbue] está infestada de nativos ligados à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), desempenhado, todos eles, funções mais ou menos preponderantes, naquele Partido.⁵⁶⁴

O mesmo administrador do posto de Cóbue lamentava que era “quase impossível” proceder ao controle e impedir o alastramento da infiltração, porquanto a FRELIMO sucedeu na conquista da adesão política das autoridades africanas da região de Cóbue, levando-os ao descumprimento das obrigações administrativas de colaborarem com a administração do posto. Mencionava que a FRELIMO contava com bases de apoio político junto das autoridades malawianas da Ilha de Likoma e do governo da Tanzânia, onde os seus elementos mobilizadores recorriam quando se viam na suspeita de serem detidos pelas autoridades portuguesas.⁵⁶⁵

Também acusava as autoridades malawianas da Ilha de Likoma de acobertar elementos da FRELIMO que desenvolviam clandestinamente atividades no posto de Cóbue, a partir desta ilha situada no lago Niassa e muito frequentada pela população deste posto. Referia que Matias Liwawa, Alberto Gaunge, Leonardo Leonardo encontravam-se protegidos naquela ilha, onde recebiam alimentos transportados pelo barco de Landford Gaunge, pai de Alberto Gaunge,

⁵⁶³ ANTT/SCCIM n° 1088: Carta de Assahel Jonassane Mazula, datada de 21 de Dezembro de 1961.

⁵⁶⁴ ANTT/SCCIM n° 1936: **Relatório dos Incidentes Ocorridos no Distrito do Niassa, no período de 25 de Setembro a 31 de Dezembro de 1964**: nota datada de 25 de Janeiro de 1964 do administrador do posto administrativo de Cóbue enviada ao administrador da circunscrição de Maniamba.

⁵⁶⁵ Ibid.

residente na regedoria Mataca (do posto de Cóbue). Referia também que autoridades malawianas da Ilha de Likoma detiveram um indivíduo moçambicano sob a acusação de ser informante da administração de Cóbue e implicado por aquelas autoridades na detenção do regedor Chitege, Sidney Namata e Alexandre Magnus Mchikoma.⁵⁶⁶

Ao ter constatado que o alastramento da infiltração política da FRELIMO se realizava por via da referida ilha e da povoação de Chiwinde (posto de Olivença), no extremo noroeste junto da fronteira com Tanganyika, o mesmo administrador do posto de Cóbue propôs com caráter de urgência uma série de condições de segurança e socioeconômicas para conter o desenvolvimento da presença da FRELIMO que: fosse colocada à disposição do posto administrativo de Cóbue uma embarcação a gásóleo que adicionada a outra que existia, estaria em condições de prover efetiva fiscalização do trânsito vulnerável à infiltração de elementos e de correspondência da FRELIMO; se providenciasse a colocação de elementos militarizados do governo colonial na fronteira com a Tanzânia, principalmente na faixa Chiwinde-Lipoche-Chicune; se procedesse a abertura de um estabelecimento comercial em Lipoche ou Chicune para efeitos de evitar a dependência da população em relação aos mercados tanzanianos; a melhoria dos serviços de maternidade e parto no posto administrativo de Cóbue, de modo a evitar o “desprestígio” português patente no acolhimento prestado pela Missão Anglicana de Likoma (no Malawi), às parturientes deste posto; se construísse um edifício para os guardas da polícia portuguesa, dado que se instalavam num quarto do novo edifício da maternidade que aí existia; e era mais do que oportuno e necessário que o administrador da circunscrição de Maniamba dirigisse, periodicamente, no posto administrativo de Cóbue reuniões com autoridades africanas com a finalidade de dissuadir a adesão política à FRELIMO, devendo nas “banjas” (reuniões) o administrador sublinhar que o governo não se pouparia em recorrer ao uso da força armada contra prevaricadores; os aviões das forças armadas portuguesas efetuassem sobrevoos “à pequena altitude” na área deste posto.⁵⁶⁷

⁵⁶⁶ ANTT/SCCIM n° 1936. **Relatório dos Incidentes Ocorridos no Distrito do Niassa, no período de 25 de Setembro a 31 de Dezembro de 1964:** nota datada de 25 de Janeiro de 1964 do administrador do posto administrativo de Cóbue enviada ao administrador da circunscrição de Maniamba. Cf. NDEGUE, D. F. X. **A luta de libertação na frente do Niassa.** Volume 1. Maputo: JV Editores, 2009, p. 18 em diante, onde constam depoimentos de alguns visados. Importante para corrigir os nomes constantes na documentação colonial consultada.

⁵⁶⁷ ANTT/SCCIM n° 1936. **Relatório dos Incidentes Ocorridos no Distrito do Niassa, no período de 25 de Setembro a 31 de Dezembro de 1964:** nota datada de 25 de Janeiro de 1964 do administrador do posto administrativo de Cóbue enviada ao administrador da circunscrição de Maniamba.

A 27 de janeiro de 1964, o administrador da circunscrição de Maniamba aludia ao governador do distrito do Niassa o teor desta nota da administração de Cóbue e lamentava no mesmo sentido. Fazia constar em sua nota, que mesmo depois de ter efetuado “banjas” nas povoações, nas quais teria tido o “cuidado de avisar as populações da acção perniciosa” de elementos da FRELIMO, “havendo a suspeita de atividades subversivas entre os nianjas, nenhuma autoridade gentílica, nem nenhum elemento da população foi solícito a informar o posto ou o Administrador da Circunscrição do que, na verdade, se estava passando.”⁵⁶⁸

O mesmo administrador de Maniamba reiterou a conclusão do administrador de Cóbue, segundo a qual as autoridades africanas deste posto “há muito” que vinham faltando ao cometimento que deviam de informa-los, remetendo-se ao “silêncio”, associando a atitude das autoridades africanas de Cóbue ao “medo e no receio de represálias” em relação a “alguns elementos da população”. O administrador de Maniamba interpretava o referido silêncio como um sinal de que havia “boa receptividade” dos elementos e propaganda da FRELIMO no seio da população da circunscrição de Maniamba e, em particular, do posto de Cóbue.⁵⁶⁹

Por fim, o referido administrador de Maniamba se referia ao governador do distrito do Niassa comunicando que a rede de informantes do governo deste distrito identificou a organização e os chefes- ou alguns dos chefes- envolvidos nas atividades da FRELIMO, apelando que a situação descrita pelo administrador do posto de Cóbue exigia que fosse objeto de uma “inteligente e constante acção esclarecedor e de contrapropaganda”, visando dar mostras de que a administração se encontrava vigilante e se prestava ao “apoio” e “proteção” das “populações assediadas”.⁵⁷⁰ Em fevereiro de 1964, a FRELIMO divulgou a informação da detenção do chefe Chitege de Chigoma, de Sidney Namata, E. Khamphambe e de M. Mchikoma, a 23 de dezembro de 1963 pelo governo do distrito do Niassa, designando-os de “nacionalistas moçambicanos”.⁵⁷¹

Ao se referir sobre o assunto da nota de 25 de janeiro de 1964, em que o administrador do posto de Cóbue aludia à infiltração de agentes da FRELIMO, os SCCIM, sintetizaram a

⁵⁶⁸ ANTT/SCCIM n° 1936. **Relatório dos Incidentes Ocorridos no Distrito do Niassa, no período de 25 de Setembro a 31 de Dezembro de 1964**: nota datada de 27 de Janeiro de 1964 do administrador da circunscrição de Maniamba enviada ao governador do distrito do Niassa.

⁵⁶⁹ Ibid.

⁵⁷⁰ Ibid.

⁵⁷¹ FRELIMO. **Mozambique Revolution** n° 3. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Fevereiro de 1964, p. 8-9.

informação constante nestes serviços sobre o regedor Chitege, Aidane Cauela (Aidão Kawele Chitegi⁵⁷²). O regedor Chitege foi descrito como tendo diligenciado a saída para Tanzânia de 30 moçambicanos que “sabiam ler e escrever corretamente o português” e pretendia novamente diligenciar a saída de mais 18 com as mesmas habilitações, tendo o mesmo regedor conseguido que um indivíduo deste país fosse libertado sem ter sido submetido a averiguações por autoridades competentes da administração colonial. O referido indivíduo tinha sido detido por um sipaio que o acusara de não estar na posse de documento de identificação.⁵⁷³

Constava também que o mesmo regedor Chitege tinha sido preso e enviado para Metangula acusado de participar de atividades clandestinas como membro da FRELIMO. Uma informação, provavelmente elaborada pela administração da circunscrição de Maniamba mencionou o regedor Chitege como sendo um indivíduo instruído e destacado para merecer a atribuição de um devido reconhecimento pelo governo português, por consideração da importância política que o mesmo mantinha, uma vez que a sua regedoria era a mais populosa do posto administrativo de Cóbue.⁵⁷⁴

Esse conjunto de fatos evidencia que os SCCIM estavam informados que o regedor Chitege herdou as terras da regedoria Chitege do seu tio regedor Chitege, de quem herdou também as desavenças já existentes entre este último e o vizinho regedor Mataca. Desavenças que teriam se originado da acusação feita por seu tio, de que o regedor Mataca seria um feiticeiro e estaria a roubar a água das chuvas das suas terras, constando que teria sido o regedor Mataca quem denunciara ao administrador do posto de Cóbue as reuniões da FRELIMO realizadas sob alçada do regedor Chitege em Cóbue. Denúncia que a autoridade colonial fonte da informação interpretou como “visando eliminar o regedor Chitege e [o regedor Mataca] ganhar as atenções do Governo.”⁵⁷⁵

Na referida informação era salientado que, apesar das suspeitas sobre a persistente permissão que o regedor Chitege estaria a oferecer em favor da propaganda da FRELIMO nas suas terras, “não se deve esquecer que o regedor Chitege herdou uma das regedorias nianjas mais

⁵⁷² NDEGUE, D. F. X. **A luta de libertação na frente do Niassa**. Volume 1. Maputo: JV Editores, 2009, p. 17, 18.

⁵⁷³ ANTT/SCCIM n° 1936 **Relatório dos Incidentes Ocorridos no Distrito do Niassa, no período de 25 de Setembro à 31 de Dezembro de 1964**. Síntese de informações dos SCCIM sobre o regedor Chitege.

⁵⁷⁴ Ibid.

⁵⁷⁵ Ibid.

importantes da circunscrição de Maniamba”. E por conta dessa herança, ele mantinha “prestígio e ascendência, que vem do seu tio, sobre a população da regedoria, não só a que vive actualmente lá, mas também a que vive em territórios vizinhos estrangeiros”. Tendo em consideração o fato de o regedor Chitege ter sido preso acusado nessas atividades da FRELIMO, o administrador sugeria ser o contexto político em causa a “altura indicada para investir Aidane Cauela nas suas funções de regedor dando-lhe uma farda completa e conferindo-lhe ao acto maior solenidade e assistência.”⁵⁷⁶

De fato, o administrador de Maniamba estava certo ao salientar o prestígio além-fronteiras do regedor Chitege. Os SCCIM estavam na posse de uma carta dirigida a 10 de junho de 1964 ao governador do distrito de Niassa e assinada por um coletivo que se denominou de “Gentes do Coboè em grupos” residentes em Coboè, Malawi, Rodésia do Sul (Zimbábue), Rodésia do Norte (Zâmbia), África do Sul, Tanzânia e Congo Belga (ex-Zaire, República Democrática do Congo). Nesta carta, os signatários, “gentes do Coboè”, protestavam a detenção e pediam a libertação do que chamam de “nosso Régulo Chitege com rapazes dele”, em troca de se manter a paz entre o governo do distrito do Niassa e as “gentes do Coboè”.⁵⁷⁷

Sobre as “gentes do Coboè”, os SCCIM faziam referência ao registro do Centro de Informações datado de agosto de 1960, no qual se chamava atenção para os “jovens niassas”, considerados como um “numeroso núcleo de jovens” que se destacava no Tanganyika por constituírem “os elementos mais evoluídos” entre os restantes moçambicanos residentes neste território.⁵⁷⁸

Para os SCCIM, a informação de que os “jovens niassas” foram formados na Missão Anglicana de Messumba e que insatisfeitos com a administração portuguesa emigraram para os países referidos acima a procura de “empregos compatíveis com as suas habilitações” reiterava a suspeita de terem desenvolvido uma consciência nacionalista, dado o fato de nesses países ser

⁵⁷⁶ ANTT/SCCIM n° 1936 **Relatório dos Incidentes Ocorridos no Distrito do Niassa, no período de 25 de Setembro à 31 de Dezembro de 1964**. Síntese de informações dos SCCIM sobre o regedor Chitege.

⁵⁷⁷ Ibid. Carta, dirigida na data de 10 de Junho de 1964 ao governador do distrito de Niassa, assinada por “Gentes de Coboè em grupos”.

⁵⁷⁸ Ibid. Registro do Centro de Informações datado de Agosto de 1960.

comum a “contaminação pelas ideias nacionalistas que nos eram hostis e que grassavam em larga escala naquele país [Tanzânia].”⁵⁷⁹

Depoimentos⁵⁸⁰ dos constituintes dos núcleos clandestinos a favor da FRELIMO no distrito do Niassa relatavam a sua adesão e a dos estudantes e professores, sobretudo da Missão Anglicana de Messumba a esta organização. Referiam que o primeiro núcleo da FRELIMO neste distrito surgiu em Chigoma, no posto de Cóbue, em janeiro de 1963, com a filiação de Lester Chitunga, Sidney Namata, Orlando Polomola e Alexandre Magnus Mchikoma.⁵⁸¹ Um dos integrantes deste núcleo, o regedor Aidao Kawele Chitegi, do Cóbue, contava que antes de suceder em 1963, ao seu tio materno, regedor Chitege, esteve na Zâmbia e no Malawi, vivenciando o movimento nacionalista destes países.⁵⁸² O Padre Paulo Suizane Litumbi, em setembro de 1963, na Missão Anglicana de Messumba encabeçou a formação do núcleo clandestino a favor da FRELIMO.⁵⁸³

Ao se referir ao período de 11 a 17 de junho de 1964, os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA) reportaram a informação que dava conta da chegada à Tanzânia em abril de 1964 de mais de 200 guerrilheiros treinados na Argélia para iniciar o combate em Moçambique em julho deste ano. Os SCCIA conjecturaram que esta força desencadearia uma ofensiva militar em Moçambique que coincidiria com a visita que o presidente português, Américo Tomás, efetuará a este território no mês de julho. Essa informação dos SCCIA referia que Phinias Kapiri, do Departamento de Segurança e Inteligência do Comité de Libertação da OUA, em negociações com um membro da ZANU, mencionou em fevereiro de 1964 que o referido comitê estaria a estudar a criação da East African Liberation Force (EALF). Os SCCIA davam como provável que os guerrilheiros que se encontravam na fronteira da Tanzânia com Moçambique estariam equipados com peças ligeiras, morteiros, metralhadoras, espingardas, granadas de mão, jeeps e carrinhas. E que o Comité de Libertação da

⁵⁷⁹ ANTT/SCCIM n.º 1936 **Relatório dos Incidentes Ocorridos no Distrito do Niassa, no período de 25 de Setembro à 31 de Dezembro de 1964**: síntese de informações dos SCCIM sobre o regedor Chitege.

⁵⁸⁰ NDEGUE, D. F. X. **A luta de libertação na frente do Niassa**. Volume 1. Maputo: JV Editores, 2009, p. 13-30.

⁵⁸¹ Ibid; p. 19. Cf. Depoimento de Lester Chitunga.

⁵⁸² Ibid; p. 18. Cf. Depoimento de Aidao Chitegi.

⁵⁸³ Ibid; p. 26. Cf. Depoimento de Aidane Guilherme Lilinga.

OUA “provavelmente” forneceria ao EALF o material descarregado em Dar-es-Salaam do navio argelino *Khaldoun*, em princípios de janeiro deste ano.⁵⁸⁴

Ainda consta a informação que Charife Saíde Omar, identificado como sendo da FRELIMO, dirigiu na povoação de Massanguro “próximo” do posto-sede de Nantuego, (circunscrição de Mecula), no dia 17 de setembro de 1964, uma reunião com cerca de 400 pessoas. Nesta reunião, Charife Omar teria informado a população presente que a FRELIMO daria início a invasão de Moçambique em dezembro deste ano, tendo para o efeito 3000 homens instruídos em vários países africanos, além de dispor de “muito e bom material”.⁵⁸⁵

Nada mais consta no documento em análise sobre este assunto que pudesse sustentar a hipótese de que a Charife Saíde Omar estaria a cumprir uma estratégia da direção da FRELIMO visando distrair a atenção da administração colonial sobre a data marcada para o início da luta armada. Pode ser que tenha se tratado de mais uma reunião de propaganda da FRELIMO. Entretanto, a hipótese de um plano de distração parece plausível se tomarmos em conta que a reunião teve lugar na região oriental do Niassa, onde as informações consultadas do governo colonial português não mencionam a presença da FRELIMO. Ademais, a FRELIMO conta ter iniciado a luta armada com 250 guerrilheiros e a 17 de setembro, data da referida reunião, o plano do início da luta já estava definido para ter lugar na região ocidental do Niassa.

4.4 . Início da Luta Armada em Niassa

O ataque militar coordenado que a FRELIMO efetuou contra a base naval de Metangula, provavelmente a mais importante do distrito do Niassa, contra a secretaria do posto administrativo de Cóbue e a residência do respectivo chefe administrativo, marcou o início da luta armada desencadeada pela FRELIMO. No Niassa, o ato concretizou o plano de ação do início da “insurreição geral” armada da FRELIMO pela independência nacional do país.

⁵⁸⁴ ANTT/SCCIM n° 865: Registro de informações do período de 11 a 17 de Junho de 1964 referentes à East African Liberation Force (EALF).

⁵⁸⁵ ANTT/SCCIM n° 1936 **Relatório dos Incidentes Ocorridos no Distrito do Niassa, no período de 25 de Setembro à 31 de Dezembro de 1964.** Informação sobre a reunião de Charife Saíde Omar realizada em 17 de Setembro de 1964 na povoação Massanguro, posto de Nantuego, circunscrição de Mecula.

Depoimentos dos integrantes da operação que culminou nos referidos ataques contaram que a direção da FRELIMO, sediada em Dar es Salaam, designou Daniel Assahel Polela como o comandante do grupo de onze guerrilheiros na missão de dar início a luta armada no Distrito do Niassa. No comando da missão, Daniel Polela dividiu os onze guerrilheiros em dois grupos. Coube a Mateus Barnabé Malipa comandar o subgrupo constituído por José Teodoro Ntaúma, Timóteo Mateus Matumba, Henriques Catarina Calumbaíne e Casimiro Malibane no ataque contra a lancha *Castor* na base naval de Metangula. O subgrupo do qual fez parte Daniel Polela, comandante da missão, foi comandado por Osvaldo Assahel Tazama que contou com Mateus Rodrigues Kassonjola, Tomás Seleia, Tiago Valério Mtuko e Matias Paulo Makoko no ataque à sede do posto de Cóbue, cujo alvo principal era abater o chefe do posto.⁵⁸⁶

Com exceção de Casimiro Malibane, Tiago Valério Ntuko, José Teodoro Ntaúma, naturais do Distrito de Cabo Delgado, o restante dos onze guerrilheiros que deram início a luta armada no Distrito do Niassa foram estudantes da Missão Anglicana de Messumba. Constava que Daniel Assahel Polela, Osvaldo Assahel Tazama, Mateus Barnabé Malipa, Timóteo Mateus Matumba, Mateus Rodrigues Kassonjola, Tomás Seleia nasceram nas povoações do posto administrativo de Cóbue enquanto Henriques Luís Calumbaíne e Matias Paulo Makoko no posto administrativo de Lunho.⁵⁸⁷

Todos os onze guerrilheiros aderiram a FRELIMO no ano de 1963 e ainda que não tenham participado da sua fundação, todos eles foram integrantes dos primeiros jovens moçambicanos formados na Argélia entre outubro de 1963 a março de 1964.⁵⁸⁸ Sua adesão à FRELIMO foi contemporânea ao período de formação dos núcleos clandestinos desta organização no distrito do Niassa, com destaque para os constituídos no posto administrativo de Cóbue e na Missão Anglicana de Messumba, que contou com o envolvimento e proteção política dos regedores Chitege e Mataka. Dos onze, os nascidos no distrito do Niassa pertenciam aos chamados “jovens nianjas”.

Dos registros dos SCCIM constam os dois ataques ocorridos em Metangula e no posto administrativo de Cóbue. A lancha *Castor*, da capitania do Lago Niassa, que se encontrava

⁵⁸⁶ NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa...** op.cit., p. 46-47. Depoimentos de Daniel Polela e Osvaldo Assahel Tazama.

⁵⁸⁷ Ibid; p. 57-63.

⁵⁸⁸ Ibid; p. 34.

ancorada na baía de Metangula, foi atacada com rajadas de metralhadora calibre 12 mm, à meia noite do dia 25 de setembro de 1964. Como responsáveis foram apontados Timóteo Matumba, Calumbaíne e mais dois membros não identificados, além de Mateus Malipa apontado como tendo sido o comandante deste ataque.⁵⁸⁹

A mesma fonte do governo colonial registrou que o segundo ataque teve lugar às 01.00 horas da noite de 26 de setembro de 1964. O grupo de guerrilheiros efetuou rajadas de metralhadoras e tentou assaltar a residência do administrador e a secretaria do posto de Cóbue. Os registros dos SCCIM mencionam que no dia 27 de setembro Mateus Malipa relatou aos indivíduos com quem contactou em Ngô que o grupo que efetuou este ataque do dia 26 de setembro tinha saído da Ilha de Likoma em barco a vela no dia 23 de setembro e seguido por Mataka, Chilola até Cóbue onde realizou a arremetida. O barco utilizado pelo grupo foi tripulado por Leuine Cune, irmão do chefe Mataka da regedoria Mataka. O grupo de que ele fez parte seguiu em barco a vela da mesma Ilha de Likoma para Cóbue na noite do dia 23 de setembro, fazendo um itinerário que passou pelas povoações de Mataka, Chilola, Mandambuzi, Ngô e Chuanga até Metangula onde desencadeou o ataque na noite de 25 de setembro.⁵⁹⁰

Daniel Polela, comandante de toda a missão, foi referenciado pelos SCCIM que o identificou como natural de Cóbue, filho do padre anglicano reformado e residente em Cóbue. Foi aluno da Missão Anglicana de Messumba, em Cóbue, tendo sido 1º cabo da companhia de caçadores em Vila Cabral em 1959 ou 1960, antes de emigrar com os seus três irmãos para Rodésia do Norte (Zâmbia) e depois para Tanganyika. Foi preso por ter escrito nas paredes da prisão os dizeres “9 de Setembro de 1961 - 2 dias de prisão sem razão justificada. Apenas por ser preto.”⁵⁹¹

Cerca das 03.00 horas do dia seguinte, 26 de setembro, o grupo de Mateus Malipa seguiu para o internato da Missão Anglicana de Messumba onde efetuou rajadas de metralhadoras e derrubou o mastro da bandeira portuguesa. Por volta das 07 horas da manhã do mesmo dia, o

⁵⁸⁹ ANTT/SCCIM n° 1936 **Relatório dos Incidentes Ocorridos no Distrito do Niassa, no período de 25 de Setembro à 31 de Dezembro de 1964**. Primeiros ataques efetuados no Distrito de Niassa, 25 e 26 de Setembro de 1964.

⁵⁹⁰ Ibid: informações sobre a tentativa de assalto à residência do administrador e secretaria do posto de Cóbue, 26 de Setembro de 1964.

⁵⁹¹ Ibid., NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa...** op.cit, p. 20. Depoimento de Daniel Polela.

grupo cumprimentou a enfermeira da Missão Anglicana de Messumba, Mrs. Andrew e o ajudante Luiz Caluse que vinham de Ngôo. Na manhã de 27 de setembro, por volta das 10.00 horas, depois da missa de domingo, Mateus Malipa esteve defronte da igreja de Ngôo onde relatou aos presentes que a FRELIMO tinha sido protagonista dos ataques ocorridos e manifestou a intenção de levar consigo três mil homens para o campo de treino militar da organização em Mbeya, Tanzânia, com o propósito de se juntarem à organização nacionalista na luta pela libertação dos moçambicanos da “escuridão” da colonização.⁵⁹²

Na noite de 26 para 27 de setembro de 1964 foram encontrados dois papéis-avisos com os dizeres “Morrerás-Frelimo”, um na entrada da casa do administrador do concelho de Vila Cabral e outro na entrada da casa do secretário distrital da administração civil nesta cidade, sede do governo do distrito do Niassa.⁵⁹³ Apesar de mencionar que o guarda da residência do administrador do posto de Cóbue teria impedido a consumação do assalto à residência do administrador e à secretaria da administração, os ataques realizados pelos guerrilheiros da FRELIMO foram descritos pelos SCCIM como tendo ocorrido “no mais completo à-vontade.”⁵⁹⁴ O mesmo “à-vontade” foi referido também em relação a forma como foi imobilizada no domingo de manhã, de 27 de setembro, na igreja de Ngôo, a guarda da administração de Maniamba expedida pelo administrador para interceptar o grupo atacante de que se tomou conhecimento de estar em Ngôo.⁵⁹⁵ O governador do distrito do Niassa lamentou o sucedido, justificando que a ausência de reação por parte da força deste distrito deveu-se a carência

[...] de meios, como também por falta de informações e de coordenação pré-planeada de tempo de paz entre as forças do Exército e da Armada, bem como ainda pela falta de efectivos no Norte [no caso, no Distrito de Niassa] que é conflagradora.⁵⁹⁶

⁵⁹² ANTT/SCCIM n.º 1936 **Relatório dos Incidentes Ocorridos no Distrito do Niassa, no período de 25 de Setembro à 31 de Dezembro de 1964**: informação sobre a reunião presidida por Mateus Malipa em Ngôo, 27 de Setembro de 1964.

⁵⁹³ Ibid: informações sobre os papéis-avisos encontrados na noite de 26 para 27 de Setembro de 1964 em Vila Cabral.

⁵⁹⁴ Ibid: informações sobre a tentativa de assalto à residência do administrador e secretaria do posto de Cóbue, 26 de Setembro de 1964.

⁵⁹⁵ Ibid: informação do administrador da circunscrição de Maniamba e do governador do Distrito do Niassa sobre os ataques.

⁵⁹⁶ Ibid.

Foi colocada a suspeita ao chefe da povoação Quenesse, da regedoria Manhica, do posto de Cóbue (circunscrição de Maniamba), implicado por ter dado guarida a Mateus Malipa, seu sobrinho, e aos guerrilheiros do seu grupo, depois que estes saíram de Messumba, onde efetuaram as referidas rajadas junto da Missão Anglicana de Messumba.⁵⁹⁷

Por volta das 23h. 30, do dia 29 de dezembro, o comando pioneiro da FRELIMO atacou a residência do administrador do posto de Olivença. Tiago Crispim Mitula, professor anglicano, ao ser interrogado pelo administrador do posto declarou que o ataque foi chefiado por Timóteo Mateus Matumba, acompanhado por Mateus Malipa, Daniel Polela e Ezra Cágua. Constando que antes do ataque, Timóteo Matumba entrou em contato com Tiago Crispim Mitula, seu ex-colega da Missão Anglicana de Messumba, a quem informou do plano de ataque e de quem recebeu abrigo e comida na noite anterior.⁵⁹⁸ O referido contato com Tiago Mitula foi parte da missão de reconhecimento que culminou no ataque comandado por Osvaldo Tazama.⁵⁹⁹ A FRELIMO aludiu que a cerca elétrica envolta do posto impediu um maior impacto do ataque, mesmo assim, não impediu que fossem abatidos seis soldados portugueses.⁶⁰⁰

Após o ocorrido, o chefe Candolo, o regedor Tama-Tama (a quem nos referimos em relação a questão angoni), seu filho e mais “29 homens armados” ofereceram ao administrador do posto de Olivença a sua disposição para colaborarem com a administração portuguesa e para formarem um grupo de auto-defesa. Contudo, isto não evitou que na madrugada de 14 de janeiro de 1965, pelas 02.30 horas, fosse efetuado um novo ataque contra a residência do administrador do posto.⁶⁰¹

Logo após desembarcar na povoação de Ngombe, no regulado de Lipoche, ao alvorecer do dia 5 de janeiro de 1965, uma tropa de fuzileiros da marinha portuguesa e uma guarda

⁵⁹⁷ ANTT/SCCIM n° 1936 **Relatório dos Incidentes Ocorridos no Distrito do Niassa, no período de 25 de Setembro à 31 de Dezembro de 1964**: informação do administrador da circunscrição de Maniamba e do governador do Distrito de Niassa sobre os ataques.

⁵⁹⁸ ANTT/SCCIM n°1937 **Relatório dos Acontecimentos Verificados no Distrito do Niassa no Período de 01 a 31 de Janeiro de 1965**: informações sobre ataques da FRELIMO do dia 29 de Dezembro de 1964 contra a residência do administrador do posto de Olivença, da circunscrição de Lago.

⁵⁹⁹ NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa...** op.cit., p. 79-80.

⁶⁰⁰ FRELIMO. **Mozambique Revolution** n° 14. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Janeiro de 1965, p. 7, 8.

⁶⁰¹ ANTT/SCCIM n°1937 **Relatório dos Acontecimentos Verificados no Distrito do Niassa no Período de 01 a 31 de Janeiro de 1965**: informações sobre ataques da FRELIMO do dia 29 de Dezembro de 1964 contra a residência do administrador do posto de Olivença, da circunscrição de Lago.

administrativa foram recebidos a tiros disparados por uma posição da FRELIMO que aí se encontrava. A tropa portuguesa seguia para o posto administrativo de Lipoche na companhia do administrador após o ataque contra Olivença na noite de 29 de dezembro 1965. No dia seguinte, 6 de janeiro, dois aviões da força aérea portuguesa acorreram a metralhar a área de combate na povoação de Ngombe, em resposta ao pedido de reforço feito por esta tropa de fuzileiros portugueses que, no dia anterior, teve que recuar e pedir reforço militar. Após a retirada dos guerrilheiros da FRELIMO do local de combate, a força portuguesa encontrou documentação contendo nomes dos guerrilheiros e de voluntários provenientes do posto administrativo de Cóbue, que se juntaram aos guerrilheiros da FRELIMO no período de outubro e novembro de 1964, na sequência dos primeiros ataques efetuados em Metangula e em Cóbue. Autoridades portuguesas encontraram no local, apontamentos com manual de armamento, instruções de guerrilha, equipamento militar, além de informações que apontaram que o local era uma importante base e campo de preparação política e militar da FRELIMO.⁶⁰²

Na documentação encontrada em Ngombe constavam nomes e dados de identificação referentes aos guerrilheiros da FRELIMO que desencadearam a luta armada no Niassa. Timóteo Matumba foi referido como chefe, natural da povoação Ngombe, regulado Matumba, do posto de Cóbue, também apontado como tendo feito parte nos ataques ocorridos no distrito. Mateus Malipa, natural de Manhica, ex-professor da Missão Anglicana de Messumba, foi referido como adjunto eleito em Dar-es-Salaam; o nome Tazama ou “Mário Tazama” foi referido como adjunto eleito em Dar-es-Salaam e que “parecia ser” o chefe máximo do campo; “Williade Quida”, natural de Wiqui, residente em Ngombe; Tiago Valério “Niuco”, descrito como Maconde de Porto Amélia; Cassonjola ou “Matias” Cassonjola, pastor, natural de Chigoma, posto administrativo de Cóbue; “Sedine” Namata que se encontrava sob a custódia das autoridades coloniais; “José Ntaúma Teodoro”, Maconde de Porto Amélia, apontado como secretário do grupo; Tomás Seleia, natural de Chitege, ex-aluno da Escola Técnica de Vila Cabral e da Missão Anglicana de Messumba; “Augusto Ntuo Valério”, de Porto Amélia; “Matumba Mauenda”; e “Casimiro Malibone”.⁶⁰³

⁶⁰² ANTT/SCCIM n°1937 **Relatório dos Acontecimentos Verificados no Distrito do Niassa no Período de 01 a 31 de Janeiro de 1965:** informações sobre o ataque de 5 e 6 de Janeiro de 1965, na povoação de Ngombe, do regulado de Lipoche, posto administrativo de Cóbue e sobre a base de Ngombe.

⁶⁰³ Ibid.

Dos voluntários que teriam recebido preparação na base de Ngombe constavam os nomes de “Francisco Muapulo” ou “Muajulo” que se supôs ser natural de Mbueca, chefe de grupo Matuciano, posto de Cóbue, figurando que chegou aos guerrilheiros da FRELIMO em Ngombe, a 28 de outubro de 1964; “Elias Mapelele”, identificado como ex-aluno de Messumba, natural de Mandambuzi, constando que também se juntou aos guerrilheiros da FRELIMO em Ngombe a 28 de Outubro de 1964; “André Nzunja” que teria chegado a Ngombe a 11 de novembro de 1964; “Ezra Ezau Cáguas”, identificado como ex-empregado dos Caminhos de Ferro de Moçambique em Iaparata (administração de Nova Freixo), ex-aluno da Missão Anglicana de Messumba, mencionando-se que chegou a Ngombe a 13 de novembro de 1964; “Alfredo Binauli” constando que chegou a Ngombe a 13 de novembro de 1964; “Tomás Jalafe” que teria chegado a Ngombe a 13 de novembro de 1964; “Tiago Juma” constando que chegou a Ngombe a 13 de novembro de 1964; “Mateus Futtalila”, identificado como ex-aluno da Missão de Cóbue, ex-militar em Nampula, que teria chegado a Ngombe a 15 de novembro de 1964; “Jorge Canange” que teria chegado a Ngombe a 15 de novembro de 1964. Desta lista constavam também indivíduos que teriam recebido cartões de membro da FRELIMO provenientes, em maioria, da povoação de Ngombe, onde estava localizada uma base militar desta organização nacionalista; constando ainda os “capricórnios” ou informantes das autoridades coloniais portuguesas.⁶⁰⁴

Na sequência dos confrontos havidos em Ngombe, a população do regulado Lipoche foi implicada por suspeita de ter-se comprometida com os guerrilheiros da FRELIMO aí baseados, estando registrado que “tudo sabia e nada dizia” às autoridades portuguesas.⁶⁰⁵ Asserções maniqueístas deste tipo passariam a caracterizar com frequência a abordagem que as autoridades administrativas coloniais fariam em relação à população situada no contexto da luta armada no distrito do Niassa.

O início da luta armada na região ocidental do Niassa confirmava a integração política dos grupos clandestinos Nianja na FRELIMO. O fato dos primeiros alvos militares atacados por esta organização terem sido o posto de Cóbue e a base naval de Metangula demonstrava o papel decisivo desempenhado por esses grupos baseados em Cóbue, na Missão Anglicana de

⁶⁰⁴ ANTT/SCCIM n°1937 **Relatório dos Acontecimentos Verificados no Distrito do Niassa no Período de 01 a 31 de Janeiro de 1965**: informações sobre o ataque de 5 e 6 de Janeiro de 1965, na povoação de Ngombe, do regulado de Lipoche, posto administrativo de Cóbue e sobre a base de Ngombe.

⁶⁰⁵ Ibid.

Messumba e em Vila Cabral. O fato de 8 dos 11 guerrilheiros que iniciaram a luta armada em Niassa terem sido jovens Nianja revela que a integração política destes na FRELIMO, após a sua fundação em junho de 1962, foi importante para o desencadeamento da luta armada na região ocidental do Niassa.

A importância da região ocidental, onde a FRELIMO criou as suas primeiras bases militares, instalou o comando da “província” do Niassa e surgiram as primeiras zonas semi-libertadas e libertadas, manter-se-á ao longo dos anos subsequentes como resultado do papel que a região oriental ocupará como importante frente de operações e avanço político-militar no Niassa. A abertura da frente oriental do Niassa não apenas generalizou a luta armada no distrito ao agregar apoios das populações e autoridades Yao, como deslocou as forças portuguesas para defender o ímpeto do avanço militar da FRELIMO que ameaçava progredir para o interior do distrito de Moçambique. O governo português interpretou a importância da frente oriental como sendo parte da estratégia da FRELIMO de ultrapassar as dificuldades político-militares que enfrentava na região sul do Niassa no seu plano de abrir a frente da Zambézia. Assim, o desenvolvimento da luta armada da FRELIMO no Niassa deve ser visto no quadro da integração dos setores ocidental, oriental e sul para o estabelecimento de conquistas político-militares consubstanciadas em zonas libertadas e de um corredor geopolítico que pudesse funcionar como corredor entre a sua sede em Tanzânia e as frentes do centro de Moçambique. Para o efeito, era importante a integração das populações Nianja, Yao, Macua-Lómue e Angoni.

Ao contrário do que a FRELIMO verificou na região ocidental, demonstrado na noite de 25 de setembro de 1964, o início da luta armada na região sul do distrito do Niassa, precisamente no posto administrativo de Mecanhelas, não teve êxito, por conta da oposição das autoridades Macua-Lómue deste posto em relação à FRELIMO. Os registros da administração portuguesa no distrito referiram vários casos de auxílio aberto dos regedores Mecanhelas e Chamba e de suas respectivas povoações em denúncia da presença de grupos da FRELIMO e em operações militares portuguesas.

Cerca de três meses após os ataques da FRELIMO em Cóbue e Metangula, uma operação da tropa portuguesa entre a noite de 24 e a de 27 de dezembro de 1964 deteve vários indivíduos nas povoações da área Chissone-Messossomera no posto administrativo de Mecanhelas. O chefe Cajame Novo, chefe Mucorro, Elias Singano, Sale Novo, Sale Velho, o cantineiro Mucova ou

Baissone Manhamba foram detidos por suspeita de abrigarem em suas palhotas reuniões da FRELIMO e por terem resistido à detenção. A administração de Mecanhelas lançou a operação na base da suspeita de que os detidos estariam associados a três indivíduos da FRELIMO referenciados em Mecanhelas e vindos de Zanzibar. Na operação foram abatidos o chefe de grupo Chicuato, de nome Ali Selemane, entre outros, sob acusação de terem resistido a detenção. O chefe de povoação Chiromo e o chefe de grupo Muembere suspeitos de ligação com a FRELIMO foram se refugiar no Malawi. No relatório desta operação, o administrador do posto de Mecanhelas concluiu que “se agiu em Mecanhelas com oportunidade, pois devia estar a incubar-se uma rebelião em escala e em data próxima.” Todavia, menciona que a operação não deteve os três referidos indivíduos da FRELIMO vindos de Zanzibar.⁶⁰⁶

Apesar da violência desta operação, as autoridades portuguesas não puderam impedir que na noite de 28 de dezembro de 1964 fosse atacado a tiros de espingarda o estabelecimento comercial na povoação de Luxímua, no mesmo posto de Mecanhelas. Foi também registrado que na noite de 27 para 28 de dezembro foi assaltada e incendiada a propriedade de Pedro Walter e a residência do chefe Matamanda. O governador do distrito do Niassa deu a conhecer ao governador-geral de Moçambique, que após a operação efetuada em Mecanhelas a população estava calma e classificou de “aspecto sintomático” o fato de o regedor Mecanhelas ter-se oferecido para “combater” do lado português.⁶⁰⁷

Na referida operação em Mecanhelas, a tropa portuguesa pôs-se a incendiar com granada as palhotas dos suspeitos de implicação com a FRELIMO. Não houve combate. Foi denunciada a presença de um grupo de indivíduos que estaria a preparar a entrada de uma força da FRELIMO que pretendia se fixar na região de Mecanhelas, no início de janeiro de 1965.⁶⁰⁸ Ao fim da operação da tropa portuguesa, o administrador do posto de Mecanhelas apressou-se em realizar doze *banjas* (reuniões com chefes africanos) nas povoações das regedorias Mecanhelas e Chamba entre os dias 2 e 8 de janeiro de 1965. Como se verificaria com os fatos que se sucederam, as

⁶⁰⁶ ANTT/SCCIM n° 1936. **Relatório dos Incidentes Ocorridos no Distrito do Niassa, no período de 25 de Setembro a 31 de Dezembro de 1964:** relatório do administrador do posto de Mecanhelas sobre a ação da tropa portuguesa neste posto entre 24 e 27 de Dezembro de 1964.

⁶⁰⁷ Ibid: informações do governador do Distrito de Niassa sobre os ataques registrados no posto administrativo de Mecanhelas em 27 e 28 de Dezembro de 1964.

⁶⁰⁸ ANTT/SCCIM n° 1937 **Relatório dos Acontecimentos Verificados no Distrito do Niassa no Período de 01 a 31 de Janeiro de 1965:** informações sobre as reuniões realizadas pelo administrador do posto de Mecanhelas nas regedorias Mecanhelas e Chamba, entre os dias 02 e 08 de Janeiro de 1965.

reuniões não foram sequer úteis para dissipar o receio das populações destas povoações em relação a suspeitas de que estariam a ser preparados ataques por elementos da FRELIMO no posto de Mecanhelas. Longe disso, sinalizaram o discurso da violência militar e repressão política colonial. Nas *banjas*, o administrador de Mecanhelas disse que os tiros, as granadas e as detenções tinham sido feitas pelos “polícias brancos, homens fortíssimos e bem armados”,⁶⁰⁹ referindo-se deste modo à tropa portuguesa.

O mesmo administrador abordou a operação da tropa portuguesa de forma metafórica. Apelou à população a atender as reuniões que o mesmo presidiu de 2 a 8 de janeiro de 1965, como uma “festa” de agradecimento ao “caçador”, o governo colonial português que caçou os “leões” e as “quizumbas”, os guerrilheiros da FRELIMO: “Quando os leões atacam as vossas povoações. A gente anda amedrontada e quási não sai de casa, mas quando o caçador vem e mata os leões, a gente faz grande festa e agradece ao caçador, é também o que deveis fazer.”⁶¹⁰ Este tipo de alusão faria parte da narrativa de proteção colonial evocada na tentativa de dissuadir a adesão política das populações à ideologia da luta armada conduzida pela FRELIMO.

Aqueles chefes: o Singano, o Mucorro e o Sale falaram. [...]

Essa gente disse que andava de noite, como quizumba, como cobra, como ladrão a bater pelas portas e quando a gente acordava e vinha abrir eles diziam; Viemos convidar-te para pertenceses ao nosso grupo do Tanganika, o grupo da Frelimo que quer fazer guerra ao branco. Havia malandros que aceitavam, mas a maioria de vocês dizia que viviam em paz, que não eram inimigos dos brancos, que não queriam essas coisas de segredo. Eles então respondiam. Está bem quando nós ganharmos não vamos esquecer a tua casa, cá voltaremos para esquartejar a tua mulher e filhos à catanada e cortar-te também às postas. [...]

Essa gente que anda por aí a enganar-vos não trabalha de graça. Todos os que o Governo prende tem os bolsos cheios de dinheiro. De onde vem esse dinheiro se não foram vocês que o pagaram. Ora o dinheiro serve para comprar coisas e este dinheiro que vem do Tanganika e dos chineses é para comprar uma coisa que vocês muito estimam que é a vossa terra.

Porque essa terra é vossa e não apenas dos brancos como esses mentirosos dizem. [...] Se o preto fizer machamba de milho ou de algodão, leva depois o produto para a sua casa e ninguém lhe vem roubar. O branco se quer milho ou algodão como o senhor Silva tem também de o culimar [cultivar]. O preto paga imposto, o branco também o paga.

Onde está a diferença [?]

⁶⁰⁹ ANTT/SCCIM n°1937 **Relatório dos Acontecimentos Verificados no Distrito do Niassa no Período de 01 a 31 de Janeiro de 1965**: informações sobre as reuniões realizadas pelo administrador do posto de Mecanhelas nas regedorias Mecanhelas e Chamba, entre os dias 02 e 08 de Janeiro de 1965.

⁶¹⁰ Ibid.

Há quem vos diga que só o branco é que ganha dinheiro e tem bons empregos. Mas ao preto que tem emprego igual ao do branco o Estado não paga menos. [...]

O meu irmão que está no Caminho de Ferro ganha menos do que um africano que trabalha na mesma sala. O africano tem um carro bom à porta e o meu irmão tem apenas uma lambreta. Não se faz injustiça a ninguém. Quando preto sabe é tratado como branco.

Em Portugal tem muitos africanos daqui ou a trabalhar ou a estudar. No Colégio onde estudam os meus sobrinhos, quási metade dos estudantes são de côr. A vossa gente é lá muito estimada e anda como nós andamos por aqui sem qualquer medo. [...]

Quando Dr. Banda visitou Nampula aqui há tempos, andou por lá a visitar as escolas e os liceus e admirou-se de haver lá tantos estudantes africanos a estudar ao lado dos brancos.

É por isso que ele ficou nosso amigo.⁶¹¹

Contradizendo na prática a narrativa dos fatos feita pelo referido administrador e violência dos ditos “polícias brancos, homens fortíssimos e bem armados”, de imediato novos ataques da FRELIMO marcaram a progressão da luta armada para o sul do distrito do Niassa, em Mecanhelas e Catur.

Pouco depois de reportar que as referidas *banjas* que presidira foram de optimismo e êxito em termos de adesão da população ao seu discurso de proteção, tendo o mesmo administrador do posto de Mecanhelas sido alertado pelos seus informantes nos dias 9 e 10 de janeiro de 1965 sobre a presença de homens fardados e armados na serra de Mepanda ou Mpanda, ele e a sua força de segurança não foram capazes de evitar o ataque da FRELIMO, que pôs em causa a dita “Sagacidade do Governo e força do Exército” português. No discurso que proferiu numa das reuniões, o referido administrador dissera que o governo português “não dorme” e tinha “olhos e ouvidos no Tanganika e no Malawi” e em tudo quanto era lado no distrito do Niassa. Nesse ataque, a FRELIMO dinamitou a ponte sobre o rio Muanda, na estrada Mecanhelas-Nova Freixo, a 40 km da sede do concelho de Amaramba e cortou os fios telefónicos numa extensão de 300 km.⁶¹²

⁶¹¹ ANTT/SCCIM n°1937 **Relatório dos Acontecimentos Verificados no Distrito do Niassa no Período de 01 a 31 de Janeiro de 1965:** informações sobre as reuniões realizadas pelo administrador do posto de Mecanhelas nas regedorias Mecanhelas e Chamba, entre os dias 02 e 08 de Janeiro de 1965.

⁶¹² Ibid: informações sobre as reuniões realizadas pelo administrador do posto de Mecanhelas nas regedorias Mecanhelas e Chamba, entre os dias 02 e 08 de Janeiro de 1965 e sobre o ataque de 10 de Janeiro de 1965 no posto de Mecanhelas.

A FRELIMO tinha montado uma base na serra Mpanda. Um indivíduo identificado com o nome de Chicaunda, em interrogatório submetido pela força portuguesa, declarou que estava prevista para os dias 15 e 16 de janeiro a chegada de mais efetivos da FRELIMO na região, incluindo chineses, russos e argelinos que trariam reforço de material de guerra. Com base nas declarações do Chicaunda foram implicados, entre outros, o chefe Cumilique, chefe Ruaniua, Paessa Maivela do chefe Npaua, Bacar Valiua do chefe Ruaniua, Amade Machepa da povoação Ruaniua e o régulo Mutuali. Constava das declarações que a FRELIMO realizava o trânsito do material militar no posto de Mecanhelas em sacos de peixe, seguindo por comboio de Nova Freixo para Mutuali.⁶¹³

No interrogatório, Chicaunda acabou denunciando a operação de concentração de material de guerra da FRELIMO em Mutuali, que contava com colaboração do régulo Mutuali. No dia 22 de janeiro de 1965, uma operação das forças portuguesas encontrou na serra Mpanda documentos da FRELIMO que, combinados com as declarações de Chicaunda, levou à convicção das autoridades portuguesas de que o referenciado “Dr. de Zanzibar” – vindo de Zanzibar para o distrito do Niassa a procura de indivíduos com moedas de ouro com quatro cavalos e que prometera tornar rico quem as encontrasse – seria “Feliciano Gundane”, dirigente da FRELIMO. Nessa ocasião, autoridades portuguesas descreveram Feliciano Gundana como Secretário do Departamento de Segurança e Defesa (DSD) da FRELIMO que estaria a comandar as operações em Mecanhelas, Milange e Tacuane. Esta identificação baseou-se numa carta em posse das mesmas autoridades datada de 13 de janeiro de 1965, que teria sido escrita por “Mutolo Eduardo” dirigida ao “Feliciano G., Secretário da DSD” da FRELIMO.⁶¹⁴

Consta que nessa carta “Mutolo Eduardo” contava ao “Feliciano G.” as circunstâncias em que haviam sido abatidos pela força colonial portuguesa o chefe da povoação Chicuato e mais “15 homens” no dia 28 de dezembro de 1964, um dia antes do grupo do “Mutolo Eduardo” entrar em Mecanhelas. “Mutolo Eduardo” informava que o regedor Mecanhelas foi “muito mau” (“ele é o chefe da P.I.D.E”) porque foi ao ponto de denunciar à administração do posto de Mecanhelas que o seu sobrinho, o chefe Chicuato, vinha abrigando na sua povoação reuniões da FRELIMO.

⁶¹³ ANTT/SCCIM n.º 1937 **Relatório dos Acontecimentos Verificados no Distrito do Niassa no Período de 01 a 31 de Janeiro de 1965**: informações relativas às declarações de Chicaunda e a documentação da FRELIMO capturada pela força colonial portuguesa na serra Mpanda, no dia 22 de Janeiro de 1965, e ainda relativas à carta de Mutolo Eduardo, datada de 13 de Janeiro de 1965, dirigida ao “Feliciano G., Secretário da DSD” da FRELIMO.

⁶¹⁴ Ibid.

Informava ainda que o seu grupo de guerrilheiros levou a efeito a operação que dinamitou a ponte sobre o rio Muanda e derrubou o fio telefônico, depois de ver denunciada no dia 9 de janeiro de 1965 a sua presença na serra Mpanda.⁶¹⁵

As dificuldades enfrentadas pela FRELIMO nesta região, no extremo sul do Niassa, também resultavam do conflito militar que se desencadeou no Malawi entre os partidários do Henry Chipembere e o governo do Presidente Hastings Banda. Na região, as operações da FRELIMO foram afetadas pela instabilidade militar neste país e pelas suspeitas do governo malawiano de que havia ligações entre o grupo de Chipembere e os Nianja de Niassa e, por conseguinte, com a FRELIMO. É sabido que o governo do Presidente Banda desenvolvia uma política ambígua em relação a luta armada da FRELIMO, comprometido com o governo português a impedir suas atividades militares em troca da utilização dos corredores ferroviário, rodoviário e portuário situados em Moçambique.

Uma notícia de 24 de fevereiro de 1965 reportava que um grupo armado partidário de Chipembere atacou no dia anterior, 23 de fevereiro, a Vilamtaga localizada a 50 milhas de Zomba, a estação telegráfica de Limbe e o quartel de polícia em Lilongwe, todos no território do Malawi. Autoridades portuguesas tiveram a informação que autoridades malawianas admitiram que elementos do grupo atacante, calculados em cerca de 200, estariam acampados na área do posto de Mecanhelas.⁶¹⁶ Na sequência dos referidos ataques, a 1 de março de 1965, o Major do Exército do Malawi que dirigia as operações na área de Namuera para a captura dos elementos de Chipembere esteve em Mandimba (posto do distrito do Niassa junto da fronteira com Malawi) acompanhado de um Inspetor de Polícia deste país, tendo sido recebido pelo administrador do concelho de Amaramba, a quem entregou um aviso-circular que prometia recompensas pela informação que conduzisse à captura de H.B.M. Chipembere, Medson E. Silombela, Masharuku,

⁶¹⁵ ANTT/SCCIM n.º 1937 **Relatório dos Acontecimentos Verificados no Distrito do Niassa no Período de 01 a 31 de Janeiro de 1965:** Informações relativas às declarações de Chicaunda e a documentação da FRELIMO capturada pela força colonial portuguesa na serra Mpanda, no dia 22 de Janeiro de 1965, e ainda relativas à carta de Mutolo Eduardo, datada de 13 de Janeiro de 1965, dirigida ao “Feliciano G., Secretário da DSD” da FRELIMO.

⁶¹⁶ ANTT/SCCIM n.º 1939: notícia com a data de 24 de Fevereiro de 1965 sobre o ataque do grupo armado partidário de Chipembere à Vilamtaga datado de 23 de Fevereiro de 1965.

Lipande, Julius Matola, Kapindu, Sinoya, Akimu Harry Stambuli, Thenga Maloya, Ndomondo e ainda recompensas pela captura de armas na posse do grupo.⁶¹⁷

As fontes portuguesas consultadas⁶¹⁸ não nos permitiram estabelecer uma ligação entre o comando pioneiro dos onze guerrilheiros de 25 de setembro de 1964 e as referidas operações da FRELIMO registradas em Mecanhelas, em Nova Freixo e em outras áreas do sul do distrito do Niassa. O novo comando da FRELIMO na frente do Niassa que substituiu o primeiro comando dos onze guerrilheiros foi formado nos primeiros dias de março de 1965. Filipe Samuel Magaia, Secretário do Departamento de Segurança e Defesa (DSD) da FRELIMO, e Samora Moisés Machel, chefe do Centro de Preparação Político-Militar de Kongwa, na Tanzânia, dirigentes centrais do departamento militar desta organização, estiveram presentes em Chiwinde, na fronteira ocidental de Moçambique com a Tanzânia na ocasião em que foi constituído o novo comando.⁶¹⁹ Este passou a ter a seguinte composição: Osvaldo Tazama passou a ocupar a posição de Comandante Provincial da “Região Militar do Niassa”; António da Silva ficou na posição de Chefe de Operações da Província do Niassa, com José Phahlane Moiane como adjunto-Chefe de Operações e Chefe de Sabotagem da Província; Sebastião Marcos Mabote passou a Comissário Político da Província, com Jaime Dique como adjunto-Comissário Político da Província; e a Fernando Napulula coube a posição de Chefe de Material da Província, com Mateus Rodrigues Kassanjola como adjunto-Chefe de Material da Província. Foram constituídas três companhias com 30 guerrilheiros cada, sendo que Alfredo Maria Manuel ocupou a posição de comandante da 1ª companhia; Lamberto Laisse assumiu a posição de comandante da 2ª companhia e Paulo Nguco passou a ser o comandante da 3ª companhia.⁶²⁰

⁶¹⁷ ANTT/SCCIM n° 1940: informação datada de 01 de Março de 1965 relativas ao aviso-circular malawiano com recompensa por informações que conduzissem à captura do grupo de Henry Chipembere.

⁶¹⁸ As fontes portuguesas foram consultadas no ANTT e no Arquivo Histórico Militar em Lisboa.

⁶¹⁹ MOIANE, J. P. **Memórias de um guerrilheiro**. Maputo: King Ngungunhane Institute, 2ª edição, 2009, p. 62-63. Cf. NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa**... op.cit., p. 82-83.

⁶²⁰ MOIANE, J. P. **Memórias de um guerrilheiro** ... op.cit., 2009, p. 62-63. Cf. NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa**... op.cit., p. 82-83.

CAPÍTULO 5

DESENVOLVIMENTO DA LUTA ARMADA EM NIASSA

5.1. Expansão da Luta Armada

O recrudescimento dos ataques militares que a FRELIMO lançou na região ocidental do Niassa para circunscrever sua área de segurança militar foi acompanhado com o processo da expansão da sua zona de influência político-ideológica na região. O processo foi caracterizado por situações de ambivalências e maniqueísmos políticos que em alguns casos dividiram as autoridades Nianja e Yao, sendo estes últimos numa primeira fase da guerra sido classificados como fiéis ao governo colonial português, mais por conta do êxito das operações da FRELIMO na frente ocidental. Vale mencionar que a expansão da FRELIMO teve o efeito de provocar a redução das ambivalências políticas e em alguns casos gerou a tomada de posições abertas das autoridades africanas e indivíduos do lado da FRELIMO ou do governo colonial.

Um dos casos que se destacou foi desencadeado pelas cartas de Assahel Jonassane Mazula, vogal do Conselho Legislativo do governo colonial de Moçambique. Contestado no seio do núcleo clandestino da FRELIMO baseado na Missão Anglicana de Messumba, Mazula vinha apelando às autoridades e população Nianja a não participar das atividades clandestinas da FRELIMO e a se opor ao desenvolvimento da luta armada no distrito do Niassa. A 19 de março de 1965, Guilherme Cadalamba, o professor desta Missão, repudiou o teor das cartas de Mazula, nas quais ele apelava aos regedores Nianja para “não fazerem asneiras de políticas contra Portugal” e a se distanciarem da FRELIMO. Contradizendo ao governador do distrito do Niassa que propusera ao governador-geral de Moçambique que se explorasse o teor reacionário dessas cartas, os SCCIM entenderam que elas seriam de efeito negativo e inútil, porquanto estavam convencidos de que “MAZULA não tem estrutura para ser ‘ouvido’” pela população e autoridades a quem se dirigia. As cartas do Mazula eram reproduzidas pelo governador do distrito do Niassa que as classificava quanto ao seu teor de “preciosos concelhos aos regedores de toda a faixa nianja”.⁶²¹

Guilherme Cadalamba esteve associado ao Padre Paulo Litumbi na criação do núcleo clandestino da Missão Anglicana de Messumba que foi formado em setembro de 1963, contando

⁶²¹ ANTT/SCCIM n° 1940: informações relativas às cartas de Assael Jonassane Mazula para os regedores Nianja.

com o apoio político do regedor Massange, de Messumba, e dos regedores Chitege e Mataka de Cóbue.⁶²² Numa reunião que teve lugar a 23 de março de 1965, em Massange-Messumba, convocada e presidida pelo administrador da circunscrição de Lago, Guilherme Cadalamba foi forçado a se retratar diante de “cerca de 1000 pessoas”, entre as quais se destacavam os alunos da Missão Anglicana de Messumba e o Padre Paulo Suizane Litumbi.⁶²³

Realizada em torno das cartas de Assahel Mazula, o referido administrador escolheu propositadamente Guilherme Cadalamba, “cuja vontade era deturpar, denunciar e minimizar o autor [Assahel Jonassane Mazula] da exortação patriótica [à Portugal]”, para ler à reunião a tradução em Nianja do conteúdo das cartas. O administrador se referiu a Guilherme Cadalamba e ao Padre Paulo Suizane Litumbi, como ‘filiados’ da FRELIMO e suspeitava que “ainda outros filiados naquele Partido [FRELIMO]” estariam presentes na reunião. Já o Padre Litumbi, residente em Messumba, foi referenciado pelos SCCIM como “o principal organizador da filial da FRELIMO em Messumba”, pesando ainda sobre si a suspeita de “continuar” a desenvolver, em “reuniões em sua casa”, atividades políticas e de ter conhecimento “de todas as actividades dos bandos armados”.⁶²⁴

Ao comunicar os resultados da referida reunião, o administrador da circunscrição de Lago classificou o conteúdo das cartas de Assahel Mazula como “uma verdadeira manifestação de patriotismo, com a aprovação unânime de todos os presentes, que batiam palmas”. Dado que não se tratava de levar apenas Guilherme Cadalamba a retratar-se do que então chamou de “índole inimiga dos NIANJAS em relação a PORTUGAL, bem patente na colaboração com os salteadores desde o início dos acontecimentos da faixa costeira do LAGO”, o ato visava sujeitar a população Nianja, como um todo, a retratar-se. Classificou também os aplausos feitos na reunião como sinal de “aprovação” do que fora traduzido da carta e lido por Cadalamba. Porém, ao observar os aplausos do Padre Litumbi, o referido administrador afirmou que “as suas contracções faciais indicassem o contrário.” Certamente no sentido irónico, o extrato seguinte

⁶²² NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa**. Vol 1. Maputo: JV Editores, 2009, p. 27.

⁶²³ ANTT/SCCIM n° 1941: informações relativas à reunião de 23 de Março de 1965, em Messumba, na qual Guilherme Cadalamba teve que ler a carta de Assael Jonassane Mazula.

⁶²⁴ Ibid.

contém as palavras que Guilherme Cadalamba teve de dizer após ler a carta de Assahel Mazula:⁶²⁵

Devemos trabalhar para grandeza da Nação Portuguesa a que pertencemos; devemos estudar, para amanhã sermos capazes de seguir o exemplo do professor Mazula, ajudando com a nossa inteligência e esforço, a obra que o Governo está a realizar, de modo a fazer de Portugal Metropolitano e Ultramarino, uma Nação grande e poderosa. – MORRA A FRELIMO, VIVA O PROFESSOR MAZULA, VIVA MOÇAMBIQUE, VIVA SALAZAR, VIVA PORTUGAL.⁶²⁶

Não era de menos a preocupação do administrador da circunscrição de Lago em relação à situação política na região Nianja que abarcava “a zona costeira do LAGO mormente em LIOCHE, NEGOMBE, OLIVENÇA, CHICUNA, BOTA, CÓBUE, MAPUNDA, MANDAMBUZI, PONTA MALA, CAUNDA, MATACUANO, MONTE BALAPA, METANGULA, MESSUMBA, NGÔO”:⁶²⁷ Pouco depois da reunião de 23 de março em Massange-Messumba, o mesmo administrador refere que a 27 de março de 1965 foram vistas mulheres saindo da povoação de Mondue transportando comida para a serra junto à Missão Anglicana de Messumba, onde uma informação “absolutamente segura e confirmada” apontava que estaria aí acampado um grupo de guerrilheiros da FRELIMO.⁶²⁸

Com base nesta informação, uma força do exército português foi despachada de Vila Cabral e esteve durante a noite deste mesmo dia na área indicada, embora sem subir a serra. O administrador receava que o grupo da FRELIMO que aí se encontrava preparava-se para desencadear ações de emboscadas nas estradas Metangula-Nova Coimbra, Nova Coimbra-Cóbuê e Maniamba-Metangula. Ao solicitar a tropa colonial, o administrador pretendia dar mostras da capacidade do governo português de garantir a “proteção” que havia prometido às populações que, segundo as palavras do administrador de Lago, vinham propalando “que a tropa tem medo de enfrentar os terroristas”. O referido administrador estava ciente que a situação iria se agravar

⁶²⁵ ANTT/SCCIM n° 1941: informações relativas à reunião de 23 de Março de 1965, em Messumba, na qual Guilherme Cadalamba teve de ler a carta de Assael Jonassane Mazula.

⁶²⁶ Ibid.

⁶²⁷ ANTT/SCCIM n° 1941: Informações do administrador da circunscrição do Lago datadas de 27 de Março de 1965 relativas à suspeita sobre um acampamento da FRELIMO na serra junto à Missão Anglicana de Messumba.

⁶²⁸ Ibid.

de dia para dia, prevendo que “todos os elementos da população que estavam do nosso lado, ou eram hesitantes, seguramente se vão voltar para o inimigo, que aparenta ser mais forte.”⁶²⁹

O comando militar da FRELIMO na “província” do Niassa constituído em princípios de março de 1965 desenvolveu suas operações no terreno, visando consolidar a sua área de segurança no setor do Niassa ocidental e expandir o raio de operações para os setores oriental e sul.⁶³⁰ Pouco depois, foi registrado o ataque da madrugada de 27 de março de 1965, no qual o professor Farahane foi ferido com três tiros, por ter sido apontado pelo grupo da FRELIMO como informador da administração colonial.⁶³¹ David Ndegue, que neste período vivia na povoação de Ngôo, contou que nesta data, 27 de março de 1965, por volta da 01 hora da madrugada “ouvimos três tiros” que alvejaram Basílio Farahane, professor da escola primária de Ngôo.⁶³² Os SCCIM reportaram que nesta noite a loja de Alberto Henrique, em Ngôo, sofreu um assalto, sendo que lhe deixaram uma carta recomendando que deixasse de ser informador da PIDE e se juntasse à luta armada da FRELIMO. Seguiu-se depois, a 31 de março, a emboscada contra as tropas portuguesas em Ponta Mala, posto administrativo de Cóbue, na circunscrição do Lago.⁶³³

José Moiane, que era adjunto-chefe de operações e chefe de sabotagem do comando da FRELIMO na “Província de Niassa”, descreveu as operações e o ataque que dirigiu contra o acampamento da tropa portuguesa em Mbweka, em Mala, a 31 de março e mencionou que o seu grupo atirou contra o professor Farahane na altura em que este se encontrava em sua casa. Acusaram-no de ser agente da PIDE e de ter impedido a consumação do plano de ataque contra um pequeno grupo da tropa portuguesa do acampamento de Cóbue.⁶³⁴

Os SCCIM registraram ter havido um combate que se prolongou ao longo da noite de 13 para 14 de abril de 1965, junto a serra Lijombo, em Maniamba, circunscrição do Lago, e um outro em 10 de abril na povoação de Chiulica, em Maniamba. Neste ataque de 10 de abril, Francisco Matias Matange, identificado como sendo um guerrilheiro Nianja de 16 anos de idade,

⁶²⁹ ANTT/SCCIM n° 1941: Informações do administrador da circunscrição do Lago datadas de 27 de Março de 1965 relativas à suspeita sobre um acampamento da FRELIMO na serra junto à Missão Anglicana de Messumba.

⁶³⁰ MOIANE, J. P. **Memórias de um guerrilheiro** ... op.cit., p. 65.

⁶³¹ ANTT/SCCIM n° 1941: Informações do administrador da circunscrição do Lago datadas de 27 de Março de 1965 relativas à suspeita sobre um acampamento da FRELIMO na serra junto à Missão Anglicana de Messumba; ver também ANTT/SCCIM n° 1940.

⁶³² NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa...** op.cit., p. 94.

⁶³³ ANTT/SCCIM n° 1941: informações relativas à emboscada contra as tropas portuguesas em Ponta Mala, posto administrativo de Cóbue, circunscrição do Lago, e relativa à carta-ameaça deixada para Alberto Henrique.

⁶³⁴ MOIANE, J. P. **Memórias de um guerrilheiro** ... op.cit., p. 66-67.

natural da regedoria Massange, Metangula, posto administrativo de Cóbuè, saiu ferido e feito prisioneiro das autoridades portuguesas. Submetido ao interrogatório pelas autoridades portuguesas, Francisco Matange confessou ter participado do “assalto” à cantina de Chiulica, em Maniamba, às 12 horas do dia 10 de abril, no qual foi morto Milagre Mabote e outros dois guerrilheiros.⁶³⁵ Porém, Moiane e Ndegue referem que os fatos ocorreram em princípios de maio de 1965, resultando na morte de Milagre Mabote e na captura de Francisco Matange, por ter sido ferido nas pernas no confronto com a polícia colonial em Chiulica.⁶³⁶

Autoridades da administração de Maniamba detectaram, por volta das 11.30 horas a presença, em Maniamba, de “3 indivíduos desconhecidos, descalços e mal vestidos falando suahili”, para onde foram destacados em seguida grupos da força de guardas auxiliares coloniais para interceptá-los em uma emboscada. Milagre Mabote teria então sido alvejado por esta guarda posicionada junto à cantina de Chiulica. Das declarações de Francisco Matange, os SCCIM tomaram nota das seguintes informações sobre os dirigentes da FRELIMO no distrito do Niassa: Milagre Mabote, descrito como sendo o adjunto do grupo cuja base estava localizada em Mandambuzi, tendo 25 anos de idade na data dos fatos, natural de Bilene e primo de Sebastião Mabote, na altura chefe nacional de operações da FRELIMO; “Osuar Tazama” (Osvaldo Tazama), descrito como Nianja de Chigoma, como chefe da região; António Silva, chefe militar, natural de Chindio (Mutarara), ex-escriturário da Companhia de Chá Oriental em Milange e que, em 1962 foi vice-secretário da UDENAMO em Blantyre, Malawi; Sebastião Mabote como radiotelegrafista dos Serviços de Agricultura no Umbeluzi, esteve em Lusaka em dezembro de 1963, de onde seguiu para Dar es Salaam em janeiro de 1964. Outros elementos da FRELIMO referidos pelos SCCIM foram: de “Changamuca” (Alberto Changamuca, referido por Ndegue como um dos guerrilheiros que escapou ileso a emboscada na cantina de Chiulica), “Lesta Chitunga” (Lester Chitunga, um dos primeiros integrantes do núcleo clandestino de Cóbuè),

⁶³⁵ ANTT/SCCIM n° 1941: informações relativas às declarações de Francisco Matias Matange e relativas às circunstâncias da morte de Milagre Mabote a 10 de Abril de 1965, em Maniamba.

⁶³⁶ MOIANE, J. P. **Memórias de um guerrilheiro** ... op.cit., p. 70-71; NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa...** op.cit., p. 91-92.

Catarino Henriques, João Salário, Miguel Gaito, Rodrigues Chimuna, Pedro Rufino e Joaquim Maquival.⁶³⁷

Até 30 de abril de 1965, os SCCIM contavam com a informação de que a FRELIMO utilizava um campo de instrução militar na Tanzânia, a 20 ou 30 km ao norte da confluência dos rios Messinge e Rovuma (fronteira ocidental de Moçambique com a Tanzânia), próximo da povoação Salavandula.⁶³⁸ Até a data, os padres italianos Mário Teruzzi e Menegon já haviam sido implicados por suspeita de colaboração com o comando da FRELIMO na região. Após o ataque de 26 de setembro de 1964 contra a residência do administrador e a secretaria do posto de Cóbue, foi aberto processo contra o Padre Mário Teruzzi, acusado pela PIDE de encobrir atividades e fazer propaganda da FRELIMO, quando era superior da Missão dos Santos Anjos de Cóbue. O processo resultou na sua transferência de Cóbue para Maúa e posteriormente para Unango. Num ofício datado de 23 de outubro de 1964 enviado ao gabinete do governador-geral de Moçambique, o governador do distrito do Niassa classificou de “muito grave” os seguintes pronunciamentos atribuídos ao Padre Menegon, tal como se referiu o adjunto de administração Campos Marques, em Maniamba: “Que por causa do caso do Padre Mário [Teruzzi] o Senhor Governador queria guerra com os padres. Mas se queria guerra que tê-la-ia!!” Para o governador do distrito do Niassa este pronunciamento não só permitia “facilmente” verificar o “espírito que anima os padres missionários que actuam no Niassa, infelizmente na sua maioria italianos.”, como também demonstrava “uma nítida falta de compreensão e de cooperação para com o Governo a quem à sua responsabilidade está entregue a manutenção da integridade territorial e defesa da soberania”.⁶³⁹

A 17 de maio de 1965, o regedor Mataka, de Cóbue, foi abatido por quatro indivíduos que se apresentaram “fardados de camuflado, fazendo-se passar por fuzileiros”⁶⁴⁰ que lhe pediram indicações sobre o caminho para Cóbue. Consta que pouco depois a FRELIMO acusou as tropas portuguesas estacionadas em Cóbue, “das quais fazem parte soldados negros”, de ter cometido o

⁶³⁷ ANTT/SCCIM n° 1941: informações relativas às declarações de Francisco Matias Matange e relativas às circunstâncias da morte de Milagre Mabote a 10 de Abril de 1965, em Maniamba; NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa...** op.cit., p. 91 e MOIANE, J. P. **Memórias de um guerrilheiro** ... op.cit., p. 71.

⁶³⁸ ANTT/SCCIM n° 1941: informação relativa à um campo de instrução militar na Tanzânia a 20 ou 30 km ao norte da confluência do rio Messinge e o rio Rovuma, próximo da povoação Salavandula.

⁶³⁹ ANTT/SCCIM n° 1941: informações relativas às suspeitas levantadas pelas autoridades portuguesas contra os Padres Mário Teruzzi e Menegon.

⁶⁴⁰ ANTT/SCCIM n° 1943: informação relativa à morte do regedor Mataka a 17 de Maio de 1965.

ato. Para as autoridades coloniais portuguesas, essa acusação era uma manobra da FRELIMO “tendente a incitar as autoridades tradicionais contra os portugueses.”⁶⁴¹

O regedor Mataka, Daúde Inchito, de 67 anos, foi descrito como “fiel ao Governo e foi quem em 1963 denunciou a rede da FRELIMO” infiltrada na área da sua regedoria e levou à prisão de “vários agentes”⁶⁴² associados a FRELIMO. Em seus depoimentos, integrantes dos núcleos clandestinos da FRELIMO na circunscrição de Maniamba contaram que na noite de 24 de dezembro de 1963 foram presos, em Cóbue, o regedor Aidão Chitegi, Sidney Namata, Alexandre Magnus Mchikoma e Erasto Kamphambe, e na Missão Anglicana de Messumba, foram presos António Chizoma, Guilherme Chizuzu e Alexandre Kulikawanga. Dias depois, o regedor Aidão Chitegi, Guilherme Chizuzu e Erasto Kamphambe foram libertos em Vila Cabral depois de interrogados pela PIDE. Os demais foram recolhidos presos para a cadeia central da Machava, em Lourenço Marques.⁶⁴³

Destaque-se que o ato que pôs fim a vida do regedor Mataka seguia-se ao que foi mencionado sobre o regedor Miandica, do mesmo posto de Cóbue, a 16 de abril de 1965. Interrogado pelas autoridades portuguesas nesta data, o regedor Miandica declarou ter sido interpelado por elementos da FRELIMO que o forçaram a entregar a bandeira portuguesa que tinha em sua residência. Consta que o referido regedor teria tentado ocultar as circunstâncias em que ficara sem a bandeira portuguesa, ao inventar que ao acordar de um sono profundo viu-se com o cabelo cortado e sem a referida bandeira.⁶⁴⁴

Pouco depois, a 23 de maio de 1965 foi registrada a presença de guerrilheiros da FRELIMO em Maniamba e visou o regedor Maniamba, acusado de ter dito em *banjas* da administração colonial que iria cortar o pescoço aos elementos da FRELIMO. Situações deste tipo visando autoridades africanas, sobre os quais pesava a acusação de estarem colaborando com as autoridades coloniais contra a FRELIMO ou vice-versa foram tendo lugar quando informações

⁶⁴¹ ANTT/SCCIM n° 1943: informação relativa à morte do regedor Mataka a 17 de Maio de 1965; ANTT/SCCIM n°1944: informação relativa à acusação da FRELIMO culpando a tropa portuguesa de ter abatido o regedor Mataka a 17 de Maio de 1965.

⁶⁴² ANTT/SCCIM n° 1943: informações relativas ao assassinato do regedor Mataka e ameaças atribuídas à FRELIMO visando os regedores Miandica e Maniamba no posto administrativo de Cóbue, informações relativas ao assassinato do regedor Mataka.

⁶⁴³ NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa...** op.cit., p. 31-33. Cf. Depoimentos de Sidney Namata e António Chizoma.

⁶⁴⁴ ANTT/SCCIM n° 1943: informações relativas ao assassinato do regedor Mataka e ameaças atribuídas à FRELIMO visando os regedores Miandica e Maniamba no posto administrativo de Cóbue.

remetidas da circunscrição do Lago, de 23 e 29 de maio de 1965, apontavam que a FRELIMO vinha aumentando “ostensivamente” a sua presença na região de Cóbuè, nas áreas de Miandica, Mandambuzi, Ngôo, Messumba, mantendo nelas grupos de patrulha.⁶⁴⁵

Neste período, as autoridades portuguesas foram informadas que a FRELIMO ameaçou repreender entre outros, os chefes Maniamba e Miandica, acusando-os de colaborarem com autoridades coloniais. Foram frequentes os registros de informações mencionando situações em que guerrilheiros da FRELIMO, apresentando-se “fardados de camuflado e armados de pistolas – metralhadoras e pistolas de bolso”, outras vezes, “trajando civilmente e armados de pistolas – metralhadoras, pistolas de bolso e cartucheiras à cinta”, realizavam *banjas* nas povoações.⁶⁴⁶

Uma destas reuniões teve lugar a 17 de maio na casa do regedor Miandica, “onde se encontravam a mulher do regedor [Miandica], bastantes outras mulheres e crianças num total de 20 pessoas com os quais os bandoleiros [guerrilheiros da FRELIMO] estiveram a brincar e a ensinar a cantar”. Autoridades coloniais souberam depois que as mulheres tinham levado milho para esta reunião, oferecido aos guerrilheiros da FRELIMO por Abílio, o chefe da regedoria. Nesta ocasião, a 17 de maio, o próprio regedor Miandica não esteve porque teria participado de uma *banja* da administração colonial na sede da circunscrição do Lago. Mas esteve presente na reunião seguinte da FRELIMO, que teve lugar em sua casa no dia 24 de maio. Já no dia anterior a FRELIMO realizou uma outra reunião na povoação do chefe Lessile Cambone, levando as autoridades coloniais a classificarem de presenças “ostensivas”.⁶⁴⁷

As situações referindo-se a presença do regedor Miandica em *banjas* da FRELIMO e da administração colonial chamam-nos a atenção para a ambivalência das autoridades africanas no contexto da luta armada. A situação referenciada do regedor Miandica põe em causa a essencialização e naturalização que caracterizavam as suspeitas que pesavam contra essas autoridades africanas, implicadas de colaborarem com a administração colonial ou com a FRELIMO. Essa ambivalência está refletida na seguinte interlocução feita pelo professor Mussa

⁶⁴⁵ ANTT/SCCIM n° 1943: informações relativas ao assassinato do regedor Mataca e ameaças atribuídas à FRELIMO visando os regedores Miandica e Maniamba no posto administrativo de Cóbuè.

⁶⁴⁶ ANTT/SCCIM n° 1944: informação relativa à apresentação dos guerrilheiros da FRELIMO nas povoações na circunscrição do Lago.

⁶⁴⁷ ANTT/SCCIM n° 1944: informações relativas às “banjas” realizadas pelos guerrilheiros da FRELIMO nas povoações da circunscrição do Lago.

Miandica, filho do referido regedor Miandica, a um indivíduo Yao, suspeito de ser informador das autoridades coloniais: “Então foi você que comunicou ao Sr. Administrador que o meu pai está a dar comida aos terroristas [guerrilheiros da FRELIMO]? Não vê que são muitos terroristas e que se o meu pai não o fizer será morto?”⁶⁴⁸

Por outro lado, também datam deste período as indicações de um maniqueísmo etnicista na abordagem das tensões em que se encontravam os regedores e demais autoridades africanas. Foi citado que tendo sido ameaçado por um grupo de guerrilheiros da FRELIMO em sua casa no dia 23 de maio de 1965, o regedor Maniamba recusou-se a entregar a bandeira portuguesa que tinha em sua posse e teria dito que preferia morrer que entregar a bandeira que recebeu de Portugal. Ao contrário deste, o regedor Miandica, cuja justificação do sono foi rebatida pelas informações que denunciaram que a FRELIMO realizou duas reuniões em sua casa, inventou a desculpa do sono com o objetivo de ocultar as circunstâncias em que ficara sem a bandeira portuguesa. Para as autoridades coloniais, o regedor Maniamba teria agido deste modo pelo fato de ser Yao, ao contrário do regedor Miandica que era Nianja.

O referido jovem Yao interpelado pelo professor Mussa Miandica, seria na ocasião aconselhado pela sua irmã, a quem fora visitar nas terras do regedor Miandica, a regressar à povoação onde habitava porque “havia ali [na regedoria Miandica] muitos terroristas à procura de AJAUAS [o mesmo que Yao] que dão informações à Administração”⁶⁴⁹. Dado que se tratava da circunscrição de Lago, onde predominavam povoações Nianja, as informações coloniais eram tendenciosas e de interpretação maniqueísta ao classificarem os Yao como colaboradores da administração colonial, ao contrário dos Nianja, em que cujas povoações a FRELIMO até a data apresentava-se “ostensivamente”.

Este tipo interpretação maniqueísta foi expresso num programa transmitido pela Rádio Zâmbia, durante o qual foi dito que “Os ajauas [o mesmo que Yao] não prestam e vamos ter com eles para lhes abrir os olhos.” O registro da informação não refere se a fala foi da autoria de uma representação da FRELIMO. No entanto, em outro registro há uma referência a uma reunião da FRELIMO em Massassi, Tanzânia, em que teria sido debatida a “necessidade de um

⁶⁴⁸ ANTT/SCCIM n° 1944: informação relativa à chamada de atenção do Mussa Miandica, filho do regedor Miandica, a um indivíduo Ajaua (o mesmo que Yao), acusado de ser informante das autoridades coloniais.

⁶⁴⁹ Ibid. Sublinhado do autor.

representante para a missão de lançar a sua propaganda entre os ajauas [Yao].”⁶⁵⁰ Neste período de maio de 1965, os ataques, as operações e as bases de segurança da FRELIMO já haviam estabelecido na região ocidental do Niassa, predominada por povoações Nianja, um setor sob seu controle militar que deu lugar ao surgimento das primeiras zonas semi-libertadas ou libertadas na “província” do Niassa.

Não podendo operar na área com forças terrestres, temendo emboscadas e minas implantadas nas vias de acesso, as tropas portuguesas limitavam-se a bombardeamentos aéreos. David Ndegue descreve a situação que vivenciou na sua povoação de Ngôo, em finais de maio, ilustrando o que era uma zona semi-libertada ou libertada. Contou que numa manhã aconteceu que as pessoas puseram-se em fuga depois de ouvirem de uma senhora que portugueses estariam dentro da área de segurança, que depois não se confirmou.⁶⁵¹ A descrição que ele fez do espanto dos milicianos ilustra o grau de segurança das zonas semi-libertadas ou libertadas:

Os próprios milicianos estavam baralhados pela situação. Porque se colocava a questão de por onde teriam passado os soldados portugueses até chegar ao povoado de Ngôo. Na costa do Lago Niassa, não havia sinal da presença de barcos. Por outro lado, era impossível os soldados inimigos pensarem em andar a pé de Metangula até ao povoado de Ngôo, porque os guerrilheiros da Base Geral de Chia tomariam logo conta deles.

Do Posto de Cóbue ao povoado de Ngôo, a pé, era pior. Para além de ser longe, os portugueses tinham medo das várias bases da FRELIMO que se enfileiravam quase ao longo de todo o Lago Niassa.

O mais espantoso é que até aquela altura, não havia rasto dos portugueses na área e nem tiro disparado por eles. Portanto, havia toda a prova da inexistência das Forças Armadas Portuguesas na área.⁶⁵²

Em julho de 1965, a área de segurança da FRELIMO no setor ocidental se estendia desde a fronteira com a Tanzânia até ao norte de Messumba, dado que mais ao sul estava localizada a base naval Metangula. Uma informação da administração da circunscrição de Lago de 27 de julho de 1965 mencionava que as autoridades portuguesas tinham perdido o controle desta região,

⁶⁵⁰ ANTT/SCCIM n° 1944: informações referentes à suspeita da colaboração ajaua com as autoridades coloniais. Para os registos da Rádio Zâmbia e da reunião da FRELIMO em Massassi, Tanzânia, ver em ANTT/SCCIM n° 1945.

⁶⁵¹ NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa...** op.cit., p. 101.

⁶⁵² Ibid., p. 101.

tendo alertado quem se deslocasse para o norte de Messumba corria o risco de ser “levado” para os acampamentos da FRELIMO. Suspeitavam que esta situação tivesse acontecido com os regedores Miandica, Gaunge e Chizoma e com as populações Nianja das suas povoações, dado que não tinha “sido ainda descoberto o paradeiro” daqueles regedores, apesar de “todos os esforços despendidos com vista a atraí-los e protegê-los.” Foi citado que o Padre John Douglas Paul, superior da Missão Anglicana de Messumba, teria dito que a circulação dos carros desta missão era sempre precedida de aviso com vista a evitar que fossem alvos de minas colocadas nas estradas e de flagelações das emboscadas da FRELIMO.⁶⁵³ Pouco depois, a 23 de agosto de 1965 estava interdita a circulação de viaturas civis pelos itinerários Metangula-Nova Coimbra-Maniamba-Cóbuè por se encontrarem “altamente minados”.⁶⁵⁴

Ora, não era novidade para autoridades coloniais portuguesas, as informações reportando que a área da circunscrição do Lago estava “francamente” afetada pelas ações dos grupos da FRELIMO. A 1 de setembro de 1965 uma informação administrativa reportou que nesta circunscrição “a quase totalidade da população fugiu para o mato dando assim apoio declarado aos rebeldes.”⁶⁵⁵ Meses depois, o comando naval das forças portuguesas, a 15 de dezembro de 1965, se referiu sobre o teor das cartas da FRELIMO capturadas no acampamento de Wasi (na circunscrição de Lago), dirigidas ao Padre Paul, da Missão Anglicana de Messumba, e ao Padre Inácio Mondim, da Missão Católica de Nova Coimbra. Constatou que Padre Paul apoiou a FRELIMO em bens alimentares e outros de utilidade e o Padre Mondim deu informações aos guerrilheiros da FRELIMO sobre a presença de uma tropa portuguesa localizada no caminho Chia-Namatumba.⁶⁵⁶

A estratégia adoptada pelo governo português foi a de isolar em aldeamentos cercados as populações que ainda se encontravam em áreas sob seu controle. A população localizada a volta da sede do posto de Olivença foi toda aldeada em início de junho de 1966, visando isolá-la do

⁶⁵³ ANTT/SCCIM n° 1946: informação datada de 27 de Julho de 1965, da administração da circunscrição do Lago, referente à atuação da FRELIMO ao norte de Messumba.

⁶⁵⁴ ANTT/SCCIM n° 1947: informação referente à interdição da circulação de viaturas civis pelos itinerários de Metangula-Nova Coimbra-Maniamba-Cóbuè por receio das ações da FRELIMO.

⁶⁵⁵ ANTT/SCCIM n° 1947: informação datada de 01 de Setembro de 1965 referentes à fuga e adesão da população da circunscrição de Lago para as bases da FRELIMO.

⁶⁵⁶ ANTT/SCCIM n° 1948: informações datadas de 15 de Dezembro de 1965 do comando naval das forças portuguesas referente ao teor das cartas dos órgãos da FRELIMO capturadas no acampamento de Wasi, na circunscrição de Lago.

controle que a FRELIMO vinha estabelecendo na região entre a confluência dos rios Messinge e Rovuma e Chiwinde, na fronteira com a Tanzânia.⁶⁵⁷

Por sua vez, a situação apresentava-se diferente ao sul do distrito do Niassa, onde as informações citavam que a FRELIMO vinha enfrentando dificuldades de se apresentar “ostensivamente”. Declarações obtidas dos moçambicanos detidos pelas autoridades portuguesas no concelho de Amaramba, em princípios de maio de 1965, informavam que a FRELIMO preparava-se para efetivar a entrada de materiais e efetivos, com a finalidade de levar a efeito ataques ao posto administrativo de Mecanhelas.

Depois dos acontecimentos de Mecanhelas em finais de dezembro de 1964 e janeiro de 1965, em princípios de maio de 1965 o administrador do posto de Mecanhelas responsabilizava as autoridades africanas de serem os “próprios a fomentar a subversão e a envenenar ainda mais do que já estava do antecedente o ambiente naquela área.” Referia-se aos chefes de grupo Chitimbe, Cachingue e Muembere, aos chefes de povoação Nampade e Nangune, que teriam se reunido a 01 de maio de 1965 na área da regedoria Messossomera, na companhia de elementos da FRELIMO, a fim de prepararem a entrada de armas e efetivos desta organização para a área do posto de Mecanhelas, a partir do Malawi. A denúncia surgiu das declarações obtidas em interrogatório a que Diquissone Muhorro, Biriante Muaquihua, Nancare e Ualasse Canla estiveram submetidos pelas autoridades portuguesas em Mecanhelas, contra os quais já havia a informação, dando conta de terem participado de uma reunião em Malawi para auxiliarem essa operação da FRELIMO. Foram também detidos Frederico Marrocotela, Gabriel Milton Mutapula, Cohola Maulana, Mussa Macuinja, Henrique Ajana, Murrirrima Cupanhiua e Lucas Suede por terem também participado em reuniões, cujo assunto era aderir à luta armada conduzida pela FRELIMO. Estes últimos declararam em interrogatório terem inicialmente aderido ao MCP e que a partir das ligações existentes no Malawi acabaram por aderir à FRELIMO.⁶⁵⁸

De fato, às 00.30 da noite de 31 de maio de 1965, a sede do posto administrativo de Mecanhelas foi atacada “por intenso tiroteio” e cerca das 20.30 horas do dia seguintes, 01 de

⁶⁵⁷ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes à situação na área da circunscrição de Lago, no período de Fevereiro e Setembro de 1966.

⁶⁵⁸ ANTT/SCCIM n° 1943: informações relativas às suspeitas datadas de princípios de Maio de 1965 do administrador de Mecanhelas contra os chefes tradicionais deste posto.

junho, aconteceu o mesmo à uma patrulha militar, perto da ponte do rio Minhoto, em Mecanhelas. Seguiu-se a 03 de junho de 1965 o ataque “mais violento” contra um pelotão das tropas coloniais estacionado em Mecanhelas. Depois destas operações da FRELIMO, os regedores Mecanhelas e Chamba se apresentaram para auxiliar as autoridades portuguesas na defesa do posto de Mecanhelas e “no mais que fosse necessário.” Também o regedor Messossomera “compareceu no Posto [de Mecanhelas] para receber ordens.” Sentindo-se insegura a população europeia decidiu que abandonaria o posto de Mecanhelas em companhia da tropa portuguesa, no caso desta retirar-se das suas áreas de residência.⁶⁵⁹

Por considera-las “todos altamente implicados na subversão”,⁶⁶⁰ as forças portuguesas no dia 01 de junho de 1965 assassinaram o chefe Cazimbe, do grupo Cachingue, da regedoria Messossomera, e os chefes de povoação Chinguo e Cumulique, da regedoria Mecanhelas. Com efeito, e inseguras as populações puseram-se em fuga para o Malawi. O “District Commissioner” de Zomba, daquele país vizinho, teve que se dirigir ao posto de Mecanhelas, onde abordou a situação do “enorme número de refugiados, sobretudo mulheres e crianças, oriundos de Mecanhelas”. Na ocasião, a referida autoridade malawiana afirmou que o governo do Malawi “ficaria satisfeito se fosse estancado aquele fluxo de gente”.⁶⁶¹

Nas operações da tropa portuguesa de 01 de junho de 1965 foram presos alguns malawianos, logo a seguir restituídos à liberdade após se constatar que eram “simples comerciantes de peixe”. Autoridades portuguesas tomaram conhecimento que a tropa e a polícia malawianas percorreram as bolsas malawianas de Chissone, Gotan-Gota e Chinguma, situadas na região da fronteira sudeste com Moçambique, onde averiguaram as informações segundo as quais os portugueses teriam morto alguns malawianos. Constava ainda que o governo malawiano

⁶⁵⁹ ANTT/SCCIM n° 1944: informações referentes aos ataques da FRELIMO contra a sede do posto de Mecanhelas nos dias 31 de Maio, 1 e 3 de Junho de 1965.

⁶⁶⁰ ANTT/SCCIM n° 1945: informação referente aos chefes tradicionais do posto administrativo de Mecanhelas assassinados pelas autoridades coloniais.

⁶⁶¹ ANTT/SCCIM n° 1945: informações referentes à preocupação das autoridades malawianas sobre a fuga da população do posto administrativo de Mecanhelas para o Malawi, em consequência das operações militares coloniais neste posto depois dos ataques da FRELIMO do dia 1 de Junho de 1965.

exigiu explicações ao governador-geral de Moçambique sobre o assunto, entretanto os SCCIM não confirmaram esta exigência que teria sido feita pelo governo do Dr. Banda.⁶⁶²

Ao se referir que as bolsas malawianas como a de Chissone ou Lungazi, Gotan-Gota, Chinguma, Nambazo serviam de bases de irradiação das operações da FRELIMO no interior de Moçambique, o administrador do concelho de Lago admitiu duas hipóteses: que a “vitória decisiva” contra as ações da FRELIMO em Mecanhelas dependeria da colaboração “eficaz” das forças do Malawi e a de um “assalto sub-reptício” das forças portuguesas contra as áreas suspeitas de abrigar bases da FRELIMO no interior do Malawi, junto da fronteira com o Niassa. Neste cenário, o referido administrador chegou a sugerir que se retificasse a linha de fronteira entre Moçambique e Malawi, porque considerava “ser fundamental” para “eliminar definitivamente as bolsas” e pôr cobro aos ataques da FRELIMO no posto de Mecanhelas.⁶⁶³

O gabinete militar do Comando Chefe das forças armadas portuguesas em Moçambique elaborou dois relatórios com a data de 25 de junho de 1965, que se referiram à situação das bolsas malawianas, onde a FRELIMO mantinha seus abrigos e daí lançava seus ataques contra o posto de Mecanhelas, e também às ações de Henry Chipembere que vinham sendo registradas na área do chefe Makangila, no território malawiano. Ao se referir à eficiência dos serviços de informação local, de prevenção e repressão realizados pelas autoridades portuguesas, e às operações de “limpeza” que estas teriam desencadeado no posto de Mecanhelas, o gabinete destacou a “colaboração activa” dos chefes Chamba, Mecanhelas e Caronga. Salientando o papel do chefe Chamba que vinha dando “provas em alto grau” de firmeza, dedicação e entusiasmo,⁶⁶⁴ mencionando que o mesmo não se verificava com o chefe Messossomera, cuja colaboração “menos nítida” e hesitante era atribuída no relatório à “fraqueza de caráter que lhe resulta de ser bêbado.”⁶⁶⁵ Ao culpar o chefe Messossomera pela infiltração da FRELIMO na região, o

⁶⁶² ANTT/SCCIM n° 1945: informações referentes às preocupações das autoridades do Malawi sobre as operações militares portuguesas nas bolsas de Chissone, Gotan-Gota e Chinguma.

⁶⁶³ ANTT/SCCIM n° 1945: informações referentes às sugestões avançadas pelo administrador do concelho do Lago para pôr cobro aos ataques da FRELIMO em Mecanhelas.

⁶⁶⁴ ANTT/SCCIM n° 1945: informações constantes de dois relatórios datados de 25 de Junho de 1965, do gabinete militar do Comando Chefe das forças armadas portuguesas em Moçambique, a respeito da situação militar no posto administrativo de Mecanhelas.

⁶⁶⁵ Ibid.

associava ao ambiente que, segundo o mesmo, seria característico “entre os Nianjas, opondo-se lhe os Macuas e o Ajauas.”⁶⁶⁶

Sobre as bolsas malawianas, o referido gabinete militar não tinha dúvidas que a FRELIMO mantinha na bolsa de Chissone ou Lungazi e na povoação de Nambazo, ao sul do lago Chirua, a sua base de apoio em termos de desembarque de efetivos e materiais de guerra, além do campo de preparação militar para as operações que desenvolvia em Mecanhelas. O relatório concluiu que a combinação da situação na bolsa de Chissone descrita como “menos” controlada pelo governo malawiano do distrito de Zomba e o que designava por “apoio rácico do sector da população de origem tribal Nianja” favorecia os intentos da FRELIMO de instaurar uma frente ao sul do distrito do Niassa.⁶⁶⁷

Nos referidos relatórios gabinete militar, datados de 25 de junho de 1965, constam declarações de dois elementos filiados ao Chipembere e referidos como Lázaro Kalumbe, identificado como natural de Lilongwe, Malawi, e Uailesse Abuto, identificado como natural de Nova Coimbra, distrito do Niassa, detidos pelas autoridades portuguesas em Niassa. Das suas declarações consta que numa reunião realizada na povoação do chefe Makangila (área de Fort Johnston), no Malawi, Henry Chipembere deu instruções para a formação de um grupo com a missão de seguir para o distrito do Niassa, onde deveria levar a efeito diligências visando “obter para comum acção revolucionária a assistência dos Nianjas que se encontram localizados na margem portuguesa do LAGO NIASSA.”⁶⁶⁸

Os referidos detidos declararam que foram formados grupos de Chipembere, sendo que um deles teria mesmo seguido para a Ilha de Likoma, de onde atravessou para Messumba e se irradiou pelo distrito do Niassa. Na área do chefe Makangila, no território do Malawi, permaneceram dois grupos, um sob a chefia do próprio chefe Makangila e outro sob a chefia do Kaliasse. O grupo que seguiu para Ilha Likoma foi dirigido por Lázaro Kalumbe e foi depois subdividido, formando o grupo que seguiu para Messumba dirigido por Jaime Maloia e outro do

⁶⁶⁶ ANTT/SCCIM n.º 1945: informações constantes de dois relatórios datados de 25 de Junho de 1965, do gabinete militar do Comando Chefe das forças armadas portuguesas em Moçambique, a respeito da situação militar no posto administrativo de Mecanhelas.

⁶⁶⁷ Ibid.

⁶⁶⁸ ANTT/SCCIM n.º 1945: informações referentes às declarações de Lázaro Kalumbe e Uailesse Abuto constantes de um dos dois relatórios do gabinete militar do Comando Chefe das forças armadas portuguesas em Moçambique, datados de 25 de Junho de 1965.

qual faziam parte Khierende Bandue, Moisés Cachuela, William Banda e Pieter Seide. Quanto ao Lázaro Kalumbe foi detido em Vila Cabral pelas autoridades portuguesas no âmbito desta missão, visando obter assistência política das populações Nianja.⁶⁶⁹

Pouco depois, a 28 de junho de 1965, o mesmo gabinete militar classificou de “íntima” a colaboração entre os grupos da FRELIMO e os de Chipembere na Ilha de Likoma, salientando a relevância que a Missão Anglicana de Messumba mantinha em Likoma, cujo arquipreste foi apontado como sendo pai de Henry Chipembere e mencionando ainda que era nesta missão que ministrava o pai de Óscar Kambona, alto dirigente da TANU.⁶⁷⁰

A 05 de dezembro de 1966, os SCCI referiram-se sobre uma relação que existiria entre a luta armada do Chipembere contra o governo do Presidente Hastings Banda no Malawi e a área Nianja de Moçambique. Mencionando que a área Nianja “encontra[va]-se praticamente fora do controle do governo [português], e dispunha de comunicações com a Tanzânia.” E que Dr. Banda teria denunciado às populações que Chipembere e Dr. Eduardo Mondlane “se juntaram para a luta em Moçambique e contra o Malawi”, apelando às mesmas para não aderirem às ações das suas organizações.⁶⁷¹

Ao contrário do que acontecia na fronteira entre a Tanzânia e Moçambique, a FRELIMO, o grupo de Chipembere e o Conselho Revolucionário de Moçambique (COREMO)⁶⁷² buscavam conquistar um campo favorável às operações na fronteira malawiana com Moçambique. O governo do Malawi enfrentava dificuldades em lidar com as implicações políticas que a utilização da sua zona de fronteira com os distritos do Niassa e da Zambézia - pela FRELIMO e pelo COREMO - representava para a sua segurança interna. Por um lado, esta região era estratégica para a revolta armada conduzida por Chipembere, que procurava conquistar a adesão da população Nianja do distrito do Niassa. Por outro, o governo do Dr. Banda encontrava-se

⁶⁶⁹ ANTT/SCCIM n° 1945: informações referentes às declarações de Lázaro Kalumbe e Uaillesse Abuto constantes de um dos dois relatórios do gabinete militar do Comando Chefe das forças armadas portuguesas em Moçambique, datados de 25 de Junho de 1965.

⁶⁷⁰ ANTT/SCCIM n° 1945: informações do gabinete militar do Comando Chefe das forças armadas portuguesas em Moçambique, datadas de 28 de Junho de 1965, referentes à colaboração entre os grupos da FRELIMO e os de Chipembere na Ilha de Likoma, Malawi.

⁶⁷¹ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes à relação entre Chipembere e a FRELIMO, constantes no relatório dos SCCI, datado de 05 de Dezembro de 1966.

⁶⁷² Organização nacionalista formada por moçambicanos que participaram na fundação da FRELIMO em Junho de 1962 e que desta se apartaram em resultado de dissidências.

obrigado a honrar os compromissos com Portugal em troca da sua utilização dos corredores ferroviários, rodoviários e portuários de Moçambique. Porém, o reforço militar da sua fronteira sudeste com Moçambique, ainda que fosse legítimo para obstar operações dos grupos de Chipembere, afetaria a FRELIMO e feriria os compromissos do governo do Malawi, contribuindo, ainda que clandestinamente, para a independência de Moçambique. A FRELIMO era a organização nacionalista moçambicana reconhecida e assistida política, ideológica e militarmente pela OUA e pelo seu Comité de Libertação.

Para os SCCI, a rivalidade entre a FRELIMO e o COREMO no Malawi estava associada ao “apreciável” apoio que esta última organização dispunha entre indivíduos oriundos dos distritos da Zambézia, Tete e de Manica e Sofala. A relativa permissão que estas duas organizações moçambicanas encontravam em Malawi para estabelecerem seus órgãos políticos e desenvolverem ações militares abria àqueles indivíduos a liberdade de escolha de filiação política. Nesse contexto, os SCCI destacaram a deserção de elementos da FRELIMO para o COREMO, associando-a às informações acerca de um “favoritismo” que os indivíduos naturais do sul de Moçambique recebiam junto dos dirigentes centrais da FRELIMO. A deserção foi associada, também, aos agravos sentidos pelos guerrilheiros da FRELIMO junto da fronteira com o Malawi, onde enfrentava maiores dificuldades de abastecimento logístico.⁶⁷³

De outra parte, não era pronunciada a deserção que existiria no COREMO que não desenvolvia ações militares que pudessem sujeitá-lo às situações de deserções na mesma envergadura que se registrava na FRELIMO. Em 1966, a FRELIMO desenvolvia com maior empenho a luta armada em Moçambique, contando com pleno apoio político e em abastecimento material dos governos da Tanzânia e Zâmbia, países onde gozava da liberdade para a instalação de bases políticas e militares.⁶⁷⁴

Não contando com o apoio político da Tanzânia e da OUA, o COREMO mantinha até a data bases políticas na Zâmbia, apesar das pressões que o Secretariado do Comitê de Libertação da OUA fazia contra os Estados membros que apoiavam organizações nacionalistas como o COREMO, que desenvolvia a luta armada em paralelo àquela desenvolvida por organizações nacionalistas reconhecidas pela OUA. Porém, o COREMO gozava de apoio político não oficial

⁶⁷³ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes a FRELIMO e a COREMO em Malawi.

⁶⁷⁴ Ibid.

de países como Malawi e Zâmbia, cujas posições eram delicadas quando se tratava de dar apoio político-militar oficial às organizações nacionalistas da região austral da África. Os governos do Malawi e Zâmbia encontravam-se sujeitos aos compromissos de “boa vizinhança” com os governos de Portugal, Rodésia e África do Sul, em relação aos quais dependiam economicamente para o acesso aos portos de Moçambique e Angola e para o trânsito ferroviário, rodoviário e portuário de mercadorias pelos territórios dominados por estes governos na África Austral.⁶⁷⁵

José Moiane mencionou que o régulo Mecanhelas criava dificuldades ao plano de avanço da FRELIMO para o desencadeamento da luta armada no distrito da Zambézia. Contou que coube a si dirigir as operações baseadas em Maniamba para a implantação da FRELIMO no posto de Catur.⁶⁷⁶ Mas foi Eduardo da Silva Nihia (“Mtoto”) quem dirigiu o comando que em setembro de 1965 implantou a base geral de Catur, em Chipanga. A missão de Eduardo Nihia era desencadear operações militares no distrito da Zambézia, o que não se concretizou, devido a barreira das forças portuguesas na faixa entre Vila Cabral e Catur. Em seguida, a partir da base central de Catur, o Comissário Político Sebastião Mabote dirigiu as operações nesta região visando abrir passagem para o distrito da Zambézia via Mecanhelas.⁶⁷⁷

A despeito de todo esse conjunto de dificuldades na frente sul do Niassa como resultado da situação de instabilidade militar no Malawi e devido a participação dos regedores Mecanhelas e Chamba em operações de auxílio ao governo português, a luta armada se expandiu na região, ao ponto da FRELIMO ter atacado a cidade de Vila Cabral e tentado cortar a sua comunicação rodoviária e ferroviária com a parte restante do distrito e do país. Até 01 de setembro de 1965, a situação no concelho de Vila Cabral foi descrita como “já atingida fortemente pelo terrorismo”, com registro de “casos de certa gravidade”. Autoridades coloniais consideravam “cortadas” e inseguras as estradas de Vila Cabral-Porto Arroio (Meponda) e Vila Cabral-Catur, uma situação classificada como de ameaça para a própria capital do governo do distrito do Niassa.⁶⁷⁸

⁶⁷⁵ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes às dissensões entre a FRELIMO e a COREMO.

⁶⁷⁶ MOIANE, J. P. **Memórias de um guerrilheiro** ... op.cit., p. 73-74.

⁶⁷⁷ Ibid., p. 73; NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa**... op.cit., p. 128-129.

⁶⁷⁸ ANTT/SCCIM n° 1947: informações referentes à apreciação geral da situação do Distrito de Niassa até 1 de Setembro de 1965.

A insegurança no itinerário VILA CABRAL-CATUR, a manter-se, afectará gravemente a situação da capital do Distrito, pois que se poderão criar graves problemas de carência de abastecimentos de toda a espécie, o que poderá conduzir à paralisação de grande parte das actividades normais.⁶⁷⁹

Ainda no concelho de Vila Cabral, a 07 de fevereiro de 1966 foi registrada a informação dando conta da presença de guerrilheiros no posto administrativo de Litunde, atacado um mês depois, a 05 de março de 1966. Uma outra informação dava conta que os guerrilheiros iriam isolar e atacar Vila Cabral. De fato, em seguida foram registrados vários ataques nos arredores de Vila Cabral. Em maio, o Centro de Recepção e Recuperação da população, situado a 3,5km de Vila Cabral e o quartel de artilharia situado a 2,5km foram atacados, tendo sido registrados várias outras operações que se prolongaram pelo mês de junho. A 26 de agosto de 1966, foram registrados tiroteio e rebentamento de granadas no interior da cidade de Vila Cabral.⁶⁸⁰

5.2. Os Yao e a “Estrada de Mataka”⁶⁸¹

Antes de 15 de junho de 1965, o governador do distrito do Niassa tinha comunicado ao governador-geral de Moçambique que a FRELIMO estava a tentar infiltrar-se na região oriental do distrito, estando na altura a introduzir a sua propaganda entre os Yao por via da circunscrição de Mecula.⁶⁸² No seu relatório de 28 de junho de 1965, o gabinete militar do Comando-Chefe das forças armadas portuguesas em Moçambique admitia que - ao contrário do que se passava com os Nianja - havia até a data a “fidelidade” das populações Yao e Macua ao governo colonial português, cuja conservação entendia ser “essencial” para o sucesso do combate contra a luta armada da FRELIMO no distrito do Niassa. Cito:

⁶⁷⁹ ANTT/SCCIM n° 1947: informações referentes à apreciação geral da situação do Distrito de Niassa até 1 de Setembro de 1965.

⁶⁸⁰ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes aos ataques no concelho de Vila Cabral havidos no período entre Fevereiro e Agosto de 1966.

⁶⁸¹ No Mapa 3 (Croqui dos dispositivos militares da FRELIMO no Niassa) a “Estrada de Mataka” é indicada pelo tracejado que inicia em “Mataka” no rio Rovuma e se prolonga em direção ao sul até “N. Vietnam”, junto a Revia, ao longo do rio Lugenda.

⁶⁸² ANTT/SCCIM n° 1945: informação do governador do Distrito de Niassa referente ao período de 08 a 15 de Junho de 1965, relativa à infiltração da FRELIMO entre os Ajauas por via da circunscrição de Mecula.

Para o sucesso do combate à subversão afigura-se como essencial conservar a fidelidade e colaboração das populações AJAUA [Yao] e MACUA (algumas já hesitantes) de todo o Distrito do NIASSA dando-lhes proteção que lhes permitirá resistirem ao aliciamento e à intimidação do IN [inimigo, neste caso a FRELIMO].⁶⁸³

Porém, nesta data de 28 de junho de 1965 constava a informação dando conta que em março último tinha sido observado que “grande parte” dos habitantes de Chipupuda (posto administrativo de Nantuego, circunscrição de Mecula) se deslocava com “frequência” à Tanzânia com o pretexto de vender peles de jacaré pescado no rio Lugenda. Tinha sido observado que indivíduos seguiam pelo curso do rio Lugenda em casquinhas até Negomano, onde as escondiam e seguiam a pé até a povoação Nhalila donde, durante a noite, atravessavam o rio Rovuma em casquinhas vindas da Tanzânia. Em face dessas informações, uma patrulha do posto administrativo de Nantuego foi destacada para averiguar as suspeitas de ligações com a FRELIMO.⁶⁸⁴

A 18 de junho deste ano, a patrulha efetuou reconhecimento militar ao longo do curso do rio Rovuma, desde o posto de Nantuego até a povoação Nhalila, e observou vestígios de vários caminhos com indicações de terem sido utilizados, reforçando a suspeita de que teriam sido utilizados para fins ligados a FRELIMO. Na noite deste dia, o grupo de reconhecimento, do qual fez parte o administrador do posto de Nantuego, ouviu um “constante rufar de um tambor emitindo sons ritmados”, o que levantou a suspeita de que seria uma forma de enviar mensagens. Em face das suspeitas, o referido administrador propôs que a área fosse “periodicamente” patrulhada pela tropa colonial.⁶⁸⁵ Um mês depois, a 18 de julho de 1965, foi mencionado terem sido capturados três indivíduos nas terras do regedor Nantuego (circunscrição de Mecula), portadores de “grande número” de panfletos de propaganda e cartões da FRELIMO.⁶⁸⁶

No posto administrativo de Muembe (circunscrição de Valadim), no posto administrativo de Unango (circunscrição de Sanga), em Maniamba (circunscrição do Lago) e no concelho de

⁶⁸³ ANTT/SCCIM n° 1945: relatório do gabinete militar do Comando-Chefe das forças armadas portuguesas datadas de 28 de Junho de 1965.

⁶⁸⁴ ANTT/SCCIM n° 1945: informações datadas de 28 de Junho de 1965 referentes à suspeita de movimentos de indivíduos ligados à FRELIMO no posto administrativo de Nantuego, circunscrição de Mecula.

⁶⁸⁵ ANTT/SCCIM n° 1946: informações referentes ao reconhecimento feito pela tropa colonial portuguesa ao longo do rio Rovuma, entre Nantuego e Nhalila, circunscrição de Mecula, no dia 18 de Junho de 1965.

⁶⁸⁶ ANTT/SCCIM n° 1946: informação datada de 18 de Julho de 1965 referente à detenção de três indivíduos portadores de propaganda da FRELIMO na regedoria Nantuego.

Vila Cabral, as populações e autoridades coloniais foram avistando, com frequência, durante a noite, objetos luminosos, citados como “objectos voadores luminosos”. Um informador da administração em Nampanda, onde foi feita uma dessas observações, contou ter ouvido que se tratava de um tipo de sinalização utilizado pela FRELIMO para despistar as forças coloniais ou as populações dos seus acampamentos. Parecia não haver dúvidas que se tratava de “fortes holofotes agitando-se nos cabeços dos montes mais próximos” das serras Mecula (em Muembe, circunscrição de Valadim), ou nas serras Malulo, no posto administrativo de Unango (circunscrição de Sanga).⁶⁸⁷

Depois do adjunto da administração da circunscrição, Pedro Paulo de Matos, testemunhar uma dessas observações na noite de 24 de julho, foi alertada a força aérea portuguesa. Pedro Paulo de Matos descreveu ter “visto nitidamente” um objeto luminoso “de forma esférica emitindo uma luz avermelhada, deslocando-se a grande velocidade, que se elevou nos ares [...] planou [...] fez uma curva rápida [...] desaparecendo da vista.” Ele estava convicto de que se tratava de um “engenho voador, de simples sinalização do inimigo”. Três dias depois seria a vez do administrador do concelho de Vila Cabral avistar “de sua própria casa sinais luminosos intermitentes”.⁶⁸⁸ A observação foi também registrada na noite de 17 de agosto de 1965 em Cóbue, iluminando o aquartelamento da tropa portuguesa e as serras vizinhas.⁶⁸⁹

José Moiane referiu que em meados de 1965 os portugueses descobriram a linha de infiltração de Chiwinde, no extremo noroeste do distrito do Niassa, utilizada pela FRELIMO desde o início da luta armada, ligando a Tanzânia e o setor ocidental. O cerco que a tropa portuguesa estabeleceu em torno da área obrigou o comando da FRELIMO a explorar a zona de Mitomoni, situada a leste ao longo do rio Rovuma, junto da confluência com o rio Messinge.⁶⁹⁰ Contou que neste período a FRELIMO havia contatado o régulo Mataka, em Marrupa, visando obter sua adesão e colaboração nas operações militares que deveriam ser desencadeadas na região oriental do Niassa.⁶⁹¹

⁶⁸⁷ ANTT/SCCIM n° 1946: informações referentes aos avistamentos de “objectos voadores luminosos” no Distrito de Niassa, nas noites do mês de Julho de 1965.

⁶⁸⁸ Ibid.

⁶⁸⁹ ANTT/SCCIM n° 1947: informação referente ao avistamento de objeto luminoso na noite de 17 de Agosto de 1965 no posto administrativo de Cóbue.

⁶⁹⁰ MOIANE, J. P. **Memórias de um guerrilheiro** ... op.cit., p. 72.

⁶⁹¹ Ibid. p. 80-81 e 83.

Na data de 23 de agosto de 1965, os SCCIM registraram a informação sobre o “alastramento da subversão” nas povoações Yao.⁶⁹² Dias depois, a 27 de agosto, a administração de Muembe (circunscrição de Valadim) reportou a informação segundo a qual um grupo da FRELIMO alertou a população que a área da circunscrição de Sanga, entre o posto de Muembe e o rio Lucheringo passava a fazer parte da sua zona de operação militar. Constava até aquele momento que tinha havido diligências anteriores por parte deste grupo da FRELIMO para que o chefe Malinganila, da circunscrição de Sanga, abandonasse as terras com as respectivas populações, além de advertir os adultos para que não deixassem as crianças “andar pelo mato, principalmente nas estradas e caminhos”.⁶⁹³ Deste modo, o comando da FRELIMO estabeleceu o seu setor oriental e dava início a integração da população Yao na luta armada da independência nacional de Moçambique.

Com efeito, pouco depois, a 01 de setembro de 1965, os SCCIM registravam que a luta armada no distrito do Niassa havia se generalizado, não se resumindo às áreas afetadas da circunscrição do Lago (setor ocidental) e do concelho de Amaramba (setor austral). A situação da circunscrição de Sanga foi descrita como estando “também grandemente afectada pela subversão”, com registro de que as populações da sede da circunscrição e dos postos administrativos de Mazoco e Unango estavam a abandonar as suas povoações. E concluía: as “principais pontes” no itinerário Unango-Miranda tinham sido “todas destruídas.”⁶⁹⁴

Depois de em 01 de setembro de 1965 a circunscrição de Valadim ter sido descrita como “calma” e com indicações de apresentar uma situação que não passava de uma “tentativa de infiltração de elementos subversivos”,⁶⁹⁵ dois dias depois, foi registrado que todas as pontes ao norte do posto de Unango tinham sido destruídas e que um grupo de guerrilheiros já se encontrava a 3km do posto administrativo de Muembe, onde as populações estavam a abandonar as povoações. As autoridades administrativas locais tiveram que solicitar reforço urgente em face da situação. Na ocasião, foi citado que o Padre Menegon teria comunicado ao governo do distrito do Niassa que no dia 04 de setembro um grupo da FRELIMO contactou o Padre Mário Teruzzi na

⁶⁹² ANTT/SCCIM n° 1947: informação datada de 23 de Agosto de 1965, referente à apreciação geral da situação do Distrito de Niassa.

⁶⁹³ ANTT/SCCIM n° 1947: informação do posto administrativo de Muembe, circunscrição de Valadim, datada de 27 de Agosto de 1965.

⁶⁹⁴ ANTT/SCCIM n° 1947: informações referentes à apreciação geral da situação do Distrito de Niassa até 1 de Setembro de 1965.

⁶⁹⁵ Ibid.

Missão de Unango, deixando-o a par de que haveria um conjunto de ações nas estradas de Porto Arroio (Meponda), Macaloge, Vila Cabral e Massangulo.⁶⁹⁶

Com a situação sendo descrita como “grandemente afectada”, na noite de 07 de dezembro de 1965 teve lugar o ataque na povoação de Pauíla (circunscrição de Sanga). Em decorrência, três dias depois, as autoridades do distrito do Niassa davam um novo tom à sua apreciação política sobre as áreas das povoações Yao, referindo que nelas “Esboçam-se os primeiros movimentos de subversão”.⁶⁹⁷

Pouco depois, a 24 de dezembro de 1965, uma força portuguesa foi emboscada na povoação da regedoria Mataca com tiros de armas automáticas quando acompanhava o administrador da circunscrição de Valadim que seguia para apurar os motivos porque o regedor Mataca e a sua população teriam abandonado a povoação. Os ataques que tiveram lugar nas povoações do regedor Mataca nos dias 25 e 27 de dezembro corroboram a hipótese avançada, segundo a qual a FRELIMO poderia estar utilizando outra linha de infiltração que seguia pelas regiões de Pauíla, Macaloge e Valadim, acompanhando o curso dos rios Messinge, Mazoco e Lucheringo. Em janeiro de 1966, declarações de um “prisioneiro” informaram as autoridades portuguesas da existência de uma base de segurança da FRELIMO em Unango, abastecida de material a partir da linha de infiltração que passava por Songea-Mitomoni.⁶⁹⁸

Em março deste ano, a situação no posto de Revia (circunscrição de Marrupa) foi classificada pelos SCCIM como marcada por “graves acontecimentos”. Pouco depois, em abril, foi registrada a informação de que a FRELIMO ocupou o posto. Já no dia 31 de maio, as forças portuguesas efetuaram bombardeamentos na área ocupada, os quais não surtiram os efeitos desejados, tendo apenas provocado pânico e fuga das populações.⁶⁹⁹ O referido ataque seguido de ocupação do acampamento de Revia coincide com a operação desencadeada por Francisco Mazuze, chefe do 1º pelotão, da 3ª companhia do 1º batalhão que entrou para o setor do Niassa Oriental em fevereiro de 1966, procedente de Nachinguea. Esta operação foi mencionada por

⁶⁹⁶ ANTT/SCCIM n° 1947: informações datadas de 3 e 4 de Setembro de 1965 referentes às ações da FRELIMO nos postos administrativos de Muembe e Unango.

⁶⁹⁷ ANTT/SCCIM n° 1948: informações referentes à apreciação da situação nas circunscrições de Sanga, Valadim e Mecula até 10 de Dezembro de 1965.

⁶⁹⁸ ANTT/SCCIM n° 1948: informações referentes à presença de linhas de infiltração da FRELIMO nas regiões de Pauíla, Macaloge e Valadim, Songea e Mitomoni.

⁶⁹⁹ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes à situação na área da circunscrição de Marrupa, no período de Fevereiro e Setembro de 1966.

José Moiane em tom de crítica. Enquadrado na missão da 3ª Companhia na região oriental do Niassa, o pelotão sob o comando de Francisco Mazuze tinha a tarefa de conduzir as operações da FRELIMO na circunscrição de Marrupa. José Moiane contou que foi um desvio aos princípios de luta de guerrilha o fato de Francisco Mazuze ter atacado e ocupado um acampamento da tropa portuguesa, quando cumpria a missão de avançar para Maúá.⁷⁰⁰

Entretanto, em setembro a FRELIMO já havia alastrado suas operações até Maúá. Autoridades coloniais acusaram as autoridades africanas da circunscrição de Marrupa de fazerem parte da “grande rede de elementos afectos à subversão.”⁷⁰¹ Nos dias 06 de junho e 09 de julho de 1966, a FRELIMO atacava a residência do administrador e o quartel do posto de Unango, respectivamente.⁷⁰²

Com efeito, a 26 de dezembro de 1966 os SCCIM estavam convictos da existência da “Estrada de Mataka”, um itinerário de infiltração utilizado pela FRELIMO, com pontos iniciais diversos ao longo do rio Rovuma, designadamente a foz do rio Lussanhando, Lucabanga, Mazúua, Ludimile, Carpindimbe, Mataka-Nova e Luatize.⁷⁰³ Mais tarde, em meados de 1967, a “Estrada de Mataka” foi descrita como sendo uma “faixa com largura de cerca de 100 km desde a foz do rio LUCHURINGO [Lucheringo] a CHAMBA, e 400 km de profundidade que se estende desde o R Rovuma [rio Rovuma] ao limite norte do Distrito da Zambézia, através de MILEPA, FORTE MAZIUA, VALADIM, LITUNDE, REVIA e MUOCO”.⁷⁰⁴

O quadro de segurança estabelecido pela presença de bases e operações militares ao longo da referida Estrada de Mataka consubstancia a informação que dava conta que até dezembro de 1966 a FRELIMO teria criado condições para instalar um campo de treino em Revia e para acolher recrutas vindos de Nova Freixo, Mecanhelas, Maúá, Mutuali e Malema; constando ainda que a organização tencionava derrubar a ponte sobre o rio Macequece e cortar a ligação entre Nova Freixo e Maúá. Com base nestes dados, os SCCIM classificaram a circunscrição de Marrupa como a “área de maior preocupação no Distrito”, uma vez que era pertinente impedir

⁷⁰⁰ MOIANE, J. P. *Memórias de um guerrilheiro* ... op.cit., p. 83-84.

⁷⁰¹ ANTT/SCCIM nº 1462: informações referentes à situação na área da circunscrição de Marrupa, no período de Fevereiro e Setembro de 1966.

⁷⁰² ANTT/SCCIM nº 1462: informações referentes à situação na área das circunscrições de Valadim e Sanga, no período de Fevereiro e Setembro de 1966.

⁷⁰³ ANTT/SCCIM nº 1465: **Relatório de 26 de Dezembro de 1966**, com informações referentes à “Estrada de Mataka”.

⁷⁰⁴ ANTT/SCCIM nº 1941_c0003.

esse plano de “ação doutrinária” da FRELIMO na região do Niassa oriental, caso contrário, era eminente o risco de a adesão à luta armada consolidar em “quase todo o Distrito de Niassa”.⁷⁰⁵

Até ao fim de 1966, os regedores Teleue, Mutaprata, Nipepe e Nanguaia, chefes de povoação Nampuato, Chipende e Lequelia (da circunscrição de Marrupa), o regedor Nanguare e chefe de grupo Momade Candul (da circunscrição de Mecula) já tinham sido presos pelas autoridades coloniais portuguesas, por terem sido implicados nas atividades de progressão da FRELIMO na região Marrupa-Mecula. Também foi preso o regedor Mataca, da circunscrição de Valadim, descrito como “autoridade das mais influentes de todo o distrito”.⁷⁰⁶ Consta que ele esteve “fugindo” desde fevereiro de 1965 e que teria sido capturado em outubro.⁷⁰⁷

A prisão de uma autoridade africana como o regedor Mataca, seguida de instrumentalização política foi explorada como elemento crucial para fins de enfrentar a crescente adesão da população à FRELIMO. Porém, a prática revelava-se difícil quando se tratava de uma autoridade como o Mataca que os SCCIM consideravam que “sempre se nos mostrou hostil.”⁷⁰⁸

As informações das autoridades portuguesas referentes ao régulo Catur e a sua atuação na área de fronteira entre Moçambique e Malawi, na região sul do distrito do Niassa levam-nos a sugerir que a Estrada de Mataca se prolongou por toda a faixa oriental até ao sul do Niassa, constituindo um corredor de segurança e de operações militares da FRELIMO que ligava a Tanzânia e o Malawi, o que a tornava um dos principais corredores do movimento militar da FRELIMO na luta armada em Niassa, além de estratégico para toda a luta armada em Moçambique. Esse corredor das povoações Yao que se abriu ao norte, nas linhas de infiltração localizadas na fronteira com a Tanzânia, e se alongou por influência e ao abrigo dos régulos Catur de Moçambique e de Malawi coloca-nos diante da possibilidade de termos uma área geoestratégica que provavelmente pode ter sido utilizada pela FRELIMO para alimentar as frentes de Tete e de Manica e Sofala, no centro de Moçambique.

⁷⁰⁵ ANTT/SCCIM n° 1465: **Relatório datado de 26 de Dezembro de 1966**, com informações referentes à “Estrada de Mataca”.

⁷⁰⁶ Ibid.

⁷⁰⁷ ANTT/SCCIM n° 1469: consta a informação de que o regedor Mataca, da circunscrição de Valadim, esteve “fugindo” desde Fevereiro de 1965 e que teria sido capturado em Outubro de 1965.

⁷⁰⁸ ANTT/SCCIM n° 1465: **Relatório datado de 26 de Dezembro de 1966**, com informações referentes à “Estrada de Mataca”.

Com a “fuga” do regedor Catur com sua família para o território do Malawi a 16 de abril de 1966 - assim classificada, porque não foi um deslocamento autorizado pela administração portuguesa -, seguido em julho pelo “resto da população da sua povoação, 60 pessoas”⁷⁰⁹, levantou-se suspeita em torno das autoridades Yao situadas na região sul do distrito do Niassa, nos postos de Catur e Mandimba. Autoridades portuguesas interpretaram essa saída do regedor Catur de Moçambique para as povoações do régulo Catur do Malawi como sinal de subordinação política daquele em relação a este último. Não faltavam indícios, uma vez que Catur dera sinais de aversão ao governo colonial português em apoio à luta armada dirigida a partir do Malawi. Os SCCIM observaram a mostra de subordinação quase total dos regedores Yao do distrito do Niassa às autoridades Yao do Malawi, implicando, segundo previam, na adesão geral da população Yao à luta armada da FRELIMO:

A quase totalidade dos regedores da área do Niassa (ajauas) [Yao] mostram-se subordinados, em maior ou menor grau, aos regedores do Malawi, pelo que a atitude daqueles regedores (os nossos) perante a Nação Portuguesa e perante os elementos subversivos que se infiltrem, ou estejam no território, depende da atitude daqueles outros regedores (os do Malawi).⁷¹⁰

Logo em seguida, a 29 de junho de 1966 foi registrada a “primeira acção de vulto”,⁷¹¹ um ataque de *bazuca* e rajadas de metralhadoras contra um comboio de mercadorias a 15 km do posto administrativo de Catur, em que a locomotiva ficou inutilizada. O Superior da Missão de Massangulo contou ao comandante da companhia de caçadores 1572 que o grupo de guerrilheiros que efetuou o ataque havia entrado em trato com ele, avisando de que devia evitar movimentar-se na região de Nova Guarda. Contou também que o referido grupo de guerrilheiros solicitou seus préstimos para “muitas coisas, principalmente panos, medicamentos e enfermeiras para irem cursar no estrangeiro,” para além de terem pedido sua contribuição para a mobilização política da população dos postos administrativos de Catur e Massangulo à causa da luta armada da FRELIMO.⁷¹²

⁷⁰⁹ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes à fuga do regedor Catur para o Malawi.

⁷¹⁰ Ibid.

⁷¹¹ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes ao ataque contra um comboio de mercadorias no posto administrativo de Catur, datado de 29 de Junho de 1966.

⁷¹² Ibid.

No período de junho de 1966, no posto administrativo de Mecanhelas, a administração portuguesa vinha colocando em prática os aldeamentos coloniais e a estratégia de autodefesa das populações. Deste modo, a situação não era favorável às operações da FRELIMO, apesar do “receio de represálias” que havia no seio das populações e das autoridades africanas envolvidas em “batidas” em colaboração com a força colonial para detectar e reportar a infiltração e presença de guerrilheiros na área deste posto. Não foi por outra razão que nos dias 26 e 27 de maio haviam sido abatidos dois chefes de povoações em Mecanhelas, provavelmente por elementos da FRELIMO. Perante o receio que prevalecia de que acontecessem novos ataques da FRELIMO, o regedor Chamba criticou a falta de resposta militar efetiva da administração colonial ao não disponibilizar oportunamente armas para a autodefesa que ele e outros chefes contavam receber das autoridades portuguesas.⁷¹³

Antes, em março deste ano, essas autoridades africanas de Mecanhelas resistiram a efetuar operações de limpeza, enquanto não fossem colocadas à sua disposição armas para a autodefesa, tal como os prometera o governo do distrito do Niassa. Não se viam na condição de porem em prática a política da autodefesa apenas com duas carabinas e quatro caçadeiras. Para apurar a veracidade desta informação obtida pela PIDE e comunicada ao governo do distrito do Niassa, realizou-se uma averiguação ao regedor Chamba, que acabou por negar ter feito a referida crítica. Porém, em junho, o governo do distrito distribuiu as armas caçadeiras e munições. Entretanto, nesse período foi observada a ausência de ataques da FRELIMO no posto administrativo de Mecanhelas, situação que as autoridades coloniais atribuíam à “hostilidade que sempre lhes têm [aos guerrilheiros da FRELIMO] demonstrado as populações de Mecanhelas.”⁷¹⁴ Contudo, ainda existia no seio dos chefes africanos o receio de represálias e de que a situação redundaria em “grandes dificuldades” caso os efetivos militares não fossem aumentados para a autodefesa da área contra os agentes infiltrados da FRELIMO, baseados junto da fronteira entre o Malawi e Mecanhelas. Na “batida” dirigida por forças portuguesas a 25 de julho participaram cerca de 1500 indivíduos das povoações de Mecanhelas.⁷¹⁵

⁷¹³ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes à crítica feita pelo regedor Chamba, do posto administrativo de Mecanhelas, em Maio de 1966, ao governo do Distrito de Niassa.

⁷¹⁴ Ibid.

⁷¹⁵ Ibid.

Nesta mesma região junto da fronteira com o Malawi, em meados de 1966, a situação de insegurança se instalou também no posto administrativo de Mandimba. Em maio foi morto um colono europeu do colonato de Mandimba e o chefe Daúda raptado em julho. A população fugiu para o Malawi. Para os SCCIM, a “fuga” das populações para aquele país vizinho e para as zonas controladas pela FRELIMO confirmava a tese de que as “populações nativas tendem, na generalidade, para se acomodarem ao mais forte.”⁷¹⁶ Para evitá-las, os SCCIM entenderam que as administrações coloniais deveriam demonstrar às populações afetadas as “possibilidades para resistirem às solicitações e pressões da subversão.” Interpretando as “fugas” como o resultado da inexistência da devida colaboração por parte das autoridades administrativas das circunscrições e dos postos administrativos, possíveis de se traduzir em uma “relevante capacidade de resistência” de que careciam as populações de Mandimba para enfrentar a luta armada conduzida pela FRELIMO.⁷¹⁷

Por outro lado, os SCCIM estavam cientes que a localização do posto administrativo de Mandimba junto à fronteira com o Malawi facilitava as referidas deslocações das populações, motivadas pela “submissão dos influentes [chefes Yao] aos comandamentos subversivos” localizados naquele país.⁷¹⁸ Neste contexto, em setembro de 1966 o chefe Catur do Malawi foi acusado de ser o “principal inimigo e orientador de todos os movimentos na área de Mandimba”.⁷¹⁹

A grande maioria das autoridades tradicionais da área tem laços familiares e tribais com as autoridades tradicionais do Malawi. Não esquecer os regedores Catur e Jallasé, daquele país, para só falar nos que se encontram mais próximos da nossa fronteira.⁷²⁰

Até finais de 1966, o chefe Catur do Malawi continuou a ser classificado como a principal influência política anti-colonial portuguesa que afetava a área de Mandimba,⁷²¹ com o agravante de pôr em causa a barreira “tradicional” favorável aos portugueses, representada pelos regedores

⁷¹⁶ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes à situação no posto administrativo de Mandimba, relativamente ao grau de adesão política dos chefes tradicionais e das populações.

⁷¹⁷ Ibid.

⁷¹⁸ Ibid.

⁷¹⁹ Ibid.

⁷²⁰ Ibid.

⁷²¹ ANTT/SCCIM n° 1465: **relatório datado de 26 de Dezembro de 1966**, com informações referentes ao chefe Catur do Malawi.

Mecanhelas e Chamba e seus associados. A FRELIMO vinha dando mostras de isolar e contornar essa barreira de colaboração colonial baseada no posto de Mecanhelas. Operações efetuadas na área de Minhomar, posto-sede do concelho de Amaramba, colocaram o receio de que a FRELIMO pretendia cortar a linha férrea e a estrada que ligava Nova Freixo e Catur o que se ocorresse cortaria a comunicação terrestre com a Vila Cabral, capital e sede do governo do distrito do Niassa. O mesmo se colocava em relação às pontes sobre a estrada Mandimba-Vila Cabral, alvos da FRELIMO.⁷²²

Face aos perigos à vista nas proximidades de Vila Cabral, foram construídos os aldeamentos coloniais para formarem um cerco forçado da população. Referindo-se a este processo de transferência e aldeamento da população das povoações do posto de Catur para a povoação-sede do mesmo posto, o administrador da circunscrição de Mandimba via como sendo uma medida que colocaria as populações em pontos onde estariam “mais facilmente protegidas” pelas forças militares portuguesas, dificultando o “aliciamento e intimidação” a que se sujeitavam se continuassem a morar longe da sede do posto administrativo de Catur. Na sua perspectiva, era de se esperar que junto a sede do posto as populações transferidas e aldeadas ganhariam mais confiança na “protecção” das forças portuguesas. Além disso, como estava convicto de que a transferência e aldeamento fossem desejos das populações, recomendava que o processo ocorresse “voluntariamente” e tendo os moradores a “posse de todos os seus haveres e ‘objectos’ do seu ‘culto dos mortos’, o que mais vincadamente os agarra à terra em que vivem.”⁷²³ Sua convicção considerava as representações baseadas nos usos e costumes, passíveis de serem manipuladas em barreira política e linha divisória entre os “aldeados” e os “terroristas”.

A contradição não tardou a se tornar efetiva, o que não havia sido previsto pelo referido administrador da circunscrição. É que a transferência das populações mexia com o quadro “tradicional” das autoridades políticas, sendo que o chefe do posto administrativo de Catur informou que os “elementos da etnia macua” se queixaram que o regedor Yao, Mecumbira, e “todos os chefes ajauas [Yao]”, aos quais estavam subordinadas as povoações deste posto,

⁷²² ANTT/SCCIM n° 1465: **relatório datado de 26 de Dezembro de 1966**, com informações referentes ao chefe Catur do Malawi.

⁷²³ Ibid: com informações referentes ao aldeamento da população do posto administrativo de Catur.

rejeitavam a ideia de aldeamento da população Macua em suas povoações. Eis o retrato da situação:

A mesma autoridade [chefe do posto administrativo de Catur] referiu ainda que a posição daquele régulo [regedor Mecumbira, Yao] nunca foi bem vista pela população de etnia macua. [...] A libertação dos macuas de um possível domínio dos ajauas e a identificação destes com a subversão é passível de induzir aqueles macuas a uma atitude idêntica à assumida pelos lómues de Mecanhelas perante a subversão conduzida pelo nianja. Provam os acontecimentos na Província que aquelas populações que se opõem à subversão são movimentadas pelas contradições que as opõem aos grupos que as pretendem acionar. [...] E essas contradições são passíveis de serem colocadas ao serviço da Administração, desde que se saiba explorá-las e desde que nos antecipemos à subversão.⁷²⁴

Constam várias referências aludindo que as populações Macua resistiam em aderir à luta armada desenvolvida pela FRELIMO, de que mencionamos dois. Na Vila Cabral, um indivíduo Macua que tinha sido detido pelos guerrilheiros da FRELIMO conta ter sido acusado de “capricornio [traidor]” e de quem ouviu dizer que “todos os macuas eram traidores à causa dos guerrilheiros”.⁷²⁵ Outro registro aponta que numa povoação em Minhomar, posto sede do concelho de Amaramba, elementos da FRELIMO teriam dito a um professor catequista que “iriam levar todos os homens com eles, pois os macuas em nada ajudavam a FRELIMO, não se portando como os ajauas [Yao] e nianjas”.⁷²⁶ Esta referência abonatória aos Yao feita pelos guerrilheiros da FRELIMO mostrava a mudança na classificação política desta população, contrastando com a que observamos antes da abertura da frente oriental.

A par deste tipo de acusação de carácter maniqueísta, o fato é que havia uma deliberada incorporação de milícias Macua nas forças coloniais portuguesas visando instigar contradições pré-existentes na população do distrito do Niassa e fragmentar a adesão política nacional à FRELIMO. A estratégia etnicista colonial pode ser confirmada na seguinte nota dos SCCIM: “admite-se, também, que os terroristas [FRELIMO] tivessem querido referir-se às milícias de

⁷²⁴ ANTT/SCCIM n° 1465: **Relatório datado de 26 de Dezembro de 1966**, com informações referentes ao aldeamento da população do posto administrativo de Catur.

⁷²⁵ ANTT/SCCIM n° 1465: **Relatório datado de 26 de Dezembro de 1966**, com informações referentes à interpretação que se fazia dos Macua.

⁷²⁶ Ibid.

intervenção, que se julga na sua quase totalidade constituída por indivíduos da etnia macua.”⁷²⁷ Os SCCIM sugeriram a manipulação dessas alusões divisórias em situações passíveis de favorecer ação reacionária. Do contrário, deveriam ser eliminadas antes que fossem úteis à luta armada pela independência do país.⁷²⁸

Para os SCCI, a incidência das ações da FRELIMO registrada na região oriental do distrito do Niassa, principalmente em Marrupa, Revia, Muhoco e Maúa, a partir de meados de 1965, visava estender a luta armada para o interior do distrito de Moçambique por via de Lalaua e Malema. A hipótese destes serviços era que o alastramento da luta armada para este distrito poderia ser um passo à frente, dadas as dificuldades que a FRELIMO estaria a enfrentar ao sul do distrito do Niassa, em particular no posto administrativo de Mecanhelas, como resultado da colaboração que existia entre as forças portuguesas e autoridades africanas. Havia também por parte dos SCCI a indicação de que as operações da FRELIMO na região oriental do distrito do Niassa eram desencadeadas em paralelo com o movimento das operações no distrito de Cabo Delgado, visando ao todo cumprir o plano de conjugá-las em um “esforço conjunto” com o desígnio de alastrar a luta armada para o interior do distrito de Moçambique.⁷²⁹

Os SCCIM não tinham dúvida da gravidade política e econômica que o alastramento da luta armada conduzida pela FRELIMO para o interior dos distritos de Moçambique e da Zambézia representava para o governo colonial português em Moçambique. Estavam cientes que juntos, estes dois distritos representavam “mais de 40% da população”⁷³⁰ de todo o território de Moçambique e deles se retirava “grande parte” da economia da colônia. Porém, as dúvidas residiam nas medidas e meios que deveriam ser postos em prática de modo a formar uma “indispensável barreira” que de forma efetiva impedisse a “todo o custo” o referido alastramento. A preocupação era grave, porquanto os SCCIM já davam como certo que seria impossível, apenas com o recurso às forças armadas portuguesas, reverter o grau avançado de adesão política das populações do distrito do Niassa à luta armada da FRELIMO. Vistas as coisas nestes termos, os SCCIM afirmariam que “Tal não se conseguirá, para já, actuando no Distrito do Niassa, de tal

⁷²⁷ ANTT/SCCIM n° 1465: **Relatório datado de 26 de Dezembro de 1966**, com informações referentes à interpretação que se fazia dos Macua.

⁷²⁸ Ibid.

⁷²⁹ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes aos esforços da FRELIMO para alastrar a luta armada para o Distrito de Moçambique.

⁷³⁰ Ibid.

modo ele está subvertido, mas será ainda possível actuando no Distrito de Moçambique.”⁷³¹ Nesta análise, estes serviços consideravam a progressão registrada da luta armada nas povoações Yao do setor oriental.

Para os SCCIM, impunha-se “muito especialmente” pôr em prática “medidas de promoção social da população” lá onde, para estes serviços, havia indicações de sucesso ou pelo menos a adesão da população “está numa fase tal que será possível eliminá-la.” Em última análise, os SCCIM entendiam que os distritos de Moçambique e da Zambézia ainda reservavam as condições políticas para a formação de uma “indispensável barreira”, isto é, a efetiva participação da população do lado português.⁷³²

O alastramento da insegurança no distrito do Niassa, agravado com a integração política das populações e autoridades Yao nas operações militares da FRELIMO, impunha a revisão do discurso de violência que o governo português desde o início da colonização estabeleceu como necessário para submeter ao trabalho forçado a população que classificava de preguiçosa e indolente. É elucidativa, pelo carácter contingencial dos discursos, a seguinte afirmação dos SCCIM:

Nunca é demais, portanto, frisar o grande interesse de que se reveste toda e qualquer atitude a tomar em relação às massas populacionais. A subversão procura, evidentemente, no seu próprio interesse, levar-nos à violências que nos comprometam e a mostrar fraquezas que nos rebaixem aos olhos de quem, como o nativo, tão sensível é a demonstrações de força.⁷³³

Por conseguinte, foi retomado o discurso de proteção colonial e inventado um discurso de autoflagelação do “indígena”, para se referir a situação que ocorria na escolha que as populações faziam ao aderir à FRELIMO, à luta armada e às zonas libertadas, ao invés dos aldeamentos coloniais e a autodefesa, estratégias através das quais o governo colonial português afirmava garantir a segurança e proteção de que carecia a população em áreas afetadas pela luta armada. Procurou-se junto das autoridades africanas, designadamente os regedores, chefes de grupo de povoações e chefes de povoação, introjetar a ideia de que a permanência sob a autoridade

⁷³¹ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes aos esforços da FRELIMO para alastrar a luta armada para o Distrito de Moçambique.

⁷³² Ibid.

⁷³³ Ibid.

colonial portuguesa permitiria à população “resistir às pressões” de adesão à luta armada da FRELIMO. Os SCCIM achavam que ainda existia espaço para a ideologia colonial que deveria ser articulada ao discurso de proteção contra o que classificavam de violência da revolução nacionalista. Para o efeito, estavam também cientes que cabia ao governo português “provar aos nativos que a Soberania Portuguesa tem capacidade para protegê-los.”⁷³⁴

[...] é verdade que as populações, embora desejosas de se mostrarem fiéis, se encontram numa atitude expectante, receando comprometer-se perante a subversão que temem, e para a resistência à qual necessitam, de facto, de protecção eficaz. [...]

A atitude de muitas das populações das áreas que na Província se encontram sob subversão armada, confirma que a aceitação do controle daquela resulta, na grande maioria das vezes, da falta de capacidade de resistência perante os seus actos de força. Só concedendo meios às populações, que lhes permitam resistir às pressões dos elementos subversivos, evitaremos a sua adesão à subversão ou, pelos menos, a tomada de uma atitude de conformismo perante aquela.⁷³⁵

No entanto, logo que o discurso colonial de “proteção” entrou em ação sob a forma de aldeamentos coloniais, a prática deu mostras de sua ineficácia, porque o governo colonial se deparou com “as dificuldades experimentadas no fornecimento de géneros alimentícios aos aldeamentos e a precariedade dos meios de defesa destes.”⁷³⁶ Agravava a situação a constatação do governo colonial que as condições materiais de que dispunha para impedir a adesão política da população à luta armada eram desproporcionais à tributação que esta mesma população prestava às contas públicas: “É indispensável provar aos nativos que o Estado os protege e deles se ocupa na medida da lealdade que tributem à nossa Soberania.”⁷³⁷

Não podendo revogar a importância dos aldeamentos, o governo colonial português entendia ser possível, ao menos, complementar a presença das forças militares portuguesas no terreno, criando a autodefesa dos aldeamentos. Todavia, já havia informações de que neles os guerrilheiros da FRELIMO eram acolhidos “abertamente e ali desfruta[va]m de guarida

⁷³⁴ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes aos esforços da FRELIMO para alastrar a luta armada para o Distrito de Moçambique.

⁷³⁵ Ibid.

⁷³⁶ ANTT/SCCIM n° 1462: informações referentes aos aldeamentos coloniais.

⁷³⁷ Ibid.

segura.”⁷³⁸ Em última análise, o governo português tinha clareza do que lhe restava: que na guerra em causa, “cuja características fogem a todos os conceitos clássicos da guerra”,⁷³⁹ devia-se recorrer aos conceitos de foro político que, efetivamente, fossem traduzidos pela população como proteção aceitável. Mas esta resolução encobria a enorme preocupação do governo colonial diante do contínuo progresso da luta armada desenvolvida pela FRELIMO e da ineficácia do seu discurso de proteção, o que levava a que percebesse que os aldeamentos acabariam por constituir uma falsa linha divisória entre os “aldeados ou protegidos” e os “terroristas ou inimigos”. Apesar da porosidade da linha divisória que os aldeamentos coloniais demarcavam nas povoações, o maniqueísmo militar levou a que as forças armadas portuguesas justificassem a utilização da violência massiva e indiscriminada contra as povoações situadas fora dos aldeamentos coloniais, lançando contra elas bombas de fragmentação e incendiárias.

A manifesta posição das populações em não aderirem ao discurso de proteção e aos aldeamentos coloniais foi abordada à luz desse maniqueísmo político colonial, que encobria a ineficácia do discurso de “proteção”. Assim, a posição da Missão Anglicana de Messumba de afirmar-se “neutra” na luta armada, foi interpretada como estando a proceder de molde a que as populações concluíssem que “a protecção que lhes possam conceder é mais eficaz do que aquela dispensada pelas nossas autoridades, já que ali estão ao abrigo de qualquer acção levada a efeito pelos guerrilheiros.”⁷⁴⁰ O maniqueísmo do discurso de proteção colonial não considerava a possibilidade de ambivalência e o desenvolvimento da consciência nacionalista e independentista. A neutralidade, a ambiguidade, a ambivalência e a adesão à ideologia nacionalista da FRELIMO eram interpretadas como resultados da eficácia da violência revolucionária, contra a qual cabia ao governo colonial combater. É assim que a Missão Anglicana de Messumba será vista como parte integrante da eficácia desta violência revolucionária.

[...] e não se pode esquecer, também, que os primeiros elementos salientes da subversão do Distrito [de Niassa] são oriundos de educandos daquela Missão [de Messumba]. Pode mesmo dizer-se que há longos anos aquela Missão vem trabalhando a favor da subversão, criando por todas as formas um clima favorável à mesma.⁷⁴¹

⁷³⁸ ANTT/SCCIM n.º 1462: informações referentes aos aldeamentos coloniais.

⁷³⁹ Ibid.

⁷⁴⁰ Ibid.

⁷⁴¹ Ibid.

Para os SCCIM, o sucesso da implantação da Estrada de Mataka ao longo das povoações Yao dos setores oriental e sul do Niassa confirmava a prática da lógica da guerra de guerrilha assentada na adesão da população: “Sem o apoio das massas populacionais, impossível será para o inimigo subsistir, já que não poderá dispor de pontos de apoio que permitiriam desenvolver a sua acção.”⁷⁴²

A progressão da adesão à luta armada e seu alastramento por todo o distrito do Niassa, colocando graves ameaças aos distritos de Moçambique e Zambézia, chamam a atenção para as limitações práticas da violência da guerra colonial e dos aldeamentos. Tentar sustar essa situação fez com que, em finais de 1966, o governo português desenvolvesse uma estratégia conjunta, integrando a força militar, os aldeamentos, a instrumentalização da população e as políticas efetivas de promoção social - vista como a solução no terreno - para neutralizar o avanço político e militar da FRELIMO em direção aos distritos de Moçambique e do centro do país:

Todavia os aldeamentos, só por si, não subtraem as populações a outro tipo de aliciamento, constituindo, assim, uma solução de efeitos temporários. Eles são eficientes se levarem a um eficiente controle da população e se conduzirem a um novo tipo de vivência que promova nas populações a adesão à Administração.⁷⁴³

Contudo, em 26 de dezembro de 1966, os SCCIM já tinham observado que a “abundante” colocação de minas em “vários” itinerários em torno de Maniamba corroborava as informações da existência de bases de segurança da FRELIMO, com destaque para a base de Mepoche, em cuja área sob seu controle estavam “numerosas populações”, constituindo “apreciáveis pontos de apoio” para as operações da FRELIMO na região.⁷⁴⁴

Baseando-se nos documentos capturados da FRELIMO, os SCCI a 04 de fevereiro de 1967, sob a direção de Fernando da Costa Freire, admitiram que aquela organização tivesse montado povoações organizadas na circunscrição de Valadim em torno de três comitês, “sendo um dos homens, outro das mulheres e ainda outro da juventude masculina.” Esses documentos referiam à existência da base “central provincial” Mepoche, de um comissariado provincial, da

⁷⁴² ANTT/SCCIM n° 1465: **Relatório datado de 26 de Dezembro de 1966**, com informações referentes à “Estrada de Mataka”.

⁷⁴³ Ibid.

⁷⁴⁴ Ibid: informações referentes aos órgãos da FRELIMO no Distrito de Niassa.

base operacional Macaloge, também designada Mecalapa.⁷⁴⁵ A base “geral” de Mepoche estava consolidada desde junho de 1965, tendo sido constituída pelas operações de avanço dirigidas por Sebastião Marcos Mabote, Comissário Político da FRELIMO, no Comando da Província do Niassa. José Moiane, um dos comandantes afetos na província do Niassa, contou que depois de consolidada a base de Mepoche, coube a si estabelecer a base “geral” de Maniamba entre julho e agosto deste ano.⁷⁴⁶

Em princípio de fevereiro de 1967, os SCCIM davam como certo que a FRELIMO utilizava a linha de infiltração que atravessa o rio Rovuma e seguia por Mitomoni, forte Mazíua, Mataca, Muhoco e Revia, julgando-se que essa linha ligava a Tanzânia à base central Mepoche, por Mecalapa ou Macaloge.⁷⁴⁷ Na região do posto administrativo de Maúa, guerrilheiros da FRELIMO foram observados interagindo com a população e fazendo reuniões durante a noite, como foi apontado em relação à regedoria Vatiua. Inclusive que na residência do regedor foi realizada uma reunião da FRELIMO em que o mesmo participou, durante a qual esta organização pediu voluntários para receberem treino e formação em guerra de guerrilha na Tanzânia. A área abrangendo Muhoco e Revia, em Maúa, foi descrita como toda ela “infestada de bandoleiros”.⁷⁴⁸ A área de interação entre a FRELIMO e a população estava circunscrita em torno de um raio de segurança que impedia a aproximação de forças portuguesas. Nessa área, as populações foram vistas a trabalhar no cultivo de alimentos sob o controle de elementos armados da FRELIMO.⁷⁴⁹

Referindo-se ao período de dezembro de 1966 a janeiro de 1967, os SCCIM mencionaram a colaboração e “esplêndidas relações” do regedor Matreze e do “Ajaua [Yao] de MANDIMBA” com as forças portuguesas na região de Mandimba, onde operações da FRELIMO apontadas como estando baseadas no interior da fronteira malawiana afetavam Massangulo, Mecanhelas, Belém e Nova Freixo.⁷⁵⁰ A 23 de fevereiro de 1967, os SCCIM reportaram a informação, segundo a qual em janeiro último a FRELIMO esteve a reforçar sua “Base Geral do Catur”, onde

⁷⁴⁵ ANTT/SCCIM n° 1468: **Relatório datado de 04 de Fevereiro de 1967**, com informações referentes aos órgãos da FRELIMO no Distrito de Niassa.

⁷⁴⁶ MOIANE, J. P. **Memórias de um guerrilheiro** ... op.cit., p. 72-73; NDEGUE, D. F. X. **A Luta de libertação na frente do Niassa**... op.cit., p. 103-104.

⁷⁴⁷ ANTT/SCCIM n° 1468: **Relatório datado de 04 de Fevereiro de 1967**, com informações referentes aos órgãos da FRELIMO no Distrito de Niassa.

⁷⁴⁸ Ibid.

⁷⁴⁹ Ibid.

⁷⁵⁰ Ibid.

foi registrada a presença de Sebastião Mabote, Comissário Político Provincial do Niassa em dezembro de 1966. Pouco depois, a 15 de janeiro de 1967, a 6 km do posto administrativo de Catur, a FRELIMO atacou com rajadas e *bazuca* um comboio que seguia na direção Catur-Nova Freixo.⁷⁵¹

A 13 de abril de 1967, autoridades portuguesas se referiram a existência da base Chiconono ou Muembe, com indicações de que servia para a instrução político-militar, a base Chipango ou Unango e a Base Geral Mataka ou Valadim. A base de Chiconono foi referenciada como estando a preparar guerrilheiros que depois eram afetados no terreno da guerrilha no distrito do Niassa, seguindo a outra parte para Tanzânia para “treino especial”. Mencionada também que a FRELIMO havia desenvolvido a capacidade de reposição e restauração das suas bases político-militares, depois que as mesmas fossem alvos de “destruição” pelas forças aéreas portuguesas. Este aspecto foi verificado depois de se constatar que a FRELIMO não havia abandonado o local onde estava situada a base geral de Catur depois de esta ser “destruída” por duas vezes em agosto de 1966 e janeiro de 1967. Para os SCCIM, a FRELIMO contava para a reposição e restauração de suas bases com a confiança do seu sistema de vigilância e segurança e colaboração das populações sob seu controle.⁷⁵²

Numa carta que teria sido assinada por Sebastião Mabote, na qual se identificava como “comissário político provincial do Niassa”, sem a data em que teria sido escrita, o mesmo lamentou a desmoralização das unidades da base de Catur: “Porque concretamente as unidades passam diariamente a beber só água e arbustos domésticos”.⁷⁵³ Destacava que a “base da guerra é a economia”, sem a qual não se poderia ter esperanças de “boas missões”.⁷⁵⁴ Sebastião Mabote propôs ao chefe de recrutamento e treinamento da FRELIMO que deslocasse a base de instrução de Chala para Nova Freixo.⁷⁵⁵

⁷⁵¹ ANTT/SCCIM n° 1469: **Relatório datado de 23 de Fevereiro de 1967**, com informações referentes à “Base Geral do Catur”.

⁷⁵² ANTT/SCCIM n° 1475: **Relatório datado de 13 de Abril de 1967**, referente à situação do Distrito do Niassa no mês de Março, com informações sobre os órgãos da FRELIMO.

⁷⁵³ Ibid.

⁷⁵⁴ Ibid.

⁷⁵⁵ Ibid.

Referindo-se a abril de 1967, os SCCIM mencionaram o processo de destituição movido pelas autoridades portuguesas contra o regedor Congerenge, do posto administrativo de Belém, acusado de associação com grupos da FRELIMO que operavam na região entre Catur e Belém. Contra o regedor pesou a acusação de que ele teria aliciado as populações sob sua autoridade a se mudarem para Malawi, justificando que ele mesmo o faria por “não gostar do governo português.”⁷⁵⁶ Situação semelhante foi verificada em maio na circunscrição de Mecula, onde foi admitido como certo que o regedor Candulo, do posto administrativo de Chamba (setor oriental, junto ao rio Rovuma), abandonou juntamente com a sua população da alçada da administração colonial para se juntar às bases da FRELIMO na região.⁷⁵⁷ Pouco depois, a 23 de junho de 1967, volta ser dada a informação de que depois de ter sido registrada a sua “fuga” entre fevereiro e outubro de 1965, o regedor Mataca, da circunscrição de Valadim, voltou a furtar-se à alçada da autoridade portuguesa, levando a que os SCCIM previssem mais dificuldades no controle das populações nas povoações onde o mesmo exercia reconhecida influência. Esta nova “fuga” teria acontecido depois de janeiro deste ano de 1967, altura em que foi mencionada a sua presença numa *banja* da administração daquela circunscrição.⁷⁵⁸

Na circunscrição de Mecula, foram destituídos os chefes africanos implicados na colaboração com a FRELIMO, tendo sido referido que as populações participaram na escolha de chefes substitutos pertencentes às mesmas linhagens dos destituídos. Ainda assim, os SCCIM mantiveram o receio de que a substituição das vacaturas por indivíduos da mesma linhagem poderia redundar na continuação da colaboração desses últimos com a FRELIMO. Por sua vez, as autoridades portuguesas concluíram que o cuidado em atender as regras “tradicionais” de sucessão não eliminava as contradições que presidiam a aliança das populações à luta armada. Previam que ocorreria a submissão ideológica dos novos chefes indigitados aos chefes destituídos, por serem todos da mesma linhagem.⁷⁵⁹

⁷⁵⁶ ANTT/SCCIM n° 1477: **Relatório datado de 16 de Maio de 1967**, com informações referentes ao regedor Congerenge.

⁷⁵⁷ Ibid: informações referentes ao regedor Candulo.

⁷⁵⁸ ANTT/SCCIM n° 1480: **Relatório datado de 23 de Junho de 1967**, com informações referentes à colaboração entre chefes tradicionais e a FRELIMO no Distrito do Niassa.

⁷⁵⁹ Ibid.

5.3. Operações *Nó górdio*, *Brandura* e *Sumauma*

As fontes portuguesas consultadas localizaram a Estrada de Mataka no setor oriental do Niassa, entre a fronteira da Tanzânia e a região de Luambala. Porém, a análise do alastramento sucessivo das operações da FRELIMO no setor sul, num contexto em que se tornaram importantes as referências aos regedores Catur de Moçambique e do Malawi entre 1966-1967, sugere o prolongamento da Estrada de Mataka entre as linhas de infiltração situadas no rio Rovuma (ao sul da Tanzânia e norte de Moçambique) e a fronteira do Malawi com o sul do distrito do Niassa. Esse corredor passava pelas povoações Yao na região oriental do Niassa e contornava pelo sul da cidade de Vila Cabral, ao longo do qual as autoridades Yao, nomeadamente Mataka, Vatiua, Catur (de Moçambique) e Catur (do Malawi) foram os aliados principais da FRELIMO.

Com certeza não foi a principal via de transporte e movimentação militar utilizada pela FRELIMO, ligando a sua direção central sediada em Dar es Salaam e os seus comandos militares nos distritos do Niassa, Zambézia, Tete e Manica e Sofala, dada que a sua longa extensão pelo interior do distrito do Niassa não facilitava o movimento de cargas pesadas como artilharias. Ademais porque a Estrada de Mataka atravessava uma área em guerra. Mas a sua função tornava-se de suma importância geoestratégica no movimento de efetivos e cargas transportáveis por pessoas, considerando a posição ambivalente do governo do Presidente Banda pendente a dar mostras do seu compromisso de “boa vizinhança” com Portugal, Rodésia e África do Sul.

É também provável que a Estrada de Mataka não tenha sido desenvolvida, utilizada e atingido a sua máxima força como corredor de segurança entre as frentes que a FRELIMO mantinha no Niassa e no centro de Moçambique, considerando que a FRELIMO reabriu a frente de Tete em 1967 e depois a frente de Manica e Sofala. Mas terá sido o seu ímpeto em se concretizar nesse quadro mais amplo e regional, de 1968 em diante, que determinou a realização das operações *Nó Górdio*, *Brandura* e *Sumauma* em meados de 1970, com a finalidade de cortar o grave perigo que este corredor representava na progressão da luta armada em Moçambique.

A 04 de fevereiro de 1967, os SCCIM aludem a deterioração da capacidade do governo do Malawi em controlar a “área ‘nianja’” dentro das suas fronteiras, descrevendo-a como o “baluarte” do grupo chefiado pelo Chipembere, onde as bases da FRELIMO encontraram

condições políticas favoráveis para se instalar e ter a liberdade de dirigir operações para o interior de Moçambique. Referem que a FRELIMO vinha gozando de liberdade política no Malawi, onde instalou seu Comitê Regional, a Liga Feminina de Moçambique (LIFEMO) e a Direção da Organização do Interior. A polícia malawiana em Fort Johnston refutou alegações portuguesas que denunciavam a existência de bases militares da FRELIMO no território do Malawi, tendo reiterado disponibilidade de cooperar com autoridades portuguesas na base de informações que viessem a ser apresentadas por elas. Para autoridades portuguesas, a afirmação malawiana de que se colocava disponível em cooperar não se concretizava de modo desejado. O governo português aguardava que o governo do Malawi cumprisse sua promessa de colocar um destacamento do exército do Malawi na região entre Catur e Malawi e ao longo da fronteira com Moçambique, junto ao distrito de Niassa, com a missão de pôr fim às operações da FRELIMO dirigidas a Moçambique.⁷⁶⁰

Porém, pouco depois, a 13 de abril de 1967, os SCCIM tomaram conhecimento da instalação de um novo escritório da FRELIMO no bairro Zingwangwa, arredores de Blantyre, destinado ao alojamento de militantes provenientes da Tanzânia. A FRELIMO vinha mantendo um antigo escritório no bairro do Bangwe. Havia uma informação de que dirigentes de alto escalão da FRELIMO estiveram em Malawi, referindo a Urias Simango, Vice-Presidente da FRELIMO, que dirigiu reuniões com os militantes desta organização na sede do Departamento de Defesa e Segurança da FRELIMO localizada em Bangwe e se reuniu com funcionários do MCP. Referindo-se também à Samora Machel, novo Secretário do Departamento de Defesa e Segurança, apontado pelos SCCIM como tendo estado em Malawi “a fim de estudar e promover a reestruturação da FRELIMO” e que lá esteve na companhia de Urias Simango.⁷⁶¹ Samora Machel substituíra neste cargo ao comandante Filipe Samuel Magaia, abatido por um membro de sua comitiva a 10 de outubro de 1966, quando regressava de uma missão que realizara na “Província” do Niassa em setembro.⁷⁶²

Através destes escritórios no Malawi, a FRELIMO articulava as suas operações nos distritos da Zambézia e de Tete dirigidas pelos comandantes Bonifácio Gruveta e Domingos

⁷⁶⁰ ANTT/SCCIM n° 1468: **Relatório datado de 04 de Fevereiro de 1967**, com informações referentes aos órgãos da FRELIMO no Distrito de Niassa.

⁷⁶¹ ANTT/SCCIM n° 1475: **Relatório datado de 13 de Abril de 1967**, referente à situação do Distrito do Niassa no mês de Março, com informações sobre os órgãos da FRELIMO no Malawi.

⁷⁶² MOIANE, J. P. **Memórias de um guerrilheiro** ... op.cit., p. 77.

João, respectivamente, para além das que vinha desenvolvendo no distrito de Niassa. Também se fez menção ao fato de que em Malawi a FRELIMO desenvolvia atividades políticas por meio de seus órgãos de mobilização de massa, designadamente a LIFEMO e a Liga da Juventude, que colaboravam com elementos do MCP, do Presidente Banda. Apesar destas informações, sabia-se que as suas relações eram afetadas pelo “problema” do Chipembere por conta de dois fatos: um, de que havia informações segundo as quais Henry Chipembere estaria aliado à FRELIMO e a outra era que Eduardo Mondlane, Presidente da FRELIMO, teria ressentido da falta de colaboração por parte do governo do Malawi.⁷⁶³

Da mesma forma, em vários registros portugueses constam informações reportando ações militares desencadeadas por grupos liderados por Chipembere contra o governo do Malawi e as alegações de que havia aproximações entre Chipembere e a FRELIMO. Entretanto, os SCCIM mencionaram no seu relatório de 16 de maio de 1967 que em entrevistas feitas ao Dr. Eduardo Mondlane e ao Dr. Hastings Banda ficou assente que a FRELIMO poderia exercer “livremente” atividades políticas no Malawi, estando desautorizada a utilizar e transitar armamentos neste território.⁷⁶⁴

A verdade era que a situação política do Malawi era delicada por razões de ordem económica. Seu governo fazia declarações oficiais a respeito do apoio à FRELIMO, mas seu auxílio efetivo era ambíguo e ambivalente considerando a sua localização geográfica no *hinterland* da África Austral e cercada por países de governo colonialista de Moçambique e da Rodésia do Sul. Com essa postura o governo do Malawi pretendia compatibilizar a realização de suas necessidades económicas vitais para o país e responder as suas obrigações de Estado membro da OUA na luta contra o colonialismo em África.

Em novembro de 1970, a DGS de Lourenço Marques contava em todo o distrito do Niassa 115 aldeamentos que concentravam “cerca de 200.000 almas”, justificando que a sua implantação obedecia a “razões urgentes e imediatas de defesa das populações”, ambicionando

⁷⁶³ ANTT/SCCIM n° 1475: **Relatório datado de 13 de Abril de 1967**, referente à situação do Distrito do Niassa no mês de Março, com informações sobre os órgãos da FRELIMO no Malawi.

⁷⁶⁴ ANTT/SCCIM n° 1477: **Relatório datado de 16 de Maio de 1967**, com informações referentes à entrevistas feitas ao Dr. Eduardo Mondlane e ao Dr. Hastings Banda.

com o cerco da população em aldeamentos alcançar “horizontes mais vastos tendo em vista a promoção socioeconômica das populações”.⁷⁶⁵

Nesta data, ao se referir provavelmente à situação política no setor do Niassa sul, a mesma DGS afirmou ter havido uma adesão inicial da população à FRELIMO que acompanhou a progressão da luta armada de 1964 a 1967, mas que o “cariz da situação” era diferente em novembro de 1970. Informações das autoridades portuguesas referindo-se ao regresso das populações “em números bastante expressivos” foram interpretadas como o reflexo de “ilusões”, “dificuldades” e “misérias” das populações diante do que, por um lado, essas autoridades classificavam de promessas da FRELIMO que não passavam da “mera propaganda demagógica, de mitos, de falsidades monstruosas.” por outro lado, em resultado da “razoável aceitação” da população às campanhas psicológicas coloniais. Outro sinal que para a DGS refletia a recuperação do terreno até então conquistado pela FRELIMO foi o “regresso” do régulo Yao Manuel Catur, do Malawi para o distrito do Niassa:

- O triunfo mais visível da nossa VERDADE e da nossa RAZÃO manifestou-se, recentemente, com a apresentação do régulo MANUEL CATUR que a FRELIMO tentou, por todos os meios, aliciar e comprometer definitivamente com a subversão.

- Os acontecimentos desenrolados entre 1964 a 1966, tornaram-no céptico sobre o epílogo da luta. Refugiou-se, com muitos dos seus, nas terras do seu tio, régulo KATUR malaviano e aí teve tempo suficiente para pensar e decidir em conformidade com o evoluir da situação.⁷⁶⁶

A mesma DGS afirmou ainda que “à mercê de persistentes diligências” por ela conduzidas, o régulo Catur apresentou-se na Missão de Massangulo em princípios de outubro de 1970, depois de ter se refugiado em Malawi desde 1966. E que o mesmo teria ficado impressionado com o acolhimento que lhe foi dispensado pelas autoridades portuguesas que o acompanharam num “taxi-aéreo” de Massangulo para Vila Cabral, onde foi recebido pelo governador do distrito do Niassa e pelo Bispo da diocese desta cidade. Ao suscitar esse tipo de impressão e zelo dispensado às autoridades africanas com elevada influência e prestígio no seio das povoações e junto da FRELIMO, a DGS esperava obter repercussão em termos de adesão

⁷⁶⁵ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx.1.

⁷⁶⁶ Ibid.

massiva da população Yao do distrito do Niassa para o lado do seu governo. Neste caso, o regresso de cerca de 150 “refugiados” moçambicanos de Malawi para o distrito do Niassa foi interpretado como sendo um “reflexo imediato”.⁷⁶⁷

Para a DGS, a FRELIMO enfrentava no setor do Niassa sul dificuldades na execução do plano de avanço elaborado por Sebastião Mabote, descrito como chefe das operações da FRELIMO, por conta de três fatores: a falta de cooperação das populações e das autoridades africanas da região, “com uma apreciável persistência, fiéis” à autoridade colonial; as restrições impostas pelo governo do Malawi aos intentos da FRELIMO; e a instabilidade da adesão política à FRELIMO por parte das populações refugiadas na região de fronteira com o território do Malawi, desencorajadas pelo governo do Malawi e ameaçadas pelas campanhas de ação psicológica exercidas pelas autoridades administrativas portuguesas.⁷⁶⁸

No distrito de Niassa em princípios de agosto de 1970, as forças armadas portuguesas realizaram três operações, designadamente *Nó Górdio*, *Brandura* e *Sumauma*, à imagem das que tinham sido desencadeadas em Cabo Delgado dois meses antes. Com estas operações, as forças portuguesas tinham os seguintes objetivos: interditar a fronteira do distrito do Niassa com o território do Malawi; impedir infiltrações e operações da FRELIMO baseadas neste território vizinho; e pôr fim ao apoio prestado pelas populações da região da fronteira, do lado moçambicano e do lado malawiano, às atividades da FRELIMO. Nos dias 6 e 7 de agosto, a operação *Nó Górdio* invadiu o território malawiano visando uma casa sobre a qual uma informação apontava ser o abrigo de efetivos e material armazenado da FRELIMO. A operação *Brandura* teve por teatro a região sul de Mecanhelas, abrangendo parte do distrito da Zambézia. Foram dispostas na região três companhias que invadiriam a fronteira malawiana “se necessário”. Por último, a operação *Sumauma*, de 9 a 10 de agosto, estabeleceu uma faixa de segurança mais ao norte, na direção de Mecanhelas. Estas operações foram desencadeadas na sequência das de grande envergadura realizadas nos meses de junho e julho de 1970 que culminou com a tomada de importantes bases da FRELIMO nas zonas libertadas situadas ao norte do distrito de Cabo Delgado.⁷⁶⁹

⁷⁶⁷ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx.1.

⁷⁶⁸ Ibid.

⁷⁶⁹ Ibid.

No mesmo relatório, a DGS, em Lourenço Marques, referiu ter informado à sua direção em Lisboa, no dia 02 de julho de 1970, que a operação *Nó Górdio*, em Cabo Delgado, tomou as bases Moçambique, Gungunhana, Nampula e os “redutos satélites” da FRELIMO nas zonas libertadas no norte deste distrito. Os serviços portugueses de escuta nesta mesma data teriam apreendido uma mensagem do Comandante Chipande, de Cabo Delgado, informando ao Presidente da FRELIMO sobre as ofensivas em curso, na qual destacava que a FRELIMO não tinha registrado “tantos mortos em toda guerra.” Neste distrito, a operação *Nó Górdio* foi antecedida pela operação *Dureza* que a partir de meados do mês de junho bombardeou e tomou as bases Beira e Limpopo. Mencionando que a FRELIMO tinha abandonado estas bases quando foram tomadas depois de intensos bombardeios.⁷⁷⁰

Em relação às referidas operações desencadeadas no Niassa sul, a DGS mencionou não ter havido resultados compensadores como se esperava em termos militares, destacando, contudo, o intuito celebratório das boas relações entre Portugal e Malawi, que permitiram o lançamento de tais operações no interior do território malawiano. Após as três operações militares de agosto, foi organizado em Mecanhelas um convívio de altas individualidades do governo português em Moçambique com vista a repercutir nas populações e autoridades africanas da região dos dois territórios da fronteira o sentido de “boa vizinhança” entre os dois governos. Estiveram presentes: o comandante-chefe das forças armadas portuguesas em Moçambique, Kaúlza de Arriaga e sua esposa, o governador do distrito do Niassa, o engenheiro Jorge Jardim e sua esposa, entre outras personalidades civis e militares. Kaúlza da Arriaga agraciou com espadas e cinturões aos régulos Mecanhelas, Chamba, Caronga e Messossomera. Por sua vez, Jorge Jardim acentuou o fator propagandístico da ocasião e das referidas operações, ao afirmar que o posto de Mecanhelas representava um fenómeno relevante e digno de projeção, atendendo que era a própria população que teria criado as condições locais do que classificou de “impenetrabilidade à onda de subversão” ao sul do distrito do Niassa.⁷⁷¹

Não eram por acaso as celebrações organizadas pelas autoridades portuguesas no desfecho destas três operações. Tratava-se de celebrar e propagar a permissão que o governo do Malawi conferiu às forças armadas portuguesas e às “Young Pioneers”, do Malawi, para atacarem as bases da FRELIMO no seu território. Jorge Jardim teve um papel relevante para o

⁷⁷⁰ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx.1.

⁷⁷¹ Ibid.

lançamento dessas operações no território malawiano, visando travar o avanço da luta armada no Niassa sul e no distrito da Zambézia. Em dezembro de 1969, foram retomados os contatos entre a subdelegação da PIDE na Beira e a Special Branch do Malawi, visando concretizar o estabelecimento da coordenação de ação entre estas duas polícias para lidar com a presença de bases e operações militares da FRELIMO na região malawiana na fronteira com Moçambique.⁷⁷²

Apesar do governo do Presidente Banda declarar a sua expressa intenção de estabelecer relações amistosas com o governo português, para a PIDE aquele governo desenvolvia uma posição política “híbrida” (segundo consta no documento) a respeito da luta armada da FRELIMO e aos interesses que pretendia salvaguardar com Portugal. A PIDE mencionou que a Special Branch justificou a sua manifesta disposição no sentido de dar início a uma efetiva cooperação de caráter policial contra a FRELIMO no seu território, em resposta à evolução da situação internacional em que alguns países ocidentais - em particular o governo norte-americano e os governos europeus -, alguns asiáticos e africanos (que não indica) permitiram ao governo do Malawi afrontar eficazmente a FRELIMO, dado que anteriormente encontrava-se “preso por um fio em cima duma lâmina.”⁷⁷³

Foi no sentido de se concretizar os termos das conversas havidas em dezembro de 1969 em Blantyre que a subdelegação da PIDE na Beira esteve de novo em Blantyre em finais de janeiro e princípios de fevereiro de 1970. Nesta ocasião, a Special Branch do Malawi teria manifestado ser de “especialíssimo interesse” do governo do Dr. Banda que fosse instalado um elemento da PIDE junto da polícia malawiana, sob a cobertura de ser um “Adido Comercial”, cuja concretização constituiria a “solução ideal” para que o governo do Malawi pudesse “ajudar eficazmente e muito em especial na entrega de elementos e informações úteis” para se combater as bases e operações da FRELIMO e de outras organizações nacionalistas que, estando ou transitando pelo Malawi, lutavam contra o governo colonial em Moçambique. Constava ainda que a Special Branch de Fort Johnston estava disposta para cooperar com a PIDE em operações conjuntas na região de fronteira malawiana onde era bem pronunciada a presença de bases da FRELIMO.⁷⁷⁴

⁷⁷² ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx.1.

⁷⁷³ Ibid.

⁷⁷⁴ Ibid.

As operações de agosto de 1970 sucederam as que tiveram lugar na região de fronteira entre Moçambique e Malawi, entre dezembro de 1969 e janeiro de 1970, visando supostos elementos da FRELIMO aí localizados. A PIDE em Lourenço Marques esteve informada que as últimas operações foram iniciativas de grupos a soldo do engenheiro Jorge Jardim, contando com a colaboração da subdelegação desta polícia na cidade da Beira. A PIDE de Lourenço Marques também estava a par que, em resposta à proposta malawiana de se destacar em Blantyre um “adido comercial” da PIDE, o embaixador português no Malawi sugeriu a ideia de que Portugal poderia proceder junto do governo do Malawi no sentido de instalar um adido militar no país. A mesma delegação da PIDE apercebeu-se que o referido embaixador português sentia-se secundarizado no seu papel de alta autoridade junto do governo do Malawi e do Presidente Banda, perante a influência que o engenheiro Jorge Jardim vinha exercendo junto deste último a partir do Consulado deste país na Beira, de onde operava como medianeiro direto entre Malawi e Portugal. Apesar de reconhecer a situação melindrosa a que o engenheiro Jardim submetia o embaixador português em Malawi, a PIDE na Beira não se abstinha dos “bons serviços do Eng^o [engenheiro Jorge Jardim] prestados à Nação, especialmente a Moçambique frente a um Malávi, em princípio agnóstico quando não agressivo, a seu modo, aos direitos de soberania portuguesa.”⁷⁷⁵

Vale mencionar que as operações referidas acima foram desencadeadas no período entre a operação *Nó-Górdio* em Cabo Delgado e o contexto da construção de dois grandes projetos de infraestrutura politicamente antagónicos na África Austral, nomeadamente a construção da barragem de Cahora Bassa no distrito de Tete e a construção da linha férrea que ligaria a Tanzânia e a Zâmbia. Batizada pelo nome “TANZAM”, a construção desta linha férrea financiada pela China iniciou em princípios de 1971 e entrou em funcionamento em dezembro do mesmo ano.⁷⁷⁶ Foi vista pelos quadros de segurança portugueses em Angola e Moçambique como tendo o propósito de abrir um corredor comunista entre a Tanzânia e Zâmbia para servir aos movimentos armados do MPLA, FRELIMO, ZANU, ZAPU, Congresso Nacional Africano (ANC, da África do Sul) e da Organização Popular Africana do Sudoeste Africano (SWAPO).⁷⁷⁷ Por sua vez, em março de 1970, a FRELIMO denunciou a construção da barragem de Cahora

⁷⁷⁵ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx.1.

⁷⁷⁶ MUTUKWA, Kasuka Simwinji. Imperial Dream Becomes Pan-African Reality. **Africa Report**. Janeiro de 1972. In: ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. FO 63/11/Cx. 942/3. Lisboa.

⁷⁷⁷ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. FO 63/11/Cx. 942/3. Lisboa.

Bassa por um consórcio ocidental-sul-africano e afirmou que ela representava o “símbolo” da internacionalização da agressão imperialista ocidental contra a causa da libertação e independência nacional de Moçambique e da África Austral como um todo.⁷⁷⁸

Por certo as referidas operações das forças portuguesas na zona da fronteira de Moçambique e Malawi estiveram enquadradas no plano de segurança do projeto de construção da barragem de Cahora Bassa. Porém, há indícios de que o ímpeto do avanço da FRELIMO observado na região da fronteira entre Moçambique e Malawi, ao sul do Niassa, a partir de 1966, tenha alertado o quadro de segurança portuguesa da região centro de Moçambique, do mesmo modo que a Estrada de Mataka era estratégica no plano da FRELIMO em relação às frentes de Tete e Manica Sofala nos anos subsequentes.

Ao proceder a análise retrospectiva da situação política e militar no distrito do Niassa até setembro de 1971, a DGS reconheceu que o setor do Niassa oriental da FRELIMO era onde “indubitavelmente” a contra-subversão desenvolvida pelas autoridades portuguesas registrava menores êxitos. Esta afirmação reconhece o erro de classificação que as autoridades portuguesas até meados de 1965 davam aos Yao, vistos como mostrando fidelidade ao governo português no distrito do Niassa. A conclusão a que chegou foi que a “relativa tranquilidade” inicial da região oriental, neste caso das populações e autoridades políticas Yao, foi o fator “primordial” que permitiu à FRELIMO levar a efeito a “implantação duma organização estruturada em moldes de notável perfeição técnica e funcional, num evolutivo enquadramento dos sectores civis e militar, semelhante ao processamento que já vigora, desde há muito, em CABO DELGADO.”⁷⁷⁹

Para a DGS, a falta de prisioneiros e o “menor número de deserções” seriam a demonstração de que havia “elevada moral” dos combatentes e da população no setor oriental, cuja adesão política mantinha ausente o “fator decisivo” com que as autoridades portuguesas contavam para a revelação, localização e neutralização dos órgãos da FRELIMO, designadamente, o conhecimento sobre as estruturas político-militar da organização, instrução, disposição, manobra, abastecimento das forças, bem como os objetivos e intenções das operações

⁷⁷⁸ FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 43. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Abril-Junho de 1970, p. 7. (Carta aberta datada de 19 de março de 1970 em a FRELIMO chama a atenção ao Chanceler da República Federal da Alemanha (RFA), Willy Brandt, contra a construção da barragem de Cahora Bassa).

⁷⁷⁹ ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx.1.

neste setor.⁷⁸⁰ Porém, a DGS reunia informações que lhe permitia descrever um extenso dispositivo de segurança militar da FRELIMO interligando os setores oriental e sul do Niassa.

A zona da circunscrição Valadim foi descrita como o “coração das terras ajauas [Yao], sede da ‘dinastia’ do MATACA”, onde as informações localizavam a base operacional Beira e as bases ou destacamentos Montepuez, Ibo, Quelimane e Nampula, cobrindo o dispositivo do planalto de Chipamula e o triângulo Muembe-Litunde-Vila Cabral. O “corredor de Mataca” que partia do forte Mazúua, na fronteira com a Tanzânia, constituía a principal linha de infiltração no setor do Niassa oriental, junto com a linha de infiltração Ncoleze. Na zona de Luatize, a FRELIMO mantinha a sua base central Msumbiji, a sede do órgão regional, e o hospital central de Muhimbili, também chamado de hospital de Hanói, cujos destacamentos de segurança eram as bases Maguiguane, Chaimite, Novo Vietnam, Gaza e o destacamento do Lúrio. Já na zona de Mecula estava situada a base operacional Mecnheelas. Com estas bases a FRELIMO circunscrevia uma vasta zona na margem esquerda do rio Lugenda, entre os rios Luambala e Luatize.⁷⁸¹

Informações de que a DGS dispunha em setembro de 1971 apontavam os seguintes nomes que compunham a direção dos órgãos militares e civis da FRELIMO no setor do Niassa oriental: Eduardo da Silva Nihia, “Mtoto”, Chefe do Setor, Gabriel Maurício Nantimbo, adjunto e Chefe das Operações, Celestino Augusto Jocker, Administrador Regional, Valério Cumedo, Comissário Político, Lourenço Cumbe, Chefe de Saúde, Manuel José António, Chefe dos “sereco” (reconhecimento), Manuel Mandausse, Chefe de Sabotagem, Salvador Bulafo, Chefe de Armas Pesadas (artilharia), Daitton ou Laitton Dias, Chefe de Material, Alfredo Manuel, Secretário, Inácio Muhava, Chefe de Ligação, Teresa Amuli, Chefe dos Assuntos Sociais e do Destacamento Feminino, Júlio Jossias, adjunto-Chefe das Operações e Felisberto David Massingue, Vice-Comissário Regional.⁷⁸²

O comando das forças armadas portuguesas no distrito do Niassa, denominado setor A, projetava para setembro deste ano de 1971 o desencadear de ações militares contra as bases

⁷⁸⁰ ANTT:PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx. 2

⁷⁸¹ Ibid.

⁷⁸² Ibid.

Gungunhana, Beira, Ibo, Montepuez, Msumbiji, Moola, Mecanhelas, Chaimite e contra as linhas de infiltração de Mitomoni e Ncoleze no rio Rovuma, visando dificultar ou mesmo impedir que fossem realizadas as anunciadas comemorações, com as quais a FRELIMO iria assinalar na província do Niassa, a data do início da luta armada no dia 25 de setembro deste ano. A execução das referidas operações se enquadravam no plano de segurança que este comando das forças portuguesas pretendia realizar, tendo em vista desencorajar e neutralizar eventuais “perturbações” ao programa de visita do Presidente do Malawi ao norte de Moçambique. Estava previsto que em setembro de 1971 o Presidente Banda iria presenciar a inauguração da linha férrea Nova Freixo-Entrelagos, de interesse do seu governo.⁷⁸³

É provável que tenha sido em preparação da visita do Presidente Banda que uma delegação da polícia malawiana composta pelos superintendentes da Special Branch de Blantyre, Zomba e Mangoché (ex. Fort Johnston) esteve de 26 a 28 de agosto de 1971, na Vila Cabral, onde efetuou visitas às instalações da subdelegação da DGS, ao comando do setor A (comando das forças portuguesas no distrito do Niassa), ao batalhão de caçadores 20, ao governo do distrito, ao comando distrital da PSP e ao hospital regional. Ao comentar que a referida delegação malawiana “pareceu sincera” nas suas afirmações de desejo de colaboração e estreitamento de formas de cooperação com autoridades portuguesas no combate à presença e operações da FRELIMO no território do Malawi, pode-se aperceber que da parte da DGS ainda persistia uma velada desconfiança em relação aos compromissos de “boa vizinhança” expressos pela Special Branch malawiana.⁷⁸⁴

As subdelegações da DGS em Vila Cabral e em Quelimane se referiram em agosto de 1971 a existência de uma representação regional da FRELIMO em Malawi - da qual eram mencionados como responsáveis Pedro Simango, Paulo Têngua, Bernardo Zacarias e Miguel Labuquene - inserida nas ligações que desenvolviam com as estruturas políticas formadas por vários “chairmen” moçambicanos nas povoações fronteiriças de Mpita, Lugola, Kadango e Locoloma e com as bases Catur, Chala e Egipto, situadas na região do Niassa sul. Entretanto, a DGS reconhecia que apesar dessas informações era inegável que os “insucessos” e os “fracassos” da FRELIMO nas tentativas de alastrar avanços da sua operação militar na região do Niassa sul e

⁷⁸³ ANTT:PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx. 2

⁷⁸⁴ Ibid.

no distrito da Zambézia resultavam das “restrições e condicionalismos postos pelas autoridades malawianas ao trânsito de pessoal e material” da organização.⁷⁸⁵ A aproximação acima referida entre a Special Branch malawiana e a DGS refletia, portanto, o reconhecimento mútuo dessa colaboração, ainda que não se verificasse na medida desejada pelas autoridades portuguesas.

Além disso, a DGS referia que no setor do Niassa sul, a FRELIMO enfrentava também as atitudes políticas adversas dos grupos armados de autodefesa, sendo destacadas as atitudes abertas de alguns régulos em Mecanhelas e em Mandimba que encabeçavam esses grupos armados pelas autoridades portuguesas. Na circunscrição de Mandimba, o régulo Matreze protegido pelas autoridades portuguesas endereçou, em agosto de 1971, cartas aos chefes Yao Catur, Jalasse e Nhambi, ameaçando-os de invadir suas povoações em Malawi, caso continuassem a prestar guarida aos elementos da FRELIMO. Tal audácia teve lugar num momento em que autoridades malawianas estariam a dar sinais favoráveis neste sentido, ao organizarem reuniões em que advertiam as populações malawianas a não dispensarem apoio à FRELIMO e aos refugiados moçambicanos para que regressassem às suas povoações em Moçambique.⁷⁸⁶

Apesar das dificuldades impostas por essas forças adversas, a DGS estava informada que a FRELIMO tinha criado no setor do Niassa sul pequenas escolas, onde os alunos recebiam aulas político-revolucionárias integradas no programa de difusão do discurso e imagem da FRELIMO, da causa da luta armada pela independência nacional. Nas aulas exigia-se a frequência diária dos alunos e o cumprimento integral do programa educativo elaborado pelo comissariado político. A exigência constava da circular de 27 de junho de 1971, do comissário político setorial, Vítor Júlio Reis Rachide, a partir da base central de Catur. Para a subdelegação da DGS em Vila Cabral, a base Catur localizava-se desde fins de julho de 1971 na margem direita do rio Unga.⁷⁸⁷

A 20 de outubro de 1971, a mesma subdelegação da DGS registrou que a base provincial Gungunhana estava localizada desde meados de setembro de 1971 num dos afluentes do rio Messinge, sendo abastecida pela infiltrante de Mitomoni que abre o corredor de segurança a

⁷⁸⁵ ANTT:PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx. 2

⁷⁸⁶ Ibid.

⁷⁸⁷ Ibid.

partir da fronteira com a Tanzânia. Nesta data, a subdelegação da DGS em Vila Cabral apontava a intenção da FRELIMO de deslocar guerrilheiros Yao e Nianja do distrito do Niassa para o distrito de Cabo Delgado e, em contrapartida, deslocar guerrilheiros Maconde do distrito de Cabo Delgado para o distrito do Niassa. Esta movimentação foi associada à forma como a FRELIMO pretendia resolver as dissidências e deserções atribuídas às motivações “tribais” que afetaram a FRELIMO na sequência da crise interna que se instalou na sede da organização após a morte do Presidente Mondlane. Cito: “As motivações de maior relevo situam-se na base de intrigas tribais, originárias do facto de os cargos superiores do partido estarem nas mãos de machanganas, naturais do Sul da Província.”⁷⁸⁸

Contudo, pode-se observar que as operações *No Górdio*, *Brandura* e *Sumauma* que tiveram lugar ao sul do Niassa em agosto de 1970 significaram o reforço da intervenção defensiva das forças portuguesas no distrito do Niassa. A sua abrangência limitada em áreas situadas nesta região do distrito e da margem fronteiriça do território malawiano não afetaram as zonas libertadas e o quadro de segurança estabelecido pela FRELIMO nas povoações Yao dos setores do Niassa oriental e sul. É provável que a posição política do Malawi ao permitir que as referidas operações das forças armadas portuguesas tivessem lugar dentro do seu território contra as supostas bases da FRELIMO aí situadas estivesse enquadrada no novo contexto da intervenção regional dos regimes sul-africano, rodesiano e português, cujo marco foi o início da formalização em outubro de 1970 do Exercício Alcora.⁷⁸⁹

5.4. O Fim da Guerra em Moçambique

A 14 de janeiro de 1974, o gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar remetia ao governador-geral de Moçambique a informação de 27 de dezembro de 1973, da Embaixada de Portugal em Kinshasa, referente a visita de inspeção do Secretariado Executivo do

⁷⁸⁸ ANTT:PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx. 3.

⁷⁸⁹ MENESES, Filipe R. de e McNAMARA, Robert. The origins of the Exercise ALCORA, 1960-71. **The International History Review**, 35:5, 1113-1114. 2013; ROSA, Celso Braga, MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena. Memórias da guerra colonial: Alianças secretas e mapas imaginados. **VII Congresso Português de Sociologia**, 19 a 22 de junho de 2012. Universidade do Porto-Faculdade de Letras-Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, p. 9. Capturado a 27 de outubro de 2016. Filipe Meneses e Robert McNamara referem a participação de Portugal e da África do Sul e Celso Rosa *et al* referem a assinatura de um acordo tripartite África do Sul, Rodésia e Portugal na reunião de Pretória em outubro de 1970.

Comitê de Libertação da OUA às zonas libertadas do Niassa. A informação da embaixada portuguesa em Kinshasa cita Sérgio Vieira, descrito como secretário pessoal de Samora Machel, Presidente da FRELIMO, como tendo afirmado que a situação militar desta organização se apresentava “sob os melhores auspícios” e que ela poderia em breve atacar posições portuguesas com efetivos de 1300 homens, combinando infantaria e artilharia. Constando que o mesmo tenha dito que estava previsto que o Secretariado Executivo do Comitê de Libertação da OUA iria efetuar no decurso do primeiro semestre de 1974 uma visita de inspeção às zonas libertadas do distrito do Niassa.⁷⁹⁰

Em face desta informação, o ofício de 4 de fevereiro de 1974, assinado por João dos Santos Correia, da Região Militar de Moçambique, em nome do chefe do Estado-Maior, colocou suspeitas: de que o reforço e a reativação das atividades militares da FRELIMO nos últimos tempos no distrito do Niassa poderiam estar relacionados com a preparação desta visita do Secretariado Executivo do Comité de Libertação da OUA; de que esta visita poderia estar relacionada com um eventual plano da FRELIMO de seguir o mesmo procedimento do PAIGC de proclamar de forma unilateral a independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde, o que era visto como a via pela qual a FRELIMO se livraria das pressões que vinha recebendo dos Estados membros da OUA e das organizações internacionais que apoiavam a luta armada em Moçambique. O ofício mencionava que essas pressões estariam a ser feitas após não terem sido realizadas as expectativas iniciais da conquista rápida da independência, tal como inicialmente previa o discurso revolucionário do Grupo de Casablanca. O Estado-Maior português recomendou aos SCCIM pesquisar os elementos relacionados com estas suspeitas, sugerindo que recorresse aos interrogatórios de “importantes elementos” da FRELIMO que ultimamente teriam se apresentado às autoridades portuguesas ou sido capturados.⁷⁹¹

Ao responder ao ofício do Estado-Maior da Região Militar em Moçambique, os SCCIM afirmavam no relatório de 22 de março de 1974 que até a data não dispunham de elementos que lhes permitissem “concretamente” selecionar as áreas mais prováveis da referida visita.

⁷⁹⁰ ANTT/SCCIM n° 865: ofício do Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar enviado ao Governador-Geral de Moçambique, à 14 de Janeiro de 1974, com informação referente à visita de inspeção a ser efetuada pelo Secretariado Executivo do Comité de Libertação da OUA às zonas libertadas do Distrito do Niassa.

⁷⁹¹ ANTT/SCCIM n° 865: ofício de 4 de Fevereiro de 1974, assinado por João dos Santos Correia, da Região Militar de Moçambique, referente à visita do Secretariado Executivo do Comité de Libertação da OUA às zonas libertadas da FRELIMO no Distrito do Niassa.

Conjecturava que as regiões fronteiriças do norte do distrito do Niassa pareciam “mais indicadas”, por permitir rápida retirada em caso de necessidade de segurança. Apontavam que os órgãos da FRELIMO que davam apoio aos principais infiltradores situados na região fronteiriça com a Tanzânia encontravam-se melhor apetrechados, destacando o complexo político-militar de “Macheze” (provavelmente Matchedje), situado na região a nordeste de Mazoco junto ao rio Rovuma, próximo do local onde se realizou o II Congresso da FRELIMO, em 1968. Referindo ainda que o complexo agrupava um efetivo de cerca de 400 elementos, entre guerrilheiros e população, reunindo os seguintes órgãos: base operacional de Lulimbo ou Quelimane, centro piloto de Macheze (escola ou hospital), base de produção Zambeze, base policial Macumbira, localidade de Macheze e quatro círculos. Tendo em conta as informações que se referiam à liberdade de movimento da FRELIMO no distrito do Niassa, os SCCIM consideravam que outras áreas poderiam também ser susceptíveis de visita pela missão do Secretariado Executivo do Comitê de Libertação da OUA. Contudo, os SCCIM esclareceram que, deste modo, estavam a apresentar hipóteses baseadas em considerações de “carácter muito vago” que careciam de ser complementadas e confirmadas por “muitos” outros elementos, que para obtê-los os SCCIM dependiam de meios de que não dispunham.⁷⁹²

No mesmo relatório de 22 de março de 1974, os SCCIM fazem referência ao que chamou de “graves crises” que afetavam as bases da FRELIMO no distrito do Niassa, mas que a mesma deu sinais de revitalização e intensificado as suas atividades militares nos “últimos tempos” no distrito. As referidas “graves crises” eram baseadas nas informações que chegavam aos SCCIM acerca de fomes constantes, destruição dos meios de vida nas bases da FRELIMO pelas forças portuguesas, sobretudo no setor do Niassa ocidental, e desarticulação entre os guerrilheiros e a população, dado que esta estaria a reagir à obrigatoriedade de fornecer alimentação aos guerrilheiros e a integrar colunas de transporte destes últimos. Daí que os SCCIM calculavam que estas situações poderiam estar a provocar as fugas, deserções e quebra da moral e prestígio dos guerrilheiros e quadros atuantes nos órgãos da FRELIMO do distrito, tal como vinham sendo referenciadas nos registros de informações. Mencionava, no entanto, que apesar dos obstáculos

⁷⁹² ANTT/SCCIM n° 865: **Relatório datado de 22 de Março de 1974**, referente à visita do Secretariado Executivo do Comité de Libertação da OUA às zonas libertadas da FRELIMO no Distrito do Niassa.

provocados pelas dificuldades alimentares que teriam afetado as bases da FRELIMO nos três setores do distrito do Niassa, até à data “as deserções registadas foram insignificantes”.⁷⁹³

Entretanto, as informações dos SCCIM apontavam que a FRELIMO procurou enfrentar esta situação reforçando o seu dispositivo em 1972 através do “Pelotão Verde” composto de 60 Maconde e nos meses de setembro e outubro de 1973 infiltrou o “Batalhão do Niassa” acompanhado por Armando Guebuza e Sebastião Mabote. Os SCCIM calculavam que este batalhão seria formado, na sua maioria, por elementos da população do distrito do Niassa e visava atingir melhores rendimentos operacionais do que acontecia anteriormente, em que se registrava uma forte presença de Maconde provenientes do distrito de Cabo Delgado. Mencionaram também o potencial de combate dos reforços dispostos no setor do Niassa sul em 1974, cujo resultado na quinzena de janeiro deste ano foi apreciável.⁷⁹⁴

Os SCCIM salientaram a hipótese avançada pelo Estado-Maior português em Moçambique, segundo a qual caso se confirmasse a referida visita do Secretariado Executivo do Comitê de Libertação da OUA ela poderia estar inserida nos propósitos da FRELIMO de “vir a proclamar a independência” das zonas libertadas, à semelhança do que ocorreu com o PAIGC na Guiné-Bissau. Da mesma forma consideravam que os referidos reforços e a reativação das atividades militares da FRELIMO nos setores do Niassa visavam garantir segurança nas áreas a serem visitadas. Ao se referirem sobre a experiência da visita do mesmo órgão da OUA em Cabo Delgado em 1972, que foi antecedida de atividades de grande envergadura levadas a cabo pela FRELIMO, para os SCCIM a situação militar semelhante em curso no distrito do Niassa indicava que a organização nacionalista estaria a preparar o terreno para a referida visita de inspeção.⁷⁹⁵

O relatório de 8 de fevereiro de 1974 do comandante de defesa do batalhão de caçadores 4811, Manuel Rui Passos Pereira, registra o ataque que teve lugar a partir das 18 horas de 6 de fevereiro último no aquartelamento de Valadim e aldeamentos de GE (grupos especiais) de Mataka. O ataque teve início com um rebentamento nas imediações do aquartelamento de

⁷⁹³ ANTT/SCCIM n.º 865: **Relatório datado de 22 de Março de 1974**, referente à visita do Secretariado Executivo do Comitê de Libertação da OUA às zonas libertadas da FRELIMO no Distrito do Niassa.

⁷⁹⁴ Ibid.

⁷⁹⁵ Ibid.

Valadim. O relatório mencionou que a reação da tropa aquartelada foi pronta e disciplinada, não tendo se verificado atropelos nem desorientação.⁷⁹⁶

Por sua vez, no seu relatório circunstanciado nº 1/74 do mesmo dia 8 de fevereiro de 1974, o comandante do batalhão de caçadores 4811, Armando de Sousa Gomes, faz constar que um grupo numeroso da FRELIMO que poderia ser calculado de entre 100 a 200 homens, incluindo carregadores, flagelou o aquartelamento de Valadim e os aldeamentos do GE 102 e da Mataca, utilizando três “agrupamentos” de armas pesadas. Tendo em conta os elementos de balística recolhidos nos locais de rebentamento, o mesmo concluiu que foi possível identificar a utilização de morteiros 82, canhão S/R (sem recuo) que, segundo as indicações constantes no relatório, seria B-10 calibre 82 m/m e uma ou mais armas automáticas. Armando de Sousa Gomes faz constar também que a flagelação teve lugar porque o grupo atacante instalou as suas armas destinadas à flagelação no limite máximo do seu alcance, favorecido por algumas estarem instaladas em zona de cota elevada em relação ao aquartelamento. Notou ainda que a eficácia das flagelações se deveu ao fato dos aquartelamentos em causa disporem “apenas” de dois morteiros 81 m/m, de menor alcance em relação aos utilizados pelo grupo atacante que “utilizou um mínimo de 5”. Lamentou o fato de terem ruído as plataformas de cimento da instalação dos morteiros dos aquartelamentos, o que contribuiu para as dificuldades de regulação de tiro das tropas portuguesas para bater três agrupamentos separados de armas da FRELIMO, obrigando que se recorresse a improvisações.⁷⁹⁷

Dias depois, no seu relatório de ação de 11 de fevereiro de 1974, o comandante António Carlos Jesus Caetano escreveu que após a queda das primeiras granadas foi localizada a instalação de fogo atacante no monte Mavago, tendo seu grupo seguido em direção de onde se ouviam tiros de armas automáticas que atacavam o aldeamento da GE, muito próximo do arame farpado. Mas que o mesmo não chegou a efetuar qualquer combate porque o cabo miliciano Victor Manuel Martins Almeida caiu morto por acidente com dilagrama e o cabo da GE, Joaquim Nicolau saiu ferido, forçando a que se priorizasse a prestação de cuidados de socorro. Não foram ordenadas mais ações das forças dos aquartelamentos porque as informações previam um ataque de grande envergadura, dado que foi admitido que as flagelações fossem uma “simples acção de

⁷⁹⁶ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR/2ª Divisão - Colónias / Ultramar/07ª Secção - Moçambique: Cx. 123/23 (Batalhão de Caçadores 4811/Relatório de Ações). Lisboa.

⁷⁹⁷ Ibid.

diversão” para provocar o ordenamento de toda a reserva de combate dos aquartelamentos, o qual seria seguido de ações de maior violência por parte dos atacantes. Mencionou não sido registrada a utilização de armas automáticas contra o aquartelamento de Valadim, embora tenha sido constatado que o grupo atacante da FRELIMO estava preparado para utilizá-las se para o caso fosse forçado. Averiguações feitas após o ataque calcularam a “presença de um elevado número” de rastros do grupo atacante nas imediações do aquartelamento.⁷⁹⁸

Os referidos relatórios constatarem que das flagelações e rebentamentos não resultaram “quaisquer prejuízos materiais”, para além de uma granada que caiu no interior do quartel de Valadim e houve rebentamentos junto do arame farpado, porque as armas pesadas da FRELIMO teriam sido instaladas em distância não eficaz. Porém, foi observado que a FRELIMO estava bem informada das posições e movimentações das patrulhas portuguesas na área de Valadim. Constou que no dia e local onde o grupo atacante da FRELIMO instalou o “agrupamento mais forte” foi seguido o movimento de uma patrulha dos GE’s que deixou o local pelas 15 horas e no momento do ataque a mesma já se encontrava a uma distância que não lhe permitiria reação oportuna para apoiar as tropas portuguesas atacadas. Esta suspeita tinha em conta que a área de Valadim e Mataca era objeto de frequentes patrulhamentos por ter sido classificada “sob ameaça”.⁷⁹⁹

Após o ataque ao aquartelamento de Valadim e o aldeamento dos Grupos Especiais da Mataca, Rogério Augusto T. da Silva dirigiu um grupo de forças portuguesas para perseguir os grupos atacantes da FRELIMO, mas que apenas identificou o local da instalação dos morteiros e calculou a estimativa dos efetivos de ataque. No dia 16 de março, o mesmo Rogério Augusto T. da Silva, comandante do destacamento de Milepa, registrava que o aldeamento de Milepa no dia 11 de março de 1974, cerca das 17h30min, foi flagelado com ataque de armas pesadas, automáticas e ligeiras. O comandante calculou terem participado na operação entre 40 e 50 elementos da FRELIMO e lançadas cerca de 80 granadas que não caíram no interior do destacamento e da povoação. Concluiu registrando que no local do ataque foram utilizados canhões sem recuo e três morteiros 82.⁸⁰⁰

⁷⁹⁸ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR/2ª Divisão - Colónias / Ultramar/07ª Secção - Moçambique: Cx. 123/23 (Batalhão de Caçadores 4811/Relatório de Ações). Lisboa.

⁷⁹⁹ Ibid.

⁸⁰⁰ Ibid.

O relatório de ação do comandante José Moreira Amaral, da 2ª companhia de cavalaria, do batalhão de cavalaria 8421, faz referência a uma terceira operação efetuada pela FRELIMO. Consta que pelas 04h55min do dia 28 de fevereiro de 1974 a FRELIMO lançou um ataque de três bases de fogo situadas a leste, sudeste e sudoeste do aquartelamento de Negomano (distrito de Cabo Delgado), utilizando fogo de foguetões 122, canhão sem recuo, morteiro 82, RPG 2 e metralhadora antiaérea. A base de fogo a sudoeste do aquartelamento de Negomano foi localizada a nordeste do distrito do Niassa, onde teria estado situada a metralhadora antiaérea. As forças portuguesas comandadas pelo alferes miliciano José Moreira Amaral estavam desde o dia anterior alertadas da iminência do ataque. Uma força portuguesa composta de dois grupos de combate da 2ª companhia de cavalaria, um grupo de combate da 3ª companhia de cavalaria, todos do batalhão de cavalaria 8421, e ainda um pelotão da companhia de engenharia 9146, estava preparada desde a meia-noite de 27 de fevereiro em posições nas valas pelo início do ataque. O estado de alerta, a preparação prévia e o arame farpado do aquartelamento teriam evitado o golpe de mão ou assalto que os elementos da FRELIMO, calculados em cerca de 150 guerrilheiros, tentaram realizar a partir dos lados sul e sudeste da cerca do aquartelamento de Negomano. Na tentativa de assalto foram registradas 13 baixas da parte dos guerrilheiros da FRELIMO, surpreendidos por fogo de granada de mão, dilagrama e armas ligeiras da tropa portuguesa que se encontrava abrigada em valas da periferia do interior da cerca.⁸⁰¹

Estes ataques de artilharia pesada feitos por um efetivo numeroso e a mobilidade dos guerrilheiros da FRELIMO, sobretudo a coberto das patrulhas portuguesas, sugerem a resiliência da unidade política entre as autoridades e populações Yao e as forças desta organização nacionalista moçambicana na região oriental do Niassa, pelas seguintes razões: as operações para o efeito exigiam uma efetiva participação das povoações e sucederam num contexto em que as forças portuguesas haviam reforçado sua capacidade de intervenção militar no distrito do Niassa.

Na sequência do golpe de Estado em Portugal a 25 de abril de 1974, a delegação da FRELIMO chefiada pelo seu Presidente Samora Machel e a delegação portuguesa chefiada pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, desenvolveram negociações em Lusaka, capital da Zâmbia, de 5 a 6 de junho de 1974, culminando com a assinatura do Acordo de Lusaka

⁸⁰¹ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR/2ª Divisão - Colónias /Ultramar/07ª Secção - Moçambique: Cx. 116/3 (B.CAV 8421/Relatório de Ações).

a 7 de setembro deste ano, pondo fim a guerra pela independência nacional em Moçambique.⁸⁰² O Acordo de Lusaka reconheceu à FRELIMO o estatuto de representante legítimo e único do povo moçambicano e as delegações decidiram criar três instituições políticas centrais com a incumbência de concretizar o processo de transferência dos poderes para o governo de Moçambique independente a ser dirigido pela FRELIMO: um Alto-Comissário português nomeado pelo Presidente de Portugal, um Governo de Transição chefiado por um Primeiro-Ministro moçambicano nomeado pela FRELIMO e formado por nove ministros, sendo seis nomeados pela FRELIMO e três nomeados pelo governo português, e uma Comissão Militar Conjunta formada por representantes da FRELIMO e do governo português com a incumbência de supervisionar a implementação do acordo de cessar-fogo a entrar em vigor a partir das 00 horas de 8 de setembro de 1974. O Acordo de Lusaka marcou o dia 25 de junho de 1975 como a data em que a FRELIMO iria proclamar a independência nacional de Moçambique.⁸⁰³

A entrada em funcionamento do Comando Territorial Norte (CTN) integrava-se no âmbito do cessar-fogo estabelecido pelo Acordo de Lusaka. Conforme consta no ofício de 31 de outubro de 1974, Fernando Manuel Lopes Ferreira, Comandante Interino do CTN, informou que o comando assumiria a responsabilidade da sua zona que corresponderia a partir de 1 de novembro de 1974 as áreas das províncias do Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Ilha, estando já desativados os comandos dos setores A, B e C, e que a área do setor D, distrito da Zambézia, ainda não se encontrava incluída na zona do CTN, por não estar ainda desativada. Nesta data, Fernando Manuel Lopes Ferreira recomendou a todos os comandos das forças portuguesas que pugnassem pela disciplina, aprumo e estreita observância de conduta digna dos seus subordinados, divulgando a informação aberta e completa das cláusulas do Acordo de Lusaka. Apelava para que quaisquer dificuldades que viessem a surgir tentassem ser resolvidas com o mínimo de perturbações. As principais funções deste CTN foram atribuídas ao comando composto pelo seu comandante, Coronel de Infantaria Joaquim Augusto Rosado Cabral, Chefe do Estado-Maior, Tenente-Coronel Aleu António Aires de Oliveira, Chefe da 1ª Secção, Major da

⁸⁰² FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 60. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Julho-Setembro de 1974, p. 4.

⁸⁰³ Ibid., p. 14-15.

Artilharia Vítor da Purificação dos Santos, e Adjunto da 2ª Secção, Capitão de Infantaria,
Albino Pedrosa Viana.⁸⁰⁴

⁸⁰⁴ ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR/2ª Divisão - Colónias / Ultramar/07ª Secção - Moçambique: Cx. 146/2.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das fontes consultadas na documentação da administração colonial portuguesa em Moçambique referentes ao nosso objeto do estudo – os Yao e o Contexto da Luta Armada de Independência Nacional de Moçambique (1964-1974) – nos leva a reiterar algumas considerações sobre a agência dos Yao no desenvolvimento do nacionalismo anticolonial independentista da FRELIMO.

O primeiro aspecto importante é salientar que os acontecimentos históricos de Maúa (agosto de 1959) e Nungo (fevereiro de 1961) constituíram as primeiras situações históricas que indicaram a disposição política dos Yao para o diálogo e para a formação de uma frente política com o discurso de libertação e independência nacional. Os casos de Maúa e Nungo indicam que as populações e autoridades Yao vinham sendo influenciadas pelo movimento nacionalista desenvolvido em Tanganyika e que essa influência acabou se transformando em um elemento de sensibilização das populações Yao da região oriental do Niassa em torno de pautas nacionalistas, como vinha acontecendo com as populações Nianja da região ocidental. As descrições dos fatos na documentação consultada não nos permitem afirmar que se tenha tratado da concretização de um ato de adesão, comparticipação ou aliança política entre as autoridades ou membros da população Yao envolvidos e eventuais membros representantes da TANU ou de outra organização nacionalista moçambicana ou estrangeira.

Observamos que em Maúa e Nungo, “Nyerere” era uma representação entrelaçada à uma certa compreensão do discurso de libertação anticolonial e independentista à semelhança do processo nacionalista em curso em Tanganyika. Neste contexto, Julius Nyerere, líder do movimento nacionalista de independência deste país constituiu a primeira referência de um novo discurso de libertação anticolonial entre os Yao, o discurso de independência nacional.

Outro aspecto se refere a “Estrada de Mataka”, a principal contribuição político-militar e geoestratégica dos Yao na história da luta armada da independência nacional de Moçambique, tornando-se o mais importante corredor político-militar formado por bases de segurança, operacionais e de instrução político-militar da FRELIMO, estabelecido ao longo das povoações Yao nas regiões oriental e sul do Niassa. Ao interligar a Tanzânia e o Malawi, este corredor militar do Niassa operou como uma das principais vias de comunicação política e militar da FRELIMO entre a sua sede em Dar es Salaam e os comandos militares das frentes do Niassa e do

centro de Moçambique (Tete, Zambézia e Manica e Sofala). Por certo atuou como uma via geoestratégica para contornar as ambiguidades políticas do Malawi em relação a luta armada em Moçambique. Sua localização geográfica no hinterland da África Austral obrigava o governo malawiano a cumprir o compromisso de “boa vizinhança” com o governo colonial português para efeitos de importação e exportação de suas mercadorias pelos corredores rodoviário, ferroviário e portuário de Moçambique. Por outro lado, o Malawi abrigou bases políticas da FRELIMO e foi permissivo a operações militares que do seu território atuaram na frente sul do Niassa e do centro do país. Face a essa ambivalência política, a “Estrada de Mataka” foi um importante eixo político e militar da luta armada e da disseminação do discurso de libertação e independência nacional propagado pela FRELIMO na região.

Um terceiro aspecto é que ao incidirem sobre a região entre as fronteiras de Moçambique e Malawi, situada em torno do sul do Niassa e noroeste da Zambézia, as operações das forças portuguesas *No Górdio*, *Brandura* e *Sumauma* (de agosto de 1970) tinham o objetivo de cortar o eixo de bifurcação de duas importantes vias de movimentação geoestratégica da FRELIMO, exatamente aquelas que ligavam a sua sede em Tanzânia e os comandos político-militares da Zambézia, Tete e Manica e Sofala. Uma dessas vias de movimento e comunicação era a “Estrada de Mataka” que desembocava na região sul do Niassa, uma das áreas alvo das referidas operações das forças armadas portuguesas em Moçambique em agosto de 1970.

É provável que o reforço da capacidade defensiva do governo português verificado desde as referidas operações de agosto de 1970 tenha forçado a redução do ímpeto de avanço da FRELIMO neste corredor, impedindo que o mesmo fosse utilizado na sua máxima força no movimento e comunicação político-militar entre as frentes do Niassa e do centro de Moçambique e também pelos movimentos de libertação do Zimbábue.

A existência da “Estrada de Mataka” leva-nos a ter em vista que a luta armada em Niassa apresentou características de uma guerrilha de movimento cuja orientação das operações estiveram direcionadas para conectar a sede da organização em Tanzânia, os setores do distrito e as frentes da região centro do país diferindo, neste aspecto, da guerrilha desenvolvida em Cabo Delgado, onde apesar da flexibilidade das suas bases, as operações militares foram circunscritas e orientadas para o interior do mesmo.

De outra parte, um quarto aspecto é que apesar da luta armada ter iniciado na região ocidental do Niassa aliada aos núcleos Nianja de Cóbue, da Missão Anglicana de Messumba e da Vila Cabral (sede do governo do distrito colonial), o surgimento do corredor Yao revelou que a aliança e a unificação política das populações e autoridades do meio rural em torno do discurso de independência nacional não eram mediadas por uma escolaridade formal colonial, antes, resultaram da compreensão, diálogo e reciprocidade de discursos de libertação anticolonial em Moçambique. Esta foi a surpresa observada pelo governo colonial do Niassa e pelo governo-geral de Moçambique em relação aos Yao.

O quinto aspecto é que, apesar da importância dos Yao e de suas autoridades Mataca, Catur, Metarica, Vatiua, Jalasse, para nos referirmos às mencionadas nas fontes consultadas, para o desenvolvimento da luta armada no distrito do Niassa, a FRELIMO observou a existência de contradições políticas entre si e estas autoridades; consideramos que as contradições refletiram as tensões que caracterizaram o processo político-militar da formação da imaginação da comunidade nacional moçambicana, situando os Yao entre o discurso assente na sua narrativa de origem e no discurso que propagava o projeto de um Estado nacional no país. Neste aspecto, reiteramos que as tensões internas dos Yao em relação ao discurso de libertação nacional expressam suas representações políticas marcadas pela sua história secular de engrandecimento económico e político e de rivalidades desenvolvidas na sua relação com as populações do Niassa, nomeadamente Nianja, Macua e Angoni. Sua importância regional como mercadores do marfim e do tráfico de escravos nos séculos XVIII e XIX tornou-lhes atores principais das razias de captura de escravos e dos conflitos que desencadearam na região do Niassa. Enfim, importa salientar que a sua experiência de resistência política e militar contra a ocupação colonial portuguesa na virada para o século XX demonstrou o valor que atribuíam à independência política das suas povoações e territórios, sendo essa memória um referencial presente no seu imaginário político.

Por último, mas não menos importante, esta pesquisa de doutoramento que tem como central a contribuição dos Yao na história do nacionalismo moçambicano, para além de revelar a importância geoestratégica da “Estrada de Mataca”, situa os Yao no contexto regional da descolonização da África Austral, considerando-se que o centro de Moçambique foi uma área para a qual convergiram movimentos como a FRELIMO, ZAPU, ZANU e, provavelmente, o ANC da África do Sul. Um estudo documental que venha a analisar outras referências sobre a

importância e a utilização estratégica da “Estrada de Mataka” por estas organizações poderia sistematizar as informações e substanciar as análises e as considerações finais presentes nesta tese, tendo em perspectiva o papel relevante do corredor Yao na história militar da descolonização que deu lugar a formação do Estado nacional de Moçambique e quiçá do Zimbabuê.

Uma das principais limitações historiográficas observada ao longo do estudo deveu-se ao fato de não termos tido acesso à documentação referente ao Niassa do período entre as décadas de 1920 e 1950, o que seria importante para melhor compreender as dinâmicas operadas pelos Yao neste período, em particular, e os eventuais processos políticos no contexto do Estado colonial português, e interligar seus desdobramentos em relação à emergência dos movimentos nacionalistas no Tanganyika e Niassalândia.

BIBLIOGRAFIA

ABDALLAH, Yohanna B. **The Yaos Chiikala Cha Wayao**. (Arranged, edited and translated by Meredith Sanderson). Second Edition. London: Frank Cass, 1973 [1919].

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. **Ordem mundial futura e governação nacional em Moçambique**. Maputo: Padrigu e CEEI-ISRI, 1998.

ABRAHAMSSON, Hans e NILSSON, Anders. **Moçambique em Transição**: um estudo da história de desenvolvimento durante o período 1974-1992. Trad. Dulce Leiria. 1ª ed. Maputo: Padrigu e CEEI-ISRI, Março 1994.

ALMADA, José de. **Tratados Aplicáveis ao Ultramar**. Vol. V. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral das Colónias, 1943.

ALMEIDA, F. J. de Lacerda e. **Travessia da África**. Lisboa: Divisão de Publicações e Biblioteca/Agência Geral da Colónias, 1936.

ALPERS, Edward A. **Ivory and slaves**: changing patterns of international trade in East Central Africa to the later nineteenth century. California: University of California Press, 1975.

ALPERS, Edward A. Trade, state, and society among the Yao in the nineteenth century. In. **Journal of African History**, x, 3 (1969), Great Britain.

AMARAL, Manuel Gama. **O Povo Yao**. Subsídios para estudo de um povo do noroeste de Moçambique. (Dissertação à cadeira de Antropologia Cultural, licenciatura no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Universidade Técnica de Lisboa, Julho de 1968). Lisboa: 1990.

AMIN, Samir. **A dimensão mundial da luta de classes**. Porto: Publicações Escorpião, dezembro de 1975.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Trad. Denise Bottman. São Paulo: 2ª reimpressão, Companhia das Letras, 2011.

ANDRADE, Mário Pinto de. As ordens do discurso do “Clamor Africano” continuidade e ruptura na ideologia do nacionalismo unitário. In: **Estudos Moçambicanos** n° 7. Centro de Estudos Africanos – Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1990.

APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai**: A África na filosofia da cultura. Trad. Vera Ribeiro, Revisão da Tradução Fernando Rosa Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BALANDIER, Georges. A Situação Colonial: Abordagem Teórica [1951]. Trad. Bruno Anselmi Matangrano. In: **Cadernos CERU/Centro de Estudos Rurais e Urbanos**. São Paulo: CERU/USP, série 2, v. 25, n° 1, Junho de 2014.

BARRETO, Manoel. Informação do estado e conquista dos rios de Cuama, vulgar e verdadeiramente chamados Rios do Ouro. In: THEAL, George McCall. **Records of South-Eastern Africa Vol. III**. London: William Clowes and Son, 1899.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e ambivalência**. Trad. Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.

BOCARRO, Antonio. Extractos da Década. Do caminho que Gaspar Bocarro fez por terra da cafraria, de Tete até Quíloa [1616]. In: THEAL, George McCall. **Records of South-Eastern Africa Vol III**. London: William Clowes and Sons, 1899.

BRAGANÇA, Aquino de e DEPELCHIN, Jacques. Da Idealização da Frelimo à Compreensão da História de Moçambique. **Estudos Moçambicanos** (5, 6), Centro de Estudos Africanos, Maputo, 1986.

BRAGANÇA, Sílvia. **Aquino de Bragança: Batalhas ganhas, sonhos a continuar**. Maputo: Ndjira, 2009.

BRITO, Luís. Une relecture nécessaire: la genèse du parti-État FRELIMO. **Politique Africaine** 29, Mars 1988.

CABAÇO, José Luís de Oliveira. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. (Tese apresentada ao programa de pós-graduação em Antropologia Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutor em Antropologia). São Paulo, 2007.

CABAÇO, José Luís. **Moçambique: identidade, colonialismo e libertação**. São Paulo: UNESP, 2009.

CAHEN, Michel. Angola, Moçambique: que futuro para os crioulos? In: **InforAfrica Confidencial**, n° 63, Jul. 1994.

CAHEN, Michel. Anticolonialism & nationalism: deconstructing synonymy, investigating historical processes: notes on the heterogeneity of former African colonial Portuguese areas. In: MORIER-GENOUD, Eric. **Sure Road? Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique**. Leiden, Brill, 2012.

CAHEN, Michel. Luta de emancipação anti-colonial ou movimento de libertação nacional? Processo histórico e discurso ideológico – o caso das colónias portuguesas e de Moçambique, em particular. In: CASTELO, Cláudia et al. **Os outros da colonização**. Ensaios sobre o colonialismo tardio. Instituto de Ciências Sociais. Lisboa.

CHATTERJEE, Partha. **The nation and its fragments: Colonial and postcolonial histories**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1993.

CHISSANO, Joaquim Alberto. **Vidas, lugares e tempos**. Maputo: Texto Editores, 2010.

COELHO, João Paulo Borges. Politics and Contemporary History in Mozambique: a set of epistemological notes. In: **Kronos** Vol.39 n° 1. Cape Town, January 2013.

COLECÇÃO DA LEGISLAÇÃO NOVÍSSIMA DO ULTRAMAR. Vol. XIX, 1891. Lisboa: Imprensa Nacional, 1894.

COSTA, Gomes da. **A Guerra nas colónias 1914-1918**. Lisboa: Arthur Brandão & C.^a, 1925.

COSTA, Mário. **É o inimigo que fala**: subsídios inéditos para o estudo da campanha da África Oriental, 1914-1918. Imprensa Nacional, Lourenço Marques, 1932.

COUTO, Fernando Amado. **Moçambique**: o fim do império e o nascimento da nação. Edição revista e aumentada. Maputo: Ndjira, 1^a edição, 2011.

FRELIMO. **Documentos do 3º Congresso da FRELIMO**/Relatório do Comité Central ao 3º Congresso/O partido e as classes trabalhadoras moçambicanas na edificação da democracia popular. Maputo: [S/D].

FRELIMO. **Documentos Base da FRELIMO 1**. Maputo: Tempográfica, [S/D].

GAMITTO, A. C. P. **King Kazembe and the Marave, Chewa, Bisa, Bemba, Lunda, and other peoples of Southern Africa** (Diary of the Portuguese Expedition to that Potentate in the Years 1831 and 1832). Volume I e II. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar, Centro de Estudos Políticos e Sociais, 1960.

GURVITCH, Georges. **Dialética e Sociologia**. Trad. de Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Vértice, Editora dos Tribunais, 1987.

HERNANDEZ, Leila Leite. Elites africanas, a circulação de ideias e o nacionalismo anticolonial. In: RIBEIRO, Alexandre, GEBARA, Alexsander e BITTENCOURT, Marcelo (org.) **África passado e presente**: II encontro de estudos africanos da UFF [recurso eletrónico]. Niterói: PPGHISTÓRIA-UFF, 2010.

ISRAEL, Paolo. A Loosening Grip: The Liberation Script in Mozambican History. **Kronos** Vol.39 n° 1. Cape Town, January 2013.

JAMESON, Fredric. O pós-modernismo e o mercado. In: ZIZEK, Slavoj (Org.) **Um mapa da ideologia**. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: 1996.

JOÃO, Benedito B. Factores de reorganização das chefaturas no norte de Nampula e sul de Cabo Delgado na segunda metade do século XIX. In: **Boletim Semestral do Arquivo Histórico de Moçambique**, n° 14. Maputo: Outubro de 1993.

LENIN, Vladimir Ilitch. **Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo**: ensaio popular. 1^a Edição. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LETTOW-VORBECK, P. Von. **Meine Erinnerungen aus Ostafrika**. Leipzig: K. F. Koehler, 1920.

LETTOW-VORBECK, P. Von. **My Reminiscences of East Africa**. Nashville, USA: Battery Classics, 1920.

LIESEGANG, Gerhard. **História do Niassa ca. 1600-1918**: Estados, política e economia no período precolonial e a conquista colonial. Maputo: [S/D] (mimeo).

LIVINGSTONE, David. **The Last journals of David Livingstone in Central Africa**. New York: Harper & Brothers Publishers, 1875.

MACAMO, Elísio. A influência da religião na formação de identidades sociais no sul de Moçambique. In: SERRA, Carlos (dir.). **Identidade, moçambicanidade e moçambicanização**. Maputo: Livraria Universitária-UEM, 1998.

MACAMO, E. A nação moçambicana como comunidade de destino In: **Lusotopie**, 1996.

MACDONALD, Duff. **Africana**: the heart of heathen Africa. Vol. 1 Native Customs and Beliefs. London: Dawsons of Pall Mall, 1969 [1882].

MAGODE, José (edr). **Moçambique**: etnicidades, nacionalismo e o estado. Transição inacabada. Maputo: Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais/Instituto Superior de Relações Internacionais, 1996.

MATEUS, Dalila Cabrita. **A PIDE/DGS na guerra colonial 1961-1974**. 2ª ed. Revista e aumentada. Lisboa: Terramar, abril de 2011.

MENESES, Maria Paula. O olho do furacão? A África Austral no contexto da Guerra Fria (Década de 70). In: MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena (org.) **As guerras de libertação e os sonhos coloniais: alianças secretas, mapas imaginados**. Coimbra: Almedina, Novembro de 2013.

MENESES, Filipe R. de e McNAMARA, Robert. The origins of the Exercise ALCORA, 1960-71. **The International History Review**, 35:5, 1113-1114. 2013.

MINISTÉRIO DA MARINHA E ULTRAMAR. **Companhia do Nyassa**. Decretos, Portarias, Regulamentos e Mais Diplomas relativos a esta companhia. Lisboa: Imprensa Nacional, 1897.

MITCHELL, J. C. The Yao of Southern Nyasaland. In: COLSON, Elizabeth e GLUCKMAN, Max (ed.) **Seven Tribes of British Central Africa**. The Rhodes-Livingstone Institute/Manchester University Press, 1959 [1951].

MOIANE, José Phahlane. **Memórias de um guerrilheiro**. Maputo: King Ngungunhane Institute, 2ª edição, 2009. MONDLANE, Eduardo. **Lutar por Moçambique**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1977.

MONTAURY, João Baptista de. (c. de 1778). Moçambique, Ilhas Querimbas, Rios de Sena, Villa de Tete, Villa de Zumbo, Manica, Villa de Luabo, Inhambane. In: ANDRADE, António Alberto de. **Relações de Moçambique Setecentista**. Portugal: Agência Geral do Ultramar/Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955.

MTETWA, Andrew H. **A History of Uteve under the Mwene Mutupa Rulers, 1480-1834: A re-evaluation**. Ann Arbor: University Microfilms International, Northwestern University, 1984.

MUDENGE, S.I.G. **A Political History of Munhumutapa c.1400-1902**. James Currey, Zimbabwe Publishing House, Harare, 1988.

MWAKIKAGILE, Godfrey. **Life in Tanganyika in the Fifties**. Dar es Salaam, Tanzânia: New Africa Press, 2009.

NASCIMENTO, Augusto e Rocha, Aurélio (org.). **Em torno dos nacionalismos em África**. Maputo: Alcance, Janeiro de 2013.

NASCIMENTO, Augusto. Dos nacionalismos às independências em África: ensaio de problematização de percursos políticos em África. In: NASCIMENTO, Augusto e Rocha, Aurélio (org.). **Em torno dos nacionalismos em África**. Maputo: Alcance, Janeiro de 2013.

NCOMO, Barnabé L. **Uria Simango - Um homem, uma causa**. Edições Novafrica, Maputo, 2003.

NDEGUE, David Francisco Xadrique. **A Luta de libertação na frente do Niassa**. Vol 1. Maputo: JV Editores, 2009.

NDELANA, Lopes Tembe. **Da UDENAMO à FRELIMO e à diplomacia moçambicana**. Maputo: Marimbique, março de 2012.

NEGRÃO, José. **Cem anos de economia da família rural africana: o delta do Zambeze em análise retrospectiva**. Maputo: Texto Editora, 2005.

NEIL-TOMLINSON, B. The Nyassa chartered Company: 1891-1929. In: **Journal of African History**, XVIII, I (1977).

NEWITT, Malyn. **História de Moçambique**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.

NGOENHA, Severino E. Identidade moçambicana: já e ainda não. In: SERRA, Carlos (dir.). **Identidade, moçambicanidade e moçambicanização**. Maputo: Livraria Universitária-UEM, 1998.

PÉLISSIER, R. **História de Moçambique: formação e oposição 1854-1918**. Volume II. Lisboa: 3ª edição, Editorial Estampa, 2000.

PHIRI, Kings M. Political change among the Chewa and Yao of the lake Malawi region, c.1750-1900. In: SALIM, Ahmed Idha (edr.). **State Formation in Eastern Africa**. Nairobi: Heinemann Educational Books, 1984.

RANGER, Terence. The invention of tradition in colonial Africa. In: HOBBSBAWM, Eric e RANGER, Terence (edr.) **The invention of tradition**. Cambridge: Cambridge University Press, 1983.

REPÚBLICA PORTUGUESA/MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS. **Silva Porto e a travessia do continente africano**. Lisboa: Editorial Ática, 1938.

SALT, Henry. **A voyage to Abyssinia and travels into the interior of that country**, executed under the orders of the British Government, in the years 1809 and 1810. London: W. Bulmer and Co. Cleveland-Row, St. Paul's, 1814.

SERRA, Carlos. **Combates pela mentalidade sociológica**. Maputo: 2ª edição, Imprensa Universitária/UEM, Maio de 2003.

SERRA, Carlos (dir.). **Identidade, moçambicanidade e moçambicanização**. Maputo: Livraria Universitária-UEM, 1998.

SERRA, Carlos. **Novos combates pela mentalidade sociológica**: sociologia política das relações de poder em Moçambique, seguido de desafios de uma medicina bernardiana. Maputo: Livraria Universitária/UEM, 1997.

SERRA, C. Pluralidade e processualidade identitárias – para um paradigma da identificação contraditorial. In: Serra, Carlos (dir.). **Identidade, moçambicanidade e moçambicanização**. Maputo: Livraria Universitária-UEM, 1998.

SUMICH, Jason. ‘An imaginary nation’ Nationalism, ideology & the Mozambican national elite. In: MORIER-GENOUD, Eric. **Sure Road?** Nationalisms in Angola, Guinea-Bissau and Mozambique. Leiden, Brill, 2012.

THEAL, George McCall. **Records of South-Eastern Africa Vol. V**. London: William Clowes and Sons, 1901.

VAIL, Leroy. Mozambique's Chartered Companies: The Rule of the Feeble. In: **Journal of African History**, XVII, 3 (1976). Great Britain.

VIEIRA, Sérgio. **Participei, por isso testemunho**. Maputo: 2ª ed., Ndjira, 2011.

VILHENA, Ernesto Jardim de. **Companhia do Nyassa**: Relatórios e Memórias sobre os Territórios. Lisboa: Typographia da “A Editora”, 1905.

XAVIER, Inácio Caetano. (Dezembro de 1758). Notícias dos domínios portugueses na Costa de África Oriental 1758. In: ANDRADE, António Alberto de. **Relações de Moçambique Setecentista**. Portugal: Agência Geral do Ultramar/Divisão de Publicações e Biblioteca, 1955.

YOHANNA, B. Abdallah. **Os Yao**. (Tradução do inglês, introdução e notas). Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique/Universidade Eduardo Mondlane, 1ª edição, 1983.

YOUNG, Robert J. C. **Colonial Desire**: Hybridity in Theory, Culture and Race. London and New York: Routledge, 1995.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In. ZIZEK, Slavoj. (Org.) **Um mapa da ideologia**. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

FONTES NÃO PUBLICADAS

Arquivo Histórico de Moçambique (AHM) - Maputo

Fundo do Governo-Geral. Caixa 8-31.

Fundo do Governo-Geral. Caixa 1.

Fundo do Governo-Geral. Caixa 41.

Fundo do Governo-Geral (séc. XIX). Caixa 8-179.

Fundo do Governo-Geral (séc. XIX). Caixa 8-180.

Fundo do Governo-Geral (séc. XIX). Caixa 8-151.

Fundo do Governo do Distrito de Cabo Delgado (séc. XIX). Caixa 8-36.

Boletim Oficial de Moçambique nº 38, Ano de 1887.

Boletim Oficial de Moçambique nº 31, de 29/07/1944. Portaria nº 5639 – Regulamento dos Auxiliares de Administração Civil.

Boletim da Companhia do Nyassa nº 60, 28 de Fevereiro, ano de 1903, Porto Amélia.

Boletim da Companhia do Nyassa nº 130, de 31 de Dezembro de 1908, Porto Amélia.

Boletim da Companhia do Nyassa nº 155, 30 de Janeiro 1911.

Boletim da Companhia do Nyassa, Suplemento ao nº 175: A coluna contra o Mataka. 18 de Outubro de 1912.

Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) - Lisboa

ANTT: PIDE_GU_Cx1.

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx.1.

ANTT:PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx. 2.

ANTT:PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, Gabinete Ultramarino, SC-CI(2), GU, cx. 3.

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640. pt. 1: **“CONFERÊNCIA DE ALTO NÍVEL DA OUA, ACCRA, 21 a 26 de Outubro de 1965.”**

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 17: **“6.ª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DO GOVERNO DA O.U.A.”**

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 18: **“16.ª REUNIÃO DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA O.U.A.”**

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 24: **“7.ª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO DOS PAÍSES DA O.U.A.”**

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 24: **“7.ª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO DOS PAÍSES DA O.U.A.”**

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2) 640, pt. 27: **“8.ª CONFERÊNCIA DOS CHEFES DE ESTADO E DO GOVERNO DA O.U.A.”**

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 28.

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 30 **“REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA OUA”.**

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 38: **“20.ª REUNIÃO DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA O.U.A.”**

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 32.

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 41: **“21.ª CONFERÊNCIA DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA OUA”.**

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 43: **“21.ª REUNIÃO DO CONSELHO MINISTERIAL DA O.U.A.”**

ANTT: PIDE/DGS, 2ª Divisão de Informação, CI (2), 640. pt. 45: **“22.ª REUNIÃO DO COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA O.U.A.”**

ANTT/SCCIM nº 761: **“Conferência de Todos os Povos Africanos”.**

ANTT/SCCIM nº 783: **“Conferência de Casablanca”.**

ANTT/SCCIM nº 833: **“African Freedom Fighters’ Congress”.**

ANTT/SCCIM nº 865.

ANTT/SCCIM n° 1041.

ANTT/SCCIM n° 1072.

ANTT/SCCIM n° 1088.

ANTT/SCCIM n° 1117.

ANTT/SCCIM n° 1119.

ANTT/SCCIM n° 1120.

ANTT/SCCIM n° 1189: **“CONCP”**.

ANTT/SCCIM n° 1462.

ANTT/SCCIM n° 1465.

ANTT/SCCIM n° 1469.

ANTT/SCCIM n° 1468.

ANTT/SCCIM n° 1475.

ANTT/SCCIM n° 1477.

ANTT/SCCIM n° 1480.

ANTT/SCCIM n° 1936.

ANTT/SCCIM n°1937.

ANTT/SCCIM n° 1939.

ANTT/SCCIM n° 1940.

ANTT/SCCIM n° 1941.

ANTT/SCCIM n° 1943.

ANTT/SCCIM n°1944.

ANTT/SCCIM n° 1945.

ANTT/SCCIM n° 1946.

ANTT/SCCIM n° 1947.

ANTT/SCCIM n° 1948.

Arquivo Histórico Militar – Lisboa

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR: DOC - PT AHM/DIV/1/39/4/07: “**AMEAÇA AOS PAÍSES ALCORA (FACTORES)**”. Lisboa.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. 2ª Divisão-Colónias/Ultramar (FO63/13/948/7). “**Frelimo: decisões políticas a nível superior**”: relatório da 2ª Repartição do Quartel General de Moçambique, Setembro de 1969.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR. FO 63/11/Cx. 942/3. Lisboa.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR/2ª Divisão - Colónias / Ultramar/07ª Secção - Moçambique: Cx. 123/23.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR/2ª Divisão - Colónias /Ultramar/07ª Secção - Moçambique: Cx. 116/3.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR/2ª Divisão - Colónias / Ultramar/07ª Secção - Moçambique: Cx. 146/2.

REVISTAS CONSULTADAS

FRELIMO. **Mozambique Revolution** n° 3. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Fevereiro de 1964.

FRELIMO. **Mozambique Revolution** n° 14. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Janeiro de 1965.

FRELIMO. **Mozambique Revolution**, [n° 38?]. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, [Março a Maio de 1969?].

FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 42. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Janeiro-Março 1970.

FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 43. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Abril-Junho de 1970.

FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 44. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Julho-Setembro de 1970.

FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 53. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Outubro-Dezembro de 1972.

FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 54. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Janeiro-Março de 1973.

FRELIMO. **Mozambique Revolution**, n° 60. FRELIMO INFORMATION DEPARTMENT. Dar es Salaam, Julho-Setembro de 1974.

MATERIAL CONSULTADO NA INTERNE

Manifesto on Southern Africa adopted by the Fifth Summit Conference of East and Central African States, Lusaka, 14-16 April 1969

(<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.sahistory.org.za/sites/default/files/Lusaka+Manifesto.pdf>) Capturado a 15 de Março de 2015.

PAN-AFRICAN FREEDOM MOVEMENT OF EAST AND CENTRAL AFRICA. **International Organization**. Vol. 16, No. 2, Africa and International Organization, Spring, 1962, p. 446-448. Publicado por University of Wisconsin Press). Capturado a 20 de outubro de 2016.

ROSA, Celso Braga, MENESES, Maria Paula e MARTINS, Bruno Sena. Memórias da guerra colonial: Alianças secretas e mapas imaginados. **VII Congresso Português de Sociologia**, 19 a 22 de junho de 2012. Universidade do Porto-Faculdade de Letras-Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Capturado a 27 de outubro de 2016.